

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RAFAELA WESTPHAL

HOMENS QUE MATARAM MULHERES: A EXPERIENCIA QUE NARRAM DE SI

CURITIBA

2016

RAFAELA WESTPHAL

HOMENS QUE MATARAM MULHERES: A EXPERIENCIA QUE NARRAM DE SI

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Sociologia, na Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Doutora Marlene Tamanini

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Westphal, Rafaela

Homens que mataram mulheres: a experiência que narram de si / Rafaela Westphal – Curitiba, 2016.
207 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Tamanini

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Violência contra as mulheres. 2. Masculinidade. 3. Homicidas – Sexualidade - Mulheres. 4. Violência conjugal – Mulheres. I. Título.

CDD 362.83



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA
Código CAPES: 40001016032P2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RAFAELA WESTPHAL**, intitulada: "**HOMENS QUE MATARAM MULHERES: A EXPERIÊNCIA QUE NARRAM DE SI**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação

Curitiba, 15 de Março de 2016.

Prof MARLENE TAMANINI (UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof NEIVA FURLIN (UEM)

Prof PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES (UFPR)

AGRADECIMENTOS

As pessoas a que devo agradecer por de certo modo ter me fortalecido enquanto pessoa e desta forma ter contribuído para este trabalho são muitas, afinal as maneiras como contribuíram também a foram.

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu amor e companheiro Rafael de Oliveira Steil. Me fortaleceu desde o início me incentivando nos estudos para o processo de seleção do mestrado, foi paciente e amoroso sempre que estive ausente me dedicando a este trabalho. Não permitiu que eu desistisse de concluir este sonho, embora muitas vezes eu o quis.

Agradeço aos meus mestres de graduação, Vilma M. Simão, Maria Salete da Silva e Ricardo Bortolli. Vocês me incentivaram aos processos de pesquisa para que seguisse os estudos dentro dos temas com os quais me identifico. Esta dissertação é em parte resultado deste incentivo. Sou imensamente grata pela relação de ensino e amizade que pude construir com vocês.

Agradeço aos meus pais pela confiança que depositaram em mim e pelo auxílio no processo de seleção do mestrado. Minha mãe sempre preocupada para que me alimentasse, que dormisse as horas necessárias ao meu descanso, agradeço a preocupação e seu carinho. Ao meu pai um muito obrigada pela disposição, foram algumas viagens Curitiba X Blumenau.

Um abraço especial à Keize Amaral por ter me recebido em sua casa e ter aceito compartilhar o lar comigo, e principalmente por agüentar meu senso de organização/controle. Você foi minha primeira amiga e confidente em Curitiba.

Agradeço à Lorena R. C. Amezquita, pela amizade que construímos ao longo do mestrado. Seu apoio que aconteceu não só no processo educacional mas também pessoal foi muito importante para mim. Muito obrigada.

Agradecimento especial às minhas amigas de longa data, Brenda N. F. Fernandes e Vanderléia Batista. A amizade de vocês me faz ser uma pessoa melhor a cada dia. Vocês sempre me apoiaram em todos os aspectos de minha vida e neste não foi diferente. Além do apoio agradeço pela compreensão por todos os momentos em que estive ausente.

Um muito obrigada à Katiano M. Cruz por toda atenção prestada ao longo do mestrado. A Secretaria do Programa de Pós Graduação em Sociologia conta com um excelente profissional.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Pomerode por ter permitido que me ausentasse do trabalho para os fins do mestrado.

Agradeço a minha orientadora Marlene Tamanini por ter compartilhado comigo seu conhecimento e pelo empenho no desenvolvimento deste trabalho.

Por fim agradeço aos membros da banca Prof: Pedro B. de Moraes e Neiva Furlin por ter aceito o convite tanto da qualificação deste trabalho, quanto da defesa. Agradeço à todos os comentários e sugestões prestadas que auxiliaram no resultado desta dissertação.

Agradeço ainda a Deus, pela força de vontade que tive em adentrar nas Instituições de Ensino Superior, pela persistência em crer que este era um lugar que também me pertencia. Pelos obstáculos vencidos, pelo aprendizado e por fim por mais uma conquista.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a compreensão sobre a experiência de si narrada por homens que são autores de homicídio ou da tentativa de homicídio de suas companheiras. Apresenta como interação os valores de gênero e da experiência com a masculinidade nas percepções da experiência de vida experimentada por estes homens em relação a violência cometida. Identifica as motivações, os conflitos, os processos normatizadores, nas narrativas dos homens condenados por prática de homicídio. Analisa como estão vinculados a sentimentos, a estratégias de honra, posse, a certos tipos de entendimento a respeito do espaço familiar, da sexualidade, da heteronormatividade, e/ou da educação dos filhos, bem como, as questões econômicas, e o provimento do lar. Este trabalho utilizou de metodologia qualitativa, com a técnica de entrevista para explorar os relatos dos homens. A organização do texto discute a violência de gênero, principalmente em relação às situações em que esta se manifesta por meio da violência doméstica, em específico quando atinge mulheres. Analisa as intervenções contra a violência de gênero que atinge as mulheres ressaltando sua dimensão política. Reporta-se a análise de dados relativos às masculinidades dos homens autores de homicídio, as percepções de si e as diferentes interfaces com as quais se relacionam para expressar razões, valores, justificativas e sentimentos. Também se dedica a compreender os relacionamentos que os homens possuíam com as vítimas do homicídio, ou de tentativa de homicídio, explicitando as concepções que esses carregam sobre o relacionamento e o modo como esta forma de agir esta posta em suas internalizações, bem como, nas emoções e nas ações que desenvolveram. Com este trabalho contribui-se com os estudos de gênero e masculinidades, e pretende-se elucidar aspectos por vezes esquecidos, da formulação de políticas de atendimento e enfrentamento à violência de gênero, trazendo o olhar dos homicidas sobre o crime que cometeram, sobre suas experiências de masculinidade e sobre o modo como estes se portam frente aos acontecimentos de sua vida.

Palavras-chave: Masculinidades. Violência de gênero. Homicidas.

ABSTRACT

The present work aimed at studying the understanding of the experience of men that murdered or attempted to murder their wives. Presents how the gender values and the experience of their masculinity interact with their perceptions of the committed violence. It also identifies the motivations, the conflicts and the ways they have been socialized. Analyzes how these men are tied to feelings, to strategies of honor, to possession, to understanding of family, to sexuality, to the education of children, as well as, to economic issues and to home providing. This study used a qualitative methodology, with the interview technique to explore the stories of these men. Refers to data analysis relatively of murders' masculinity, their perceptions of themselves and the different interfaces which ones they interact to express reasons, values, justifications and feelings. It is also dedicated to understand the relationships between these men and the victims of murder or attempted murder. With this work, we expect to contribute with the gender and masculinities studies and we intend to invoke attention on aspects sometimes overlooked in the formulation of policies for care and combating gender violence, bringing the look of the murderers about the crime committed and their experiences of masculinity.

Keywords : Masculinities. Gender violence. Murderers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAMINHOS QUE PERCORRI: APROXIMAÇÃO COM OS HOMICIDAS	19
1.1 O MOMENTO QUE ME DEPREI COM OS HOMICIDAS.....	33
1.2 QUEM SÃO ESTES HOMENS	42
1.2.1 José	42
1.2.2 Alessandro.	42
1.2.3 Leandro.....	43
1.2.4 César.....	43
1.2.5 Vilmar.....	43
1.2.6 Mario	44
1.2.7 Altair.....	44
1.2.8 Douglas.....	44
1.2.9 Gilson	45
1.2.10 Jeremias	45
1.2.11 Hélio	45
2 RELAÇÕES DE GÊNERO: MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA.....	47
3 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MUHERES: POLÍTICAS E LEIS	82
3.1 REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E A PRODUÇÃO DE SI.....	90
3.2 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SUAS LACUNAS.	97
4 A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES DE HOMENS AUTORES DE HOMICÍDIO: NARRATIVAS DE SI.....	106
4.1 CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI: VIVÊNCIAS ANTERIORES AO HOMICÍDIO	111
5 EXPERIÊNCIA DOS HOMICIDAS EM RELAÇÃO A VIOLÊNCIA COMETIDA	127
5.1 OS HOMICIDAS RECONHECIDOS	128
5.2 DUPLA CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES: QUANDO AUTORES NÃO ASSUMEM O CRIME	149
5.3 A VERDADE DE SI EM CONTEXTO DE PRÁTICA DO CRIME	153

5.4 O SENTIMENTO DE SER CONDENADO INJUSTAMENTE PELA PRÁTICA DO CRIME.	167
5.4.1 Hélio, espera de três anos pela absolvição do crime.	175
5.5 A PERCEPÇÃO DE SI HOJE E AS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO.....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERENCIAS.....	190
ANEXO A.....	202
ANEXO B	204
ANEXO C.....	206

INTRODUÇÃO

Esta dissertação aqui apresentada tem por objetivo compreender a experiência de si de homens que passaram por uma vivência de exercício de violência. De homens que mataram ou tentaram matar suas companheiras ou ex-companheiras.

Nesta perspectiva o problema para a produção de conhecimento a partir deste foco, tem sua centralidade na busca por entender como os homens percebem e narram sua experiência de ser homem na relação com o fato do homicídio e como estes conteúdos conectam saberes, poderes, modos de ser homem nestes contextos de violência contra mulheres. O que estes conteúdos do narrado permitem conectar, perceber, observar em relação as diferentes interfaces do que pode conter sua experiência em contextos nos quais são impetradores de violência. Existem como explicitam os objetivos, diferentes aspectos imbricados nesta relação de agressão e vítima, homem e homem agressor, quando se trata da morte de mulheres suas companheiras, ou ex-companheiras, com eles relacionadas afetiva, sexual e emocionalmente.

Ao compreender qual é a percepção de si que estes homens constroem, como eles reflexionam o que fizeram e como são instituídos na prisão na qualidade de agressores procurei também compreender como eles percebem os fatos que aconteceram em sua vida, a experiência vivenciada por estes e os atributos de masculinidades presentes em seus discursos e em suas práticas a partir das convenções que se reportam a teorização já existente a respeito de violência e masculinidades.

Estas percepções trazidas por estes homens por meio de sua narrativa demonstram as posições que assumem em relação as representações sobre o que é ser um homem, o que seria ou não aceitável em sua vida e para suas relações quando colocadas sob o olhar dos outros, bem como, os aspectos que mais os afetam emocionalmente quando pensam o seu presente, sua condição atual de um homem preso, cumprindo pena pelo crime que cometeu.

Além disso, entram em jogo a percepção que constroem frente ao sistema criminal e a Lei Maria da Penha, que os institui enquanto pessoas que cometeram um homicídio. Assim, estes homens expressaram como é visto o mundo a partir de sua perspectiva, especialmente como encararam e percebem a experiência de violência em suas vidas.

Ouvir os homens que cometeram homicídio se torna um diferencial e um desafio às diferentes posições políticas, dentre elas as punitivas, no que tange aos estudos de violência de gênero, porque grande parte deles, foca o sujeito mulher em condição de vítima da

violência, quando se trata de situações afetivo conjugais. Como se pode ver por exemplo nos estudos de Analba Brandão Teixeira que em 2004 defendeu a dissertação "Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais". Analba entrevistou os familiares da vítima do homicídio e também do executor que e em seguida suicidou-se. A autora procurou conhecer como era a vida dos casais, os episódios que vivenciaram e fazer assim uma análise sobre os episódios que levaram ao crime para desvelar os ideais de masculinidade e feminilidade destas pessoas.

Há estudos em que os homens que vivenciaram uma situação de violência ou a vivenciam ganham voz, no entanto não encontrei uma produção na qual estes fossem os homicidas de suas companheiras. Cito duas pesquisas uma de mestrado e outra doutorado no qual o perpetrador da violência foi ouvido. Ricardo Bortolli (2013) em sua dissertação em sociologia focou nas narrativas de si de homens em situação de violência conjugal, entrevistando os autores de agressões contra suas companheiras. Outra produção acadêmica é de Eronides Câmara de Araujo (2011) que em sua tese de doutorado em Ciências Sociais fez um estudo sobre os homens traídos e as estratégias que utilizavam para suportar a dor, na qual pode compreender que os homens de João Pessoa encontraram uma alternativa para discutir a situação de forma coletiva, não mais fazendo o uso de práticas de violência física ao descobrir a traição.

Desta forma, ouvir os homens que cumprem pena pelo homicídio de suas companheiras, ou seja que se enquadraram em condição de agressores, conforme preconiza a Lei Maria da Penha, permite entender de onde eles falam qual a percepção de si mesmos como homens inseridos em certas representações sobre o que é ser homem, e como eles vivenciam este modo de ser, de se sentirem no seu processo de individualização e de reflexividade, quais relacionalidades acionam para tal.

Se é como diz Giddens que a modernidade teria aberto maiores possibilidades para os sujeitos em termos de família, e de relações com a intimidade, neste caso, estes homens parecem produzir sua coerência bibliográfica a partir de um projeto reflexivo de si mesmo que consiste no manutenção da narrativa dentro dos modelos conservadores e altamente tradicionais, nos quais defendem sua honra de homens frente ao que imaginam ser uma ameaça. Sua coerência bibliográfica não é um projeto flexível e aberto às experiências, nem tomam a intimidade como uma continua revisão de si, em contextos de múltiplas possibilidades. Eles se fecham dentro de padrões de julgamento, mando e impetração de atos corretivos sobre suas companheiras e quando não podem exercê-los vão ao limite e matam.

Neste caso são as violências que se conectam em situação de pouco estímulo com as oportunidades reflexivas e de pouca capacidade fora dos parâmetros do controle tradicional. Assim persegui neste trabalho identificar seus discursos de verdade, suas estratégias de poder, os conteúdos da reflexividade que adotam.

Desta forma, minha problemática se constitui com perguntas de fundo que foram propostas para pensar e trilhar o caminho da compreensão e da explicação sobre os modos de ser homem vivenciados e narrados por sujeitos que se encontram cumprindo pena pela tentativa de homicídio, ou homicídio contra suas companheiras ou ex companheiras. As questões principais deste trabalho giraram em torno de: Como as relações de violência contra mulher, no caso homicídios, podem estar vinculadas com determinados modos de ser, de representar-se assumidos por estes sujeitos. Como a experiência uma vez narrada, se relaciona com contextos de relações de gênero imbricadas em relações de poder e com as práticas de homicídio? Serão estas práticas coniventes com visões compartilhadas pela cultura das instituições como a família, ou com os amigos, e os parentes, situação de convivência que poderia estar produzindo suportes emocionais para ações/decisões violentas?

Assim apresento o problema central, como os homens percebem sua experiência de ser homem na relação com este fato do homicídio e como estes aspectos conectam saberes, poderes, modos de ser que podem revelar conteúdos para a compreensão dessa masculinidade envolvida neste vivido.

Trazer aspectos de realidade empírica, permite por vezes, desfazer teoricamente o que já está naturalizado em expressões facilmente utilizadas como: são sexistas, machistas, agressores. Claro que usar estas expressões, como é próprio do senso comum, e por vezes em estudos desavisados, não são inverdades, mas o simples uso, não explica um sistema de violência que esta presente na cultura, e que se mantém nos modelos da intervenção atual. No mais, pouco abre condição reflexiva para um problema social grave que é a violência de gênero no que tange as barreiras para a emancipação, a igualdade, a cidadania das mulheres e no sentido da relevância à teoria sociológica. Objetivar é compreender como são estes vividos para desnaturalizar as percepções já consensuadas e tentar lançar luz reflexiva sobre um tema que neste caso é mais do que emergente e que facilmente constrói-se vinculado a um sentido de emergências que exigem respostas inéditas. Nesta fúria contra a dor e o sofrimento que esta violência impetra é difícil se colocar a estudar violência de gênero olhando pela perspectiva de quem quer entender masculinidades, contudo, estou convencida de que isto é absolutamente necessário.

Esta questão norteadora aparece por meio da hipótese levantada, de que estes homens assumem atributos de um modelo de masculinidade violenta e que é por eles naturalizada e igualmente possuem um ideal de feminilidade.

Esta masculinidade é parte do mesmo entendimento da teoria feminista dos anos 70 que buscou desnaturalizar a opressão dos homens sobre as mulheres, bem como, a definição de papéis, tomados em sua fixidez, enquanto definições oriundas de uma perspectiva sobre a qual havia uma natureza feminina, e que portanto, de acordo com os sexos se agia de determinada forma. Textos importantes como os de Orter, Rubin, Mathieu, Tabet, Sacks, nos trazem elementos para esta desnaturalização, embora estas não sejam as únicas autoras e nem as únicas formas de olhar o conteúdo deste trabalho, já que tanto o contexto teórico, quanto a realidade desta violência de gênero exigem ampliação conceitual.

Para este olhar do masculino ligado ao binarismo que não é neutro porque produz desigualdades, e porque esta inscrito em nosso sistema cultural com enormes decalagens no que tange aos direitos de homens e mulheres, o grande desafio é seu desmonte, já que se trata de uma construção e de que sua localização esta nas estruturas das instituições, das concepções da cultura, na linguagem que usamos, no modo como operamos diariamente, nos sistemas e estratégias. Desmontar esta masculinidade é também desmontar o que se entende como feminino, que neste caso é apropriado como algo que deve apanhar ou morrer, construção forjada no âmbito de um sistema cultural violento. Esse feminino é tomado como propriedade, objeto, alguém entendido como incapaz de pensar, como o sujeito de quem se fala, mas que não pode falar. Estas características da cultura são potentes para manter silêncios, criar agressões verbais, físicas e morais e é preciso que a pesquisa visibilize estes contextos. Muitas destas dinâmicas estão invisibilizadas na linguagem agressor e sua vítima, e também na própria legislação. O trabalho que se faz com as mulheres é pobre, assim como também o investimento para mudar a cultura do masculino.

Deste ponto de vista, esta dissertação esta comprometida com a desconstrução dos entendimentos naturalizados, como também visa contribuir de modo que se possa extrair conhecimento deste contexto, a fim de que este conhecimento se torne uma ferramenta de mudanças dos entendimentos que contribuem para a geração de episódios de violência.

A aproximação com as teorias feministas permite pensar que em todas as formas epistemológicas destes pensamentos, busca-se romper com a opressão da mulher. Para tal, necessita-se de uma grande mudança cultural, pois os crimes de assassinato cometidos contra mulheres e narrados pelos homens deste campo, na maior parte dos casos, possuem como elemento motivador, principalmente a traição feminina, ou a suspeita desta, o que remete a

concepção de uma mulher como propriedade e tutelada; a própria competição entre homens, também joga importante motivação no crime, muitos não permitem perder para outro homem quando há a possibilidade ou confirmação de uma traição.

Estas questões levantadas como hipóteses iniciais apareceram na narrativa dos sujeitos entrevistados, embora estes não se percebam enquanto violentos e competitivos. Eles se narram como corretos, o que também ocorre pelos valores internalizados e reproduzidos culturalmente, em suas relações. Valores que tem a ver com a honra, a noção de fidelidade, a competitividade, e em grande parte com sua incapacidade de gerenciar os próprios sentimentos e os seus conflitos.

Este aspecto também se remete a uma questão discursiva cultural produzida nas instituições, e faz as construções do modo sobre como a sociedade ainda esta organizada de forma a reafirmar o sexo, o gênero e o desejo, como um padrão a ser seguido linearmente, dentro da reiteração normativa para a moral, a ética, a conduta sexual, os afetos, as decisões cotidianas. Porém, o mais importante é que ao construir esta linearidade, se constrói para cada par desta relação uma ética de conduta, baseada em inúmeros estereótipos e age-se baseados neles. Gera-se expectativas de comportamentos, de atitudes, e de práticas de amor e de sexo, sexualidade e desejo que são lineares. Estas representações quando ameaçadas por conteúdos não reconhecidos como pertencentes a esta ordem simbólica, acabam por produzir reações violentas.

Considero importante neste trabalho poder contribuir com a produção de conhecimento na área do enfrentamento à violência de gênero, principalmente no que concerne as mulheres que continuam sendo mortas por homens por causa da sua experiência sobre como ser homens. Na concepção deles não lhes resta outra alternativa ao seu sofrimento se não violentar o outro, ou no qual, como alegam, a ação de outro os fere de tal modo, que estes “perdem a cabeça” e quando se dão conta do que fizeram, já há outro sujeito em óbito.

Minhas motivações para este estudo não surgiram ao acaso, acompanham minha trajetória de vida, tanto pelas situações em minha vida particular, quanto pela caminhada profissional, na área de serviço social.

Desde adolescente observava os casais do meu bairro, os mais antigos como, por exemplo, meus avôs e seus amigos casados da mesma idade tiveram a mesma organização familiar, o homem no ambiente público, trabalhando sustentando a casa e a mulher no âmbito privado cuidando da casa e dos filhos. Estes casais eram nascidos entre o final dos anos de sessenta e início de setenta.

Cresci ouvindo que meu avô era muito ruim, esse ruim expressado pela minha mãe e avó na verdade era um exercício de masculinidade que ele aprendeu. Ele foi subjetivado, instituído como pessoa na experiência e no discurso de que devia ser forte. Viveu práticas e regras de conduta, normas, sobre o ser forte e era assim que sentia-se pertencente ao mundo dos homens.

Ser durão e não demonstrar seus sentimentos, ser o homem da casa aquele que toma as decisões sem questionamento da parte do feminino e claro o provedor do lar, sem valorizar o trabalho da mulher, não lhe dava espaço para outras experiências, nem para que emergissem aspectos, talvez ligados a sentimentos contraditórios de si. Com meu pai não foi diferente, este era responsável por tomar as decisões relativas à família, e um dos motivos de brigas entre minha mãe e ele, que também envolviam a mim e minha irmã, era a tomada de alguma decisão por nossa parte, sem que este tivesse conhecimento prévio.

Outras questões também suscitavam discussões entre os membros de nossa casa como, por exemplo, os afazeres domésticos que sempre foram destinados às mulheres da casa (minha avó, mãe, irmã e eu); e com isso sempre que estes não estavam de acordo como meu avô e como meu pai esperavam ocorriam desentendimentos.

Estes aborrecimentos envolviam até questões simples como a posição dos alimentos na geladeira por exemplo. Se na primeira prateleira não estivessem os produtos consumidos por meu avô já ocorriam reclamações, carregados de ofensa verbal contra as mulheres da casa, pois não eram capazes nem de organizar a geladeira. Isto, hoje percebo, como formas de mostrar que ele era o homem mais velho da casa, com poder sobre o doméstico, logo o que estipulava como as coisas deveriam funcionar, considerando uma afronta qualquer forma de enfrentamento à sua posição ou a argumentação contra algo que não concordávamos.

Hoje compreendo que esta organização familiar se encontra fundada em concepções sobre quais eram as atribuições masculinas e femininas bem delimitadas, em conjuntos de práticas, símbolos e representações elaboradas a partir do que se entende ser as diferenças sexuais e as hierarquias construídas a partir delas e que estão presentes nas práticas, nos valores e nos poderes que esses conjuntos engendram sobre as feminilidades e as masculinidades, que nelas também são moldadas.

Vivenciando diariamente esta relação com este sexismo, com esta forma de ser homem que consequentemente levava a subalternização feminina nesses padrões de concepção patriarcal, comecei a me interessar academicamente em compreender estas relações, e principalmente em compreender essas maneiras de ser do que se considera definidor do masculino e do exercício do ser homem na vida dos homens e destes sobre os

outros, sobretudo na forma que foi chamada de hegemônica, rei do lar, conquistador, ou de um bom pai, namorado, avô, provedor, bom, mau, capaz de bater, expressar sua raiva, mandar calar, ser um macho alfa. Tudo isto faz parte de um modo de engendrar as masculinidades que é sempre difícil de se definir, embora, passível de ser analisada nos seus conteúdos diversos.

Seguramente, já não é mais possível definir a masculinidade como um único modelo. No trabalho fotográfico produzido por Ribeiro (2015), por exemplo, diversos sujeitos, sejam eles homens, mulheres ou transexuais identificaram-se como um jeito de expressar o masculino, modos de se portar, uma experiência de ser, e não necessariamente levam isto como uma regra, mas agem de acordo com o modo como se sentem confortáveis nas situações que vivenciam, independente desta atitude ser considerada masculina ou feminina.

No caso das situações de violência, os estudos apontam alguns pontos que seguem sendo estruturantes das práticas violentas, pautadas nos modos de agir destes perpetradores, correlacionadas aos modos de ser homem que estes vivenciam.

Levando em conta minha experiência pessoal no lar e também acadêmica, meu interesse surgiu deste ponto, das vivências que tive em minha casa. No entanto tornou-se ainda mais profundo e específico ao longo de minha vida, como alguém que precisa intervir.

Acompanhando as notícias divulgadas na mídia sobre homicídios de mulheres perpetrados por seus companheiros e ex-companheiros, passei a ficar ainda mais interessada, principalmente porque nestas situações a violência chega ao extremo ocasionando a morte de um ser humano. É uma violência cruel, drástica, que cessa a vida de outro ser humano.

O interesse em estudar um fenômeno tão amplo que atinge as cidades do mundo e deste país se acirrou ainda mais após o ingresso na graduação em serviço social, na Universidade Regional de Blumenau (FURB).

A inserção dos profissionais de Serviço Social em espaços ocupacionais que os colocam em contato direto com homens e mulheres em situação de violência contribuiu para aguçar o interesse em compreender este fenômeno. Durante o estágio em Serviço Social no Núcleo de Práticas Jurídicas da Instituição, me deparei com várias mulheres que buscavam o programa com o intuito de romper com a relação afetiva devido as situações de violência que sofriam, nos quais incluíam o adultério por parte de seus companheiros, o modo como exerciam suas masculinidades que muitas vezes cerceava a liberdade destas mulheres.

As expressões da violência que me foram narradas por estes sujeitos em meu campo de estágio, são decorrentes da desigualdade presente na forma como estavam organizadas as vivências obrigatórias para estes sujeitos. Pensando na literatura feminista, estes sujeitos

narravam situações que foram criticadas através do sistema sexo/gênero por Rubin (1998) para quem esta construção domesticava as mulheres.

Nos atendimentos, as vivências pelas quais estas mulheres passavam, como a violência verbal, a distribuição desigual de tarefas e suas responsabilidades no âmbito do cuidado da casa e dos filhos foram investidas como passíveis de reversão. Naquele momento realizamos atendimentos com o intuito de mediar a situação a fim de que estes pudessem solucionar seus conflitos. No entanto, os companheiros nem sempre compareciam aos atendimentos, mostrando uma resistência em discutir questões que consideram como particulares e, portanto, pertencentes somente ao casal.

Neste âmbito e fora dele, alguns inquietamentos continuaram a me acompanhar, desde o exercício de poder nas relações conjugais, como as percepções de masculinidade assumidas por homens que foram apresentadas tanto durante minha vida durante o tempo que morei com meus pais, quanto com as experiências com as quais me deparei em meu campo de estágio em serviço social.

Desta maneira, a partir deste trabalho, busco entender para desnaturalizar o que a autora Rubin chamou de sistema sexo/gênero como “o conjunto de convenções mediante as quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e em produtos que satisfazem a necessidade sexual transformada”; (RUBIN, 1998, p.16), o qual acredito que permeia estas relações violentas, bem como o jogo de relações de poder (SCOTT, 1990), presentes nestas vivências sobre o modo de ser masculino.

A partir deste estudo sociológico procuro agregar conhecimento aos estudos feministas sobre esta violência de gênero que resulta na morte de mulheres ainda tão frequente. Compreendendo essas relações a partir do olhar daquele que perpetrrou a violência espero contribuir com o planejamento de ações ao enfrentamento da violência intrafamiliar para atuar na desconstrução dos modos de vivenciar a experiência masculina e feminina tão binário, violento e inflexível que provoca a morte da mulher. Isto é algo muito sério e indignante, praticamente inadmissível, crer que mulheres ainda percam sua vida no século XXI, sendo mortas por seus companheiros ou ex-companheiros porque são mulheres e porque sua vida é lida dentro de critérios masculinistas.

Neste sentido uma das maiores contribuições que propus com este estudo, é a análise dos conteúdos de um momento no qual estes homens pudessem expressar seus sentimentos, valores e razões, momento no qual puderam ser escutados em sua versão de razões, vida e trajetórias. A partir deste lugar de escuta e de interpretação me propus a compreender sua

experiência de si, do seu modo de agir enquanto homem, no conjunto do universo do ser homem.

Desta forma este estudo foi organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro intitulado: Caminhos que percorri: aproximação com os homicidas, este é o primeiro capítulo no qual apresento os aspectos metodológicos desta dissertação. Nele são apresentados e discutidos os aportes teóricos que me guiaram no caminho desta pesquisa. Neste sentido, este capítulo vai ao encontro das perspectivas teóricas deste estudo. Nele se apresenta desde as formas como pensar a aproximação com o campo e com os sujeitos, a melhor alternativa para a coleta de dados, como analisá-los, entre outras etapas desta dissertação. O segundo capítulo, intitulado Relações de gênero: masculinidade e violência, discuto a violência de gênero, principalmente em relação às situações em que esta se manifesta por meio da violência doméstica, em específico quando atinge mulheres. Nele discuti também a masculinidade de homens que praticam esta violência.

O terceiro capítulo chama-se Enfrentamento da violência contra as Mulheres: políticas e leis, discute como vem sendo pensada a intervenção contra a violência de gênero que atinge mulheres.

Já nos capítulos seguintes o 4 e 5, faço a discussão e a análise dos diálogos e conteúdos das entrevistas. O quarto capítulo, reporta-se a análise dos dados relativos às masculinidades dos homens autores de homicídio, as percepções de si e as diferentes interfaces com as quais se relacionam para expressar razões, valores, justificativas, sentimentos. Este capítulo traz análises sobre o modo como o sujeito autor de homicídio ou tentativa de homicídio se representa, como ele se vê em sua vida, quais as concepções que os guiam em suas ações e emoções, bem como os acontecimentos que marcaram sua vida. O quinto capítulo é dedicado aos relacionamentos que os homens possuíam com as vítimas do homicídio, ou de tentativa de homicídio. Neste, tentou-se compreender as concepções que os sujeitos carregam sobre o relacionamento e o modo como esta forma de agir esta apreendida pela sociedade, as internalizações que esses homens subjetivaram no seu modo de ser masculino, bem como as emoções e ações que desenvolveram que tiveram por influência nesta subjetivação.

Deste modo, nestes dois últimos capítulos, apresento a análise das narrativas, desde as quais pode-se verificar elementos constituidores de ações violentas, bem como as categorias de análise que elegi, baseando-me nos objetivos propostos nesta investigação, bem como em categorias que surgiram após a coleta, mencionadas pelos sujeitos e que me pareceram importantes. Assim darei sequência ao primeiro capítulo desta dissertação.

1 CAMINHOS QUE PERCORRI: APROXIMAÇÃO COM OS HOMICIDAS

Este capítulo versa sobre todo o aporte teórico que me guiou no caminho desta pesquisa, o qual objetivou compreender as experiências vivenciadas por homens em um contexto de violência, sua percepção de si e os conteúdos que reflexionavam sobre a prática do homicídio. Neste sentido, este capítulo vai ao encontro das perspectivas teóricas que guiaram o fazer deste estudo, sendo abarcadas, desde as formas como pensar a aproximação com o campo e os sujeitos, a melhor alternativa para coleta de dados, como analisá-los, entre outras etapas desta dissertação.

Levei em conta que os aspectos da multiplicidade da diferença, da singularidade e das contingências sócio-históricas fazem parte dos processos que os sujeitos vivem na cultura de uma dada sociedade e que estes conteúdos constroem também a subjetivação e que igualmente são nela produzidos. A abordagem que mais se aproxima desta pesquisa é a de perspectiva qualitativa. Para saber construir o objeto é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído, e é necessário conhecer tudo isso para nos interrogarmos sobre as técnicas de construção das perguntas formuladas a relação que se pretende analisar. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010).

As hipóteses que levanto decorrem das estruturas de poder que estão presentes nas relações discursivas e nas práticas sociais, culturais e políticas que fundamentam as relações de gênero, neste caso em contextos violentos. No mais, desconfio que os estudos, as representações e os suportes utilizados para falar de violência continuam sendo utilizados pelo Estado e pelas legislações de maneira binária e patriarcal. Estes aspectos obscurecem a percepção dos conteúdos das vivências diárias do masculino que estão vinculadas principalmente à valores viris, e que também estão inseridos em conflitos e em sofrimentos, no mais, existe uma relação entre a subjetividade e as matrizes da dominação e da subordinação.

Partindo destas relações estabeleci os objetivos gerais e específicos com o propósito de abarcar a perspectiva dos sujeitos. Com isto, procurei no objetivo geral, compreender através das narrativas dos homicidas a relação entre suas experiências vivenciadas enquanto homem em um contexto de violência, sua percepção de si, dos fatos e os conteúdos da experiência que eles reflexionam sobre a prática do homicídio ou à tentativa perpetrada contra suas companheiras, ou ex-companheiras. Em suas dimensões mais específicas busquei:

1. Compreender no sentido de apreender e explicar como interagem os valores de gênero e da experiência com a masculinidade com as percepções da experiência de vida experimentada por estes homens em relação a violência cometida. 2. Igualmente, fiz esforço para identificar as motivações, os conflitos, os processos normatizadores, nas narrativas dos homens em prática de homicídio, se estão vinculados a sentimentos, a estratégias de honra, posse, a certos tipos de entendimento a respeito do espaço familiar da sexualidade, a valores da heteronormatividade, e/ou da educação dos filhos, as questões econômicas, sentimento de provedor do lar. 3. Perceber como estes elementos do campo se conectam ou não a fundamentos simbólicos atribuídos a questões de gênero e de masculinidade e como estão relacionados com as relações de contexto, (família, amigos, história de vida, expectativa pública) incapacidade para administrar conflitos, perspectiva pobre sobre o futuro. Se referem-se a qual conjunto de práticas e valores, se estão baseados na dicotomia dos papéis. Se a relação em questão é entendida em termos de funcionalidade, de assimetria, dependência econômica subordinação do feminino.

Para dar conta de atingir os objetivos deste trabalho, esta dissertação fará uso de uma abordagem qualitativa na qual respeitar-se-á a realidade vivida por cada sujeito dando atenção aos detalhes por eles pronunciados. Busca-se assim, a compreensão sobre o que este sujeito esta falando, e seu local de narrativa “[...] O mundo social é construído sobre significações que outorgam os indivíduos num contexto social e cultural, historicamente determinado”. (BRICENO-LEON, 2003, p.157).

Briceno-Leon (2003) vai ao encontro das discussões sobre a definição do objeto. Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber* (1986) e Butler em *Mecanismos Psíquicos Del Poder: Teorías sobre la sujeción* (2010) dialogaram sobre a constituição dos discursos e dos saberes, vincularam a prática de tomá-los como verdade através de sua perpetuação, onde alguns dos responsáveis seriam estudiosos cientistas. Ou melhor, de grupos de pessoas, produtores de saber de uma determinada área específica, que ao discursar sobre determinado fato ou descoberta reproduzem-na como verdade que é aceita pelos demais.

Esta ‘verdade’ que uma vez produzida passa então a influenciar os indivíduos, que internalizam certas concepções, ou seja, os discursos se fundem aos sujeitos. Embora estes tenham a possibilidade de agencia para tentar alterar a realidade e os significados sobre ela postos, os discursos, e o poder que age através deles, influenciam na formação subjetiva dos sujeitos, seja para que continue reproduzindo as verdades que sobre ele recaem, ou até mesmo para questioná-las e, ou alterar determinada concepção. (BLUTER,2010).

Assim, construiu-se uma ponte entre as discussões de Foucault e Butler para explicar o que seria esta outorgação sobre os sujeitos, na qual se permeia pelas significações produzidas sobre estes, por meio dos discursos e verdades existentes anteriormente ao sujeito.

A pesquisa de cunho qualitativa, por ter como bases a compreensão e a interpretação (BRICENO-LEON, 2003) também permitiu que o pesquisador, no caso a pesquisadora estivesse em maior contato com os homens, não se prendendo somente à métodos de coleta de dados estruturados, proporcionando desta forma que o sujeito lhe desse maiores detalhes sobre o tema abordado.

Briceno-Leon (2003) sinaliza a importância de escolher os métodos de coleta de dados adequados ao estudo. Em meu caso tratou-se da entrevista narrativa. Conversei com homens que cumprem pena pela tentativa, ou pelo homicídio de suas companheiras ou ex-companheiras. Os dados foram coletados em Unidades Prisionais pertencentes ao Estado de Santa Catarina.

Quanto aos fundamentos metodológicos, este estudo necessitou de reflexões acerca da sua viabilidade, considerando que poderiam existir dificuldades em adentrar em um ambiente prisional, local este em que estes homens permanecem por obrigação, condenados pelo Estado por terem infringido a Lei.

A conferência da viabilidade foi importante pois, como o sociólogo Cicourel (1980) já apontava, quanto aos problemas metodológicos ao se considerar as condições de pesquisa em que ele desenvolveu sua prática. A partir de sua leitura e das discussões em sala de aula na disciplina de métodos e técnicas de pesquisa, na qual discutimos a importância de garantir o campo, foi avaliado como de extrema importância garantir a acessibilidade ao campo de pesquisa e aos sujeitos, ainda mais considerando que para mim este seria um terreno difícil.

A dificuldade poderia existir por eu ser uma acadêmica de fora do sistema prisional, não tendo nenhuma pessoa conhecida que poderia facilitar a entrada no campo. Outra possível complicação que poderia ocorrer, seria a negativa destes homens em conversar comigo sobre este acontecimento em sua vida, a morte de uma pessoa provocada pelos mesmos. Estes possíveis empecilhos resultariam em outra proposta de investigação que deveria ser elaborada.

Por este motivo, a garantia de que o estudo seria viável era fundamental mediante as questões a serem enfrentadas, e a verificação desta viabilidade acabou antecipando a entrada no campo.

Conforme Cicourel (1980), para adentrarmos em um campo de estudo que nos é novo, não há receita, o manual para a entrada formar-se-á a partir da complexidade da

comunidade, e de seu conhecimento prévio sobre a mesma, uma das estratégias seria “fazer contatos iniciais com as pessoas que controlam a comunidade.” (CICOUREL, 1980, p.89).

Assim, seguindo a dica deixada pelo sociólogo, optei por mapear todas Unidades do Sistema Prisional de Santa Catarina, com o intuito de verificar a viabilidade desta pesquisa. Esse mapeamento realizado consistiu em identificar quais eram as Unidades Prisionais e sua disponibilidade em cooperar com a pesquisa e claro, confirmar em qual delas se encontravam cumprindo pena homens autores de homicídio contra sua companheira ou ex companheira, e quantos eles eram.

O contato inicial foi realizado por telefone. Por meio desta iniciativa que contou com esclarecimentos sobre a pesquisa, cinco unidades prisionais do Estado de Santa Catarina aceitaram abrir as portas para o estudo e confirmaram que possuem “reeducandos” com esta especificação. Outras mencionaram não haver detentos cumprindo pena pela morte de suas companheiras ou ex-companheiras.

As demais se negaram a prestar qualquer informação por telefone, exigindo que lhes fosse enviado uma carta ou ofício para solicitar tais informações, bem como que se esclarecesse sua finalidade. Ou até não conseguimos contato através deste meio.

Em relação as Unidades Prisionais o Estado de Santa Catarina conta com 41 Unidades; destas 18 Unidades são Presídios; 15 Unidades Prisionais Avançadas; 6 são Penitenciárias e 2 São Complexos Penitenciários. Sendo estas destinadas ao abrigamento de presos que cumprem pena em caráter semi aberto e fechado, e ainda à reclusão preventiva dos que aguardam julgamento.

Desta forma foram elaboradas o total de vinte e uma cartas direcionadas aos diretores das Unidades Prisionais que solicitaram ofícios, ou com as quais não conseguimos contato previamente.

Estas cartas foram elaboradas por mim, juntamente com a orientadora desta pesquisa, e foram assinadas pela orientadora, por mim e pelo Coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociologia prof. Álfio Brandemburg.

As mesmas foram enviadas de duas formas; depois de scaneada foi enviada por meio de correio eletrônico; uma copia foi remetida por meio de carta postal aos respectivos endereços físicos das Unidades Prisionais.

Nestas cartas, conforme se pode ver nos anexos A e B constava o detalhamento da proposta de pesquisa a intenção do estudo, e solicitava-se que nos informassem se a pesquisa seria possível em sua unidade, bem como informações sobre a quantidade de presos neste local cumprindo pena acusados deste crime em específico.

Optamos por fazer dois modelos. Estes se diferenciavam considerando-se a possibilidade de coleta de dados em locais mais extremos do Estado, e com difícil acesso (sul e oeste, por exemplo). Nas cartas endereçadas a estes locais foi solicitado apenas informações sobre o número de detentos que se encontravam cumprindo pena pela morte de suas companheiras ou ex companheiras. Isto para ter um mapeamento de qual era o número real de homens condenados por este fim. A busca por estes dados junto aos diretores das unidades se deve ao fato de não localizarmos este tipo de informação em nenhuma outra fonte.

No outro modelo de carta, enviada para os demais endereços, além destas informações solicitava-se acesso aos presos para realização do estudo.

Infelizmente não foram todas as Unidades Prisionais que responderam as cartas. Das vinte e uma enviadas, seis responderam de forma negativa, sendo que metade destas, também não continha detentos cumprindo pena pela morte de sua companheira. As demais relataram que não poderiam nos dar informações.

Além das unidades que já haviam confirmado por telefone que estariam dispostas a abrir as portas para pesquisa, outras três unidades responderam de forma positiva disponibilizando-se a contribuir com o estudo. No entanto não me informaram o número exato de homens que se encontravam cumprindo pena.

Avaliando os gastos e a possibilidade de deslocamento para coleta de dados, iniciei o campo nas Unidades que já haviam confirmado o aceite do estudo por meio do contato telefônico.

A sensibilidade dos Diretores das quatro Unidades Prisionais que me receberam e possibilitaram a pesquisa foi muito importante. Ambos delegaram um responsável por me atender na Unidade Prisional, fazer o levantamento dos dados solicitados e pensar na logística para coleta de dados.

A partir da definição desta pessoa, que em duas situações foi estabelecida pelo setor de psicologia da Unidade, e nas duas restantes por agentes penitenciários, pude explicar exatamente o que precisava. Como por exemplo, uma sala onde fosse possível gravar a narrativa destes sujeitos. Combinei o dia diretamente com estas pessoas, e desta forma pude realizar as entrevistas.

A coleta das narrativas ocorreu em quatro Unidades Prisionais, sendo que o critério utilizado foi a devolutiva afirmativa dos diretores liberando o acesso aos detentos, a assertiva dos próprios em participar e a facilidade de locomoção pelo Estado para chegar até estes espaços.

Desta forma, consegui conversar com onze detentos. No entanto um deles se distingue dentre eles, na data da conversa estava aguardando julgamento, e atualmente encontra-se em seu lar, seguindo sua vida como um cidadão livre.

Este sujeito em específico, não seguia o padrão dos demais. Foi uma surpresa enquanto pesquisadora, pois diferente de todos os outros, Hélio, aguardava o julgamento que seria em pouco menos de um mês. Acusado de matar, com algumas especulações de ser ele o mentor do homicídio de sua companheira, por motivos relacionados à desvio de dinheiro na empresa em que este era presidente e a companheira diretora financeira. O sujeito na entrevista contou como se sentia injustiçado por estar preso há 03 anos por um crime que não cometera, afastado de sua família e filha que ainda não haviam nem chegado à adolescência. Curiosa com a situação narrada não pude deixar de acompanhar o Juri Popular do sujeito que durou mais de 20 horas, e no qual foi inocentado.

Este sujeito, que dentre os onze foi o único julgado inocente tem uma história completamente diferente dos demais. Isto me mostra como na pesquisa qualitativa estamos sujeitos a esbarrar com as mais diversas situações que a aproximação com os sujeitos pode nos trazer. Um campo que não está pronto. Como Briceno-Leon (2003) já apontava não se tem o controle sobre o que se encontra, pois se insere no campo naturalmente, sem criar moldes para o que se procura encontrar.

[...] A investigação qualitativa se aproxima da realidade do estudo de uma maneira natural, isto é, procurando não alterar o que ocorre, nem impor moldes para encerrar a realidade em um padrão de observação, uma pergunta ou uma teoria previamente desenvolvida. (BRICE-LEON, 2003, p. 60).

Flick (2004) também faz apontes sobre esta possibilidade de encontrar mais do que se espera no campo, com isto pode-se refletir que nem sempre é possível o controle do que encontraremos, apesar de delimitarmos o foco de nossa pesquisa e onde teríamos acesso e possibilidade de concretizá-la. Foi uma observação participante seletiva, isto pois, delimitei o espaço no qual faria a pesquisa, ou seja Unidades Prisionais nos quais encontravam-se cumprindo pena homens autores de homicídio contra suas companheiras ou ex-companheiras. E por meio deste contato com a “atual residência dos homicidas” que pude fazer algumas observações sobre o ambiente em que estavam, o modo como eram tratados e sua situação de vida atual. Tive a oportunidade de adentrar o ambiente e que estes homens vivem. (FLICK, 2004).

No entanto, como Uwe Flick (2004) esclarece, ao realizarmos um estudo qualitativo no qual faremos também uso da observação participante, onde o pesquisador tem contato com o campo, o ambiente onde o sujeito está e tem oportunidade de presenciar situações, fazer observações a respeito, seja sobre o ambiente, sujeitos ou comportamentos de demais integrantes do espaço, o pesquisador também está participando, levando consigo impressões sobre o contexto da coleta de dados. Em se tratando desta forma de observação, ser atuante e ganhar cada vez mais acesso ao campo e aos sujeitos é fundamental às questões da pesquisa. Uma das formas utilizadas para tal, foi justamente a ação de fazer contatos com pessoas chave, que nos auxiliaram ao acesso a estes detentos. Ao assumir esta escolha, que para mim foi o único meio, me deparei com este sujeito supracitado que na realidade aguardava o julgamento de um crime que não praticou, e que em pouco tempo foi inocentado, conseguindo novamente sua liberdade que foi tirada pelo Estado à três anos atrás, quando este foi preso preventivamente.

Neste sentido, é um sujeito que será visto de forma diferente, o conteúdo de sua narrativa expressa os sentimentos e angústias de um sujeito preso “inocentemente”, o qual revela a experiência com a lei que não funciona de fato de forma a fazer valer de que as pessoas são inocentes até que se prove o contrário.

Sendo assim, a amostra da pesquisa corresponde a onze sujeitos. Sendo três deles condenados pelo crime de tentativa de homicídio contra sua companheira ou ex. E sete deles cumprem pena pela morte de sua companheira, nosso ultimo sujeito foi absolvido do crime de homicídio.

Considero assim que para o objeto de estudo esta sendo fundamental a abordagem de cunho qualitativo, a partir dela pode-se compreender o significado do mundo social para o sujeito. (SCHWANDT, 2006). Neste sentido minha perspectiva é de cunho mais hermenêutico interpretativo.

Minayo (2003) esclarece que a hermenêutica consiste na base de compreensão onde se leva em consideração “todo e partes, como categorias filosóficas fundantes; e significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento.” (MINAYO, 2003, p.1).

A escolha se deve principalmente ao fato da hermenêutica ser considerada a arte de compreender textos. Os textos conforme a autora apresenta, assumem um aspecto amplo, podendo ser: “biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, dentre outros.” (MINAYO, 2003, p.2). Desta maneira a hermenêutica se funda na compreensão. A compreensão acontece no sentido de colocar-se a si mesmo no local do outro, originando-se no processo de intersubjetividade e de objetivação humana.

Segundo o diálogo entre Minayo (2003) e Gadamer (1999), o processo de compreensão não se resume somente às palavras do autor, pois palavras e discursos vão muito mais além do que este quis expressar, necessita-se tomar em conta que cada individualidade é uma manifestação do viver total destes, por tanto compreender seria um exercício de levar em conta o que cada um tem em comum, entre eles, e o que é específico como contribuição de cada autor. (MINAYO, 2003).

Neste sentido com o intuito de compreender as ações do autor embasadas nas concepções teórico analíticas sobre masculinidades, relações de poder, e relações de gênero, e com o aparato metodológico, procurei desvendar as concepções do autor, sujeito em nosso trabalho, suas ações praticadas, levando em consideração o contexto no qual este nos informou vivenciar, para tanto utilizei a entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados.

A razão da escolha deve-se ao fato deste instrumento proporcionar colher em profundidade a perspectiva dos atores sociais. Poupart (2008) já aponta que esta é uma das justificativas pela escolha da entrevista de cunho qualitativo.

Segundo o autor há outros dois argumentos elencados pelos pesquisadores sociais, o segundo seria de cunho ético e político, por meio da entrevista social, seria possível conhecer os dilemas e tensões vivenciadas pelo sujeito da ação e por fim, o argumento metodológico, este seria um modo privilegiado de ter acesso às experiências dos autores.

A entrevista enquanto forma de aproximação e de estratégia para compreender a realidade o posicionamento social do ponto de vista do sujeito é aludida por Poupart (2008) enquanto fundamental, conforme ilustra a seguir:

[...]As condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como conteúdo para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem as suas ações. (POUPART, 2008, p.216 - 217).

Como Poupart (2008) elucida, este é um instrumento que permite a aproximação com a experiência do outro a partir do seu enunciado, colhendo o próprio sentido que estes conferem a suas ações. Acredito que esta foi a melhor forma de se aproximar dos homens que tentaram e conseguiram matar suas companheiras, e que atualmente estão presos cumprindo pena por seu crime. Desta forma, os sujeitos ficaram livres para falar sobre o

ocorrido, seu relacionamento, sua experiência enquanto homens nos espaços em que circulam.

Poupart (2008) também expressa que a entrevista não estruturada, permite maior profundidade a perspectiva do autor sobre o assunto, uma vez que este fala sobre o que é importante para ele, ainda com as técnicas de reformulação o pesquisador pode levar ao detalhamento de suas falas.

Em relação ao procedimento da entrevista, Poupart (2008) frisa que o entrevistador deve deixar o entrevistado mais a vontade possível para falar. Sendo esta a forma como agimos.

Deixei os homicidas confortáveis para me contarem todos os aspectos de sua vida que julgaram importantes, sendo que citei algumas das questões eles quais poderiam discutir: sua infância, convívio com pais, trabalho, relacionamentos, atividades de lazer. Outras questões apareceram mencionadas pelos próprios sujeitos, como: suas queixas sobre suas experiências vivenciadas antes da prática do crime e durante o período em que estão cumprindo pena, descrição do crime, sentimentos, o processo de prisão, julgamento, expectativas para quando terminarem de cumprir pena, apoio da família. Nem todos os elementos aqui descritos foram enunciados por todos os sujeitos, alguns discorreram sobre todos estes aspectos, outros apenas sobre alguns, isto ocorreu espontaneamente a medida que os temas eram articulados por eles, em cada situação, durante o próprio processo de narrar-se.

Tomei apenas algumas notas em relação aos dados destes homens e o restante foi gravado por meio do recurso de gravador.

No início acredito que todos que participaram estavam um pouco apreensivos, e isto inclui a mim. Isto porque eu não sabia como seria este momento do contato, das entrevistas, se os sujeitos ficariam a vontade ou não para conversar comigo. E para eles, como seria, já que se tratava de uma pessoa desconhecida que se deslocou até o local onde estavam para ouvi-los. Afinal eles iriam expor sua vida para outra pessoa.

No começo da conversa estavam um pouco tímidos, mas aos poucos se soltavam e narravam os acontecimentos sem receio, estava ali para ouvi-los e não para julgá-los. Penso que uma motivação para que se sentissem mais a vontade foi minha imparcialidade frente aos relatos, deixando que narrassem sua experiência do modo como esta era articulada por eles.

Por este motivo escolhi a entrevista “narrativa” pois segundo Jovchelovitch e Bauer (2003) esta é uma maneira de relembrar o que aconteceu, maneira pelo qual o informante pode encontrar explicações para isso.

[...]Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003, p. 91).

Por este método os sujeitos de nossa pesquisa sentiram-se mais a vontade, pois de certa forma puderam selecionar o que para eles é importante em sua experiência que é mais ampla do que do homicídio, afinal estavam livres para ordenar sua narrativa, bem como expor-se sobre o tema.

Conforme enunciam Jovchelovitch e Bauer (2003), as narrativas são ricas em informações indexadas, fazem referências concretas em relação há um tempo e lugar, isso pois, se referem a uma experiência profissional, dão detalhes sobre as ações. As narrativas são ao mesmo tempo um esforço de ligar os acontecimentos a um tempo e um sentido, sendo este sempre atribuído pelo informante.

Uma boa narrativa possui três características essenciais. A primeira delas seria a textura detalhada, que consiste no maior detalhamento possível do fato narrado, para que se ache conexão entre um fato e outro. Assim, quanto menos o ouvinte souber, maior será o detalhamento do informante. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003).

A segunda característica refere-se a fixação da relevância, na qual o informante seleciona os fatos a serem narrados a partir da sua perspectiva de mundo, o que este considera relevante. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003). Por fim, Fechamento da *Gestalt*, nesta um acontecimento central precisa ser contado em sua totalidade. Este é um modelo de entrevista em profundidade, ultrapassando esquema de pergunta resposta. Assim a influência do pesquisador deve ser mínima, sendo a narração um modelo auto-gerador. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003).

Os autores propõem que o entrevistador conheça o mínimo possível das histórias a serem contadas pelos informantes, assim as interrupções são menores e o informante, ou seja, o sujeito no qual estamos interessados nos fornece a maior riqueza de detalhes sobre os acontecimentos. Com isto, seu estímulo para explorar maiores detalhes sobre o

desconhecido será maior e não se corre o risco de estimular a narrativa em um sentido ou outro.

Mediante aconselhamentos metodológicos dados pelos autores realizei a coleta de dados sem informações prévias sobre quem eram estes homens, quando o crime foi cometido e possíveis causas, parti assim inicialmente de suas narrativas enquanto homens que mataram ou tentaram matar suas companheiras ou ex-companheiras, com o intuito de compreender a perspectiva de mundo, os sentimentos e exercício das masculinidades destes homens.

Para que a narrativa se desenvolva conforme o proposto por Jovchelovitch e Bauer (2003), os autores estipulam algumas regras para o bom funcionamento da narração. Estas regras se delimitam aos momentos da narração, e procurei segui-las no momento destinado a coleta.

A primeira delas refere-se a preparação da entrevista, neste o entrevistador deve preparar as questões a serem perguntadas, para isto, é preciso estar a par de algumas questões sobre o que se quer saber. Em meu caso, algumas questões gerais foram elaboradas em conjunto com a orientadora desta dissertação, às quais tive como foco algumas experiências da vida do sujeito.

Estas questões na verdade foram apenas algumas dicas para os sujeitos para que estes pudessem soltar-se e ficarem mais a vontade, como mencionei acima nas questões que apareceram durante a conversa, e propriamente nos assuntos que estes mesmos queriam contar, conversar, recordar e refletir. Procurou-se proporcionar um espaço em que estes sujeitos pudessem sentirem-se livres para falar e expressarem-se sem nenhuma pressão, tanto que em qualquer momento poderiam desistir da entrevista, que funcionou como uma conversa guiada propriamente por estes, uma vez que eles escolheram a ordem dos fatos a serem narrados e a profundidade que gostariam de compartilhar. Assim seguiu-se a orientação de Flick (2004), de que durante a entrevista o pesquisador deveria prestar atenção às questões do entrevistado, seu recorte, seus temas, sua linguagem. O ponto crucial é traduzir as questões que refletem o interesse do pesquisador suas formulações e sua linguagem em temas, tópicos e relatos de acontecimentos que surgem durante a narração, trazidos pelo informante.

A entrada em campo e o início das conversas foi um momento de apreensão, ao menos no início, pois mantive certo receio de que não fosse bem recebida por estes, de que ficassem desconfiados por eu ser uma pessoa completamente desconhecida. Preocupava-me em elaborar um trabalho sério, em ouvir estes sujeitos, o que foi meu interesse desde o início. Por isto este momento da entrevista foi tão apreensivo para mim.

Caso não concordassem em compartilhar experiências de sua vida comigo, destinadas a esta dissertação de mestrado eu teria que mudar meu projeto de pesquisa, pensar em outra problemática de meu interesse, mas obviamente não ficaria contente com este rumo. Assim antes mesmo do término do primeiro semestre do mestrado estava eu em um presídio do Estado de Santa Catarina, conversando o primeiro sujeito participante da pesquisa.

Porém, para minha surpresa e alívio foi justamente ao contrário dos meus medos. Tive até a impressão que os sujeitos ficaram gratificados pela oportunidade de serem ouvidos, principalmente por uma pessoa que não estava ali para julgá-los, ou questionar explicitamente os fatos sobre o dia e motivos do homicídio. Esta suspeita em relação ao sentimento que tiveram com a experiência da entrevista, deve-se principalmente por todos terem agradecido por eu ter estado ali neste espaço dedicando meu tempo para ouvi-los, inclusive alguns deles perguntaram se eu não voltaria para uma nova conversa.

No momento inicial, após minha apresentação e explicação da pesquisa na qual propunha que participassem, e após o aceite destes, informava que o gravador estava sendo ligado para gravação da entrevista. Chamando-os pelo nome, pedia que discorressem sobre aspectos diversos de sua vida relatando suas experiências, tais como: infância, convívio com pais, trabalho, relacionamento, praticas de diversão, queixas, descrição do crime, sentimentos, o processo de prisão, expectativas para quando terminarem de cumprir pena. Embora tenha mencionado de uma vez os assuntos que poderiam abordar, a maioria dos sujeitos seguia por si só seu raciocínio cronológico relatando suas experiências vivenciadas ate o momento, mencionando os elementos que eu havia citado.

Em alguns momentos de sua narrativa, estes pediam ajuda, perguntando a respeito do que mais poderiam falar, e com isto os lembrava sobre algumas experiências que poderiam relatar que ainda não tinham sido abordadas. Em outros, o pensamento do sujeito, e as lembranças as vezes estavam desconexas, indo e voltando em alguns assuntos como por exemplo as lembranças de sua infância que foram mencionadas no inicio da conversa e no meio por exemplo, usada para justificar determinada situação ou ação. Nestes casos, quando era necessário, auxiliava o entrevistado a retomar o ponto em que havia parado antes desta justificativa no qual retomava a experiência vivenciada no passado.

A fase seguinte mencionada por Jovchelovitch e Bauer (2003) seria permitir que o entrevistado narrasse livremente na ordem que melhor lhe parecesse. No caso de minha pesquisa, a primeira e a segunda fase se misturaram, eu praticamente a considerei como uma só, logo após sinalizar alguns aspectos que poderiam ser abordados pelo sujeito de acordo com sua escolha o deixei livre para explicar sobre sua experiência.

Neste segundo momento sinalizado pelos autores, pode-se fazer alguns questionamentos, no entanto sem mostrar dúvidas sobre o que ele narrou, sem fazer indagações sobre o porque, mas sim, pedindo que conte um pouco mais sobre algum fato, esclarecer o que aconteceu depois, nesta fase como o próprio autor salienta tive que tomar cuidado para utilizar somente as palavras do próprio informante. No nosso processo de entrevista, esta intervenção foi mínima.

Finalmente, temos a fala conclusiva, que seria uma conversa que acontece logo após que o gravador é desligado. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2003).

Na minha experiência este momento foi muito curto, pois este era o momento em que os agentes penitenciários entregavam o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os sujeitos assinarem, ou porque estes tinham pressa para voltar a suas atividades dentro do presídio.

Este processo de entrevista e a forma como foi conduzida permitiu que se chegasse próximo dos sujeitos de modo que estes narrassem sua experiência. Foram capazes de expor seus sentimentos, analisar o acontecimento dos fatos em sua vida e chegarem a uma avaliação.

Para análise das entrevistas recorri à análise de conteúdo, maneira na qual o texto é a expressão do sujeito. Este procedimento ocorreu através da produção de categorias, definidas a partir de objetivos deste trabalho, bem como por elementos trazidos nas narrativas dos sujeitos.

Para alguns autores a análise documental do texto é a expressão do sujeito “onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem.” (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.683).

Nesta análise são feitos alguns procedimentos semânticos, nos quais procurou-se identificar o que determinado texto quis dizer, expressar, e com isso recorro a hermenêutica no sentido de compreender estes conteúdos que foram produzidos.

Com este instrumento de avaliação pode-se avaliar diferentes conteúdos, como: jornais, fotografias, matérias, artigos; aqui foquei apenas nas entrevistas concedidas pelos sujeitos, ou seja, nos próprios textos produzidos nesta pesquisa, (BAUER; AARTS, 2008) e obviamente contamos com nossa fundamentação teórica para tal, sendo que estas justificam e dão suporte a nossa organização por meio de análises temáticas. Esta ocorre através da classificação dos materiais colhidos, separados em temas/categorias, onde é possível casar o corpus com a teoria.

Desta forma, a partir dos textos obtidos pela transcrição das entrevistas foram detectados as significações produzidas por cada um, por meio das dimensões apontadas nas falas dos sujeitos.

Estas por sua vez, foram organizadas e agrupadas conforme suas características em comum, ou divergentes sobre o mesmo aspecto abordado, tratando-se desta forma, de uma análise de conteúdo por categorias. (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Ou ainda, como Bauer e Aarts (2008) apontam, trata-se da construção de um corpus, ou seja, do conteúdo explicitado pelos sujeitos que se relacionam com a teoria e com os objetivos que procuramos alcançar nesta dissertação. Como os próprios autores orientam neste processo de construção do corpus da pesquisa, a seleção do material ocorre de modo cíclico. Com isto, se escolheria, analisaria se este material dá conta dos seus objetivos e se há divergências entre as falas, o que poder-se-ia contrapor entre os dados por exemplo, para reavaliar esta escolha e se preciso refazê-la. Em nossa pesquisa, percebemos certo padrão nas representações trazidas pelos sujeitos, identificando assim, que há uma saturação evidente nos dados coletados, tal como poder-se-á conferir.

Neste trabalho, o corpus foi construído a partir da transcrição e análise de cada entrevista, onde foram comparadas, representações por meio de respostas diferentes, iguais, argumentos que se inclinavam na mesma direção.

Para análise dos dados usei a análise de conteúdo, representada pelo corpus selecionado, através dos temas que foram discutidos de acordo com os objetivos traçados. Por meio da análise de conteúdo se tentou compreender os sentidos que aquela narrativa trazia, compreender qual a mensagem que aquele conteúdo podia oferecer, a partir de nossa interpretação sobre o sentido das palavras e do conjunto dos elementos, dos contextos, da história de vida e das relações trazidas pelo sujeito. (CAMPOS, 2004). Salienta-se que buscamos como ponto de partida em nossas discussões, os conteúdos trazidos pelos sujeitos desta pesquisa. Nossa tentativa de interpretar o valor simbólico e do vivido, presente em suas narrativas também respeitou o limite entre o que o sujeito disse, e o que se interpreta, sempre deixando em evidencia as falas e os sentimentos que os homens autores de homicídio manifestavam.

A seleção do material que comporá as unidades de análise pode ocorrer tendo em consideração questões que o pesquisador se propõe a responder, e desta forma organizar sua análise através de temas.

O tema pode ser compreendido como uma escolha própria do pesquisador, vislumbrada através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contrato com o material estudado e teorias embasadoras, classifica antes de tudo por uma sequência de ordem psicológica, tendo comprimento variável e podendo abranger ou aludir a vários outros temas. (CAMPOS, 2004, p.613).

Campos (2004) aponta que a escolha para análise temática pode ser feita por nós mesmos, seguindo os preceitos estipulados nos objetivos da pesquisa e claro, que estes partam do material fornecido pela entrevista. Ou seja, que dividamos nosso corpus em pequenos temas, através dos enunciados dos sujeitos tendo como plano de fundo os objetivos perseguidos.

Esta foi a maneira com a qual tentei organizar a estrutura de análise dos dados coletados através das entrevistas.

Desta forma procurei desvelar o que está implícito nas narrativas de homens autores de homicídios contra suas companheiras ou ex-companheiras, quando discorrem sobre sua experiência no mundo, enquanto homens e a forma como se percebem.

A partir da metodologia proposta esforcei-me para responder às questões aqui explicitas com vistas a atender aos objetivos desta pesquisa. Para tal ainda discorremos da revisão de literatura que nos dê subsídios para pensar as narrativas de si produzidas por estes homens, sua relação com percepções de masculinidade e a relação desta com a prática do homicídio.

1.1 O MOMENTO QUE ME DEPAREI COM OS HOMICIDAS

Neste momento seguinte procuro situar o leitor sobre minha entrada no campo, as manobras que foram necessárias para conseguir acesso a instituição em que estes homens se encontravam, bem como o acesso aos mesmos e as condições de execução da pesquisa. Tanto no que envolveu os cuidados para com minha segurança, tanto em relação à garantia da gravação das entrevistas para posterior transcrição e análise. Enfim, abordarei neste capítulo sobre a metodologia de uma forma mais pessoal pois estarão explícitos meus sentimentos, percepções e angústias. Considero fundamental localizar o leitor sobre as dificuldades, facilidades, apoios e as próprias condições de pesquisa em que este estudo ocorreu.

Neste sentido, adentrei no campo de coletas de dados de forma rápida, isto pois obtive um rápido retorno da Unidade Prisional e esta se localizava em um local de fácil acesso no

Estado de Santa Catarina. O diretor da unidade me respondeu que haviam 04 detentos cumprindo pena pelo assassinato de sua companheira, e que, se estes concordassem poderia entrevistá-los.

Não imaginava que a resposta ocorreria de forma tão rápida, mas se tratando de um retorno positivo não podia perder a oportunidade. Falo isto, pois ainda estava no primeiro semestre do mestrado, e se acaso não fosse possível a realização das entrevistas deveria mudar meu projeto, e por este motivo tive que me antecipar e ir a campo antes mesmo do que imaginava.

A resposta positiva do diretor desta Unidade me deixou ao mesmo tempo em êxtase, e com receio de que ainda tivesse impasses a vencer. Minha preocupação e também da orientadora desta dissertação, era de chegar lá e estes homens não quererem participar, bem como em que condições em caso destes participarem, a pesquisa iria ocorrer, minha segurança seria garantida? Afinal não sabia em que condições encontraria os sujeitos, o que estes estariam pensando no momento.

Iniciei assim a negociação das condições de pesquisa, para tal o diretor do referido presídio designou uma pessoa com a qual deveria fazer os arranjos necessários à pesquisa. Tratava-se de uma estagiária de psicologia que realizava atendimentos aos detentos.

Desta maneira, combinamos que a pesquisa se realizaria em uma sala na qual pudesse ser gravada, e que na presença da mesma explicaria do que se tratava a pesquisa e qual minha intenção enquanto pesquisadora.

No contexto destas decisões, no dia 29 de maio de 2014, tomei um ônibus da catarinense, e antes das oito horas da manhã estava na cidade. Peguei um táxi até a Unidade Prisional que por sinal se encontra muito distante do centro da cidade.

Neste percurso tive uma experiência. Ao entrar no carro o motorista cumprimentou-me cordialmente com um sorriso no rosto. Após perguntar-me sobre qual o destino e ouvir minha resposta seu sorriso se fechou. Em seguida fui rodeada de algumas perguntas, como por exemplo: - Hoje é dia de visitas? Mas após verificar que não se tratava de familiares de nenhum dos presidiários, pareceu me que o condutor do veículo ficou mais tranquilo e ao contar que sou pesquisadora a curiosidade se aguçou neste sentido me questionando qual o foco da pesquisa. Então sucintamente lhe expliquei que estava me dirigindo ao local para entrevistar alguns dos detentos, mas que meu interesse era apenas acadêmico. Achei estranho o comportamento deste sujeito, não imaginei que estes tivessem esta desconfiança quando solicitei o local para o qual gostaria de ir. Pode ter sido ingenuidade minha achar que não despertaria curiosidade, não sei.

Mas logo após, o motorista ficou mais confiante e pode expressar-se livremente, me contando sobre a fuga que havia ocorrido na semana passada onde quatro detentos haviam fugido, sendo apenas um deles recapturado. O motorista então se mostrou solícito comigo, disse que ficaria aguardando até que minha entrada fosse autorizada, pois devido ao evento da fuga, talvez não pudesse realizar a pesquisa naquela data.

Cheguei a Unidade Prisional sem saber quais os reais desafios que me aguardavam. Apesar de todo o esquema estar organizado para proporcionar maior agilidade na coleta de dados, pelas conversas e acordos prévios que ocorreram por email, obtive surpresas na hora em que conversei com as pessoas no local.

Já no início me informaram que não se tratava de quatro detentos, mas de dois que cumpriam pena pelo homicídio de sua companheira. O que reduzia em 50% o número de sujeitos que eu esperava encontrar e entrevistar, embora não se trate de uma pesquisa quantitativa, nesta ocasião precisava garantir o campo, e para isto as entrevistas que conseguisse eram fundamentais. Sendo que naquele momento me senti frustrada pela informação errônea, e ainda mais apreensiva e com receio dos sujeitos restantes não desejarem participar da pesquisa.

Assim, organizaram o espaço, que era a mesma sala utilizada nos atendimentos com a estagiária de psicologia. Uma sala pequena, com carteira improvisada, quase que do tamanho de uma carteira escolar e três cadeiras.

O primeiro detento foi levado até a sala guiado pelos agentes penitenciários. O contato com os detentos ocorreu nesta sala pois não havia outro ambiente em que se pudesse ficar a vontade, pesquisador e sujeito da pesquisa, sem a intromissão de demais pessoas da Unidade Prisional.

A primeira pessoa com quem pude conversar então entrou na sentou a minha frente com algemas nas mãos e pés. A estagiária acompanhou-me nas entrevistas porque ela já tinha um vínculo com cada um deles. A presença da estagiária neste momento me deixou um pouco mais confortável, pois tratava-se da primeira entrevista, e o receio de receber a negativa era muito grande, assim, com uma pessoa que já os conhecia ao meu lado pude me sentir um pouco mais tranquila, e acredito que os entrevistados também, pois não haviam sido preparados para o dia, não sabiam o que estava acontecendo. E ser posicionado em uma sala, contra sua vontade, frente a uma pessoa desconhecida não me pareceu favorável. Por isto, naquele momento em específico a presença da estagiária me deixou mais confortável com a situação. E ela também me ajudou a reforçar que não eram obrigados a colaborar com esta

dissertação, apenas se realmente quisessem participar deste momento de conversa, que seria gravado.

Após uma breve apresentação, tanto pessoal quanto acadêmica, o detento manifestou que não tinha interesse em participar da pesquisa. Em sua resposta, argumentou que não gostaria de falar sobre o ocorrido, e sobre sua vida, nem conosco na qualidade de pesquisadora, nem com nenhuma outra pessoa. Desta forma, sua decisão foi respeitada. Agradecemos por ter nos ouvido. E na sequência foi liberado para que voltasse à sua cela.

Infelizmente ao não termos o controle sobre o modo com o qual a instituição age em relação aos detentos. Esta não foi a única que não conversou previamente com os detentos para lhes preparar no sentido de que receberiam a visita de uma pesquisadora que gostaria de conversar com eles, explicar seu estudo e convidá-lo a participar.

Por este modo, esta conversa inicial foi necessária e de extrema importância. Os sujeitos não sabiam até o momento da minha existência e desta proposta de pesquisa, sendo que o primeiro contato foi comigo, o que por um lado os pegou de surpresa. No entanto, por outro, tive a oportunidade explicar-lhes por mim mesma o porquê de minha presença no local, qual minha proposta de estudo, e verificar se estes gostariam de contribuir com ela através da entrevista. Comigo, falando pessoalmente com o sujeito, esclarecendo a proposta e disponível para sanar qualquer dúvida que este pudesse apresentar quanto ao sigilo, ou questões que teria que responder, pude ter a certeza de que este não estava sofrendo coação da Instituição participando da entrevista por represália. E a própria Unidade Prisional se mostrou bastante respeitosa com a decisão do sujeito que optou por não participar da pesquisa.

Com a negativa do primeiro sujeito, o segundo foi buscado de sua cela pelos agentes penitenciários e conduzido até a sala onde estávamos. Prosseguimos da mesma forma realizando as apresentações e explicações iniciais, sendo que este então concordou em participar da pesquisa. Passamos assim quase duas horas no processo de entrevista narrativa, que como Jovchelovitch, e Bauer (2003), refletiram, é o momento em que o sujeito elenca os episódios que para ele tem maior significância, e a qual ele atribui um sentido. Um momento no qual, sem o direcionamento de perguntas fechadas, o sujeito tem a possibilidade de refletir sobre seus atos, e mencioná-los de acordo com a ordem de importância que possui para este. Sendo que acreditamos que foi o melhor método de coleta de dados, pois o sujeito pode sentir-se livre para realmente discorrer sobre o que sentiu-se a vontade e aprofundar ou não, o quanto julgou necessário sobre cada aspecto de sua fala, seja pelos fatos narrados, sentimentos, e reflexões.

Após a conversa com os sujeitos da pesquisa, fui convidada para almoçar com os agentes penitenciários no refeitório deles. A primeira vista fiquei feliz pelo convite e pela iniciativa dos mesmos. A alimentação é preparada pelos próprios detentos que possuem “bom comportamento” isto, definidos pelos critérios da Unidade Prisional.

Para chegar ate o local da refeição passei por um corredor no qual vi as celas, e o alimento sendo entregue dentro destas, parecia cenas de filme, colocam os pratos, que são todos de plástico, por meio de um buraco na porta da cela.

Senti-me extremamente mal ao ver aquela cena. Para ser sincera, este presídio que visitei foi o que mais me chocou, não sei se foi por ter sido o primeiro, ou se foram as condições com as quais me deparei, há superlotação de presos, carência de profissionais de saúde e de serviço social no ambiente. Apesar de não ter visto uma cela de perto, apenas de longe, ao passar pelo corredor que segue ate o refeitório, choquei-me ao ver o aglomerado de pessoas nas celas, roupas penduradas em varais improvisados. Não há privacidade de nenhum tipo para aquele que cumpre pena.

Segui até o refeitório, almocei na companhia de quatro agentes penitenciários e da estagiária de psicologia. A alimentação é balanceada tendo opções de cada item, no entanto não posso afirmar que é saborosa, tanto que me senti mal até o final do dia após a refeição.

Após finalizarmos o almoço, relatei que já estava de saída, agradei a todos por terem me recebido e aberto às portas a realização deste estudo. Neste momento, um dos agentes se dirigiu até mim e me perguntou se iria ate a rodoviária. Respondi que sim, e este me ofereceu carona, pois seu destino era o centro da cidade, levaria uma das detentas que cumpre pena no presídio á uma consulta médica.

Como era caminho para o mesmo não recusei. No mesmo carro fomos eu, o agente, a estagiária de psicologia e por fim, a detenta na parte de trás no porta malas, sentada e algemada naquele espaço. Deixaram-me na rodoviária e seguiram ao seu destino. Com certeza uma experiência vivenciada que não conseguirei esquecer. Minha indignação foi tanto enquanto pesquisadora, em que se estava adentrando em um espaço no qual não poderia intervir para mudar a realidade local, quanto profissional, tendo a formação em serviço social me angustiou em ver a real situação de um presídio. Digo isto no geral, pelas formas em que os detentos são tratados, pelas condições de superlotação, pela forma como precisão se acostumar a viver dentro de espaços mínimos, sem nenhuma atividade para praticar durante todo o dia e sempre tendo o cuidado para manter o bom relacionamento para com as pessoas com quem divide a cela, pois não há outra alternativa senão conviver nestas condições. Enfim, conhecer um presídio foi uma experiência chocante para mim. Enquanto Assistente Social,

lutamos para melhorar a condição de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade seja ela social ou econômica e pelo acesso destas aos seus direitos, e quando uma pessoa é condenada recebe a pena de reclusão, no entanto quando esta cumpre a pena em um presídio esta reclusão não abrange apenas o direito de ir e vir e ficar afastado da comunidade, mas fica sem o acesso a educação caso queira continuar seus estudos, o acesso a saúde é precário, e não há opções de lazer dentro do espaço de cumprimento de pena.

Ao voltar para casa, fiz os registros no diário de campo, e comecei a me preparar para os próximos campos que iria visitar.

Desta forma, meu próximo destino foi uma penitenciária na região norte de Santa Catarina. O diretor responsável pela Unidade Prisional me deu retorno por correio eletrônico após receber a correspondência postal. Ele designou o setor de psicologia para me acompanhar no acesso aos detentos e durante as entrevistas, sendo responsáveis assim por verificar o que fosse necessário para que a pesquisa ocorresse.

Agendei assim, uma data para me encontrar com a coordenadora do setor de psicologia.

Na data do dia 10 de junho de 2014 me dirigi até esta penitenciária. Fiquei surpresa logo de imediato já pela sua aparência. Senti-me em um filme americano, pois no terraço havia agentes penitenciários armados, circulando de um lado para outro, grandes cachorros a direita. Guarita de segurança, salas de identificação. E setor de detectores de metal, bloqueio de celular. Revista íntima. Passei por vários setores que não havia na Unidade Prisional anterior.

A coordenadora do setor de psicologia me recebeu, apresentou toda a Unidade. Tive a oportunidade de conhecer uma penitenciária por dentro, em todos os seus setores. Esta se encontrava equipada com: médico clínico geral, psiquiatra, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, dentista, enfermeiros e professores para que os detentos continuassem seus estudos.

Além disso, conta com empresas que oferecem oportunidade de trabalho aos detentos, tanto que recebem o equivalente a um salário mínimo por mês pelo seu trabalho, além de diminuir o tempo de cumprimento da pena.

A penitenciária conta com o sistema de ensino dentro da unidade na qual são oferecidos, o ensino médio e fundamental àqueles que tiverem interesse de continuar seus estudos. Há ainda cursos de informática, uma biblioteca, montada principalmente com exemplares oriundos de doações de pessoas ou empresas da cidade.

Os detentos que se interessarem podem ler livros e fazer resenhas destes, esta atividade os beneficia com redução de dias a serem cumpridos de sua pena.

Outra vantagem com o qual contam, que beneficia tanto os detentos quanto seus familiares é a escolha do dia da visita. Estes são vistos de acordo com a possibilidade de sua família, o que facilita o contato entre o detento e sua família bem como a manutenção dos vínculos afetivos.

Os detentos são ouvidos, principalmente pelo setor de psicologia, sempre que estes manifestarem tal interesse, independente da demanda que trouxerem.

O cuidado com a segurança de todos que trabalham nesta instituição também é bastante prezado. Em todos os locais há agentes penitenciários, e sempre há faixas de segurança indicando até qual ponto é permitida a aproximação do local onde o preso se encontra.

Em todos os ambientes também há grades de proteção que separam os detentos dos funcionários que por ali precisam circular.

Todas estas informações foram percebidas no momento em que realizei a visita a Unidade, tanto por meio de minha observação e registro em documento, quanto por meio da conversa que tive com a coordenadora do setor de psicologia que me recebeu, e apresentou a Unidade e foi responsável pela interlocução com sua equipe que me acompanhou no processo de entrevistas.

Após conhecer toda equipe de psicologia e espaço físico do local, combinei uma data com estes. No dia escolhido, me dirigi à penitenciária e as profissionais de psicologia me informaram que já haviam conversado com seus pacientes e aqueles que concordaram em participar da pesquisa estariam me aguardando.

Sendo desta forma, no dia da entrevista, havia seis homens disponíveis para conversar comigo, dos doze condenados por este crime, todos já informados da pesquisa e de minha pessoa. Diferentemente de outros lugares nos quais circulei, onde os sujeitos não foram informados previamente de minha existência.

Durante a conversa, os detentos estavam tranquilos, e todos relataram ter gostado da experiência, colocaram-se inclusive, a disposição para uma nova conversa.

O terceiro local que me dirigi, também localiza-se no Vale do Itajaí. Trata-se de uma Unidade Prisional Avançada, um local onde cumprem pena os detentos que possuem bom comportamento. Da mesma forma que na Penitenciária, o diretor me deu retorno após receber a carta enviada ao endereço físico, designando assim, uma agente penitenciária para combinar comigo o procedimento da coleta de dados.

Assim, no dia 10 de julho compareci ao local, onde fui avisada de que havia três detentos cumprindo pena pela morte de sua companheira. Todos me receberam muito bem, o local era bem organizado, mas, não possuía todas as salas e esquemas de segurança como na penitenciária.

Inicialmente sugeriram que eu fizesse as entrevistas no purgatório, que são câmaras separadas por um vidro blindado, onde teria que conversar com eles por um telefone. Não pude concordar pois não teria como gravar o áudio daquela forma. Então, foi sugerido que realizasse as entrevistas na cozinha de uso dos agentes penitenciários, onde constava uma grande mesa, e haviam portas de vidro que poderiam ser fechadas, garantindo um ambiente reservado para entrevista.

Um agente penitenciário ficou responsável por levar os detentos um a um, para participarem da entrevista. O primeiro sujeito, após a apresentação inicial e esclarecidas as dúvidas concordou em participar. Foram duas horas de conversa.

Pelo adiantado da hora, pedi para retornar no dia seguinte e finalizar a coleta. Assim, na manhã do dia 11 retornei ao local. O segundo entrevistado foi levado até a cozinha. O agente penitenciário disse ao detento no momento em que ele entrou. – Esta é uma pesquisadora que veio conversar com você, o diretor já autorizou, então colabora. (sic). E saiu. Me apresentei ao sujeito, expliquei a pesquisa, mas este não demonstrou interesse em participar, desta forma o dispensei para retornar a sua cela.

Quando o terceiro entrevistado estava a caminho da cozinha pedi ao agente que não interferisse previamente para que não tivesse nenhum tipo de obrigação em participar da pesquisa. Desta forma, após apresentação inicial, o sujeito concordou em participar e iniciamos a entrevista. Acredito que o diretor da Unidade tenha compreendido que se tratava de uma pesquisa na qual o sujeito possuía a liberdade de participar ou não, no entanto desconfio que o fato do agente penitenciário ter tratado daquela forma aos detentos seja a forma como interagem diariamente. Mostrando uma visão de que os detentos estão ali para cumprir pena e obedecer ao que lhes é dito pelos agentes. Ocorre uma relação de poder entre eles bem hierárquica, e neste caso em específico o agente penitenciário fez questão de mostrar isto.

Após o término destas, o mesmo agente me levou para dar uma volta pela Unidade e me apresentou algumas instalações. Conversamos sobre a pesquisa, ele então perguntou se eu já havia entrado em contato com um presídio ali próximo. Respondi que sim, mas que estava aguardando o retorno do diretor deste. Ele então pegou seu celular e ligou para o diretor daquela Unidade, e assim, mediou as entrevistas, de modo que pude realizá-las no mesmo dia.

Logo após me despedir dos agentes da Unidade Prisional Avançada, segui para o presídio da cidade vizinha.

Cheguei ao local ainda de meio dia. Fui recebida no prédio central, apesar do diretor não estar no momento, outros agentes me recepcionaram e conversaram com dois detentos que possuíam bom comportamento e com os quais estava autorizada a conversar.

Dei-me conta que os dois homens selecionados pelo agente circulavam pelo prédio central da administração, com roupas comuns, sem nenhum uniforme. Foi um fato curioso que me chamou atenção. Perguntei então à um deles, porque não usavam, este então respondeu que não o faziam pois trabalhavam com regalia¹, no atendimento direto a população, e este poderia assustar-se se eles vestissem uniforme como os demais presos.

As entrevistas com eles ocorreram em uma sala no próprio prédio da administração, e os dois selecionados pelo agente concordaram em participar.

Quando finalizei o diretor já estava presente na unidade, me apresentei a ele e agradeci a oportunidade. O diretor deixou as portas abertas, caso quisesse retornar e aprofundar os dados, ou realizar algum outro estudo.

Todos os sujeitos com os quais conversei manifestaram ter gostado da experiência, alguns me perguntaram se eu retornaria à Unidade para continuar as entrevistas. Talvez porque sintam a necessidade de conversar com uma pessoa sobre suas experiências e sobre este episódio violento em sua vida, já que compartilharam comigo sua angústia por não possuir esta oportunidade.

Segundo eles, é muito difícil conversar com outra pessoa em sua cela que também esta cumprindo pena, os assuntos que estes abordam, giram em torno de diversas questões, mas nenhum deles aborda os motivos pelos quais estão presos.

Em relação a experiência que obtive no processo de ida ao campo, os locais em que pude me dirigir de ônibus, para ser mais fácil e menos custoso do que arcar com taxi, utilizei o transporte público.

Com isto, tive contato com alguns familiares que estavam em visita a detentos aleatórios. Estes quando viram uma pessoa diferente do que já conheciam, se interessavam em conversar comigo, questionando se eu era alguma familiar de alguém que se encontrasse no local.

¹ Termo utilizado internamente nas Unidades Prisionais para se referir às formas de trabalho mais brandas que estão disponíveis aos detentos, como no caso desta Unidade o trabalho na administração do local, no preparo aos alimentos no refeitório.

Quando negava, estes já não me olhavam mais do mesmo modo, talvez imaginando se seria ou não alguém ligado a administração da Unidade. Optaram assim, por não continuar conversando comigo.

O tempo estimado, que demorei na coleta de dados foi de março a julho de 2014. Na análise de dados os homicidas serão identificados apenas com o primeiro nome, não haverá menção ao ano para evitar que sejam confundidos com autores teóricos utilizados neste estudo.

1.2 QUEM SÃO ESTES HOMENS

Procurando dar maior visibilidade aos sujeitos com os quais conversei, montei um pequeno perfil de cada um deles, salientando que os nomes foram alterados para preservar a identidade dos sujeitos.

1.2.1 José

Na data de nossa conversa, José estava com 40 anos. Possui Ensino Fundamental Completo e trabalhava em uma gráfica de propagandas na cidade onde morava, localizada no Vale do Itajaí (SC).

É pai de cinco filhos, sendo dois, de relacionamentos anteriores e três, que são filhos com sua companheira morta. Estes têm a idade de sete, quatro e um ano de idade.

José, que foi condenado a 11 anos de prisão, cumpre sua pena em um presídio do Estado. Está detido a um ano e três meses. O homicídio ocorreu no primeiro semestre de 2013, o crime teria ocorrido devido a desentendimentos entre o casal provenientes do comportamento e traição da vítima.

1.2.2 Alessandro.

Alessandro tem 50 anos de idade, não concluiu o ensino fundamental. Interrompeu os estudos aos 12 anos de idade. Agora que cumpre pena está dando continuidade ao ensino dentro da penitenciária. Encontrava-se preso há 04 anos, sendo que foi condenado a 19 anos de reclusão. O crime ocorreu no ano de 2010.

Trabalhou com lavagem de carros. Segundo ele, gosta bastante de trabalhar sendo que seu apelido era “nome trabalho, sobrenome hora extra”.

Alessandro se “desentendeu” com duas de suas companheiras. Estes desentendimentos ocasionaram a morte delas. Ambas as narrativas trazidas pelo sujeito são parecidas. Segundo ele estava em relacionamentos sérios que pareciam valer a pena, quando é convidado por mulheres erradas, a constituir um relacionamento com estas. O que ocasionou o “desentendimento”. Durante a entrevista o sujeito se emocionou chegando a chorar, fez uma pausa e ofereci-lhe água para dar continuidade ao trabalho. Alessandro é um sujeito mais tímido, não deu muitos detalhes sobre os acontecimentos que suscitaram sua vida.

1.2.3 Leandro

Leandro de 38 anos de idade, trabalhava como pedreiro com uma carga laboral diária extensiva, das 07 horas da manhã até às 18 horas da noite. Está preso desde 2008, ano no qual, o crime ocorreu.

Segundo ele não pôde terminar os estudos devido a dificuldades econômicas, sendo que possui o ensino fundamental incompleto. Voltou a estudar na penitenciária.

Relata que o motivo da morte de sua companheira deu-se por um desacerto que ocorreu pois ele perdeu a cabeça ao descobrir a traição da mesma.

1.2.4 César

César tinha 45 anos na data de nossa entrevista. Possui o Ensino Médio Completo. Antes de ser condenado trabalhava como segurança. Tem três filhos do primeiro relacionamento, que durou 10 anos mas a companheira faleceu por conta de câncer. Segundo ele é acusado injustamente de ter ateado fogo em sua companheira atual, pois esta mesma havia atentado contra sua vida. Foi condenado à 07 anos e 06 meses sendo que esta preso há 02 anos e 08 meses. Ou seja, foi preso em setembro de 2011, quando a tentativa de homicídio ocorreu.

1.2.5 Vilmar

Vilmar, de 46 anos, estudou até a quinta série do ensino fundamental. Já trabalhou como açougueiro, mas antes da prisão relatou que estava atuando como empresário. Ele e sua companheira estavam juntos há 24 anos. Tiveram 03 filhos deste relacionamento, sendo que estes possuem 22, 19 e 14 anos.

O que ocasionou o “desentendimento” entre eles foi a traição de sua companheira, onde em uma discussão chamou-o de chifrudo e este perdeu a cabeça. O crime ocorreu em agosto do ano de 2012, e Vilmar encontra-se preso desde então.

1.2.6 Mario

Mario tem 51 anos de idade. Atuava como empresário, mas não chegou a completar o Ensino Médio. Possui dois filhos. Fazia uso de álcool. Mario é condenado pela segunda vez pela morte de uma companheira, isso pois, aos 18 anos de idade matou uma namorada porque esta, segundo ele, fez um aborto de sua gravidez sem o seu consentimento. Sobre o fato diz não se arrepender e o faria novamente. Em relação a condenação atual, argumenta que foi injustiçado pois não mandou matar sua ex companheira. O crime ocorreu em 2010. Esta preso desde 2013, foi condenado em 2014.

1.2.7 Altair

Altair possuía 31 anos de idade. Possui o ensino fundamental incompleto. Esta preso há 01 ano e sete meses, pela tentativa de homicídio que ocorreu em 2012.

Trabalhava como auxiliar de cozinha. Relatou que se desentendeu com sua companheira com quem mantinha relacionamento há três meses. O motivo da separação relatado por ele seria a traição de sua companheira. Esta sofreu uma tentativa de homicídio, sendo atingida com onze facadas e conseguiu sobreviver.

1.2.8 Douglas

O jovem possui 31 anos, trabalhava em um frigorífico e como operador de máquinas.

Não concluiu o Ensino Médio. Passou sete anos ao lado de sua companheira, não houve filhos deste relacionamento.

O motivo que suscitou a discussão que gerou a morte de sua companheira foi, segundo Douglas, a descoberta da traição da mesma, a insatisfação desta por não visitar os pais nos finais de semana e a falta de dinheiro do casal. Toda esta situação acarretou em um momento de fúria por parte de Douglas, no qual este acabou matando sua companheira. O homicídio ocorreu em fevereiro de 2011, foi preso dias depois quando confessou o crime. Encontrava-se em reclusão há três anos na data da entrevista.

1.2.9 Gilson

O detento de 34 anos atuava como produtor de tabaco, fumicultor. Não terminou o Ensino Fundamental, estudou até a 04 série. Ele e sua companheira estavam juntos há 05 meses. Não possuíam filhos.

Segundo Gilson, o homicídio praticado contra sua companheira ocorreu devido a desentendimentos. Na data da morte, houve discussão e a sua companheira chamou-o de vagabundo, o que este não era, pois bancava tudo dentro de casa. O homicídio ocorreu em março de 2014, Gilson confessou o crime, e foi preso ainda neste mês. Desta forma, estava detido há alguns meses na data da entrevista.

1.2.10 Jeremias

Jeremias de 35 anos, trabalhava em uma estamperia, possui o Ensino Fundamental Incompleto.

Teve um primeiro relacionamento que durou cerca de dez anos e deste nasceram três filhas, com idades de 17, 13 e 10 anos. Nasceu na Bahia e veio à Santa Catarina acerca de 03 ou 04 anos em busca de emprego. Quando Jeremias relatou sobre o tempo na prisão foi bem preciso. Segundo ele, no dia 28/07/2014 faria dois anos e seis meses que estaria cumprindo pena pela tentativa de homicídio. Foi condenado a seis anos e seis meses.

Apresentou uma história muito confusa, no entanto, o que motivou a tentativa de homicídio assumida por Jeremias foi a traição de sua companheira.

1.2.11 Hélio

Hélio tinha 54 anos no momento da conversa,. É graduado em três áreas de atuação e com pós graduação em uma delas, estava preso há 03 anos, aguardando julgamento por ter participado da morte de sua companheira, ocorrido em 2011.

Segundo Hélio, a justiça é falha, você deveria provar ser inocente quando lhe acusam de algo, e não ao contrário. O júri popular de Hélio ocorreu no mês de julho de 2014, e foi absolvido do crime de homicídio.

Como se percebe entre o breve perfil que foi apresentado dos entrevistados, predomina entre eles o mesmo argumento sobre a prática do crime, ou seja a maioria apresenta o comportamento da vítima como motivador e principalmente a alegação de traição por parte de sua companheira. Outro ponto em comum é o acesso a educação, tirando Hélio que foi

absolvido da acusação que sofria na data da entrevista, os demais não cursaram o ensino superior. Quanto ao nível econômico nenhum dos homicidas se identificou enquanto uma pessoa em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao contrário referiam ter bom emprego e conseguir prover o lar através de sua atividade laboral. Deve-se no entanto tomar cuidado para não relacionar diretamente o perfil econômico e de ensino com a prática do crime. Como discutiremos aqui há uma série de fatores que formam a experiência de si destes homicidas.

A seguir apresento uma tabela que contém algumas informações sucintas, seguindo então do perfil citado.

TABELA: PERFIL DOS HOMICIDAS

NOME	CRIME	PROFISSÃO	ESCOLARIDADE	IDADE
1-José	Homicídio	Trabalhava em uma gráfica	Ensino fundamental completo	40 anos
2-Alessandro	Homicídio	Lavação de carros	Ensino fundamental incompleto	50 anos
3- Leandro	Homicídio	Pedreiro	Ensino fundamental incompleto	38 anos
4-César	Tentativa de Homicídio	Segurança	Ensino médio completo	45 anos
5- Vilmar	Homicídio	Empresário na aérea de construção civil	Ensino fundamental incompleto	46 anos
6- Mario	Homicídio	Empresário	Ensino médio incompleto	51 anos
7-Altair	Tentativa de Homicídio	Auxiliar de cozinha	Ensino fundamental incompleto	31 anos
8-Douglas	Homicídio	Trabalhava em um frigorífico	Ensino médio incompleto	31 anos
9-Gilson	Homicídio	Fumicultor.	Ensino fundamental incompleto	34 anos
10-Jeremias	Tentativa de Homicídio	Trabalhava em estampa	Ensino fundamental incompleto	35 anos
11-Hélio	Aguardava julgamento por homicídio	Empresário	03 Graduações	54 anos

(Fonte: Entrevistas realizadas com homicidas por Rafaela Westphal, 2015).

2 RELAÇÕES DE GÊNERO: MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA

Este capítulo da dissertação dedica-se a discussão sobre a violência de gênero, com enfoque nas situações em que esta se manifesta por meio da violência doméstica, em específico quando atinge as mulheres em sua relação com seus companheiros. O aparato teórico aqui discutido é fundamental para o alcance dos objetivos desta dissertação. Neste tópico em específico construo subsídios que me auxiliam no processo de compreensão sobre as experiências de masculinidade que estes homicidas narraram ter vivenciado.

Esta análise considera que existem vínculos simbólicos, discursivos e de experiências masculinas relacionadas com a masculinidade e que estão associados a relação da violência contra as mulheres. O modo de vivenciarem-se enquanto homem, os valores sobre o que é ser masculino, o modo como estes homens ligados com manifestações de violência doméstica contra mulher se veem e se expressam, e como interagem com valores sociais, referidos ao seu contexto, tem relação com conteúdos capazes de gerar violência. Sabemos que as práticas sociais tem uma estruturação que se objetiva nas instituições, no Estado, no mercado, na escola, na polícia na família, na rua e se exterioriza na vida cotidiana. No caso da estruturação da violência doméstica, ela esta imbricada com noções de família, filhos, dinheiro, posse, trabalho, status fora de casa, honra. Esses valores se expressam como estruturadores de sentidos e da organização de gestos, palavras, linguagens, crenças, divisão sexual do trabalho, lugar da mãe, do pai, ou simplesmente, do namorado, do filho, dos amigos homens e/ou das mulheres. Além da estruturação que se objetiva institucionalmente, tem os valores e as experiências que são internalizadas por homens e mulheres no seu cotidiano que fazem parte de um vivido comuns, conforme já bem apontaram as análises das perspectivas interpretativistas. Neste caso, os companheiros destas mulheres, internalizam sobre si, um modo de comportarem-se que encaram como correto, tanto para si, quanto para sua companheira, e em nome destes valores compartilhados socialmente e, como práticas do seu vivido desencadeiam a violência doméstica.

Ser correto, ser provedor, pai, honrado, dedicado, protetor, como experiência deste seu vivido enquanto masculino pode assumir concepções e práticas violentas e de dominação para com sua companheira, principalmente, quando eles justifiquem o que fazem, acionando valores, socialmente compartilhados como bons. Tudo isto se naturaliza como práticas do masculino.

Uma das formas mais drásticas na qual se manifesta a violência doméstica como expressão da violência de gênero é quando se trata da morte de um sujeito, de uma pessoa. Essas mortes, evidentemente, não são neutras de valores, de contextos, e da forma como se estrutura a violência de gênero, que é relacional, portanto, não é a de uma pessoa colocada na abstração do universal, nem na neutralidade de sexo. Trata-se de uma mulher, que fica, nesta ordem simbólica e prática, inserida em construções de feminicídio, ou de um travesti, ou de uma pessoa de orientação sexual e de gênero diferente da orientação heteronormativa, portanto, trata-se de violência homofóbica. Esta violência, normalmente, se institui com base no princípio moral da defesa de modelos normativos com valores diferentes para homens e mulheres, e, que adotados socialmente limitam tanto o desejo sexual como as condutas e as identificações de gênero admitidas como normais ou aceitáveis se o sujeito é homem ou se é mulher. Desse modo, toda variação do modelo, vivida por uma mulher, no trabalho, no cotidiano, no sexo, na fidelidade, na honra, na divisão sexual do trabalho, será agredida por homens ou por instituições, ou até por mulheres, que compartilham uma perspectiva masculinista.

Esta construção com diferencial de gênero tão fundante de práticas desiguais, é de base binária, com polarização entre valores negativos e positivos, e cujos conteúdos interagem com as representações, com as práticas e com os sistemas de crenças coletivas, portanto, por meio delas, se fazem o reconhecimento das condutas como adequadas ou não, quando se trata do lugar social e cultural de homens e de mulheres. O agravante no caso dos homens, é que esses binários como fidelidade, traição, cuidado dos filhos pesam sempre e estruturalmente falando, a favor deles, os homens. Eles fazem e podem fazer, quanto as mulheres não, para elas não é correto.

Afinal como Bourdieu (2010) já alertava esta ideia de dominação masculina foi interpretada pela sociedade enquanto algo naturalizado e desta forma os corpos interiorizam um habitus, um modo de ser tal, que a prática é exteriorização do subjetivado, de um aceitar também com naturalidade esta distinção de poder entre homem e mulher, entre brancos e negros, ricos e pobres, entre outras dicotomias que foram se produzindo enquanto naturais.

Nesta perspectiva sociológica, e, em particular, no campo das diferentes disciplinas e práticas que tratam do tema, a violência é a morte ou a tentativa de matar mulheres por seus companheiros ou ex-companheiros. Neste trabalho são fatos ocorridos em Santa Catarina, mas que se conectam ao que acontece no Brasil em geral, e, em muitos outros países. Trata-se sem dúvida de um tema tenso, que requer uma visão relacional das situações de violência vivenciadas por homens e por mulheres em situações afetivas, e estruturais, como processos

de migração, pobreza econômica, perseguição religiosa, estupro como arma de guerras. Mais tenso se torna quando uma mulher é morta nestes conflitos por causa de valores, da honra, da posição do sujeito na estrutura da representação que é sexista.

Compreendendo a violência de gênero enquanto amplamente, praticada contra mulheres e população LGBT, esta prática engloba outras expressões da violência, como a doméstica que ocorre no âmbito do lar, e a violência intra-familiar. Esta última é perpetrada entre os membros familiares consanguíneos ou com vínculos de afetividade. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Violência que se classifica nas categorias de violência física, sexual, emocional. Conceito amplo que abrange mulheres vítimas como, crianças e adolescentes de ambos os sexos. (SAFFIOTI, 2001).

No âmbito da violência doméstica em nosso país, o maior número de vítimas são as mulheres, estas são agredidas de forma mais severa. Estas agressões podem ser físicas; por meio de relações sexuais forçadas; de humilhações constantes, de não reconhecimento do seu trabalho e de sua renda, ou de ausência de renda. Estes aspectos levam muitas vezes, a um profundo processo de baixa estima por uso também de violência psicológica; pela privação de liberdade, quando também se controla seu modo de vestir, os locais nos quais podem ir, com quem podem manter contato, ou ignorando todas as suas atividades, ou se apropriando de sua renda.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Avon (2013) a cada 4 minutos uma mulher sofre agressão no Brasil. Em relação ao índice de homicídio, 43 mil mulheres foram mortas nos últimos dez anos, sendo boa parte pelo próprio parceiro.

O Instituto estima que mais de 13 milhões e 500 mil brasileiras já vivenciaram alguma situação de violência na qual um homem a perpetrou, 31% destas mulheres continuam convivendo com o agressor, e destas 14% ainda sofrem violência.

Estes aspectos vêm trazendo indagações, sendo que para tal me parece interessante compreender não só em que contexto ocorre a violência doméstica, os tipos de violência, sua tipificação, mas compreender também, a experiência vivida por estes sujeitos homens, o que lhes permite assumir práticas violentas, e quais os sentidos que estes produzem sobre estas práticas e sobre si, enquanto homens vivenciando esta situação.

Pensando nisso discorro sobre os estudos de violência de gênero e o recorte que se faz quando se pensa na violência contra a mulher. Os estudos de violência ainda são recentes no Brasil, assim como os estudos que abordam a masculinidade. A literatura sobre a violência

contra mulher começou a ser produzida somente a partir dos anos 80 do século XX. (IZUMINO; SANTOS, 2005).

Enquanto literatura surgiu de um contexto de mudanças sociais e políticas no qual os movimentos de mulheres tiveram grande participação, tanto na denúncia, quanto na formulação de políticas e cujo objetivo era dar visibilidade as situações de violência que as mulheres vinham sofrendo bem como combatê-las. Neste contexto uma das grandes conquistas foram as secretarias de mulheres². (IZUMINO; 2005).

As perspectivas adotadas para explicar a violência contra a mulher são permeadas basicamente por três discursos, sendo estes: de vitimização da mulher, concebendo-a como cúmplice; a perspectiva pode ser patriarcal percebendo a violência derivada da opressão do homem contra as mulheres; e por fim as relações de violência podem ser interpretadas partindo de um ponto de vista no qual há relacionalidade nas situações. (IZUMINO; SANTOS, 2005).

Esta dissertação assume a perspectiva relacional para compreender a violência de gênero que atinge as mulheres. Por meio desta perspectiva, reconheço e levo em consideração o contexto no qual a violência ocorre, não só no momento do ato, mas também a conjuntura que envolveu as relações e a experiência destes homens. A violência de gênero é culturalmente, tomada como natural, como um dado que não se questiona nas estruturas sociais, como parte constitutiva do ser macho, e do ser mulherzinha, esta portanto, relacionada com a ordem simbólica que a fundamenta. Esses homens vivenciaram ao longo da sua vida inúmeras experiências de como se posicionar como machos, de correspondência a práticas de uso de força, honra, liberdade, associadas a desigualdade entre eles e suas mães, irmãs, amigas e assim foram se estruturando e sendo estruturados. Estes aspectos contribuíram na formação de sua subjetividade bem como os espaços e oportunidades que estes tiveram para reflexionarem sobre suas práticas e concepções.

A relacionalidade nesta ordem, que é social, cultural, política, familiar e sexual, e, que fundamenta esta experiência, contudo, é pobre, porque não apresenta possibilidades à representações híbridas. Quando se observa por uma perspectiva relacional visibiliza-se outras dimensões possíveis do viver cotidiano, mas que são excluídas ou tomadas como inadequadas. Como imperativo da análise, por meio de uma perspectiva relacional também se

² A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/ PR) foi criada em 1º de janeiro de 2003, sendo que possui status de ministério. A SPM vem lutando para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e democrático, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País. (BRASIL, 2013)

compreende a diversidade das vidas e das experiências destes vividos. Esta compreensão analítica, ocorre a medida em que se consideram as histórias pessoais e os caminhos da estruturação de cada pessoa, ainda que nesses processos, os caminhos da exteriorização e da interiorização da experiência de como ser homem pareça quase homogênea. Sua homogeneidade ocorre, sobretudo, quando como atitude prática, esses homens não consideram sua companheira como sujeito econômico, social, cultural, e nem levam em conta sua experiência corporal e afetiva. Este fazer é parte de uma estrutura política, simbólica, cultural cotidiana e de muitas instituições que é violenta. Quando as mulheres reagem, ou apresentam uma reflexividade compatível com autonomia, liberdade, ou simplesmente de não escuta elas são mortas.

Seguindo a perspectiva relacional de De Lauretis, as mulheres podem estar dentro e fora desta representação do lugar estruturado para o feminino, contudo, o que observamos é que neste contexto, a resistência feminina para seguir tais representações é punida e não chega a ser colocada como parte de uma dinâmica política.

As mulheres podem apresentar ações de resistência contra a violência que estão vivenciando, uma forma que encontrem para enfrentar, questionar e posicionar-se mostrando o descontentamento com a situação. Mas se não existirem mecanismos sociais estabelecidos elas o farão no espaço do privado e sofrerão sozinhas, por isso.

Outro aspecto da relacionalidade é considerar que a violência se desenvolve na relação íntima, afetiva, emocional do casal também, e esta parte é muitas vezes acionada para acusar a mulher. Por isso, é preciso cuidado ao assumir a perspectiva relacional para não acusar a mulher da sua própria morte. Essas mortes são orquestradas com requintes, são planejadas e são o desfecho de muitos conflitos reais e imaginários não resolvidos. Estes homens decidem fazer este caminho e alguns já o fizeram mais do que uma vez. Não é fato sempre, que mudando a relação cessará a violência.

Considere-se ainda outro aspecto da relacionalidade que é a posição do sujeito mulher frente a violência. Segundo Saffioti (2001) por meio da relacionalidade proporciona-se que as mulheres possam utilizar de mecanismos para oferecer resistências, e com estes podem alcançar menor ou maior êxito. Nas palavras da autora,

[...] as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim na violência de seus parceiros, mas, é importante frisar, existem, se não em todos os casos, pelo menos na maioria. (SAFFIOTI, 2001, p. 121).

Entende-se que quando há manifestações elas não ocorrem, em um estado de opressão total, onde as relações de poder se transformam em violência.

Adotar um olhar sobre o fenômeno da violência doméstica delimitando uma vítima e um agressor de modo fixo e dual contribui para que a lei possa agir sobre o agressor, cessando de uma maneira imediata a situação de violência, protegendo aquele que sofre e corre riscos, mas estas são categorizações jurídicas, que não resolvem as relações e os conteúdos imbricados com a violência.

Como é constatado por Saffioti (2001) em relação a Lesão Corporal Dolosa o autor é punido desde que deixe marcas físicas no corpo da vítima. Ao agir desta forma o próprio Estado pratica uma violência encaixando as pessoas enquanto vítimas e agressores, frisando que a mulher é a vítima, e o homem o agressor, reforçando uma cultura centrada no patriarcalismo e na masculinidade hegemônica na medida em que a reafirma, como pode ser visto na dissertação de Bortoli (2013) no qual os homens autores de práticas violentas contra suas companheiras eram tratados por agentes da lei como eternos opressores.

Em um dos relatos que Bortoli (2013) apresenta, um homem autor de violência mencionou sentir-se como um animal mediante a intervenção policial, em um momento que estava em situação de violência com sua companheira. O que se quer refletir com isto, é o fato destes homens serem sim autores de violência contra mulheres, no entanto quando o Estado age violentamente para com estes homens acaba por reforçar a violência.

Se pensarmos na concepção Weberiana (1999), a violência que é acometida pelo Estado já é presente há alguns séculos, pois é uma forma de dominação que foi legitimada pela aceitação dos súditos, dos demais cidadãos civis e pelo dever de obedecer. Acostumados a termos o aparato Estatal porque o pensamos como defensor de nossos interesses e vantagens, bem como ao defini-lo por meio de leis e normas nossa forma de conviver em sociedade, acaba por não estranhar as ações violentas cometidas pelo próprio Estado.

Assim, quando o Estado coloca o indivíduo enquanto agressor que merece ser punido mostra-se como um caminho exemplar para os demais cidadãos se reelegitimando a cada momento.

Bortoli (2013) aponta ainda outros aspectos nos quais se percebe a relacionalidade da violência nas relações conjugais. Além da violência perpetrada pelo Estado, em seus relacionamentos afetivos os homens autores de agressão contra suas companheiras, segundo Bortoli, em diversas situações, sentiram-se agredidos por suas companheiras através das atitudes que elas tomavam ou até através de suas falas. Isto ocorre pelo fato da mulher não desejar um relacionamento no qual se sinta oprimida.

Aspectos, que inserem seguramente nos processos de mudanças culturais, institucionais e afetivas ao longo dos últimos anos do século XX, e dos quais as mulheres foram protagonistas.

As relações afetivas mudaram, a democratização da esfera privada está sendo capitaneada pelas mulheres e segundo Giddens, (1993) seus benefícios estão abertos a todos.

Ao mesmo tempo em que a mulher deseja um relacionamento e o constituiu com este companheiro, e que é livre para fazê-lo porque afinal já foram arrancadas as estruturas sociais e as condições da tradição e do dever moral de escolha, pautado na tradição, consonante com reprodução, fidelidade e honra. Ao mesmo tempo em que o amor desejado é circunscrito em uma relação social, neste contexto, ele não pode ser livre, e apenas vinculado a própria relação, e ao que dela pode ser derivado, por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente. (GIDDENS, 1993).

Neste contexto, a mulher que busca sua identidade como aberta, que tem suas próprias ambições pessoais em relação as atividades que quer desenvolver, que procura uma pessoa que a respeite, para estar ao seu lado, se encontra na relação afetiva, diária, de trabalho, com os pressupostos do amor romântico que supõe estar junto como uma condição que não é de fato uma escolha, é dever, pressupõe aceitar a violência. Uma escolha que de fato não se configura como tal, porque não permite que o processo reflexivo de si se coloque. Ela se baseia muito mais no envolvimento emocional, por dever e fidelidade, e que por ter estas características é de estrutura fechada, não aceita os desejos do outro eu porque esta sob a égide do poder tradicional. Este poder expresso pelo modo de ação dos homens, se sente ameaçado toda vez que a pessoa não parece ser a pessoa especial que eles almejavam, mexe com seu ideal de masculinidade. Neste lugar parece não haver espaço para o amor confluyente, onde a exclusividade e a monogamia, só existiriam a medida em que os parceiros a desejassem. (GIDDENS, 1993). Mas, sobretudo, trata-se de uma relação onde a feminilidade das mulheres que já não é mais submissa, pudesse existir, sem precisar perder energia, tempo e a vida para resistir, quando seus companheiros procuram cercear a sua liberdade e autonomia em nome da experiência e dos valores deles. E sem que os homens se sintam agredidos pelas escolhas das mulheres. Este ideal do amor exclusivo, da posse esta matando.

Para os homens entrevistados por Bortoli (2013), alguns comportamentos de suas companheiras em relação a atividade doméstica, não lhe servir o prato que desejavam, ou cuidar da casa e filhos conforme os homens gostariam, e ainda cobrar dos homens explicações em relação a sua atitude de ingerir bebidas alcoólicas ou manter contato com outras mulheres,

acabavam por desencadear discussões, e até mesmo as agressões físicas por parte deles. Os valores assumidos por homens e mulheres estão desencontrados, enquanto homens ainda procuram reafirmar e se esforçam para alcançar um ideal da masculinidade que já foi chamada de hegemônica, as mulheres procuram relacionamentos igualitários e satisfação pessoal.

Na dissertação apresentada por Bortoli fica claro que os autores de violência física e psicológica contra sua companheira identificavam sua posição enquanto correta, e como errôneo o comportamento de sua companheira, para eles esta é a verdade sobre os acontecimentos que narram em seus relacionamentos. A concepção que estes homens assumem pode ser provida por meio de uma noção de dominação natural sobre a sua companheira pelo fato de ser homem.

O entendimento sobre a forma de exercer a masculinidade enquanto o dominante e correto do relacionamento foi chamado inicialmente de “masculinidade hegemônica”.

Partindo da perspectiva de hegemonia de Granschi, Connell (2003) enfatiza que o padrão de masculinidade pode ser alterado, mas sempre haverá um que seja hegemônico. Na sua definição a masculinidade hegemônica é baseada na patriarcado, na dominação das mulheres pelos homens, mas não somente, é baseada também na hierarquização dos homens brancos sobre os negros, heterossexuais contra homossexuais. (CONNELL, 2003).

A masculinidade hegemônica segundo Connell e Messerschmid (2013) é normativa, possui mais status social, em comparação a outras formas de masculinidade que são entendidas enquanto subordinadas. A normatização desta forma de vivenciar o masculino ocorre pelas internalizações que o sujeito vivenciou ao longo de sua trajetória na qual o modelo de dominação hegemônico seria apreendido e consequentemente representado por estes sujeitos nas relações que estabelecem. Nesta dissertação o conceito de masculinidade hegemônica em sua primeira formulação apresentado por Connell serve de bússola e conceito chave para compreender a masculinidade dos homens autores de homicídio. A masculinidade hegemônica em sua concepção de hierarquização dos homens sobre as mulheres, sua virilidade e status de provedor e chefe da família permitiu uma melhor aproximação da concepção sobre os valores que os homicidas verbalizam em relação a percepção que tem de si e da situação que vivenciaram em sua vida que envolveu este crime. Estes valores presentes e enaltecidos neste padrão de masculinidade ainda parecem estar presentes na vida de muitos homens e destes em especial.

O psicoterapeuta Socrates Nolasco por meio de seus estudos cujo interesse são os homens e a violência, chamou atenção para o fato de o maior número de mortes no trânsito, e

de pessoas presas, ou com problemas de saúde serem os homens. Segundo Nolasco conclui, estas ocorrências aconteciam devido ao esforço destes sujeitos em reafirmarem-se enquanto viris, enquanto homens de verdade aqueles que não levam desaforo para casa, o que por sua vez também é reflexo do quão determinados estes homens estão em reafirmarem sua masculinidade.

No Brasil, os estudos estatísticos como o Mapa da Violência (2014) apontam que os homens apresentam o maior índice de morte em relação ao sexo feminino, seja no trânsito ou até mortes por homicídio. Conforme o Estudo aponta “A participação masculina no total de homicídios do País, nos 32 anos computados, passou de 90,3% para 91,6%, e a feminina caiu de 9,7% para 8,4%.”. (WASELFISZ, 2014, p.57).

Os estudos estatísticos neste caso comprovam a preocupação levantada pelo psicoterapeuta, os homens morrem mais que mulheres. Neste sentido, o autor procurou esmiuçar o porquê isto está ocorrendo.

A preocupação de Nolasco (2001) com as Masculinidades e a violência suscitou a obra "De Tarzan a Homer Simpson- banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais" na qual o autor procura discutir uma suposta crise do modelo de masculinidade hegemônica representada por Tarzan, um homem que sobrevive na selva, encontrando saída para todas as necessidades que enfrenta, sendo este modelo trocado por um Homer Simpson personagem do programa de animação, um senhor acomodado, barrigudo, passivo que recebe ordens de sua esposa, segundo o autor, ao procurar reafirmar seu papel enquanto homem viril, corajoso, os homens recorrem a uma atitude violenta, e frente a estes dois modelos procuram identificar-se com o Tarzan. De certa forma o autor procura problematizar qual o modelo com os quais os homens preferem se identificar.

Nolasco (2001), também analisa a formação das masculinidades através de mitologias, histórias contadas à meninos com o objetivo de socializá-los desta maneira, estes seriam resultados destas mitologias ilustrativas que delimitam seu agir, que pregam um discurso de como o homem deveria portar-se. Dentre alguns dos contos que reforçam a masculinidade viril destacam-se: Dom Quixote, um aventureiro; Dom Juam, um sedutor, conquistador e Robson Crusoe, um personagem isolado em uma ilha que sobrevive aos desafios encontrados. Estes contos não são os únicos citados por Nolasco, mas também mitos gregos de heróis que salvam sua nação lutam bravamente e defendem sua honra, esposa e famílias, valores estes que são socializados entre os homens, de modo que estes crescem desenvolvendo e reproduzindo Valores de força, virilidade, capazes de sobreviver aos desafios, conforme ilustramos:

[...] O percurso e socialização pelo qual passam os homens cria padrões de organização subjetiva que se relacionam com os padrões de relações sociais. Assim, cada sujeito está autorizado a pensar, falar, sentir e expressar um conjunto de emoções que o identificam socialmente como homem. Há uma linguagem mais ou menos universalizante que dá idéia de consenso sobre o que é ser um homem. Portanto os homens serão também reconhecidos e identificados pelo que falam e pelo que expressam, como se existissem sentimentos à masculinidade. (NOLASCO, 2001, p. 145).

Desta maneira a ideia que o autor defende é que o padrão de socialização entre os homens pelos quais estes se reconhecem, faz referência aos padrões de masculinidade hegemônica apresentados por Connell, que são reconhecidos nos mitos, que são a principal forma de ilustração que o autor usa. Ademais, quando estes não conseguem responder aos valores desta masculinidade estariam em um momento de crise. Esta por sua vez, pode sofrer uma tentativa de reafirmação da masculinidade por meio de um ato violento em uma tentativa de sentir-se pertencente aquele grupo. Pois, um homem banalizado aquele ilustrado por Homer-Simpson é visto como um modelo que não vale a pena identificar-se.

Levar em conta a socialização das pessoas é fundamental para compreender o modo pelo qual estas mesmas se identificam, afinal os valores que estas têm por base provêm de sua vivência anterior que lhes produziu significados. No caso destes homens homicidas sua socialização está permeada por concepções de uma masculinidade forte e rígida e que também gera significados do que esta pessoa interpreta como honra, ou valor moral que precisa defender.

A necessidade de defender a honra, ou mantê-la intacta está associada ao esforço de manter-se no status de homem hegemônico, aquele viril, corajoso e que mantém o domínio sobre seu lar e especialmente sobre a companheira, e aquele que não leva desaforo para casa. Mas ao mesmo tempo quando a situação parece estar fugindo de seu controle por meio de atos de resistência da companheira os homens sentem-se afrontados. Se este ato de resistência passa a envolver uma tentativa de ruptura do relacionamento ou ainda o envolvimento com outro homem, aí mesmo os homicidas sentem-se humilhados, seu valor de honra masculina que tanto presa foi atingido pela sua companheira.

Dória (1994) e Rohden (2006) trazem discussões sobre o conceito de honra nas sociedades, bebendo principalmente da fonte de Peristiany, que produziu a obra “Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas” e também de Pitt-Rivers. Assim, Rohden (2006) percebe que a produção do antropólogo Peristiany conseguiu delimitar os princípios

básicos para o entendimento da concepção de honra e sua aplicação em possível em diferentes contextos.

Como Rohden (2006) analisa a honra é um conjunto associado da vergonha sendo que estas fazem par do sistema de regulamentos sociais que são comuns a todas as sociedades. A honra e a vergonha seriam assim duas extremidades de valorização social, sendo que cada uma das sociedades teria suas identificações para cada uma dessas noções e que também identificariam por estas concepções o status de hierarquia dos indivíduos. Cada sociedade pode se referir com maior intensidade ou não, aos pontos de valorização que estas delimitam, da mesma forma que apresentar continuidades ou resistências quanto a forma que valorizam-nas.

A aproximação maior do conceito de honra é apontada por Rohden (2006) como sendo do autor Pitt-Rivers, que aproximou a noção de honra ao indivíduo. A honra portanto, é sentida como um atributo individual, “é o valor que uma pessoa tem aos seus olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação a determinadas formas de conduta.” (ROHDEN, 2006, p.105). Neste sentido envolveria também o sentimento de orgulho que a pessoa projeta por estar comportando-se dentro nas normas sociais da sociedade em questão, como também ocorre o inverso, esta pessoa espera que os demais o vejam orgulhosamente. Em especial nas sociedades mediterrâneas, foco do estudo de Pitt-Rivers e Peristiany, o homem é responsável por manter a honra intacta, bem como resolver a questão quando a honra é ameaçada, ao se recorrer ao Estado para auxiliar na resolução este homem estaria admitindo sua falha. Para manter-se enquanto uma pessoa honrada poderia recorrer à violência física quando outras tentativas já não tivessem dado resultado. (ROHDEN, 2006).

Embora os estudos supracitados não se refiram ao continente americano no qual vivemos, os conceitos de honra e valores sociais que são eleitos através das normas sociais de uma determinada sociedade são uteis para pensar esta noção de honra para os homens que estão presos por terem matado ou tentado matar suas companheiras. Estes podem não verbalizar que sua honra foi afetada por suas companheiras, mas narram sentimentos de humilhação, por exemplo, o que demonstra que um valor que este homem elegia estava sendo atacado. E da mesma forma que os antropólogos identificaram nas sociedades mediterrâneas, os homens autores de homicídio tentaram resolver a situação por si só, recuperando a honra por meio da violência sobre sua companheira, não tornaram público os conflitos e desentendimentos que ocorriam no relacionamento. Até porque o tornar público o que estava acontecendo é admitir para os demais que não conseguiram manter sua honra por meio da subordinação de sua companheira.

Neste sentido é que eu compreendo que a socialização dos homens nos espaços em que estes vivem tem parte de influencia na sua elegibilidade de valores que tomam para si e que procuram representar socialmente e por consequência, nas ações que estes farão para defender o que compreendem como correto. Outra parte é reflexão que esta pessoa, homem em situação de violência, faz para consigo mesmo do que apreende, e dos novos contatos culturais que este passa a ter ao longo da vida, ou seja, qual a autorrepresentação deste, neste espaço de agencia que ocorre entre a representação de um gênero que a sociedade lhe apresenta e sua autorrepresentação, o que será exteriorizado e poderá contribuir para uma possível alteração da representação. (LAURETES, 1994).

Embora os autores aqui apresentados para discutir a honra não estejam localizados especificamente dentro de estudos sobre masculinidade, percebo que de certa forma dialogam com esta temática por apresentarem um conceito que esta presente nas subjetividades de homens autores de homicídio de suas companheiras, para mim esta claro que honra e masculinidades caminham juntas, melhor, honra é um dos aspectos fundantes da masculinidade em muitos espaços e instituições de longa história e longa tradição. No caso dos homens que entrevistei se trata de conceitos bem rígidos sobre os valores que compõe sua honra, nos quais sem conseguir o status de provedor, pai de família e esposo respeitado, sentem que não cumpriram seu papel de homem.

Sobre os homens serem resultado de socializações que tiveram ao longo de sua vida vejo que a literatura que foi produzida inicialmente sobre masculinidades caminhava neste sentido. Como inicialmente a masculinidade hegemônica, tal como foi formulada, representava a dominação hierárquica dos homens sobre as mulheres, ou de homens sobre outros homens construía de certa forma este como um modelo certo do homem a ser seguido para mostrar que realmente era homem, mais tarde a autoria do livro escreveu outra obra para melhor rever este conceito.

Na reconstrução deste conceito Connell e Messerschmidt (2013) refletiram para o fato de que a masculinidade hegemônica não pode ser tomada como um padrão tão fixo e rígido. Mas que, mantendo a concepção de que sempre haverá uma maneira de exercer a masculinidade que seja hegemônica, sobre todas as formas de masculinidades existentes, não necessariamente o padrão hegemônico passa ser negativo, como ele é reconstruído socialmente, pode ser representado por maneiras de agir e demonstrar a masculinidade que não façam uso de uma hierarquia de gênero desigual.

[...]Talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero.” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.245)

As noções sobre ser um homem e efetivá-las de tal modo podem alterar de acordo com a localidade e tempo em que se vive.

Como Connell e Messerschmidt (2013) apontam, em algumas localidades a forma mais honrada de ser homem seria justamente afastar-se de modelos hegemônicos. Os homens podem transitar entre as masculinidades e optar discursivamente pelo modelo que melhor lhe representa. Estes sujeitos podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, como também distanciar-se estrategicamente em outros momentos. As pessoas aliás poderiam transitar não só entre as formas de exercer as masculinidades e feminilidades, mas também entre os próprios gêneros. Como a feminista Mathieu (2005) apontou os Inuit ou esquimós, desenvolvem sua convivência também com o terceiro gênero, que permite que a criança ao nascer receba um nome, e se este não for condizente com seu sexo, quando chegar a puberdade para fins de desenvolver seu papel social na comunidade esta pessoa pode trocar o gênero e aprender as atividades daquele gênero que agora corresponde à seu sexo. Uma prática de transvestismo que ocorre nesta sociedade, mas que proporciona pensar que a construção do gênero é algo construído discursivamente nas sociedades, e em Mathieu aparece mais uma vez a questão do parentesco que já havia sido apontada por Rubin. Nas sociedades Inuit estudadas por Mathieu as meninas que antes da puberdade poderiam estar vivendo em consonância com o gênero masculino, passam a viver conforme o gênero feminino, e o mesmo com os meninos, e com isto a procriação e o parentesco passam a ser garantidos.

O que percebo que Mathieu procura refletir é ao fato da construção dos gêneros estar servindo a um propósito que é a procriação. Isto mesmo que estes sujeitos sintam-se pertencentes a outro gênero. Como se vê a possibilidade de transitar entre os gêneros bem como entre os sexos é aceita em modelos de sociedades como no exemplo dos Inuits. Mas voltando ao modo de exercer as masculinidades talvez o que pudesse ser refletido em nossa sociedade atual é justamente a que propósitos estamos servindo, e que formam as estruturas de uma sociedade moldando os sujeitos em suas concepções de habitus e honra. O que este homem que é capaz de matar estava procurando alcançar, ou possuía como objetivos. Quem sabe este ideal que buscavam não pode ser alterado por outro que não lhe leve a uma prática tão violenta, ou de modo que possa perceber que é possível transitar para uma forma de

exercer a masculinidade que não seja tão violenta. Através do texto vejo também que talvez a feminista Mathieu esteja abrindo os olhos para esta forma de viver que inclui a experiência do terceiro gênero onde se experimenta um pouco do masculino e do feminino, para que depois a pessoa possa escolher a qual gênero se identifica mais, ou se os dois e gostaria de transitar entre eles. Se os sujeitos não tiverem a procriação engendrada em seu corpo e mente como um habitus natural a ser seguido, este homem e mulher pode ser livre para escolher sua identidade de gênero, sem se prender a um ideal de masculinidade ou feminilidade, e construir valores em cima destes.

Afinal como hoje os gêneros são vistos pelos entrevistados há formas de ser homem e mulher, e cada um dos sujeitos precisa corresponder ao feminino e ao masculino.

Assim “A “masculinidade” representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas.” (CONNELL; MESSERSCHMIDT 2013, p 257).

Com a reformulação de Connell e Messerschmidt sobre o conceito de Masculinidade Hegemônica, os autores nos trazem o fio da racionalidade para guiar a formulação da masculinidade hegemônica. Como é reformulado, esse modelo não é fixo, pois o padrão hegemônico pode ser alterado, da mesma maneira como ele é construído no âmbito local. O que isto quer dizer? A mídia, seja através de filmes, novelas, políticas públicas, escolas, pais, vizinhos, estipulam e influenciam no que é ser o hegemônico, nas melhores formas de portar-se, agir para ser “homem”. Como mostram a masculinidade hegemônica, dentro das esferas de tempo e espaço pode ser construída:

- [...]1. local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de histórias de vida;
 - 2. regional: construídas no nível da cultura ou do Estado- Nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas; e
 - 3. global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades e globalização.
- (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.267).

Estas esferas interagem entre si, de modo que uma pressiona a outra para que ocorram mudanças nas formas que a masculinidade hegemônica é vista e reconstruída enquanto tal. Instituições Globais podem pressionar para que haja mudanças em ordens de gênero mais regionais e locais. No âmbito da região, o Estado poderia propor por meio de leis, políticas com foco em masculinidades, oficinas e outras estratégias de intervenção também podem

fazer a diferença para a construção de padrões hegemônicos mais saudáveis e equitativos entre os gêneros.

Oliveira (2011) que também estuda a área de masculinidades e violência produz uma teoria crítica que reconhece que o modelo de masculinidade com traços do que inicialmente foi chamado de masculinidade hegemônica com traços patriarcais ainda é uma bússola orientativa para muitos homens, mas ao mesmo tempo argumenta de que não é hoje a única forma de vivenciar-se enquanto masculino, e possuindo ambientes em que esta forma de sociabilidade entre homens não lhes fosse cobrada estes poderiam sim agir de maneira mais equitativa com suas companheiras e com os demais homens sem precisar reafirmar-se enquanto masculinos e seres superiores em suas relações de convivência. Afinal se a sociedade concebesse todos os ambientes, ações e práticas igualitárias para homens e mulheres, sem a naturalização e sem a espera de comportamentos adequados para os sujeitos de acordo com seu sexo, talvez os homens não sentissem a necessidade de se impor enquanto superiores, não buscariam sempre o topo.

E sendo otimista, quem sabe não diminuiria o número de mortes de mulheres vítimas de seus companheiros, afinal se estes não representassem sua masculinidade de forma violenta conseguiriam lidar melhor com seus problemas nos relacionamentos, proporcionando espaço de diálogo na relação para com sua companheira e discutindo, e aceitando suas posições. Desta forma os relacionamentos poderiam finalizar por meio de conversa, não sendo necessária a morte das mulheres.

Problematizando neste sentido Pedro Paulo de Oliveira procura alertar de que estes homens que se representam por meio de uma masculinidade com traços patriarcais e sexistas, além de sofrerem direcionamentos sobre o modo de ser agir, e sentir enquanto homes ao longo de sua vida, colhem frutos destas formas de exercer sua masculinidade, e contribuem para que esta continue desta forma.

O que o autor procura evidenciar, é uma questão que passa despercebida nos autores como Nolasco e Connell. Assim Oliveira alerta que os homens são sobretudo beneficiários de um sistema de relações assimétricas nas quais, estes são favorecidos:

[...] Os autores que chamo de vitimários buscam tornar pálida uma evidência óbvia: antes de ser vítima o homem é beneficiário do sistema vigente. Se há a possibilidade de enxergar opressão para os homens no modelo deste sistema, isso ocorre devido o fato de sempre existirem custos para estar no topo. (OLIVEIRA, 2004, p. 190).

Neste trecho o autor faz uma crítica aos estudos sobre masculinidade citados anteriormente, na medida em que assumem o discurso de que os homens estão inseridos em um sistema sem opção de ação, imersos totalmente em padrões e valores comportamentais. Ao adotarmos uma perspectiva relacional nos perguntamos por que estes valores de masculinidades continuam em muitos estudos, sendo pensados desta forma e quais as ações para desconstruir o padrão rígido de ser homem, o que esta em jogo? Ao mesmo tempo como não ver o homem na qualificação de agressor e inserido neste tipo de representação quando ele mata? A lei, a militância feminista, o Estado estabeleceu a intervenção muito focada neste parâmetro.

Neste sentido Oliveira (1998) adverte que há autores críticos que não enxergam somente os homens enquanto vítimas de sua condição de gênero, mas antes disso procuram compreender as relações de poder que fundamentam suas práticas, representações e experiências de si.

Em seu artigo "Discursos sobre a masculinidade" (1998) o autor dá exemplos críticos ao discurso psicologizante no qual se diz que os homens não tem capacidade para expressar seus sentimentos, o autor adverte que na verdade, ocorrem situações nas quais estes não podem manifestar seus sentimentos ou verdadeiras intenções, locais onde há espaço que permita isto conforme vemos:

[...] A idéia de que homens são incapacitados para expressar suas emoções chega a ser motivo para observações sarcásticas. Messner diz que os homens podem aprender a ser situacionalmente expressivos quando administram as instituições das quais eles obtêm o direito de exercer poder sobre os outros e cita, de modo jocoso, a declaração de uma deputada americana, integrante do comitê das forças armadas do congresso americano. Ela, segundo os próprios relatos, em visitas regulares às bases militares para avaliar suas necessidades, ouvia dos generais e almirantes, de maneira privada, a declaração de que a "necessidade número um" destes oficiais era conseguir oportunidades para cuidar de suas crianças. Messner comenta que, quando estes mesmos generais e almirantes recorriam ao Congresso, as necessidades informadas eram navios, aviões, tanques e sistemas bélicos. Cuidado com as crianças desaparecia da lista. (OLIVEIRA, 1998, p.12).

Percebe-se que o discurso masculino mudou conforme o ambiente e a situação em que este homem se encontrava. Se perante a entrevista com Messner diziam uma coisa e perante o Congresso outra é sinal de que mudavam de discurso conforme a interação que possuíam com estas pessoas e o modo como gostariam de representarem-se perante as instituições, afinal este homem teve uma intenção em apresentar o discurso desta forma, no Congresso quiseram mostrar-se como homens fortes e prontos para a luta, logo colocaram como necessidade

equipamentos para tal. Assim, as expressões dos sujeitos dependerão da maneira como lhes foram socializados, e também da imagem que eles pretendem passar nos espaços pelos quais circulam.

O próprio Foucault (1995) alertava que para compreender como ocorrem as relações de poder, e o poder que um exerce sobre o outro se necessita escavar os jogos de verdade específicos, relacionados com técnicas específicas, seja: a) tecnologias de produção, b) tecnologias do sistema de signos, c) tecnologias do poder, d) tecnologias do eu, que permitem aos indivíduos efetuar por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo, sua alma e seu pensamento, conduta ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmo com o fim de alcançar certo estágio de felicidade. Estas relações e estruturas que compõe as relações violentas se relacionam a demarcações de um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. (FOUCAULT, 1993, p.244).

Neste sentido o filósofo Foucault apresenta no seu quarto conceito a possibilidade de mudança, de alteração na conduta dos indivíduos, em seus valores antes internalizados, seja por conta própria ou não. Embora o autor aponte que as tecnologias não funcionam separadamente umas das outras e que estas estão associadas a uma forma de dominação que as perpassa, frisa que é por meio delas que podem haver mudanças e novas aprendizagens para o sujeito da ação. Este apontamento para mudanças em busca de um modelo de masculinidade hegemônico mais equitativo entre os gêneros já foi construído por Connell.

Ao dialogar com Foucault se compreende o que Connell também sinalizava para as tecnologias de produção que podem ser utilizadas no nível em um nível microssocial por meio de relações entre demais sujeitos, no espaço onde interagem entre si e no qual é possível fazer alguns resignificamentos, bem como em algumas esferas um pouco maiores, o nível municipal, regional e global. Como uma tecnologia se conecta a outra, por meio de novas produções de saberes que começam a ser aceitas e depois tomadas como verdade, já se passa para a tecnologia de sistemas e signos pois se produz novos sentidos a este novo conhecimento gerado. Por meio do contato com novos saberes, o sujeito vai resignificando aos poucos o que já havia subjetivado, este é um processo que vai acontecer no nível microssocial no qual possui contato.

E assim se reflete na tecnologia de poder pois estes sentidos produzidos também começam a agir sobre a objetivação dos sujeitos, e a qual consequentemente esbarra nas

tecnologias do eu, que então é o modo como este indivíduo atuará sobre seu corpo, suas ações frente aos novos conhecimentos produzidos. Este sujeito fala, produz, vive, se objetiva de maneira concordante e discordante em relação aos outros. Ele é louco e são, é agressor e é bom pai. Ele é sujeito de algo, de uma constituição do ser masculino, do agressor, que relata sentimentos de sofrimento, mas que não percebe sua participação negativa e cerceadora de liberdade para com a companheira, ele relata uma vontade de mudança de vida ao sair da prisão, mas não mencionou uma mudança de sua percepção de si.

O sujeito deriva de relações de poder e de saber, mas ao passar pelo processo de subjetivação de si, também se instituem subjetividades que não dependem destas relações. Foucault (1984, 1985) explica que, na antiguidade a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram principalmente um esforço para afirmar a sua liberdade e dar à sua própria vida uma certa forma na qual poderiam se reconhecer e ser reconhecido pelos outros. Quanto a essa elaboração de sua própria vida como uma obra de arte pessoal, embora obedecessem a cânones coletivos, ela estava no centro da experiência moral na Antiguidade, ao passo que, no Cristianismo, com a religião do texto, a ideia de uma vontade de Deus, o princípio de uma obediência, a moral assumia muito mais a forma de um código de regras.

No entanto, para compreender as tecnologia do eu, e a verdade fora do contexto da antiguidade é preciso levar em consideração o meio social em que este está inserido, bem como bem como as atividades de resistência ou aceitação e continuidade que ele exerce. De Lauretis (1994) ajuda aqui, também Foucault com seus conceitos sobre jogos de verdade específicos, relacionados com técnicas específicas.

No meio de todas estas tecnologias há o poder, este é presente em toda parte e é exercido de uma forma desigual por homens, por estarem em uma posição hierárquica superior em muitos espaços. Estes homens significaram ao longo de sua vida e também de maneira muito forte em seu presente que sua masculinidade seria mostrada através do trabalho, pela constituição e manutenção de sua família e pelo controle com a sexualidade de sua companheira, e/ou em não demonstrar fraqueza. Mesmo que os homicidas tenham dado pouco enfoque às suas relações de amizade e de convivência comunitária, se percebe que os valores estavam fortes entre eles e entre as relações de amizade e familiares que possuíam, afinal os problemas que estavam enfrentando em seu relacionamento não foram discutidos com mais ninguém. O sentimento de vergonha e humilhação que relataram sentir frente a situação que narram vivenciar demonstra que não gostariam de serem identificados pelas pessoas ao seu redor enquanto um homem que fracassou com os ideais de masculinidade que por eles estavam introjetados. Eles imaginavam que as pessoas com as

quais tinham relações de amizade, trabalho e parentesco pudessem lhes cobrar seu fracasso, e esta possibilidade de cobrança externa, de passar por uma situação vergonhosa aumentava ainda mais sua cobrança interior em busca de seus ideais de masculinidade, esta era a forma que se sentiam e se viam.

Hoje quando falam sobre o assunto descrevem seus ideais e falam principalmente de forma positiva dos que consideram ter conseguido atingir, suas atividades de trabalho seus filhos. Em relação a fidelidade da companheira esta é apontada como a única culpada pelo seu ato, e ao mesmo tempo responsável pelo crime que estes cometeram. Os homicidas apresentam uma percepção de si de ótimo sujeito, longe de ser visto como um criminoso. A imagem de alguém que cometeu um crime não é o que pretendem carregar e nem se vêem desta forma, ao contrário, percebem-se como um homem que estava apenas tentando cumprindo seus ideais.

Com esta reflexão se compreende que nos modelos de masculinidade tal como são ditados os homens fazem grande uso de poder que se constitui como apoio moral e de sua ética em sua socialização, afinal para alguns sujeitos este status de pessoa superior lhe traz privilégios, dos quais, não gostaria de se desfazer, mesmo que para tal tenham que pagar o preço de recorrer a práticas de violência para com sua companheira quando ela não deseja a posição inferior ao seu companheiro, mas gostaria de estar equiparada ao seu lado, ou simplesmente porque quer existir como pessoa.

A tentativa de mudança para padrões igualitários entre homens e mulheres, e comportamentos esperados para com o gênero masculino de modo que a virilidade e força, por exemplo, não seja um requisito necessário levanta rumores de que a masculinidade poderia estar em crise.

Frente a isso Oliveira em sua obra “A construção social da masculinidade” (2004) procura discutir a existência ou não de uma crise da masculinidade. Segundo ele se as masculinidades são construções sociais elas não poderiam estar em crise pois vão se aperfeiçoando e mudando ao passar do tempo, mas sobretudo é o modelo normativo do ser homem que esta em crise, não as experiências diversas.

Se fossemos pensar em crise tudo estaria em crise, os valores, cultura, a crise da masculinidade, a desordem mundial, mas esta palavra só aplica se houver um modelo. É do fim dos modelos que se fala. Isto, acontece segundo ele pois discursos conservadores tentam manter práticas que antes eram inquestionáveis e com os quais conseguiu-se certos privilégios. “Os mecanismos sociais que possibilitam privilégios se tornam invisíveis para aqueles que são por eles favorecidos” (OLIVEIRA, 2004, p.142). Uma forma de reafirmar

seus privilégios masculinos é através do sexismo, prática que ocorre a partir de estereótipos relacionados ao gênero da pessoa, esta se relaciona aos fundamentos patriarcais nos quais o sexo masculino sobressai ao feminino, e o feminino tem funções à cumprir, ser boa mãe, atender o marido em seus desejos e necessidades. Estes elementos são da ordem da estrutura cultural heteronormativa, como norma que se difunde, estende e se pretende universal.

O sexismo pode ocorrer de duas formas, de forma hostil, no qual estão empregadas formas de opressão, práticas punitivas sobre as mulheres quando estas não cumprem o que os homens acreditam que sejam suas funções, ou atuar de forma benévola, onde o masculino protege o feminino, continua sendo o provedor por exemplo mas com o intuito de garantir a segurança e bem estar feminino, embora esta seja uma forma de sexismo mais branda também ancora-se na ideia do sexo feminino ser mais frágil, distinguindo assim atribuições e valores com base no gênero da pessoa. (BELO, *et al*, 2005).

Os privilégios masculinos são mais visíveis na masculinidade hegemônica, onde engendrados por sistemas simbólicos supracitados, se sente a necessidade de reafirmá-lo, excluindo as demais formas de masculinidade.

[...] Apesar de todas as mudanças sócio-estruturais e todos os movimentos que continuam e contestam a hegemonia masculina, esse lugar simbólico ainda é bastante valorizado e funciona como bússola de orientação para a construção de identidades de diversos segmentos sociais. (OLIVEIRA, 2004 p.285).

Diante deste impasse há uma relação de poder, de sujeitos abertos a mudanças que significam seus valores de masculinidade e de sujeitos que reafirmam a masculinidade hegemônica, pautada em padrões patriarcais, como uma forma única de ser homem, um jogo de tensões no qual os homens estão inseridos e moldam duas identidades de gênero, processo no qual este se subjetivam enquanto sujeitos, e que reflete no modo como estes se representam.

O processo de subjetivação construído pelos sujeitos ao longo de sua vida é abordado por Guattari e Rolnik (1996) e também Mansano (2009), como o modo que vivemos e significamos nossos encontros e acontecimentos diários.

Na obra *Micropolítica: Cartografias do desejo* (1996) Félix Guattari e Suely Rolnik explicam que a subjetividade se produz a partir de encontros que vivemos com o outro. Este outro refere-se a todas as experiências possíveis em nossa vida, acontecimentos, invenções, tudo que produz efeitos em nossa maneira de viver.

Mansano, (2009) baseada na obra de Guattari compreende que é por meio de uma construção coletiva viva que as subjetividades são produzidas, e produzem o meio social, ou seja há uma troca.

Segundo Mansano (2009) é pela difusão destes elementos, baseados em um tempo histórico que a subjetividade ganha forma, na qual estão presentes instituições, linguagem, tecnologia, ciência, mídia, trabalho, capital, informação. Elementos estes que são reinventados com o passar do tempo e continuam circulando nos espaços de vida social. Da mesma maneira que estes elementos re-atualizam o ser humano pode abandoná-los, modificá-los e reinventá-los num movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que são múltiplos os componentes de subjetividade.

Em Foucault (1995) os sujeitos são instituídos e se instituem na relação com os mecanismos que moldam e multiplicam os desejos, em vez de reprimi-los, que geram e direcionam, nossas energias, que constroem nossas concepções de normalidade e desvio, de masculinidade e de feminilidade. Esses discursos, implementados pela pedagogia, medicina, demografia e economia, e outras áreas de saberes, ancoraram-se nas instituições do Estado e consolidaram-se especialmente na família: serviram para disseminar e implantar, empregando o sugestivo termo de Foucault, aquelas figuras e modos de conhecimento em cada família e instituição sendo a masculinidade uma delas. Nesse discurso, identidade e diferenciação são faces de um mesmo processo permeado pelo poder, recuperando o arquétipo feminino e masculino: o homem urbano, imbuído de poder, deve civilizar e impor uma nova ordem, enquanto à mulher, caberia outro perfil – submissa, passiva, recolhida à família e à maternidade, modelo de moralidade e dedicação.

Assim a idéia que se levanta são os processos culturais, mas não só, também são históricos, institucionais, jurídicos, que ainda carecem de mudanças, para que sujeitos não continuem interiorizando um único modo de ser, e o considerem o modo certo, um único padrão para seu sexo, não aceitando ações contrárias a sua vivência. Para tal, necessita-se de um processo de desconstrução dos ideais construídos para os sexos. Este processo de desconstrução deveria acontecer em todos os ambientes por onde os sujeitos circulam, ou seja, na escola, em sua casa, na rua, na roda de amigos no trabalho.

Trata-se de um trabalho árduo, mas recompensador, pois homens e mulheres poderão viver em ambientes mais equitativos, sem que homens estejam preocupados só com sua atividade laboral, sustento da casa e domínio sobre o que sua companheira poderia ou não fazer, afinal a ideia de subordinação de um sexo ao outro estaria extinta. Isto pois se visa um processo de resignificação para estes sujeitos da forma como o vêem enquanto homens.

A padronização que os corpos dos sujeitos sofreriam ao longo de sua vida seria o respeito e a igualdade para com o outro, sem a necessidade de relações de poder arbitrárias e significadas por valores binários desiguais porque sempre estão vinculados a relações de poder. No que concerne a violência de gênero seria uma sociedade menos violenta e mais igualitária.

É neste sentido que a teoria feminista de gênero pode intervir para auxiliar nesta transformação dos modos de constituir a sociedade. O primeiro passo é compreender por meio dos estudos e problematizações feministas como se forma a desigualdade entre os sexos, para aí pensar e propor novos conhecimentos sobre esta forma de violência na qual as mulheres são as principais vítimas. Assim, procuro agora refletir sobre qual é a base para o surgimento dos aprisionamentos dos corpos em ideais que correspondam a um gênero cujo sexo da pessoa é seu marcador.

Pensando na importância desta discussão neste ponto, recorro as teorias feministas de gênero para compreender porque estes homens acreditam que suas justificativas são aceitáveis e pertinentes em relação a morte de suas companheiras. As concepções que os sujeitos trazem têm a ver com a normatização que seus corpos sofreram enquanto ideias de masculinidade e o que acreditam que seja ideal de feminilidade também.

O sistema sexo e gênero assim como definido por Rubin foi uma importante definição no âmbito das discussões feministas que procuraram problematizar os modos pelos quais as mulheres são subordinadas pelo gênero oposto e como este processo é naturalizado. A subordinação das mulheres vem sendo discutida por muitas autoras e como campo analítico se mostrou uma saída contra os determinismos fundamentados na biologia e que foram forjados precisamente durante o século XIX, nos mais variados ramos de atividades científicas. São muitos os textos que nos ajudam a pensar esta dimensão histórica e social da produção de um discurso sobre a diferença dos corpos. Construção e institucionalização que acabou por marcar o lugar social, político e moral de homens e mulheres de modo desigual e com processos de subjetivação muito diferentes. Dentre eles podemos citar: Courtine (2011), Laqueur (2001), Matos (2003), Weeks (1999), Bordo (1997).

Este trabalho se guia na concepção de que os estudos das feministas e de gênero tem como foco a desconstrução das relações de poder que estruturam desigualdades. Neste sentido, se insere a desconstrução dos determinismos e de todas as formas de opressão. Posições contra essencialismos podem ser encontradas em textos clássicos como de Scott, Rubin, Mathieu, De Lauretis, Flax, dentre muitos outros. As análises pelo feminismo da diferença, pela construção e reiteração normativa, a desconstrução de (BUTLER, 1990) a

crítica a sexo política de Preciado (2011) são textos de um campo que assume o processo de sua desconstrução e da desconstrução das políticas e dos conceitos que as fundamentam. As teorias de cunho pós estruturalista estão preocupadas com o descentramento dos sujeitos, com a desidentificação dos gêneros binários como parte do desmonte das oposições impregnadas de relações desiguais como o são, sujeito/objeto; público/privado; cultura/natureza; homem/mulher, tão caras ao pensamento filosófico ocidental moderno, e que estão igualmente atreladas à instituição de significados transcendentais e à verdade última das coisas.

Quando Gayle Rubin, (1998) antropóloga feminista ofereceu uma das primeiras explicações contemporâneas sobre as relações de gênero, com foco no que denominou sistema sexo/gênero, seu ponto central de discussão foi produzido sob a preocupação de como fêmeas, da espécie humana foram transformadas em seres domesticados. Essa reflexão estava marcada pelo estruturalismo e pelo contraponto entre natureza e cultura, principalmente pelos estudos antropológicos da época que aproximavam a mulher da natureza e o homem da cultura. O texto clássico neste sentido é o de Orter (1979), mas podemos encontrar discussões semelhantes no texto de Herétier (1996).

No contexto do texto escrito por Rubin, buscava-se acentuar as dimensões socioculturais das identidades sexuais, a fim de demonstrar que o gênero não era o efeito necessário do sexo biológico, e que sua construção era cultural. Outra questão fundamental estava fundada na relação desigual em que se encontrava o status do feminino na maior parte das culturas. A busca pela igualdade colocava que as diferenças eram aprendidas culturalmente e que as desigualdades deveriam ser superadas, sua abordagem estruturalista das relações, não era isenta de críticas desnaturalizadoras. Neste contexto, a feminilidade e a masculinidade foram entendidas e desconstruídas como parte de um elemento histórico e moral; que também proporcionou as culturas uma herança cultural de formas de ser sobre a masculinidade e a feminilidade. Rubin (1998) percebe a falta de discussões de gênero em alguns autores e os critica por não problematizarem a subordinação feminina nestes estudos. No capitalismo de Marx é problematizada a exploração do trabalhador através de ganho de capital pela mais valia extraída do labor do trabalhador. A problemática de Marx é relevante, no entanto a feminista desnaturaliza esta teoria, mostrando que o mesmo não levou em consideração que neste processo de reprodução da força de trabalho a mulher possui uma grande contribuição. Mostra que as mulheres estão inseridas no circuito da mais valia. As mulheres estão inseridas como exército industrial de reserva, com salários mais baixos e são essenciais ao coração do capitalismo. A esfera da reprodução é relacionada com a manutenção do sistema de produção portanto, não deveria ser vista como não participante. No mais,

mesmo se ao contrário, se tratasse de sociedades consideradas não capitalistas a reprodução da vida produz as condições à reprodução das estruturas de aliança, parentesco, exogamia. O trabalho doméstico que muitas vezes recai sobre a mulher, como o preparo dos alimentos a lavagem das vestimentas e cuidado da casa é condição a partir da qual, o homem tem acesso as condições inerentes para sua reprodução da força de trabalho. Ele pode ganhar o dinheiro necessário para a compra de produtos para o lar, mas quem o organiza e prepara as refeições em grande parte é a esposa.

Rubin (1998) deixa claro que a opressão da mulher no sistema capitalista existe, como na questão acima citada, mas não é este o início da opressão, pelo contrário a desigualdade para o sexo feminino ocorre em sociedades com sistemas bem diferentes. Cita o estupro coletivo praticado em Nova Guiné sobre as mulheres quando a intimidação masculina já não é o suficiente. A teórica feminista argumenta por meio de registros antropológicos que na Europa pré-capitalista e feudal também não se era livre de opressão feminina. No capitalismo os elementos histórico e moral; proporcionaram uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade e somente analisando estes elementos histórico e moral será possível delinear a estrutura de opressão. O mundo do sexo, o gênero e a procriação dos seres tem sido incessantemente atividade social e sofrido mudanças, mas frequentemente também tem sido abjetados como constituidores de relações sociais e econômicas.

Em relação a Levi- Strauss, a autora analisa os sistemas de parentesco, especialmente a obra estruturas elementares do Parentesco, na qual são analisadas as trocas de mulheres por meio de casamentos e na qual Levi-Strauss estrutura um sistema de alianças e parentescos possíveis, classificação polêmica, já que muitos outros de interpõe, para o próprio contexto em questão. Nestes sistemas a mulher é objeto de trocas matrimoniais, para garantir as alianças entre os grupos, para evitar o incesto e ao mesmo tempo cria-se uma moral de reciprocidade entre os grupos. Na formação das alianças de casamento as mulheres são objeto de troca, estas podem até consentir ou ter sentimentos prévios pelo noivo ao qual são destinadas, no entanto o processo de trocas é inerente aquela mulher. Elas estão a mercê dos homens, não podem dispor de si mesmas. A organização do sexo está baseada no gênero, na heterossexualidade obrigatória e no controle da sexualidade feminina. Os sistemas de parentesco se embasam no matrimônio – transformam machos e fêmeas em homens e mulheres, duas metades incompletas que podem sentirem-se completas quando se unem. As pessoas vão adquirindo gênero para assegurar o matrimônio. Os sistemas de parentesco alimentam a heterossexualidade em detrimento da homossexualidade.

Sua teoria coloca que Lévi-Strauss pode ter razão em ver a troca de mulheres como um princípio fundamental do parentesco, mas a subordinação das mulheres pode ser vista como um produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos. Rubin problematiza assim, como a divisão dos sexos através de gêneros é imposta socialmente. É um produto das relações sociais sobre a sexualidade, vinculadas a práticas de poder e não apenas a abstrações mentais do inconsciente coletivo, conforme as teorias Lévi-straussianas.

Como os sistemas de parentesco se baseiam no casamento precisam que os sexos masculino e feminino se transformem em homens e mulheres, concebendo os dois como metades que se completam. Assim se constituem uma identidade cultural heterossexual compulsória, que constitui em grande medida os parâmetros históricos da violência heteronormativa do sistema, que na expressão de Butler (1990), abjeta outras possibilidades de articulação cultural. Questão que será analisada por Butler em várias de suas obras.

Em Rubin se encontra uma perspectiva de base fixa quanto a gênero, porque os binários estão mantidos nas discussões a respeito do parentesco, da divisão sexual do trabalho e das identidades compulsórias. Neste padrão social de construção a mulher é aprisionada pelo seu corpo à funções de ser boa mãe, boa esposa, e sobretudo obediente. Neste sentido a autora pergunta-se o que produziu/instituiu a fêmea da espécie humana em uma mulher domesticada. Este processo seguramente não ocorreu para o masculino. Sustenta que a essência do parentesco é o intercâmbio de mulheres entre os homens. O tabu do incesto é um meio de regular este tráfego de mulheres. Os intercâmbios aumentam as relações entre os grupos e proporcionam poder aos homens. Quem pode fazer a dádiva é quem tem presentes para intercambiar e que pode entrar no sistema de obrigação e dívida, que pode acumular poder e lealdade. A exogamia fornece o único meio de manter o grupo como tal; desse modo, ela evita o fracionamento e a divisão indefinidos, que seriam o resultado da prática dos casamentos consanguíneos.

Acontece, portanto, com as mulheres, o mesmo que com a moeda de troca, cujo nome elas com frequência carregam. A troca, com efeito, não vale apenas o que valem as coisas trocadas: a troca – e, conseqüentemente, a regra de exogamia que a exprime – tem, por si mesma, um valor social. Rubin discute e insiste que estas são formas de organização de parentesco que não são fixas e sim construídas socialmente dando exemplos de outras organizações de parentesco em diversas outras localidades, sendo que algumas vêem homens e mulheres como incompatíveis e requerem práticas homossexuais para recuperar a

masculinidade de um menino gestado no ventre feminino. Há ainda outros sistemas de parentesco nos quais o que determina o status de marido ou mulher é o dote pago pelo outro no ato do casamento. Entre Azandes um jovem pode pagar um dote ao menino que assim se transforma em mulher sendo este seu companheiro até que o menino tenha idade para tomar uma mulher. Já em Daomé, uma mulher podia fazer o papel de marido se possuísse o dote necessário. Ao final do texto da feminista ela manifesta sua posição política de desconstrução de Levi- Strauss quando critica o fato de que ele tenha apresentado os sistemas de parentesco mas não tenha problematizado o que este sistema faz com a mulher, na posição que a coloca.

Neste sentido entendo a importância da problematização de Rubin por meio do conceito de sexo e gênero como a origem da discussão do aprisionamento dos corpos aos gêneros e por meio dos quais em algumas culturas as mulheres foram domesticadas enquanto submissas.

Define o sistema sexo/gênero como: o conjunto de convenções mediante as quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e em produtos que satisfazem a necessidade sexual transformada; (RUBIN, 1998, p.16). Sustenta que o sexo, tal qual nós o conhecemos, identidade de gênero, desejo e fantasias sexuais – conceitos sobre a infância são produtos sociais, e que portanto, o problema não é a biologia ou a existência da família, mas as formas particulares de organização social da biologia, do parentesco, entre outras coisas.

Entendendo o sistema sexo e gênero como uma forma excludente e narrada de maneira que se naturaliza nas relações sociais, na divisão sexual do trabalho, no Estado, e no âmbito cotidiano de homens e mulheres.

Teresa de Barbieri (1992) agrega também na mesma direção a reflexão sobre ser o sexo e o gênero um conjunto de práticas e símbolos, valores, modos de representações que dão sentido as relações sociais, e ao mesmo tempo elaborações sociais realizadas a partir da diferença sexual biológica. (BARBIERI, apud MEDRADO; LYRA 2008). Costa (2002) teoriza que o gênero se refere a um tipo de categorização, de modo que passa pelas pessoas, atingindo também artefatos, eventos e tudo que desenha uma imagem sexual. Segundo ela seriam maneiras de tornar as características masculinas e femininas concretas, associando-as à uma ordem natural.

A feminista materialista Mathieu (2005) vem discutindo a importância da forma como a sexualidade e o corpo se constroem politicamente para servir a propósitos de um modelo sexista. Obviamente, nestes construtos de base binária um dos gêneros tem ficado em

desfavor em relação ao outro porque estes espaços e estas classificações são produzidas por meio de relações de poder.

Mathieu ao observar uma série de adaptações entre sexo e gênero traz a luz diversos modelos para elucidar as estruturas de poder em seu interior. Estas formas de organização não necessariamente estariam relacionadas a questão anatômica tal qual como se conduz, são outras experiências de sujeitos que poderiam ser vistos como desviantes ou adaptados. Porém, em todas elas, a grande questão que permanece é que quando a cultura, ou a concepção simbólico mental trabalha diferente, ainda assim, se mantêm os processos de exclusão, mesmo se são pessoas que componham novos arranjos e ou outras adaptações, mesmo em diversas formas, a relação entre sexo, sexualidade e gênero mantêm a desigualdade. Mostra-se deste modo, que os arranjos podem ser os mais variados, e mesmo assim, se constroem relações de assimetria, dissimetrias, e de afinidades. Por exemplo, posso assumir um gênero masculino em corpo de fêmea e ter uma orientação homossexual, ou bissexual, ou heterossexual, mas no caso da violência doméstica, o que atua não é o trânsito entre orientações sexuais, ou relativos a conteúdos de posição de sujeitos e de identidade de gênero frente a sexualidade. O que atua são as relações de dominação, controle, poder dentro da norma heterossexual e na relação de subordinação emocional, social, psíquica e econômica das mulheres.

De uma perspectiva pós estruturalista, contudo, pode-se romper em parte com a binarização e a localização estruturante do lugar dos agentes na cultura, vislumbrando a experiência com a diversidade de si. A linguagem e a cultura fazem a construção da masculinidade e da feminilidade, e dos corpos, e desta perspectiva eles reproduzem a cultura, porém, o corpo não é somente um reprodutor cultural ele também é agente da cultura reproduzindo-a ou modificado-a. (BORDO, 1997).

Os aspectos da reprodução não deixam saída para outras masculinidades, fora do ditame “homem não chora”. Ou fora da norma de que o feminino é frágil, pouco sábio, pouco eficaz. Deixam pouco espaço para uma feminilidade que não seja medida pelo choro, ou pela menor ou maior força física, ou pelas piadas de baixo calão, ou pelo desprezo, e para reconhecer a experiência que esta pessoa faz a respeito de si mesma e do lugar que ocupa em gênero.

Desde os estudos estruturalistas, ser mulher, ou ser homem em uma determinada cultura é parte de um processo da própria reprodução que se expressa nos discursos, nos nomes, nos rituais, nas normas, nas hierarquias, nos poderes e nos valores a respeito do que se considera adequado ao masculino e ao feminino. Contudo, não faltaram questionamentos a estes aspectos da reprodução e da reiteração normativa.

A desidentificação segundo Butler (2003) é crucial para a rearticulação da contestação democrática tanto da teoria *queer*, quanto a política feminista – podem ser mobilizadas através de práticas que enfatizam a desidentificação com aquelas normas regulatórias pelas quais a diferença sexual é materializada. Identificar quais os corpos que pesam e quais devem emergir.

A feminista De Lauretis (1994) enfatiza a questão do discurso como fundador de um gênero. Para a autora este sistema que aprisiona um sexo à um gênero é formado através de práticas discursivas que seriam a construção do gênero propriamente dito. O o sujeito é constituído em gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe”. (DE LAURETIS, 1994, p.208). Porém, quando analisa a posição das mulheres nestas representações ela as coloca dentro e fora das mesmas.

Dialogando com Foucault, estes códigos linguísticos que Lauretis apresenta são os discursos que são produzidos e os quais estão repletos de poder. Afinal neles há uma coerção que age de determinada forma sobre o sujeito de modo que conheçamos as restrições de até onde e como podemos agir. O engendramento do sujeito assim é a formação de sua identidade, sendo esta reatualizada permanentemente através da produção de novas regras.

De igual modo ele também se produzem na posição do sujeito que esta dentro e fora da representação, já que gênero não representa um indivíduo, mas sim uma relação social. “Pois, se o sistema sexo-gênero é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primordial da ideologia, e obviamente não só para as mulheres”. (DE LAURETIS, 1994, p. 216).

Para estes homens, as mulheres estão dentro do seu gênero feminino quando aceitam suas imposições, quando são boas mães, quando aceitam ficar em casa enquanto ele pensa prover o lar, quando não fazem uso de bebidas alcoólicas, quando não fazem cobranças de seu companheiro pelo fato deste ingerir álcool ou estar na companhia de outras mulheres. Mas estão fora de seu gênero feminino quando também ingerem bebida alcoólica, quando buscam atividades de lazer sem a companhia de seu companheiro, quando querem ter uma atividade laboral, quando não querem ter filhos ou exigem que os cuidados com as crianças e a casa sejam divididos igualmente, ou quando mantém contato com outros homens. Os conflitos que são gerados entre o estar dentro e fora das representações de gênero só ocorrem por ter este marcador de normas e padrões constituído para o sexo masculino e feminino que é representado através do gênero. A imposição das diferenças entre gêneros e a delimitação de

quando se é um ou outro é com certeza a fonte primária da violência de gênero, e neste caso da violência contra mulher.

Para Lauretis, os filósofos e pesquisadores negaram a diferença sexual e de gênero como componentes da subjetividade de mulheres concretas e portanto, negaram a história da opressão e da resistência política das mulheres e da contribuição epistemológica do feminismo para a redefinição da subjetividade e sociabilidade. Assim, faz-se necessário o reconhecimento desse fato, um insight obtido através de práticas pessoais e da micropolítica da vida cotidiana das mulheres para conceder ao sujeito uma perspectiva “ex/cêntrica”, menos pura, menos unificada e a qual percebe a identidade como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social, ao mesmo tempo que entende a experiência como o “resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas”. É preciso reposicionar o lugar positivo das margens, nos *space-off* e nos interstícios das estruturas e dos discursos dominantes.

Para isso certamente precisamos de uma teoria da diferença “cujas geometrias, paradigmas e lógicas estejam fora dos binarismos, das dialéticas e dos modelos de natureza/cultura de qualquer espécie”. O desafio de teorizar o surgimento dos interstícios ou dos espaços *in-between*, alojando identidades mais híbridas, reside em encontrar linguagens apropriadas ou tropos discursivos através dos quais se possa representar ou simbolizar as posicionalidades e experiências múltiplas, variáveis e conflitantes do sujeito (*ex/cêntrico*). Onde os sujeitos produzem não suas identidades, mas suas identificações – indicando um “processo de identificação com e através de outro objeto, um objeto de alteridade, em um ponto onde (...) o sujeito é sempre ambivalente, devido à intervenção daquela alteridade. Esta perspectiva ressalta o valor positivo da diferença, mas abjeta a essencialização do feminino. Essas camadas de subordinação ou eixos da diferença encontram-se mutuamente imbricados, onde cada categoria produz efeitos articulatórios sobre as outras em contextos históricos e geográficos específicos, viabilizando, assim, posições a serem ocupadas pelos sujeitos enquanto estabelecem agendas teóricas e políticas. A noção de interseccionalidade, expande significativamente o conceito de gênero.

Em relação aos entrevistados desta dissertação talvez se careça que estes consigam perceber sua identidade de masculino como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social. Me parece que a concepção de construção social de produção de uma identidade e de uma masculinidade ainda não lhes é clara, mas tomam seus posicionamentos enquanto os naturais e únicos entre os homens.

O que certamente gerou conflitos que acabaram por resultar no homicídio praticado por homens contra suas companheiras foi o fato de estarem desencontrados em suas representações, os homens e mulheres envolvidos neste crime, cada um dos envolvidos possui uma autorrepresentação que já não condizia mais com que o outro dele esperava, os valores de masculinidade e feminilidade entre eles estavam desencontrados.

Assim vejo que o aporte teórico de Lauretis e Foucault me auxiliam na compreensão relações sociais baseadas em gênero formadas por meio de discursos construídos que por sua vez estão envoltas de poder será essencial para compreender a experiência de si que os entrevistados apresentam bem como a narrativa que apresentam sobre o crime ocorrido.

Neste conjunto de relações sociais onde gêneros são produzidos os homens vêm-se diante de discursos hegemônicos de onde tecnologias sociais agem de modo a tentar controlar significados, sentidos e produções sobre as ideologias construídas. O identificar-se, renegar, resistir ou auto representar-se está implicado na construção de subjetividades dos sujeitos, e torna transparente o que chamamos de relacional. Nele interagem os sujeitos, suas representações, subjetivações e o mundo externo, os conflitos que vinham ocorrendo no relacionamento que acabaram entrando em choque com as autorrepresentações de feminilidade e masculinidade dos casais.

Neste sentido, sujeitos, homens e mulheres fazem-se presentes em um mundo no qual tecnologias sociais são construídas, como constroem sujeitos, ou seja, esta é dinâmica da cultura, da subjetivação dos indivíduos que se reconstroem na medida em que interagem socialmente, isto com base em suas identidades, diferenças e representações.

De Lauretis afirmou que o gênero é uma construção, sendo que foi feita em vários espaços já considerados: escolas, aparatos jurídicos, família, comunidade na qual vivemos, e como a feminista afirma também que construímos espaços nos quais não nos parece tão óbvios como a comunidade acadêmica, as teorias, as expressões artísticas, e conforme chama atenção também no feminismo. O que a autora procura mostrar é que através da desconstrução do que foi tão marcado como a representação dos sujeitos machos e fêmeas, o gênero, enquanto forma de relação social e poder é construído e reconstruído diariamente como uma formula de representação a ser seguida.

A necessidade de se definir um gênero já é expressa através dos dicionários, os quais foram consultados por Teresa de Lauretis onde justamente encontrou isto, o gênero é uma representação construída pela necessidade de pertencimento e de definição dos sujeitos, de criar identidades.

[...] O termo gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação [...] O gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente construídas, como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma entidade digamos a uma pessoa certa posição dentro de uma classe e portanto uma posição vis-a vis outras classes pré construídas. (DE LAURETIS, 1987, p.210,211).

Esta necessidade construída de relacionar-se por meio das definições de gênero e o modo como se tornou “natural”, ou melhor compulsório é discutida com maior profundidade nas obras de Butler. Segundo a autora o sujeito feminino, masculino, ou outro só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações.

Assim as regras que governam a identidade inteligível de ser homem ou ser mulher são parcialmente estruturadas a partir de uma matriz que estabelece a um só tempo uma hierarquia entre masculino e feminino e uma heterossexualidade compulsória. Nestes termos o gênero não é nem a expressão de uma essência interna, nem mesmo um simples artefato de uma construção social. O sujeito gendrado seria, antes, o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes. Com base nestas definições, a autora chega a afirmar que o gênero é ele próprio uma norma, uma forma natural de ser. (BUTLER, 2003).

A forma como o discurso se molda, cria desde cedo, a necessidade de se auto – identificar, de se pontuar como diferente do outro, a questão problema, seria as diferenciações que acabam culminando em desigualdades, produzindo efeitos sobre os corpos. O gênero assim, é uma representação por nós adotada. Se a perspectiva é tomada a partir do binário perde-se a posicionalidade possível para a concepção de sujeito, aspecto que permite negociações continuas e para Lauretis estar dentro e fora da representação estabelecida. Dentro quando convêm a ganhos políticos e fora quando a representação aprisiona.

As feministas supracitadas vão ao encontro de concepções também discutidas pelo filósofo Foucault, que analisava relações de poder, força, controle, formação do sujeito, embora ele não se ocupe das relações de gênero e não tenha tratado a sexualidade como normativa. Sua preocupação no que tange à formação do sujeito envolve pensar a constituição do sujeito moderno como o lugar prático, direto do controle social pela prática automática e habitual na qual a cultura se faz pelo modo como os sujeitos se instituem, para tal, analisa as estratégias, os discursos, os enunciados. (FOUCAULT, 1986). Se o homem constrói sua própria existência, este também é construído por esta, através das falas discursivas, de saberes. O poder não pode ser pensado mais como repressivo, mas deverá ser visto como constitutivo. Analisa os mecanismos que moldam e multiplicam os desejos, em vez de

reprimi-los, que geram e direcionam, nossas energias, que constroem nossas concepções de normalidade e desvio. Aspectos que funcionam de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder e que tem como razão de ser (...) proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar os corpos de maneira cada vez mais detalhada, controlar as populações de maneira cada vez mais global.” (FOUCAULT, 1976, p. 101).

Para compreender os discursos pelos quais os corpos dos sujeitos foram formados e também pelos quais estes se representam e identificam-se porque instituídos enquanto masculinos, procuramos assumir uma leitura relacional das situações para nos guiar neste estudo.

Como Lauretis assume o entendimento de um olhar relacional dentre dos estudos de gênero, precisamos conceber a posição que os sujeitos assumem como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social. Além disso, compreender a experiência como o 'resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas. Trata-se de um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas'. (LAURETIS, 1994).

O relacional permite sair da fixidez, possibilita uma flexibilidade na teoria na qual estabelece um ponto de incorporação de todas as pessoas, independente de seu status social, etnia, raça, geração, opção sexual ou qualquer outro fator que seja delimitante. Assumir uma perspectiva relacional é romper com a dicotomia entre um sexo e outro.

Neste sentido ao assumir uma perspectiva relacional no que tange a compreensão dos conteúdos das relações violentas, percebe-se que a violência pode ter várias faces, ainda que as mulheres continuem sendo alvo das práticas mais cruéis, como em nosso caso, práticas que levam a sua morte. Porque é relacional e diz respeito a uma cultura violenta a ser modificada.

Assim, nos interessa saber as razões ou motivações elencadas pelos sujeitos autores da morte, ou da tentativa de morte para tal crime. Como estão relacionados construtos de um modo de ser homem que envolvem uma série de concepções sobre a mulher ligadas a sua subordinação, às fragilidades que acreditam que estas apresentem seja ela física, emocional ou psíquica. E isto quando esta noção de fragilidade e cuidado que devam ter pela sua companheira se remete ao sexismo, que inicialmente pode até ser fantasiado de benovelente, no entanto pode tornar-se facilmente cerceador de liberdade.

Nestas situações quando as mulheres não correspondem à retribuição que por eles é esperada, ou seja, quando esta não se subordina mais aos seus cuidados, ou passa a questionar algumas decisões acabam por frustrar suas expectativas não correspondendo por exemplo a uma mulher ideal, à mulher certa, tal como os sujeitos de nossa pesquisa expressaram, chamando as vítimas do homicídio de “mulheres erradas”.

O pensamento ao qual se remete estes homens possui conotações culturais, como De Lauretis (1994) já mencionava, que somos sujeitos engendrados produzidos através dos discursos que estão presentes em todos os espaços.

Conforme a autora afirma:

[...] A construção do gênero vem se efetuando hoje, no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que ela aconteça. – na mídia nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa, ou monoparental- em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou de “Aparelho Ideológico do Estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada no feminismo. (DE LAURETIS, 1994, p. 209).

Em nossa sociedade o gênero vinha sendo construído e mantido de forma hierárquica e extremamente binária de forma que os protagonistas dos espaços seriam os homens e as mulheres ficariam nos bastidores, dando apoio ao seu triunfo uma complementação de tarefas. Sendo reafirmada esta construção nos ambientes nos quais interagimos.

A mídia mostra bem este lugar de que se fala, enquanto nas propagandas de sabão em pó, produtos de limpeza, cerveja, as mulheres são as protagonistas, mostrando o local destas junto ao cuidado doméstico, ou no desejo masculino, nos comerciais de carros quem os são, em sua grande parte são homens, remetendo-se assim ao status de poder, consumo.

Nos comerciais de cerveja a ideia de subordinação e posse do corpo feminino fica evidente, as mulheres aparecem seminuas enquanto homens comportam-se fazendo brincadeiras e estratégias e até mesmo de competições para conquistar o então sexo oposto. Sendo apresentadas desta mesma, reforçando a heterossexualidade compulsória e o desejo masculino de possuir, tocar e acessar o corpo da mulher. Mesmo de modo sutil estes meios de comunicação e suas transmissões acabam por incentivar um modo de ser e vivenciar-se enquanto homens e mulheres que reitera práticas de violência.

A desvalorização feminina ocorre também nas relações de emprego, quando pessoas ocupando o mesmo cargo sofrem discriminação salarial por serem mulheres, ou ainda quando são ofertados empregos relacionados a limpeza e cuidado gerais, e especifica-se que seja “do sexo feminino”, estes são modos de afirmar as capacidades à cada um dos sexos.

A posse sobre o corpo feminino e a prerrogativa de manter uma união heterossexual também é vista em algumas igrejas, quando se preza que a união permaneça até o final da

vida de um dos dois sujeitos e que o casamento é possível assim, composto pelo homem e pela mulher.

Obviamente os espaços onde a desvalorização feminina acontece, e ao mesmo tempo os sujeitos vão engendrando-se a partir destes preceitos, ainda são grandes. Isto acaba influenciando formas de pautar as experiências masculinas nestas representações de gêneros masculino e feminino a serviço do masculino.

Quando estas representações são vivenciadas diariamente em seus lares, os casais que possuem um relacionamento afetivo reproduzem as praticas de acordo com suas concepções engendradas. Nestes padrões homens sentem-se responsáveis pelo provimento do lar, mesmo quando as condições de emprego não lhe são muito favoráveis, procuram dobrar a carga horária de trabalho ou até expendê-la para os finais de semana, como alguns dos sujeitos que entrevistei também afirmaram que faziam.

Quando é de sua vontade ainda acreditam favorecer sua companheira pedindo que esta não trabalhe, mas que fique responsável pelo cuidado do lar e filhos. Ocorre uma divisão de tarefas e quem é remetido ao público é o masculino e o feminino ao lar. Até mesmo quando a companheira exerce alguma atividade laborativa, o cuidado para com os filhos ainda é dela cobrado, quando estas representações de gênero estão auto identificadas nos sujeitos, raramente ocorre uma divisão igualitária para com o cuidado dos filhos.

Aos poucos a tentativa de rompimento com estes engendramentos provocada por pessoas que se encontram vivenciando-os acaba resultando em outras formas de violência que agora ferem seu corpo, ainda se ocorram atos de resistência, expressos em relações de poder.

Outra questão é também refletir sobre o histórico da violência de gênero, um problema na questão apontada é a forma como reproduzem e se reiteram estruturas, práticas, dependências econômicas e emocionais entre agressor e vítima, como ocorre a naturalização e a banalização do conflito, o modo de sentir-se frente a violência realizada, e de interagir com estas formas de portar-se enquanto sujeitos.

Visando a reflexão sobre as estruturas que favorecem a violência de gênero, neste estudo específico damos ênfase a violência que atinge a mulher, perpetrada por seu companheiro, nele, vê-se a importância em problematizar como esta questão é vista pela Lei. Ou seja, como interpreta, age para prevenir ou romper com episódios de violência de gênero no espaço doméstico, ou se ainda contribui para reforçar certas concepções, e é isto que procuro abordar no próximo capítulo, afinal as leis são tecnologias de criação e como tal possui também poder coercitivo.

3 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MUHERES: POLÍTICAS E LEIS

Conforme foi explanado anteriormente os homens relacionados com este contexto de violência compartilham certa representação sobre si, sobre seu entendimento de mundo que os coloca em posição de identificação de si dentro de critérios de honra, de mando e de quem se pauta pelo que acham correto para a vida em família, para as relações afetivas e sexuais, no que tange ao comportamento de outros homens e de mulheres.

Mulheres, contudo, também possuem suas concepções, e em especial os movimentos de mulheres estão pautados e comprometidos pela igualdade entre homens e mulheres. Tornaram-se competentes em determinados saberes, para propor novos temas, criticar, ampliar e enriquecer as ciências, denunciar as exclusões sociais, familiares, modificar os saberes consagrados pelos modelos androcentricos, trazer a tona a experiência de si, pensarem-se a partir de suas próprias trajetórias.

Os homicidas que entrevistei ao contrário não compartilham das mesmas reivindicações das mulheres por direitos igualitários. Estes ainda estão presos a modelos de famílias onde a companheira lhe deve obediência não podendo opinar sobre a forma em que o relacionamento é mantido, além de terem deveres para com o lar e educação dos filhos. Estes homens teriam como dever o sustento do lar. Ainda é um pensamento bem patriarcal que não é compatível com a luta das mulheres por igualdade.

Conforme as autoras OLIVEIRA (2015), Pinto (2010) e Pitanguy (2002) apontam e problematizam a luta de mulheres por igualdade de direitos já ocorre há décadas e, é por meio de suas reivindicações que Estado passou a lhes conceder espaço e também a pensar em políticas públicas com o foco em mulheres. Como as autoras apontam as mulheres reconstróem sua história e a história dos movimentos mostrando suas conquistas ao longo dos anos. No caso, das relações com o Estado me parece importante dar destaque a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. Por meio deste ocorreu uma das primeiras formas de institucionalização dos movimentos de mulheres e feministas. O CNDM juntamente com grupos Feministas promoveu uma Campanha Nacional para inclusão dos direitos das mulheres na Constituição Cidadã de 1988. (PINTO, 2010). Por meio desta luta, na Constituição em vigor homens e mulheres possuem direitos e obrigações iguais perante a lei. Desde o ano de 2003 o Conselho Nacional da Condição da Mulher integra a

Secretaria de Política para Mulheres. Mas já na década de 70, as mulheres estavam nas conferências organizadas pela ONU, dentre muitas outras.

Importante refletir que as mulheres buscam seus espaços e seus direitos cobrando e pressionando o poder público para que suas demandas sejam atendidas. Por meio deste clamor e luta que conquistaram o direito ao voto, ao cuidado de seus corpo e decisão em relação a contracepção, bem como seu espaço na vida pública em relação ao trabalho, educação e também na política.

Conforme Pinto (2010) reflete a partir da movimentação de mulheres que espaços e garantias de direitos foram conquistadas nas áreas da saúde, trabalho, educação, política e segurança. Neste sentido na busca pela eliminação da violência contra mulher outras conquistas importantes foram as Delegacias com atendimento especializado para mulher Vítima de Violência e a própria Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

As leis também atuam para direcionar as ações “corretas”, ou melhor, o que é legal dentro do agir em sociedade. Pela própria luta de mulheres contra violência sofrida e que continuam sofrendo, instituiu-se em 2006 a Lei Maria da Penha como mecanismo de combate e intervenção à violência, que ao meu ver foi um grande avanço pois as formas de violência contra mulher foram tipificadas e reconhecidas por meio da Lei.

Neste sentido Carneiro e Fraga (2012), vêem a Lei Maria da Penha enquanto um avanço no combate à violência contra a mulher, uma vez que a violência deixa de ser um problema privado que deveria ser resolvido apenas entre o casal. Segundo as autoras os crimes cometidos contra mulheres que se enquadrem na Lei Maria da Penha ganharam maior agilidade, tanto em sua análise, quanto às providências cabíveis para as medidas de proteção às mulheres.

Além disto, para proporcionar um melhor atendimento às mulheres que se encontram em situação de violência, foram criadas as Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher - DEAMS³, as quais seguem uma norma técnica padrão lançada em 2010 pela

³ As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento especializado à mulher em situação de violência de gênero. As mulheres devem ser as beneficiárias diretas deste serviço. As autoridades policiais lotadas nas DEAMs devem realizar - ou determinar que se realize - todos os procedimentos policiais cabíveis em relação a sua atribuição investigativa e adotar medidas protetivas, bem como encaminhar a mulher atendida para a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. O atendimento inicial e o acolhimento devem ser feitos por uma equipe de policiais qualificados profissionalmente, preferencialmente do sexo feminino, com compreensão do fenômeno da violência de gênero. O atendimento qualificado deve ser ofertado de forma ininterrupta, nas 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em especial nas unidades que são únicas no município. (SECRETARIA DE POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES, 2015).

Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a finalidade de padronizar o atendimento aos casos de violência doméstica, a qual “estabelece ações que vão desde a formação dos agentes policiais sobre o acolhimento às vítimas até a modificação de espaços físicos adequados para a escuta das partes.” (CARNEIRO, FRAGA, 2012, p.378). Este investimento quanto a seriedade do problema e ao atendimento à vítima do homicídio foi possível em virtude da implementação da Lei Maria da Penha, afinal antes de sua existência não haviam as especificações do que era competência das autoridade policiais desenvolverem em seu atendimento e a procedência que deveriam ter ao atender uma mulher vítima de violência visando a garantia da segurança da ofendida e o afastamento de seu agressor. Se anteriormente à Lei Maria da Penha as situações de violência contra mulher eram julgados em juizados de menor potencial ofensivo, e a ofendida poderiam se deparar com um profissional que fosse conivente com a violência. Por meio de sua tipificação e terem sido criadas Delegacias Especiais de atendimento à Vítima de Violência Doméstica, a ofendida seria atendida por profissionais treinados para atender estas situações.

Ao que aponta, as DEAM's seriam espaços que propiciam às mulheres que se encontra em situação de violência, a possibilidade de estas ficarem mais a vontade, uma vez que seria um local preparado para receber estas pessoas vítimas da violência de gênero, proporcionando assim a sensação de acolhimento.

Silva (2015) também discute os avanços que tivemos a partir da implantação da Lei Maria da Penha, chamando atenção principalmente à questão do aumento no rigor das punições aos “agressores”. Com a implantação da Lei Maria da Penha estes agora poderiam ser presos em flagrante, além de não serem mais aceitas penas alternativas. Com esta alteração houve uma mudança no Código Penal no que envolve os crimes enquadrados na Lei 11.340. Outro avanço para o qual Silva (2015) chama atenção é o fato de a Lei prever a Criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os quais devem contar com a presença de uma equipe multidisciplinar de atendimento devidamente preparada, para oferecer suporte psicológico e material à ofendida. Como por exemplo: abrigo provisório onde a vítima possa ficar juntamente com seus filhos em situações de extrema periculosidade.

Além desta garantia, a partir da implementação da Lei Maria da Penha, é determinado que a autoridade Policial emita dentro de no máximo 48 horas o pedido da vítima ao Juiz, tendo em vista as medidas protetivas de Urgência que esta tem direito. Apesar do limite de 48 horas, os policiais não estão isentos de oferecer e garantir que a vítima tenha segurança

necessária neste período, garantindo proteção policial e comunicando de imediato o Juiz e Ministério Público. (BRASIL, 2006).

O Código de Processo Penal ainda delimita o período máximo de 10 dias para que as autoridades encaminhem ao Juizado o Inquérito Policial. (BRASIL, 1941).

Infelizmente não se tem um tempo máximo para que se desenrole o julgamento dos envolvidos, isto dependerá da complexidade do crime, e do cuidado que o Juiz despendera sobre cada caso. Como, por exemplo, no caso de Helio, sujeito que entrevistei que aguardou mais de três anos pelo seu Juri Popular, ao contrário de outros, que foram presos preventivamente e se reconhecem enquanto culpados, nos quais o julgamento ocorre de maneira mais rápida.

O que poderia tornar o julgamento destes crimes mais rápidos seria o ingresso destes, nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Estes juizados são responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra mulheres. No entanto, ao realizar uma busca por este serviço em Santa Catarina, universo no qual ocorreu minha pesquisa, vi que no Estado existem apenas dois Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, estão localizados nas cidades de Florianópolis e Tubarão. (BRASIL, 2015). Sobre estes juizados não consegui coletar informações como por exemplo o numero de situações que atendem e como são direcionados para tal localidade. Somente consegui encontrar suas localizações.

Desta forma, todo o restante do Estado fica descoberto dos Serviços deste Juizado Especial, sendo que, os crimes contra a mulher, em especial os homicídios praticados contra companheiras ou ex-companheiras são encaminhados para Julgamento nos Juizados Especiais Criminais, o que torna por si só, o processo de julgamento muito mais moroso, no entanto, não há como definir o tempo máximo ou mínimo para que cada processo seja julgado e finalizado.

Apesar de todo este ajuizamento de questões que anteriormente eram tomadas apenas como particulares e restritas ao casal há autores que criticam o ingresso destas ações na Justiça sem uma reflexão aprofundada com os sujeitos, sobre suas concepções e representações, sobre sua percepção dos fatos, teme-se que suas experiências vividas não sejam reflexionadas e, que com isto, estes homens possam reproduzir a mesma situação de violência em outro relacionamento.

Seguindo este caminho, Celmer e Azevedo (2007) apontam que por meio do ingresso na justiça apenas, acabamos tutelando juridicamente as situações, e, em específico as que envolvem a violência de gênero contra a mulher.

Estas demandas precisam passar por profissionais treinados como os do direito, psicologia e serviço social, policiais, técnicos administrativos, pesquisadores, e tantos outros, que estão envolvidos ao atendimento destas situações ou que se interessam por ela, pois excluir a participação dos sujeitos em situação de violência, gera uma solução insatisfatória para o conflito. Até mesmo porque a simples prisão de homens autores de violência contra a mulher não propõe a resignificação de seus valores de masculinidade, ou a reflexão sobre o crime. E claro, que a forma como a Lei Maria da Penha foi implementada garante o atendimento necessário e urgente à vítima que neste caso, no seu discurso legal, é a mulher em situação de violência.

Em questão de números as mulheres são a maiores vítimas da violência de gênero perpetrada pelo companheiro, no entanto ao se identificar apenas as mulheres enquanto vítimas, mais uma vez instituem-se representações de gênero.

Na linguagem da Lei Maria da Penha o acesso não é garantido para sujeitos homens que convivem em uma união homoafetiva, neste caso, quando um deles é vítima de violência, por ser um homem não estaria incluso na Lei. São questões a serem pensadas e problematizadas, enquanto garantias de direitos que as mulheres conquistaram para contrapor às questões que ainda estão em jogo em nossa sociedade atual. Isto, pensando especificamente nas situações que analiso, nas quais homens mataram mulheres, e nos discursos que se apresentam nos quais diziam terem agido em nome em sua própria defesa pois não concordavam com a situação vivenciada no relacionamento.

Digo isto, especialmente porque a narrativa dos homens que entrevistei culpabiliza as mulheres pela situação que vivenciaram e em específico pela sua morte. Este discurso perdura, mesmo se já era utilizado anteriormente, há 45 anos atrás, como ocorreu no caso mais famoso divulgado pela mídia, de Doca Street e Angela Diniz.

Doca Street, autor do disparo que tirou a vida de Ângela escreveu o livro *Mea Culpa*, no qual fala sobre o homicídio que praticou, afirmando que amava sua companheira, sentindo dor toda vez que lembrava do que ocorreu.

Os argumentos citados pela defesa de Doca na época tentaram manchar a imagem de Ângela, acusando-a de ser uma mulher de vida fácil, desregrada e destruidora dos bons costumes, isso para justificar homicídio, pregando o discurso que a mulher deveria exercer seu papel, comportando-se e honrando seu companheiro. (GROSSI, 1994).

No âmbito jurídico, este papel de “boa mãe, e esposa fiel” foi reforçado nos julgamentos destes crimes, onde as mulheres morrem pelas mãos de seus companheiros.

Ao longo dos anos, estes crimes foram julgados como “crimes da paixão”, até a reformulação do Código Penal em 1940, na qual a justificativa era que motivados por uma grande paixão, os homens perdiam a razão de seus sentimentos e sua inteligibilidade cometendo o crime, sendo estes justificados quando atuavam em defesa de um valor moral que permeava a sociedade e o papel social da mulher. Estes crimes poderiam acontecer com qualquer homem bom e honrado, pois todos estavam expostos a serem acometidos pela paixão, ou seja, eram sempre utilizados enquanto atenuantes da pena. (BORELLI, 2005).

Nas palavras da historiadora e cientista social Andréia Borelli (2005), quando se julgaram crimes baseando-se nestes fundamentos esvaziou-se a gravidade da violência sofrida pelas mulheres, garantindo ao assassino uma pena amena ou inexistente. Crimes bárbaros foram justificados como crimes passionais na reformulação do Código Penal que ocorreu em 1940, estes crimes não são mais julgados como inimputáveis, no entanto, conforme interpretação do juiz poderia ser atenuante da pena, ou invés de agravante.

[...] No texto definitivo do Código Penal de 1940, a paixão foi considerada uma atenuante da pena, ou seja, dependendo da análise do juiz, o criminoso poderia obter a redução da pena. O juiz deveria considerar a qualidade da paixão que levou ao crime, para assim reduzir a pena. (BORELLI, 2005, p.37).

Este foi o argumento utilizado por Doca, que alegava ter sido movido por forte paixão, ter tido sua honra ferida, motivos que desencadearam uma discussão que levou a morte de sua companheira. Este caso suscitou um dos primeiros slogans dos movimentos feministas dos anos 70 “quem ama não mata” com o objetivo de garantir ao menos uma pena mínima ao assassino de Ângela. As manifestações de feministas frente ao assassinato de mulheres por seus companheiros que alegavam legítima defesa da honra não cessaram, e como decorrência destas manifestações criou-se o SOS, lugar onde feministas voluntárias atendiam mulheres vítimas de violência.

Vejamos, que a luta de feministas pelo fim da violência contra mulheres e em específico pelo fim dos homicídios de mulheres por seus companheiros perdura há mais de 40 anos, no entanto, continuamos lendo nas mídias e meios de circulação que mais mulheres perdem a vida pelas mãos de seus companheiros. Todos os dias aparecem notícias como a que vi no dia 16 de Junho, na qual foi narrada uma notícia que ocorreu em Santa Catarina em Balneário Piçarras. Flavia de Souza França, 25 anos, foi morta após uma discussão suscitada por uma suposta traição da mesma. Devanir Loss de 49 anos confessou o crime que ocorreu na terça feira dia 10 de junho de 2014. A Fonte é o Jornal Noticias do Dia.

Em 09 de março de 2015, podemos afirmar que as mulheres tiveram mais uma conquista: foi sancionada a Lei nº 13.104, a qual:

[...] altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. (BRASIL, 2015).

Este crime passa a se tornar hediondo quando envolve mulheres por decorrência de estarem vivenciando violência doméstica e familiar; ou ainda menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Com a aprovação desta Lei nº 13.104, os homicídios que foram praticados contra as mulheres desta pesquisa, teriam se tornado crimes hediondos, podendo até ter a pena acrescida, se como qualificador do homicídio fosse visto que o sujeito tivesse praticado o crime nas seguintes circunstâncias:

[...] A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima. (BRASIL, 2015).

Com isto percebo que com a luta e movimentos de mulheres ativistas reivindicando uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres vem causando certa provocação ao Estado que se manifesta de forma a sancionar Leis de proteção para mulheres em situação de violência. No entanto a discussão sobre da causa destes crimes não aparece. A lei se preocupada com a punição deste homens, e sim, eles precisam pagar pelo crime que cometeram, contudo, o enfoque apenas na punição reforça uma dicotomia entre homens e mulheres e seu lugar nestes conflitos, vendo os homens como os eternos agressores, e as mulheres suas vítimas. Beiras *eat all* (2012) traz justamente esta discussão, o problema em se enxergar apenas vítimas e agressores como se já nascessem com este rótulo e como se a socialização que tiveram nada tenha a ver com isto. Beiras *eat all* (2012) ainda problematiza para que pensemos sobre estes homens que agridem suas companheiras e procuremos compreender estes sujeitos e o modo como foram constituídos. Reforça que para enfrentar a problemática da violência de gênero é preciso que este sujeito esteja junto participando ativamente para mudar a situação de violência, já que este é parte do problema.

Para a reflexividade dos homens os autores ainda sugerem uma “intervenção psicoeducativa e/ou terapêutica não compulsória como trabalho complementar às sanções legais.” (BEIRAS *et al*, 2012, p.40). Neste sentido vejo que a discussão de agressor e vítima deixa lacunas, precisamos sair deste binarismo que opõe um ao outro e procurar compreender as relações constitutivas da violência de gênero para agir sobre ela.

Mas uma coisa é fato, com a nova lei que rege sobre o feminicídio os homens que matarem suas companheiras estarão cometendo um crime hediondo.

Em relação aos crimes hediondos, o Instituto Jurídico Roberto Parentoni (2015) faz uma reflexão sobre os crimes que são assim considerados. Segundo o que consta na página do Instituto estes crimes são entendidos enquanto os mais graves, revoltantes e que causam maior indignação na coletividade. De acordo com a página ainda; são crimes que quebram o padrão da moral social vigente, seriam crimes horrendos. São crimes que vão contra o respeito da dignidade da pessoa humana. Embora os homens com quem conversei não compreendem que sua ação foi tão grave, ou que feriu a algum princípio de dignidade para com esta mulher, mostram ao contrário para eles quem feriu com sua dignidade de homem foi sua companheira.

Pensando nesta última aprovação, observo que o Judiciário está dando maior importância às mortes de mulheres que continuam ocorrendo, mas há por trás destas aprovações legais a pressão de grupos feministas que luta contra a violência de gênero. Caminha-se de certa forma para uma ruptura do entendimento de que as mulheres são posse de homens, e do merecimento de castigos ou até mesmo da morte destas pelos seus companheiros, seja qual for a justificativa apresentada. Afinal, tirar a vida de alguém é um crime muito grave, e uma atitude egoísta tomada pelos companheiros destas, não tendo respeito pela vida de outro ser humano.

Estes homens, como apresentaram em sua narrativa, assumem um certo padrão de justificativa, culpabilizam a companheira pois para eles ela não teve o comportamento correto. Ou conforme análise de Marzano (2010) estes homens não procuram entender o que na sua vida não vai bem, mas simplesmente culpam as mulheres pelo seu fracasso e fazem de sua vida um pesadelo, quando não as matam por este tentar refazer sua vida na companhia de outra pessoa, ou pelo simples fato desta ex-companheira escolher seguir sua vida sozinha.

Há uma mistura de sentimentos, entre o que este está representando enquanto comum em seu coletivo, e a forma como este subjetiva tais concepções acreditando veementemente que estão corretos em seus posicionamentos, e que o erro foi ter se envolvido com uma pessoa errada que não seguia tal qual estes desejavam que elas seguissem, os preceitos de boas mães, esposas e cuidadoras. Ou seja estes homens as culpam por não seguir o ideal de feminilidade

tal qual estes idealizaram. Por outro lado temos a criação de leis que agem sobre a violência imediata, mas carecendo de políticas públicas que problematizem e façam ações de fato no foco da violência de gênero e na violência doméstica.

3.1 REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E A PRODUÇÃO DE SI

As experiências que estes homens tem de si, passam pelas representações que são de cunho social e coletivo e se produzem no vivido do social que faz o agente. Trata-se de uma construção que se explica pelo social. Neste aspecto o masculino está construído por contraposição a um processo de essencialização do lugar do homem a partir de um feminino, que é parte da natureza, lugar de base lógica para o paradigma legitimador e sancionador da participação e do lugar social da mulher. Embora, elas próprias, nas circunstâncias atuais, possam controlar, domesticar, circunscrever sua prática cidadã, de modo a garantir a alteridade ordenando e equilibrando as propriedades do idêntico e do diferente. (HERITIER, 1999). Esta representação que é uma construção do social, também coloca o homem em um lugar onde ele se vê e se pensa como protetor com aval para a punição, quando uma mulher fere esta representação.

O primeiro a falar sobre as representações coletivas foi o sociólogo Durkheim (2004), ele acreditava que estas eram exteriores ao indivíduo e que existiam no conjunto das relações sociais, independente das vontades dos indivíduos. Para chegar ao conceito de representações coletivas o sociólogo explana sobre as interações sociais, as quais gerariam estas representações, afinal é a partir da sociedade que se compreende o indivíduo e os indivíduos são resultados diretos do que é a sociedade.

Para o sociólogo representação coletiva é a forma como a sociedade vê a si mesma e ao mundo que a rodeia, através de suas lendas, mitos, concepções religiosas, suas crenças morais. A partir das representações coletivas, encontramos as bases de onde se originam os conceitos, que são traduzidos nas palavras do vocabulário de uma comunidade, de um grupo ou de uma nação. E porque não dizer que além do vocabulário é através das representações coletivas que se molduram também as formas como os indivíduos devem agir através das concepções pregadas na comunidade enquanto ideais de masculinidade e feminilidade. Porém, neste sentido a posição da agência do sujeito seria reprodução. Diria respeito ao modo como o grupo de indivíduos se enxerga, e que chega a produzir por exemplo: mitos lendas

populares, tradições, concepções morais entre outras. (OLIVEIRA, 2012). Esta é uma parte importante da construção da experiência com as representações do social, do coletivo, as vivências desses homens, como parte de suas experiências, se fazem justamente de concepções morais compartilhadas, embora não seja a sua totalidade.

Os sujeitos desta pesquisa estão sobrecarregados de representações sobre a incapacidade das mulheres e sua situação de “desvantagem”. Elas são percebidas como pessoas incapazes, de integrar a vida social dos homens. Como por exemplo quando afirmam que cumpriam seu papel de provedor do lar e que isto os tornava tão honrados, além claro dos posicionamentos quanto ao comportamento que sua companheira poderia apresentar. Eles compartilham um rol de representações ancoradas na cultura e que se sobrepõe aos indivíduos, como é característico destes processos de reprodução social e cultural. Ao mesmo tempo em que constroem as mulheres dentro de um lugar de dependência funcional.

Durkheim apresentou algumas das primeiras problematizações sobre a questão da socialização dos indivíduos, enquanto exterior ao indivíduo, no entanto nesta dissertação não posso fechar a análise somente ao contexto no qual o indivíduo é socializado. Existe o posicionamento desta pessoa frente ao que internaliza.

Com isso não quero tomar estes sujeitos como vítimas de sua socialização sendo assim outra vítima que perdeu sua vida. Nesta pesquisa compreendo que estes homens possuíam alternativas, e, que quando se assume uma perspectiva em nossa vida a estamos escolhendo também em um processo de relações, com as quais temos contato diariamente.

Estes homens autores de homicídio ao longo de sua vida vivenciaram experiências carregadas de poder simbólico que guiou seus passos e concepções, a partir das experiências que teve ao longo de sua vida e de suas subjetivações advindas desta.

Porém, também observa-se o que Foucault e Butler problematizaram o poder não é algo fixo e dual, ao mesmo tempo em que o sujeito é constituído pelo poder ao longo de suas experiências este também tem a possibilidade de fazer uso dele, e com isso ter uma ação de resistência, ou melhor de agencia, afinal as relações de poder estão em todas as partes logo não seria possível existir fora delas.

Acredito que o sujeito não pode existir fora do poder, porém, este não é completamente determinado pelo poder de fora de si, como coerção. As estratégias de resistência do sujeito, ou agencia como posição de sujeito, são possíveis de modo que identifique com o que é condescendente, o que o perturba e que queira modificar tal situação.

Através desta análise que conseguimos fazer nos tornamos ‘sujeitos inteligíveis’. Quando nos compreendemos enquanto sujeitos inseridos em relações de poder, nas quais

porém, há espaço de agência dentro delas, é uma resistência ao poder que ocorre nas relações sociais. No caso dos homens entrevistados eles naturalizam mais do que questionam sua posição na ordem simbólica. Parecem completamente engendrados na reprodução das normas, das crenças sobre prover, proteger e matar. É difícil reconhecer neles uma agência de si fora da masculinidade hegemônica.

A perspectiva relacional deste trabalho, contudo, nos obriga a considerar que os aspectos da relação familiar, ou da história de vida, da escolaridade e do trabalho, bem como, do modo como eles se posicionam na família contam em seus aspectos relacionais. A relação esta marcada por conteúdos que eles acionam e portanto, não são da ordem da imposição estrutural. Passam por sua releitura de si, de sua vida e de sua posição na família, no casamento, no poder. Se eles tivessem, ou acionassem outras intermediações poderia ser diferente do estruturado. Isto significa dizer que estamos considerando o relacional como estrutural, mas também como modo de operar a partir dos indivíduos da relação. Nessa perspectiva, não apenas se privilegiam as ações dos indivíduos como objeto de discurso e de investigação, mas também se atribui à ordem uma contingência e uma relatividade.

Neste sentido também resgato a feminista Laurotis (1994) que enfatizou que as pessoas são “gendradas” em seu gênero através do contato que tiveram ao longo de sua vida e na qual aprenderam a representar de determinada forma um gênero. Esta representação é construída por meio do que determinadas sociedades nas quais a pessoa vive entende por sexo e gênero, sempre tendo o gênero enquanto construído socialmente e como categoria relacionada ao sexo. Se a abordagem for pós estruturalista gênero não se configura necessariamente nesta linearidade sexo feminino leva a gênero feminino, sexo masculino leva a gênero masculino.

Assim, cada pessoa esta localizada em uma representação de gênero, mas ao mesmo tempo ela é pertencente a uma classe, a uma posição de prestígio, ou esta na ordem simbólica da relação com a honra, do estatuto, do trabalho da relação de parentesco, ou seja atribui um significado a este indivíduo dentro da sociedade.

Então a representação deste gênero é produto como construção aberta e é resultado, pois ela é feita e refeita diariamente como posição de sujeito. Em De Laurotis (1994), assim como em Butler (2003) e Foucault (1986) os sujeitos tem a possibilidade de agenciamento, de encontrar alternativas de resistência contra o poder presente nos discursos e práticas vistos até aquele momento. Até porque em sua volta estas práticas ocorrem também em discursos contrários aos hegemônicos, mesmo que estes atuem apenas nas beiradas e com menor intensidade. Isto posto, nos ajuda a afirmar que se os autores nos mostram que o poder esta

em todas as relações sociais e que os indivíduos tem a possibilidade de fazer sua agência, que não são apenas meros resultados das relações sociais, tontos culturais, mas que estes também participam destas relações e da construção e desconstrução das relações de gênero, talvez esteja na hora de fazer estes homens autores de homicídio bem como tantos outros que vivem em situação de violência, perceberem o potencial que estes tem para fazer sua história e construir relações igualitárias com suas companheiras. Para eles seria uma desconstrução de seu ideal de gênero e masculinidade. E é por isso que luto para desconstruir praticas desiguais deste sistema sexo e gênero que ainda é tão forte na sociedade e que reproduz esta violência tão drástica que é a morte de mulheres cometida por seus companheiros.

Estes homens autores de homicídio tem seu ideal de gênero baseado em uma masculinidade que se funda em um dos princípios da hierarquia dos homens sobre as mulheres, tão forte em suas concepções de si que se percebem enquanto pessoas honradas e que cometeram este crime apenas por conta da vítima não ter tido boas atitudes, e cumprir com o que dela eles esperavam em suas representações de feminilidade. Já na lei, este homem é o agressor, e infelizmente foca-se apenas em punição à estes sujeitos, o que não alterará suas concepções de vida e de valores vistos como adequados a eles. Assim, sem a possibilidade de reflexionarem-se de modo que tenham novas interpretações sobre os fatos, principalmente reconhecendo que praticaram um crime, pode ocorrer que sua próxima companheira também sofra se não se comportar de acordo com ao padrão ideal deste homem que seja boa mãe, que cuide da casa, que o obedeça e não tenha atitudes infiéis, sua companheira precisa enquadrar-se no padrão de feminilidade que desejam.

Embora Giddens (1993). tenha mostrado mudanças no processo da intimidade, na obra *As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* As normas de parentesco e econômicas do amor romântico, já não regem mais os contratos de casamento. Além disso mulheres buscam os mesmos direitos nos relacionamentos afetivos que os homens. A ideia de amor romântico e de compromisso mútuo entre o casal também é forte. Mas da mesma forma, este pode ser rompido quando um dos dois já não esta mais satisfeitos. São mudanças culturais que tem a ver com a modernização da tradição do modo como os relacionamentos eram levados. Como por tradição se entende as normas sociais pré-modernas, onde o passado tem certa influencia na vida do presente. Nesta situação estudada com foco em autores de violência, já foi discutido que as primeiras análises sobre masculinidade partiam de uma concepção patriarcal e de masculinidade hegemônica e que estes estudos tinham por princípio desnaturalizar a hierarquização dos homens sobre as mulheres, mas com o passar dos anos as próprias mulheres por meio de coletivos feministas,

movimentos e outras organizações lutaram para que esta ideia se modernizasse de modo que buscavam a igualdade nas relações de gênero, sendo que as conquistas mais recentes foram a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015). Foram modernizações que geraram uma descontinuidade em relação a algumas concepções que antes estavam em voga, ao mesmo tempo em que se mantêm muitos dos seus aspectos. Com esta descontinuidade ocorrem conflitos entre os grupos que concordam com as mudanças, e os que defendem os ideais da antiga tradição.(GIDDENS, 1991).

Vejo que de certa forma foi também o que ocorreu entre estes homicidas e suas companheiras na medida em que estes ainda possuíam valores de uma masculinidade hegemônica engendrados em si, e sem muita reflexividade no sentido de apropriar-se de novos conhecimentos gerados pela modernização em relação à tradição no relacionamento entre os gêneros masculino e feminino. Estes homens foram para a agressão e a morte porque não viam como interessante refletir-se para práticas de igualdade com sua companheira. Há neles a necessidade de decidir o que é certo ou errado, o que sua companheira pode ou não fazer, eles desejam ser a pessoa que exerce o poder na relação, e com isto decidir se o relacionamento entre os dois se configura enquanto sério, cabendo a escolhida comportar-se conforme os ideais de feminilidade que desejam para sua esposa. Ou até mesmo decidir que com esta pessoa seria apenas um curto envolvimento. Assim, pela narrativa que me foi apresentada, vejo que para os homens autores de homicídio são eles quem decidem se o relacionamento terá ou não continuidade, o fazem com violência. De maneira contrária ao que Bauman (2004) apontou para o amor líquido, como possibilidade de término nos relacionamentos afetivos enquanto parte natural das relações na contemporaneidade. Esses aspectos contemporâneos, que poderiam facilitar a ausência de ciúme, de desconfiança, de agressões por não seguirem um modelo tradicional, seguem forçados por relações de dominação. Falta abertura para a liberdade de investir em novos companheiros, sem bater, machucar e até matar.

Nos dias atuais, como Bauman reflete, o apaixonar e desapaixonar-se acontece com frequência, e não necessariamente as pessoas investem naqueles relacionamentos, quando há conflitos ou discordâncias procuram investir em novos companheiros, ou novas relações a serem estabelecidas, mas para estes sujeitos os relacionamentos líquidos, no sentido baumiano são uma afronta. Mesmo os que tem outras relações o fazem com o poder tradicional. Escolhem a outra e a mulher que querem para sua família, um relacionamento é sério quando segue os traços tradicionais de uma união eterna. Por exemplo são os homens, são eles quem relatam decidir quais as mulheres que desejam para ter ao seu lado e constituir família. Os

relacionamentos líquidos neste contexto são bons para os homens, na medida em que estes estão no comando, no fundo talvez seja apenas um jogo de poder, e a estes homens que foram capazes de matar, ou atentar contra a vida de sua companheira seja a única coisa que importa, o que lhe interessa é exercer o poder sobre a companheira. Estão fora da perspectiva de mudanças das instituições e da subjetividade tradicional.

Como já sinalizei que Giddens (1993) refletiu sobre as mudanças na sociedade moderna que afetaram os relacionamentos afetivos em relação a sua intimidade e a sexualidade o autor também aponta que houveram grandes transformações acerca da intimidade. No que tange ao aspecto da sexualidade indica que houveram várias mudanças que romperam com visões tradicionais sobre a preservação da pureza, e quando se fala assim, se refere a virgindade feminina, pois em concepções conservadoras era desta forma que a mulher deveria casar, enquanto que para o homem, se aconselharia que casasse já com certa experiência sexual.

E claro, que se este optasse em manter relações sexuais fora do matrimônio o faria sem algum problema, pois seria visto como normal e natural, uma vez que justificavam que homens e mulheres tem necessidades sexuais diferentes, acreditando que eles deveriam ter mais relações sexuais, o que justificava uma vida sexual dupla. Mas, como o próprio autor coloca:

[...] As mulheres não admitem mais a dominação sexual masculina, e ambos os sexos devem lidar com as implicações deste fenômeno. A vida pessoal tornou-se um projeto aberto, criando novas demandas e novas ansiedades. Nossa existência interpessoal esta sendo completamente transfigurada, e envolvendo todos nós naquilo que chamarei de experiência sociais do cotidiano com as quais as mudanças sociais mais amplas nos obrigam a nos engajar. (GIDDENS, 1993, p.18).

Como o próprio autor discute, com o passar dos anos ocorreram mudanças quanto aos padrões culturais na sociedade e hoje não existiria mais um certo rigor em relação a sexualidade feminina, tanto que alguns homens manifestam gostar desta liberdade sexual conquistada. Para os homens também houveram pontos positivos, entre um deles é não obrigação de comprometimento por meio de casamento com sua parceira sexual, se esta fosse “uma mulher correta” que eram as mulheres que preservavam a sexualidade tal como a tradição cultural pregava. No entanto, ao mesmo tempo em que as mulheres conquistaram uma certa igualdade em relação a sexualidade e ao numero de parceiros que poderiam ter, estas também importam-se mais com sua satisfação sexual, considerado -a inclusive para que se tenha um casamento satisfatório.

Assim, como o próprio autor aponta, as mudanças culturais acontecem, nos cabe engajar-se neste sentido para mudarmos aos poucos nossas formas de percepção sobre os fatores em mudança e engajar-nos para seguir estas mudanças. (GIDDENS, 1993).

Mas como sinalizei, os homens conseguem usar estas mudanças culturais em relação a sexualidade das mulheres a seu favor, é um jogo de poder no qual eles desejam estar no comando, e se a companheira não acompanhar o que este homem deseja e pensa acaba sofrendo represálias, e em ultima instancia paga com sua vida.

Desta forma, se pensarmos nas mudanças em relação a sexualidade feminina, e nas alternativas de resistência e enfrentamento que estas assumem para resistir a uma dominação, principalmente sobre o seu corpo recaímos nosso olhar também sobre as formas de resistência que os homens, seus companheiros utilizam para preservar uma concepção conservadora na qual sua dominação sobre o outro sexo estaria garantida.

Ou seja, voltando o olhar para os sujeitos desta dissertação, vejo que estes homens não se engajaram nestas mudanças sociais acerca da intimidade e da sexualidade. Seu modo de ver, como o portar-se enquanto homem e o que pensam a respeito do ideal de comportamento para sua companheira ainda possui traços conservadores que legitimam o seu poder. Falta-lhes agência em busca de relações de gênero mais igualitárias, digo que faltou mas talvez eles não tiveram este interesse em mudar esta relação, afinal seguindo uma masculinidade hegemônica eles teriam alguns privilégios sobre suas companheiras, sobretudo delimitando como esta deveria portar-se.

Apesar dos novos arranjos sociais, que atualmente são mais flexíveis e desinibem padrões tão tradicionais de formas de ser homem, de necessidade de manter o relacionamento e de ter o controle da pessoa com quem se mantém relações de afetividade, seu corpo e mente ainda seguem subjetivações baseadas em outros valores. Neles, não é direito da companheira decidir pelo rompimento do relacionamento, deixar de cumprir suas funções de boa mãe e esquecer ou não executar cuidados com o lar, muito menos ariscar-se a manter outro parceiro sexual fora do casamento. Estas concepções são fortes nestes sujeitos, e para mantê-las utilizam-se, inclusive, de artifícios de violência, chegando a física, e neste estudo em específico na morte de outra pessoa.

Desta forma, compreendendo que falta para estes homens espaços a fim de que se reflexionem de maneira que se percebam enquanto pessoas que cometeram um crime, e que são autoras de homicídio, ao invés de vítimas, mas que fizeram uma vítima. E, que sobretudo, existem outras possibilidades para lidar com a situação que estavam vivenciando em sua vida,

precisamos de um Estado que se preocupe em ir mais além da punição às estes sujeitos por meio da medida privativa de liberdade.

Pois, ao punir não se toca no foco da questão, que é justamente romper com o ciclo da violência e com os discursos que pregam a heterossexualidade compulsória, como padrão, assim como bases de uma masculinidade com traços patriarcais, que fazem com que estes homens que cometem homicídios contra suas companheiras ou ex se representem de tal modo que se vejam como corretos, sem a possibilidade de reflexionarem suas representações.

Não sou contra a punição, se eles mataram uma pessoa precisam sim assumir a responsabilidade e cumprir pena pelo seu crime, no entanto também é preciso espaços e profissionais com quem estes homens autores de homicídios contra mulheres, possam reflexionar seus valores, seu modo de ser e desde os quais, percebam-se enquanto homens.

Isto para que o discurso no qual se definem como vítimas das mulheres que os levaram a cometer o homicídio não se repita. Que se dêem conta que assumiram atitudes e discursos carregados de violência, que a muito vem sendo combatidos, principalmente por feministas que buscam o respeito, o reconhecimento e a igualdade para com as mulheres.

Desta maneira no item seguinte procuro abordar como tem-se dado o enfrentamento à violência contra mulheres para além das Leis, ou seja, ela ocorre nos demais espaços em que os sujeitos circulam, se há políticas públicas, do que estas tem dado conta e o que ainda precisamos articular.

3.2 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E SUAS LACUNAS.

Como já havia discutido anteriormente apenas a punição do agressor não atuará sobre o problema da violência de gênero. Neste sentido penso que nos cabe pensar como as políticas públicas, ou melhor o Estado tem agido a respeito das situações de violência de gênero nas quais, as mulheres vem sofrendo como vítimas e os homens perpetrando a violência.

Pensando nos sistemas de constituição dos corpos, na formação de discursos e na produção de saberes que se legitimam enquanto verdades e que influenciam diretamente na subjetivação dos sujeitos, nos parece pertinente abordar como o Estado vem produzindo discursos e ações que vão ao encontro do enfrentamento da violência de gênero.

É pertinente também lembrar que a preocupação agora em pauta pelo Estado em busca da igualdade de gênero é resultado da luta constante de mulheres e movimentos sociais

organizados principalmente por estas, para reivindicar a igualdade de gênero, conforme já problematizado no capítulo anterior. São grupos se unindo e resistindo fazendo sua agência, manifestando-se contra relações de gênero desiguais, como bem tem mostrado os textos de Bortolli; Tamanini (no prelo), Araújo (2012) Belo *eat all* (2005), Bortolli (2013), Costa (2002), Izumino (2004).

É importante, identificar o entendimento que o Estado tem da violência doméstica, pois é por meio de ações e medidas que este pode evitar a violência em seu estado mais brutal, o homicídio.

É certo que no Brasil já foi sancionada a Lei Maria da Penha, (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), justamente para atuar sobre a violência de gênero perpetrada contra mulheres, conforme já foi explanado. No entanto, ao se intervir sobre a violência de gênero praticada no ambiente doméstico, as investidas precisam ser maiores, de modo que dêem conta da questão estrutural e simbólica, que foi organizada através de discursos tomados como verdade ao longo de anos e que esta impregnada nos saberes dos corpos das pessoas que os praticam e sofrem com ela.

Neste sentido, buscando construir uma igualdade de gênero mais equitativa entre homens e mulheres, em 2003 criou-se a Secretaria de Políticas para mulheres, sendo formulada “na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade.” (BRASIL, 2013, p. 9).

A instituição desta secretaria, bem como do Plano Nacional de Políticas para Mulheres – PNPM (2013) é fruto da articulação entre lutas de mulheres, ou seja, da sociedade e do governo. Para elaboração dos Planos (PNPM) contou-se com as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), que ocorreram com o intervalo de 03 e 04 anos, (2004, 2007 e 2011), onde as participantes puderam discutir e elencar as prioridades e necessidades de Políticas para Mulheres tendo em vista os espaços que estas ainda precisariam adentrar de forma igualitária.

Isto pois, como o próprio documento coloca ao longo de séculos as mulheres tem ficado de escanteio na sociedade por conta de uma concepção patriarcal que vigorava na mesma, mostrando assim a necessidade de intervenção para mudar com esta conjuntura, sendo alguns dos princípios orientativos listados:

[...] autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; participação ativa das mulheres em

todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas. (BRASIL, 2013, p. 9 -10).

Como vemos os Planos voltam-se para as mulheres, pois estas ao longo dos séculos não podiam participar dos espaços políticos e de decisão; como associação do seu corpo a natureza muitas vezes foram reduzidas aos ambientes domésticos e ao cuidado dos filhos, isto, como já vimos nas discussões de teorias feministas, por uma certa apropriação cultural e construção de discursos. Além disso, as políticas de enfrentamento à violência contra mulher foram pensadas com um foco maior nestas, por estas serem as maiores vítimas obviamente, como os próprios dados estatísticos mostram. No entanto, para se enfrentar a violência de gênero que ocorre nos relacionamentos afetivos, atuar apenas sobre uma pessoa que compõe a relação não é tão eficaz, o atendimento continuado às pessoas em situação de violência tanto para quem praticou quanto quem sofreu pode repercutir em melhores resultados. Para tal, é importante espaços de atendimento também ao agressor, não somente medidas punitivas.

Como forma de sensibilizar a sociedade e resignificar espaços para participação mais equitativa, a Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra Mulher criou uma série de princípios e ações que visariam a eliminação desta violência. Um dos eixos Fundamentais para a construção de uma sociedade igualitária entre mulheres e homens que no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres se procura dar ênfase é na educação. Embora reconheçam que a educação Brasileira não incorporou integralmente o princípio de igualdade de gênero. No entanto esta política questiona alguns aspectos como: linguagem sexista em textos e práticas cotidianas, e a invisibilidade de mulheres na ciência, por exemplo, estes elementos contribuem para construção da desigualdade de gênero. Além disso, busca-se inserir nas unidades educacionais temas voltados para a igualdade de gênero, como uma das formas de enfrentamento a violência. (BRASIL, 2013).

Percebe-se que por meio da secretaria de políticas para mulheres, há preocupação com o enfrentamento da violência contra a mulher, já em algumas de suas raízes, digo isto pois a escola é um dos ambientes iniciais de socialização das crianças, e sendo este um espaço que preze relações de gênero igualitárias já contribui para que o indivíduo produza subjetividades pautadas em relações de gênero não violentas.

Além da inserção da discussão de gênero em escolas, no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência encontramos indicativos de Unidades de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, como: Centros de Referência, Casas Abrigo e Defensorias da Mulher, a preocupação voltando-se para estes espaços recai sobre a necessidade de capacitar os

profissionais que atendem diretamente estas mulheres vítimas de violência, de modo que consigam acolhê-las, e que realmente compreendam qual a situação desta mulher, suas dificuldades para rompimento da situação de violência e mais que isto, compreendam como a violência de gênero se origina, se constrói diariamente, e quais praticas a reforçam para que se possa pensar em maneiras de vivencia mais igualitária entre os gêneros.

Há necessidade de enfrentamento da violência de gênero que atinge mulheres, e principalmente a capacitação destes profissionais que trabalham em espaços de atendimento as vitimas, no entanto a superação destas situações não ocorre somente por meio do atendimento à mulheres, é necessário focar no sujeito que perpetua esta violência, os homens. Infelizmente o Termo de Referencia ao Enfrentamento da Violência Contra Mulher, foca muito em ações voltadas para intervenção com mulheres:

[...] O conceito de enfrentamento, adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, diz respeito à implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas dimensões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência. Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres. [...]

O combate à violência contra as mulheres inclui o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de violência contra as mulheres. No âmbito do combate, a Política Nacional proporá ações que garantam a implementação da Lei Maria da Penha, em especial nos seus aspectos processuais/penais e no que tange à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A Política também buscará fortalecer ações de combate ao tráfico de mulheres e à exploração comercial de mulheres adolescentes/jovens. (SECRETARIA DE POLITICAS PARA MULHERES, 2013, p.2)

Nos documentos produzidos sobre as estratégias de enfrentamento à violência contra mulher, fica evidente o foco de atenção e atendimento a pessoa que se encontra em situação de vítima. Considera-se importante, no entanto, que homens que se encontram em situação de agressores também sejam ouvidos e recebam atendimento necessário de modo que possam repensar suas práticas, refletir sobre a violência de gênero que perpetraram, mas antes disso reconhecê-la como tal. Afinal, apenas a punição penal os priva do direito de ir e vir, não lhes proporciona a oportunidade de fazer a reflexão sobre si, suas experiências, subjetivações que

os construíram de tal modo que não reconheciam suas práticas como violentas, não mais aceitas, já tipificadas desde 2006 quando a Lei Maria da Penha entrou em vigor.

Nas situações onde a violência física está presente no relacionamento do casal, a Lei Maria da Penha garante várias medidas de proteção em favor da vítima, mulher, no que tange as medidas de enfrentamento à violência para os homens, remete a possibilidade de criação de espaços atendimento à estes sujeitos em situação de violência. No artigo 45 expõe ainda que o juiz pode obrigar o “agressor” a comparecer nestes locais de reeducação, embora não deixe claro como a reeducação deva ocorrer.

Sobre este aspecto Lima e Büchele (2011) contribuem com um estudo sobre estas unidades. Segundo as autoras estes locais de atendimento à homens em situação de violência iniciaram em 1970, primeiro no Canadá e Estados Unidos. Esta criação se deu pois estes preocuparam-se em agir sobre a violência de gênero atendendo a todos os sujeitos envolvidos. Inicialmente os atendimentos eram realizados em instituições que já atendiam mulheres em situações de violência.

Lima e Büchele (2011) apontam que a Organização Mundial da Saúde realizou um estudo com 56 programas que atuam em atendimentos a homens em situação de violência, constatando que estes programas procuram trabalhar com eles questões relacionadas à dimensão de gênero na construção de suas experiências enquanto homens, destacando a instituição de relacionamentos saudáveis; e sobre formas não violentas de resolução de conflito. O objetivo interventivo apresentado pelos programas consistia em responsabilizar os homens pela violência que cometeram e a construção de relacionamentos mais equitativos. (LIMA; BÜCHELE, 2011).

O que se percebe é que há a tentativa de programas e profissionais conscientes da violência de gênero e da forma como estão estruturados os papéis e discursos baseados em um sistema sexo e gênero de proporcionarem espaços nos quais os homens possam expressar suas experiências, refletindo sobre suas vivências e outras formas possíveis de agir que não recorram à práticas violentas, mas sim, mais igualitárias.

Nestes espaços seria possível também resignificar suas emoções que julgam sentir em circunstâncias que motivaram o crime que cometeram. Muitas feministas explicitam a importância de reconhecer as emoções como socialmente construídas. No caso, da violência as emoções são marcadores importantes no reconhecimento, nomeação e expressão da raiva, vingança, autocontrole, amor ou ódio, o que revela um processo social subjacente a violência. Por essa razão, as emoções são simultaneamente tornadas possíveis e limitadas pelos recursos

conceituais e lingüísticos de uma sociedade [...] a experiência individual é simultaneamente experiência social.

[...] Pode-se perceber claramente que as emoções são socialmente construídas quando se ensina deliberadamente às crianças aquilo que sua cultura define como resposta apropriada a certas situações: ter medo de pessoas estranhas, gostar de comida temperada ou gostar de nadar em água fria .Num nível menos consciente, as crianças também aprendem o que sua cultura define como maneiras apropriadas para expressar as emoções que ela reconhece. (JAGGAR, 1998, p 163).

È neste sentido que os espaços de atendimento à homens em situação de violência podem contribuir, na reflexividade dos sujeitos para novas práticas, ou seja: Sensibilizando-os para o modo como foram significados ao longo dos anos, que repercutiu como se representam, bem como as emoções que desenvolvem. Ao se compreender que se trata de um processo de construção que sofremos é possível intervir com a quebra de práticas violentas e consequentemente a resignificação de práticas mais igualitárias entre homens e mulheres. Afinal aprender a lidar com as emoções que sentimos é possível. Jagger (1998) quando fala das emoções alerta que não se pode tomar a emoção como algo exterior a nossa vontade, mas perceber que são ações que também escolhemos conscientemente.

As emoções seriam até certo ponto involuntárias, mas o que fazemos ao senti-las é algo que nós escolhemos e devemos dominar ou ao menos pensar sobre tal para que ajamos da melhor forma possível.

[...] Mesmo na vida cotidiana, reconhecemos que as emoções não são totalmente involuntárias e tentamos obter controle sobre elas de diversas maneiras, variando desde técnicas mecanicistas de modificação do comportamento, planejadas para sensibilizar ou dessensibilizar nossas respostas afetivas em várias situações, até técnicas cognitivas destinadas a nos ajudar a pensar melhor sobre as situações. Podemos, por exemplo, tentar mudar nossa resposta a uma situação perturbadora, pensando sobre a mesma de uma maneira que desviará nossa atenção de seus aspectos mais dolorosos ou a apresentará como necessária para um bem maior. (JAGGAR, 1998, p 165).

Desta forma, entendendo que as emoções são oriundas das nossas subjetivações que ocorreram ao longo da vida, e que diferem de sujeito para sujeito de acordo com o modo pelo qual foram socializados, pode-se afirmar que fatos que me emocionam de um modo, podem não emocionar o outro da mesma forma, percebe-se a necessidade de ações interventivas junto aos homens que foram socializados em um modelo de masculinidade violenta.

Por este motivo é que se compreende que estes espaços de atendimento à homens que se encontravam ou se encontram na qualidade de agressores é importante, bem como o olhar que este profissional que atende terá para com o sujeito, afinal é preciso investir em mudanças, resignificações e formas de resolução de conflitos não violentas.

No entanto, no Brasil o número de Programas de atendimento a homens em situação de violência ainda é pouco significativo. Lima e Büchele citam que há apenas 05 instituições, sendo: duas em São Paulo, duas no Rio de Janeiro e outra em Santa Catarina. (LIMA; BÜCHELE, 2011).

Chamam atenção para o baixo número de ambientes interventivos que visam atuar na desconstrução de gendrificações de valores e formações de gêneros que criam oposições e desigualdades entre os sexos. Desconstruindo esta identidade desigual forçada, os sujeitos poderiam assumir práticas mais igualitárias, os homens já não precisariam preocupar-se em manter sua honra masculina, nem precisariam agredir a companheira se esta não fez o jantar, ou se insiste em tem uma atividade de trabalho remunerada, ou se não concorda com algo relacionado à educação dos filhos.

Embora ainda haja algumas barreiras para desvincular o modo hegemônico de vivenciar sua masculinidade, tal como a primeira forma em que o conceito foi discutido por Connell, alguns Núcleos de Pesquisa formados por pesquisadores e demais simpatizantes pelo tema de gênero e masculinidades tem buscado romper com estereótipos relacionados aos homens no que envolve, por exemplo o cuidado com a saúde. Algumas ações são desenvolvidas neste sentido e desenvolvidas pelo Instituto PAPAI e Núcleo de Pesquisas em gênero e Masculinidade (GEMA/UFPE), elas concernem em campanhas no que tange o cuidado do homem para consigo mesmo, como por exemplo o câncer de próstata, pulmão e doenças sexualmente transmissíveis. Conversas quanto a conscientização do uso abusivo de bebidas alcoólicas, cujo slogan é “Ser homem é também saber a hora de parar”. Tem também a Campanha Brasileira do Laço Branco, cujo foco são os homens na luta pelo fim da violência contra mulher. (INSTITUTO PAPAI, 2015).

Além disso, levantam também bandeiras de lutas contra alguns entendimentos provenientes do Estado em relação a leis que reafirmam alguns espaços como sendo de mulheres, como é o caso da lei do acompanhante para mulheres no pré-parto, parto e pós parto, nelas dificilmente se permite que o companheiro da gestante possa estar presente. Ainda é a mesma situação da licença maternidade que também reforça o cuidado dos filhos como sendo feminino, sendo que a licença paternidade é muito curta, o que se luta é para a

licença seja parental, dividindo cuidados e obrigações para ambos os pais, mas claro esta será uma mudança não só legal mas também cultural.

Por meio da luta destes grupos, que se preocupam em romper com estereótipos provocados por uma cultura binária que especifica o que é de cada gênero, que formas de resistência e agencia vem agindo para modificar certas práticas.

A agencia do indivíduo pode ocorrer justamente como nas formas supra citadas, mobilizando, fazendo campanhas, articulando fóruns de discussões, produzindo trabalhos e conhecimento acadêmico, que meu caso, como também através da própria formação de grupos de homens que decidem discutir sua prática enquanto sujeito, como é o caso da cornolândia, espaço nos quais os homens resignificam sua masculinidade e aprendem a lidar com a infidelidade feminina, tema que Araújo (2010) abordou em sua tese de doutorado.

Assim, minha problemática se constitui com perguntas de fundo e que são propostas para poder pensar e trilhar o caminho da compreensão e da explicação sobre as formas de vivenciar o masculino por homens autores de homicídio ou em tentativa contra suas companheiras ou ex companheiras. As questões principais deste trabalho giram em torno de: Como as relações de violência contra mulher, no caso homicídios, podem ou não, estar vinculadas com determinadas percepções sobre as masculinidades que os homens em questão experimentam?

Como esta experiência uma vez narrada, se relaciona com contextos de relações de gênero imbricadas em relações de poder e com as práticas de homicídio? Serão estas práticas coniventes com visões compartilhadas pela cultura das instituições como a família, ou com os amigos, e os parentes, situação de convivência que poderia estar produzindo suportes emocionais para ações/decisões violentas?

Estes questionamentos que permeiam nossa problemática de pesquisa estão relacionados a desconfianças acerca de relações violentas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa bem como perpassam por muitos outros sujeitos em situação de violência.

Neste sentido minhas desconfianças abarcam a maneira como estes sujeitos vivenciaram sua experiência de homem neste contexto da violência. A violência estaria organizada e pautada em padrões a partir dos quais a mulher é vista como mulher natureza e associadas ao mundo das emoções e da desrazão são construídas como passíveis de serem dominadas e regradas pelo mundo masculino.

As mulheres teriam tornado-se portanto, parte constitutiva de idéias de posse, propriedade, controle e domínio masculino. Este entendimento também faz com que as mulheres sejam construídas como vulneráveis frente ao lugar que estas masculinidades

ocupam nas percepções dos homens e frente as noções de poder que elas engendram e que se expressam no cotidiano da vida, em família, no trabalho, no cuidado das crianças, na vizinhança e em diferentes esferas de sua participação na vida doméstica e/ou pública.

Desta forma, interagem com a violência de estruturas simbólicas e de gênero vinculadas a história de um masculino cujo sistema cultural, no qual esta inserido, gera atitudes, linguagem, decisões e ações nas quais transcende-se da relação cotidiana, liga-se à percepção a propósitos de controle e de subordinação que vão para além do controle do tempo e do trabalho das mulheres. Deseja-se mais, deseja-se controlar seu corpo, sua sexualidade, suas decisões e sua mente.

Com base nestas desconfiças podemos supor, que as relações de gênero construídas por homens autores de homicídio e suas companheiras ou ex, são perpassadas por relações de poder assimétricas nas quais, baseadas em um padrão ou uma forma de vivenciar o masculino acabaram de certa forma contribuindo para prática do homicídio.

Neste sentido no próximo capítulo inicio a análise dos dados coletados e analiso a construção destes homens enquanto masculino, aqui estão presentes as percepções que estes homens tem sobre sua família, as experiências que tiveram antes de conhecer a sua companheira que sofreu o crime, bem como seu contato com o mercado de trabalho que é bastante citado e reafirmado pelos entrevistados.

4 A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES DE HOMENS AUTORES DE HOMICÍDIO: NARRATIVAS DE SI

Nos próximos itens serão analisados os conteúdos coletados através das narrativas dos homens autores de homicídio. A partir destas narrativas foram construídas as categorias de análise, como também foram elencados os conteúdos considerando-se os objetivos que delimitei nesta dissertação.

Analisa-se os conteúdos por meio da maneira como os homens narram a si mesmos, e de como exteriorizam os fatos vividos, os sentimentos e suas posições ligadas a valores, e a modos de ser homem. Estes aspectos são instituídos e são instituintes de subjetividades ligadas a ordem simbólica no que tange ao que a cultura fundamenta como constitutivo do masculino, do lugar da honra, da posição valorativa na representação de si, do modo como estes homens acionam os conhecimentos comuns sobre o que é ser homem.

Também são parte da estruturação do seu lugar na economia da casa, como o de provedores. São expressão de vividos e de processos de estruturação no modo como se apresentam como bons trabalhadores, bons pais, preocupados com os filhos e como homens de bem. Fala-se, portanto, de homens que se consideram atores sociais, na medida em que servem a instituição familiar e em que fundam seu ponto de vista a partir do sentido que eles atribuem aos objetos, as situações, aos símbolos, aos lugares nos quais eles fundam suas relações, ou no jeito como se formaram e incorporaram estes modos de ser, de se ver, de reagir. O projeto reflexivo de si, que conforme Giddens, esta em contínua revisão e tem lugar no contexto de múltiplas possibilidades filtradas através de sistemas abstratos, no caso as leis, outros valores, outros tipos de família, e/ou de relações de trabalho e de afeto, não encontra sempre formas consistentes de manutenção da coerência das narrações bibliográficas, fora da violência de gênero para este contexto.

Este ponto do trabalho inicia o processo de compreensão sobre a experiência que estes homens possuem de si, o que implica no entendimento de quem são e de como se percebem.

Guiada pela concepção Foucaultiana entendo a experiência de si destes homens, enquanto o modo no qual eles se percebem enquanto sujeitos. Na visão de Scott (1992) é trazer a necessidade de um tratamento diferente da epistemologia que construiu a “verdade” do trabalho analítico, baseada na irrelevância do narrador. Trata-se portanto, de trazer à luz uma epistemologia centralizada no sujeito. Tem diferentes narrativas e diferentes possibilidades de olhar esta diferença dentro da diferença, a relacional escolhida, supera

visões sobre a fixidez dos papéis de gênero como homem e como mulher enquanto categoria universal.

O termo experiência de si aparece em algumas obras do filósofo tais como: história da sexualidade (2010) e na obra ditos e escritos (2004). Lopez (2011) aponta que Foucault buscou ao longo de sua carreira problematizar a constituição dos sujeitos utilizando como ferramenta o conhecimento histórico e as problematizações sobre os jogos de verdade, as relações de poder e as formas de subjetividade.

Neste sentido para compreender a formação deste sujeito “homem homicida” preciso analisar sua constituição através dos discursos que ele internalizou ao longo de sua vida enquanto formas de saberes e para ele de verdades. Esta sua construção como sujeitos, eles têm como fundamentação três pilares: saber, poder e subjetivação. As relações de poder que estes reconhecem como válidas para si, fazem com que os mesmos sintam como devem ser as razões para o seu agir, e o agir de uma determinada forma e não de outra, tem uma consequente relação com a subjetividade deste indivíduo, que foi se moldando face as suas experiências e que faz com que eles se sintam correspondentes ao que devem ser como valor social do masculino, em tudo o que fazem. Ainda se teoricamente, se possa demarcar que as experiências sobre o modo de ser homens, suas possibilidades e suas vicissitudes estejam em transformação, assim, como o esta a sociedade.

Os processos de mudança nas percepções globais da sociedade são demarcados a partir de critérios relacionados a elementos de transformação estrutural na compreensão da família, número de filhos, trabalho feminino, e, ocorrem igualmente, no que é relativo aos afetos, as escolhas dos indivíduos e na relação com o mundo privado. Estas dinâmicas, as quais Giddens se reporta, para mostrar aspectos da democratização da esfera íntima são parte igualmente de uma reflexividade da modernidade que constrói novas possibilidades para a confiança e para as biografias fora dos padrões da tradicional ordem do dever. Este agente pode ter controle reflexivo sobre sua conduta, sobretudo, se incorporar perspectivas que reconhecem as várias formas de sexualidade e aceitação da pluralidade como uma decisão política. A sexualidade é o terreno da luta política que é relacional. Disto sugere-se que estes homens poderiam construir outras subjetividades, e construir uma experiência de si diferente ao longo do tempo, a partir da possibilidade de reflexionarem-se, considerando que a partir desta experiência histórica o sujeito é criado e, é constituído em sua subjetividade. Contudo os homens com quem conversei possuem uma subjetividade ainda voltada ao tradicional, aos modelos que lhes impõe enquanto provedores, responsáveis pelo lar e por consequência os que direcionam como deve acontecer a organização do lar e das pessoas que ali residem. A democratização da

esfera íntima não chegou nesta relação. Direitos de deveres são de mão única no que tange ao privado.

Foucault se empenhou sobre a questão de “quem somos nós hoje” e de como é a busca da experiência de si do ser humano. Eu me preocupo em problematizar “quem é este homem homicida” qual a experiência de si que constituiu este sujeito e sob qual subjetividade ele é forjado.

O modo como estes homens narram sua experiência de si, se conecta com as significações que esta experiência produziu ao longo de sua vida, e que está relacionada com o modo como ele age, como emite sentimentos e opiniões e porque emite estes e não outros. Como já foi abordado anteriormente quando citei Guatari e Rolnik (1996) e também Mansano (2009), que discutem sobre a subjetividade e a formação do sujeito, é a partir de suas experiências, e dos sentidos que produz sobre estas, que a subjetividade do sujeito vai sendo formada, o que se liga a sua identidade enquanto sujeito. Identidade entendida como processo de fazer-se, e não como algo fechado, acabado. Assim como a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação. A subjetividade dos homens e das mulheres não é algo que existe como essência enquanto uma subjetividade ligada ao corpo, à natureza do ser homem. Existe como relação, em um contexto específico da história da cultura e da política dessas relações, assim como da vida prática. A experiência por sua vez, segundo Scott (1992), mesmo quando sentida enquanto algo primário, é aquela que se traduz por ideias organizadas por conceitos que possuem eles próprios, uma história. Faz-se necessário, portanto, historicizar a categoria homem, masculinidade, identidade, e não insistir na ideia de que se trata de uma categoria cristalizada. O fundamental é perguntar como as relações entre os sexos foram construídas, por que razão, com que conceitos de relações de forças, e em que contexto político.

Neste aspecto, a percepção que o sujeito possui de si, ou seja, o modo como ele se vê e se compreende possui ligação direta à forma como foi subjetivado, que decorre de sua experiência sobre si e de como ele exterioriza o que subjetivou. Em parte tem a ver com a noção de habitus que segundo Bourdieu (1984), funciona como sistemas de esquemas adquiridos; que em estado prático funciona como categoria de apreciação e de percepção. Como princípio de classificação, ao mesmo tempo que como princípio organizador da ação, neste caso organização de si na relações consigo, com a família, com a sociedade, com aquilo que é descrito por eles como parte do que devem ser. Aspectos do que tende a orientar e a conformar a ação, mas esta prática sobre a reprodução e a naturalização da violência como produto das relações sociais, já não tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações

que as engendraram. Portanto, estes homens são produtores, mas nem sempre se pode dizer que eles reproduzem as estruturais sociais. Elas já estão híbridas, já existem leis, e outras vivências para o masculino, portanto, já não se espera um modo de ser violento, nem que a mulher seja obediente, a família tradicional, vinculada a ordem do dever que já mudou. Sendo assim, o sistema de habitus, já não opera para reproduzir aspectos fechados, as relações na família, no trabalho, na rua estão abertas. Parece-nos que isto nos autoriza a dizer que mais do que um habitus é de uma estrutura de verdade que se trata. Eles se sentem poderosos compartilhando de ideais sobre a masculinidade. É uma vontade de verdade que os faz corresponderem em sua narrativa a saberes de si que os empoderam e ao mesmo tempo os classificam como criminosos por causa exatamente destes mesmos enunciados de verdade e das estratégias que eles utilizaram para produzirem-se como homens a partir deles.

Desta forma, ao iniciar sua narrativa sobre o modo como se percebem enquanto sujeitos, a maioria dos homens entrevistados iniciou sua fala pelo mesmo caminho.

Com isto quero dizer que começaram narrando sua infância, as experiências que tiveram neste período e alguns relataram os fatos que os marcaram, o modo como enfrentam esta questão, e até os sentimentos e expectativas que produziram a partir desta vivência. Estes homens relataram um discurso que enaltece suas ações e acabam produzindo tecnologias de poder ao enfatizar o que admitiam e o que não admitiam no relacionamento que viviam com este feminino que resistiu e saiu dos padrões de feminilidade que os homicidas imaginavam como adequado.

A história dos homens condenados pela tentativa ou pelo homicídio de suas companheiras passa por episódios de dificuldade financeira, perda de entes queridos e também por separações dos pais. Durante suas vidas houve também a migração dentro do seu Estado e a imigração deste. Estas mudanças eram motivadas pela busca por melhores condições de vida. Apesar das dificuldades que por eles são apresentadas, todos justificam que são boas pessoas sempre preocupadas em exercer alguma atividade laboral. Eles estão produzindo um poder de si, um enunciado de verdade sobre o que são, um lugar para serem reconhecidos, estão produzindo uma tecnologia do eu.

Estes homens de certa forma procuram argumentar que conseguiram vencer as dificuldades, e para isto fizeram da forma mais honrada, através do trabalho. Associa-se o sentimento de orgulho, por mais que a condição financeira não seja de um padrão de classe social elevada, orgulham - se por conseguir adquirir bens e garantir uma vida digna para si e para suas companheiras. Uma das principais justificativas apresentadas para demonstrar que o relacionamento estava bem era justamente a apresentação de alguns bens que o casal possuía,

como utensílios domésticos, automóveis ou até mesmo residência própria. Os discursos que estes homens produzem sobre a experiência de si, mostra tanto a forma como estes tiveram suas concepções moldadas acerca do modelo de masculinidade que gostariam de seguir e, ao mesmo tempo que estes também procuram moldar pelos mesmos padrões suas companheiras, bem como me convencer de que apenas estavam agindo enquanto homens. Eles estão formando sua construção discursiva de si e apresentando que são homens de bem e ao mesmo que tudo que subjetivaram já desde a infância estava sendo constituído. Estes homens fazem uso de um discurso que foi lhe repassado anteriormente e agora este se propaga. Eles estão em uma posição que tentam controlar a visão dos outros sobre os fatos acontecidos trazendo a ordem de um discurso que é muito mais conservador que esta voltado ao tradicionalismo das relações sociais entre homens e mulheres.

Ao pensarmos nas práticas discursivas as quais Foucault (1970) se empenhou em compreender vemos que o discurso é uma violência que fazemos às coisas como uma prática que lhe impomos em todo o caso e aí causamos a regularidade deste discurso. Assim, não é diferente o que estes homens autores de homicídio fazem, eles estão se construindo em seus discursos enquanto pessoas boas e para isso trazendo argumentos de “valores tradicionais” que por eles seriam cumpridos e sobretudo argumentam que estes valores ainda estão vigentes na sociedade e deveriam ser mantidos nos relacionamentos que tiveram. Eles tentam nos coagir apresentando discursos que remetem à relacionamentos tradicionais Giddens (1993) e à uma maneira correta de ser homem, desde a qual os autores de masculinidade auxiliam a compreender os preceitos de hegemonia pelos quais esta masculinidade é regida. Assim, utilizam o poder do discurso para apresentarem-se enquanto bons homens, e não enquanto homens criminosos que estão presos por um delito.

Percebe-se que estes homens, durante a entrevista procuraram passar uma imagem que correspondesse ou que chegasse próxima ao padrão de masculinidade aceita como parte de si e que é bem coincidente com a construção da masculinidade hegemônica, tal como foi pensada no modelo deste conceito por Connell (2003). O homem para mostrar seu potencial enquanto tal, precisaria estar no topo, com sua condição econômica garantida, e, sobretudo, ser a pessoa que exerce o poder na relação afetiva. E é neste local que os sujeitos com quem conversei gostariam de estar.

Digo isto, pois procuraram me mostrar que superaram as dificuldades que tiveram ao longo do caminho, mostrando-se como uma pessoa independente e, sobretudo, capaz de garantir o sustento do lar. Assim, uma das percepções que é bastante demarcada pelos sujeitos

sobre sua percepção de masculinidade é a relação do masculino com o papel de marido e provedor.

Afinal, a ênfase que davam ao fato destes estarem inseridos em atividades laborativas e de contribuírem financeiramente com o sustento do lar não ocorreu em um momento específico, mas sim em todos eles. Independente do aspecto da sua vida que estavam narrando, ao final, constantemente reforçavam que se tratava de que eles eram pessoas honestas e honradas, afinal cumpriram com o que acreditavam ser uma função masculina, e a qual compõe sua ideia de bom marido, no sustento da casa, esposa e filhos quando havia.

É neste sentido que percebo que os homens autores de homicídio contra suas companheiras ou de tentativa de homicídio esforçam-se constantemente para aproximarem-se da masculinidade hegemônica, eles se autorrepresentam enquanto homens que são homens e honram seu lar através do sustento deste, tem atividade sexual heteronormativa, sentem-se superiores a suas companheiras e aos demais homens que não partilham do mesmo ideal de masculinidade.

A percepção de si que estes sujeitos possuem enquanto masculino é analisada ao longo da dissertação através da narrativa da experiência de si. A primeira experiência que estes narram se remete a suas infâncias e ao modo como já começaram a se portar frente aos acontecimentos deste período. Os pontos chave relatados de sua experiência na infância se encontram divididos em diferentes narrativas, que mostram conteúdos de vivências valorativas diferentes sobre os valores do masculino, do status da honra, dos sentimentos. Dificuldade Financeira da Família, Perda de entes queridos e Separações dos pais, não é a mesma coisa na escala dos valores sociais e na experiência com sentimentos e legitimidades.

4.1 CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI: VIVÊNCIAS ANTERIORES AO HOMICÍDIO

As dificuldades financeiras marcam o lugar de uma pessoa em nossa cultura. Dizer que uma criança é pobre, que a família não tem renda pode valer estigmas, processos de exclusão ou de compaixão. Andar calçado, arrumado ou mal arrumado, faz uma percepção de exclusão ou de inclusão que o olhar do outro marca. Produz o lugar de um eu sobre si, com sentimentos de menor valor na comparação com outras crianças. Ter acesso a roupas, lanches na escola, livros, lápis, faz um marcador que separa pessoas, que faz parecer o que cada um é. Estes homens viveram estas experiências de ser pobre e que foram vivenciadas na família destes homens, e eles as acionam como acontecimentos que lhes marcaram a vida e como

elemento motivador para ingressarem no mercado de trabalho ainda muito cedo. Apesar desta vivência na infância, todos os homens relataram ter superado esta situação através de seu labor. Interpreto que acionam a questão de sua dedicação ao trabalho para mostrar superação da condição em que viviam antes de iniciar as atividades de trabalho, bem como para mais uma vez reafirmar por meio de seu discurso que são homens bons e dignos de respeito. É uma narrativa de sua experiência e percepção de si, bem como uma estratégia de defesa.

Os sujeitos que relataram dificuldades financeiras na infância são Leandro, Vilmar, Gilson e Jeremias. Os quatro ao vivenciarem a situação de vulnerabilidade econômica durante sua infância tomaram o mesmo rumo, ou seja iniciaram suas atividades laborais ainda muito cedo, o propósito inicial foi contribuir financeiramente para o sustento da casa. Como pensavam que quanto mais tempo trabalhassem mais dinheiro conseguiriam acumular, mesmo considerando que as quantias não eram muito altas, cessaram seus estudos. Desde adolescentes já começaram a assumir o que seria uma responsabilidade adulta masculina, de prover do lar. Essa representação do homem como o responsável pela família é coerente com a visão social do homem vista em alguns autores tais como Grossi, 1995, Connell, 1995, Nolasco, 2001, Belo, 2005. Neste caso aparece também o sentido de prosperidade ligado ao trabalho E, aqui, seguramente estão reproduzindo um valor importante que esta estruturado na cultura. As estruturas mentais pelas quais os agentes sociais apreendem o social, e que é produto da interiorização do social, geram visões de mundo que contribuem para a construção deste mundo (BOURDIEU, 1987). O trabalho é desejado socialmente para que os homens encontrem seu lugar na representação de provedor. E eles por sua vez, produzem este seu lugar, pela resignificação do seu trabalho.

Leandro relata apenas dificuldades financeiras entre sua família, afirma que sempre passaram muita necessidade e por este motivo precisou deixar os estudos não conseguindo retomá-los, pois trabalhava como auxiliar de pedreiro em carga horária estendida e para ele era muito cansativo. O esforço físico que despendia ao longo do seu dia de trabalho o deixava exausto demais para estudar, mas ao mesmo tempo o fato de exercer uma atividade mesmo que esta seja braçal lhe proporciona a sensação de estar cumprindo sua função, pois por meio desta atividade era possível o sustento do lar.

Vilmar é de uma família de agricultores que veio do Rio Grande do Sul. Estudou até a quinta série e depois disso decidiu interromper os estudos para trabalhar na agricultura com a família. Aos 18 anos de idade decidiu seguir sua vida. Foi para cidade onde conseguiu emprego de açougueiro. Desde aquela época já tinha um sonho, de ser empresário, o que narrou que conseguiu em sua vida adulta.

Gilson nasceu no Oeste do Estado de Santa Catarina, estudou até a quarta série, depois disto parou para ajudar seus pais. Trabalhou como agricultor especialmente na plantação de fumo. Acerca de pouco menos de um ano antes do crime mudou-se para região do Vale do Itajaí onde trabalhou em uma serralheria.

Jeremias diz que sempre teve um ótimo relacionamento com seus pais. É nascido na Bahia. Segundo ele teve uma educação muito rígida, principalmente por parte da mãe. Não podiam se envolver em brigas quando saiam para festas ou ter qualquer outro comportamento que não lhe agradasse, pois nesta caso eram repreendidos com uma surra.

Como se pode ver estes sujeitos apresentam suas narrativas de si procurando mostrar-se enquanto trabalhadores. Não há o ditado popular que diz “o trabalho dignifica o homem?”. Pois bem, nos parece que o que procuram construir sobre si mesmos é uma imagem positiva, onde o principal argumento para sustentar esta imagem é por meio do trabalho, de seu esforço para ser o provedor do lar. Por isso, narram sobre suas atividades de trabalho ao longo da entrevista, e este é o item trabalho sempre aparece ao longo de suas falas.

Estes sujeitos desta forma, estão seguindo o que Nolasco já apontava como uma tendência, afinal em sua obra *O mito da masculinidade*, refletiu de que :

[...] O trabalho e o desempenho sexual funcionam como as principais referências para a construção do modelo de comportamento dos homens. Desde cedo os meninos crescem assimilando a idéia de que, com o trabalho, serão reconhecidos como homens. (NOLASCO, 1995, p. 50).

Como vemos em Nolasco, estes homens foram socializados desde cedo para ingressarem no mercado de trabalho e é por meio desta atividade que se reconhecem enquanto homens. Desde o incentivo dos pais para auxiliar na atividade que a família desenvolvia, ou nas situações em que o pai não estava mais presente, por este assumir a função de trazer o rendimento para casa ainda muito jovem. Da forma como relataram me pareceu que na comunidade onde estes cresceram o mesmo pode ter acontecido com outros homens que na época eram adolescentes.

Obviamente, a questão da sexualidade também entra na discussão, mas focando em outro direcionamento que não o do desempenho sexual masculino tal como foi citado. Este aspecto não chegou a ser mencionado pelos sujeitos, porém, o que é gritante gira em torno da sexualidade feminina, tal como será discutido mais a frente.

Além da questão da dificuldade financeira na infância os sujeitos narram também uma segunda dimensão que apareceu enquanto importante em sua vida, e que é a perda de entes queridos em sua família.

A vivência em relação a perda de entes queridos é narrada por Alessandro e Mario que trouxeram episódios de sua vida, que os marcaram de forma que expressaram sofrimento e ao mesmo tempo a consequência de amadurecerem mais cedo e de auxiliar no cuidado dos irmãos como é o caso de Alessandro, ou de ser criado por estes como na situação de Mario. Alessandro associa este episódio de perda do genitor em sua vida com seu vício alcoólico. Posteriormente, também relata que esta questão influenciou em seus relacionamentos por não conseguir controlar seu uso de bebidas alcoólicas e sua companheira da época decidir romper com o relacionamento, o uso abusivo de álcool também foi narrado por ele enquanto uma fator responsável por um momento em que perdeu o controle e agrediu sua primeira companheira. Mas apesar do seu envolvimento com bebidas alcoólicas, assim como os sujeitos que relataram dificuldades financeiras, Alessandro afirma-se enquanto bom trabalhador, este fato é sempre mostrado enquanto uma virtude que parece que utilizam para minimizar os atos de violência que cometem contra suas companheiras. Parece-me que o tipo ideal de ser bom trabalhador e provedor do lar é perseguido por estes sujeitos.

Mario e Alessandro vivenciaram a perda de familiares quando estes ainda eram crianças e no caso de Alessandro além de forçar que este assumisse a responsabilidade financeira no lar ainda muito jovem, teria se tornado mais vulnerável a contrair vícios. Alessandro associa a perda de seu genitor diretamente com o vício que iniciou por meio de outras companhias que o induziram a experimentar. Ele acredita que se seu pai ainda estivesse vivo poderia ter lhe corrigido de modo que o vício não se desenvolvesse. A figura paterna é vista como muito importante na vida destes homens, e ao falar da ausência deste que foi interrompida por meio da morte fazem os relatos com pesar.

Alessandro conta a história de sua infância na qual ocorreu um incidente com seu pai que levou um tiro quando ele tinha apenas 12 anos de idade. Com este acontecimento interrompeu os estudos e passou a trabalhar para auxiliar no sustento da casa, pois, além dele sua mãe era responsável pelo cuidado de mais cinco filhos. Esta experiência também traz concepções de um fardo muito grande para um ser humano que ainda estava em seu estágio inicial de desenvolvimento.

Como Alessandro narra foi neste período que começou a ter contato com o vício que acompanhou sua vida. “Então doutora eu parei de estudar e comecei a trabalhar. Ai eu

conheci pessoas, bebidas, me envolvi na bebedeira. Bebi, bebi, bebi, mas assim eu gosto de trabalhar.” (ALESSANDRO).

Mario perdeu o pai quando ainda tinha um ano de idade, falecendo vítima de câncer. Sua mãe e também irmão mais velho morreram em um acidente de trânsito, com isto ele foi criado pela irmã. Não relatou dificuldades financeiras.

Como se vê os homens autores de homicídio narram que ao longo de sua vida passaram por vivências difíceis que os obrigaram a assumir logo cedo uma postura de adulto, a tornarem-se homens, e por consequentemente tomar conta da família, principalmente no que concerne ao sustento do lar. Estes homens estão estruturando um diálogo com o qual parecem concordar e defender que é a sua postura e vivência de masculino chefe de família. Outra vivência que foi narrada pelos sujeitos se refere a separação de seus genitores. Para todos que viveram este acontecimento que ocorreu com seus pais, o fato influenciou em suas vidas e no que desejavam para elas, este fato é narrado pelos sujeitos com muito pesar.

Estes homens expressaram que não gostariam de passar por uma situação de separação, o esforço para manter a família unida, qual como os sujeitos naturalizaram enquanto correto é condizente ao esforço de manter as mulheres sob seu controle, tal como aponte nas hipóteses deste trabalho.

Esta subjetividade negativa que produziram em relação a separação dos pais, fez com que estes não desejam para si o mesmo destino.

Ao mesmo tempo em que narram sua experiência e seu sofrimento na separação dos pais, estes sujeitos também utilizam o sofrimento que tiveram na época para justificar seu esforço em manter o relacionamento afetivo que eles constituíram com a vítima do homicídio. Estes queriam manter a família unida, justamente por terem avaliado que em sua infância sofreram com a separação dos pais. Ou talvez, até para dar satisfação de si aos outros como se fosse a superação de um estigma. Embora as composições familiares tenham se alterado com o passar dos anos, com alguns avanços, como o fato de poder escolher seus parceiros, ou até mesmo, o fato do casamento não estar mais tão ligado ao acesso sexual, embora o ato sexual siga sendo importante em vários aspectos, não mais ligados com a reprodução. Os avanços sociais, culturais, democráticos são ignorados por estes homens. Therborn (2006) que estudou as mudanças das famílias já havia sinalizado estas mudanças. Mas ao que me parece para estes homens a experiência de famílias recompostas não é tão bem aceita se esta prerrogativa não parte deles. As companheiras que sofreram os homicídios ou as tentativas de homicídio são as que foram escolhidas para compor a família tão almejada por estes sujeitos e estes desejavam mantê-la, afinal relataram sofrimento quando a separação aconteceu com seus pais.

Os valores de uma masculinidade de provedor e chefe do lar estão tão fortes que os modelos de uma família com traços patriarcais são defendidos por eles. Para estes homens ainda cabe as mulheres o espaço doméstico do lar, tanto que procuram manter apenas para si a atividade de trabalho fora do lar, e trazendo dinheiro para casa. A separação do espaço doméstico como feminino e o público como masculino também lhes traz certa segurança e autonomia, esperam que suas companheiras lhes sejam submissas por este sustentar a casa. Quando relatam a ausência da figura paterna seja por morte deste ou pela separação dos pais, e logo após apresentam o discurso de como superaram a situação dos pais separados, mostram que para eles a conservação de uma figura de marido esposa e filhos é vista como importante, correta e que deve ser preservada. Quando os autores de homicídio narram os fatos e sentimentos em relação ao homicídio isto fica evidente em seus discursos, o papel de chefe da família ainda é muito forte entre eles.

Desta maneira os sujeitos José, Cesar e Douglas enumeram a separação de seus pais como algo que marcou sua vida, e que acreditam ter influenciado em sua experiência.

José relata que não chegou a conhecer seu pai, sendo que quem substituiu a figura paterna no seu entender foi seu avô. Ao nascer, sua mãe, sem condições financeiras o teria deixado sob os cuidados de uma senhora que ficou com ele até os seis meses. Tempo este que sua genitora levou para organizar-se em relação á emprego e moradia. Relata momentos felizes de diversão vivenciados durante sua infância, “Eu tive infância eu corri, empinei pipa, brincava com cachorro fazia de tudo”. (JOSE). Também mencionou, em seus relatos discussões com a mãe, e diz ter saído de casa cedo decidindo ser independente, lutando por sua própria sobrevivência.

[...] Eu morei na rua, eu discuti com minha mãe eu saí de casa aos 13 anos morei na rua debaixo de sacada, eu me alimentava com doações, ate que um dia arrumei serviço, com 15 anos eu já tinha carteira assinada e a partir daí me virei pagava meu aluguel minha água minha luz, eu era independente.” (JOSE).

Segundo José um dos motivos pelo qual tinha desentendimentos com sua genitora é o fato de não ter a figura de pai. É certo que acabou depositando-a em seu avô conforme relatou, no entanto deixou evidente durante a conversa que gostaria do seu pai biológico presente em sua vida. Para ele é algo tão forte que acaba desejando que seus filhos o tenham, no entanto considera ter falhado em relação a isto pois agora se encontra preso e longe de seus filhos. Mas uma vez aqui este homicida demonstra o quanto a déia de família tradicional por eles é almejada e ainda

César também conviveu apenas com sua mãe e utiliza a expressão “eu venho de um lar destruído” ao se referir a separação de seus pais que ocorreu quando este tinha nove anos de idade. César é fiel a uma igreja evangélica que acredita que o casamento é para toda vida, sendo a separação um pecado.

Douglas nasceu próximo ao Rio Grande do Sul, relata que teve uma infância tranquila. Segundo ele por volta dos oito anos de idade seus pais se separaram, ele ficou residindo com o pai e a mãe se mudou para a região do Vale do Itajaí. Seu período de maior dificuldade foi quando procurou emprego, não encontrando mudou-se para a mesma cidade da mãe.

Dentre os sujeitos, os que narraram a separação dos pais na infância demonstram não terem se sentido a vontade com este fato, justamente por defender o modelo de família tradicional. Eles constroem esta narrativa como argumento para justificar suas ações para manter este modelo em seu relacionamento com a vítima e para argumentar que pelas mulheres este modelo não foi seguido. A imagem de uma família unida com pai, mãe presentes ao lado dos filhos ainda é muito forte, vista como uma família ideal, tanto que expressam que é uma situação pelo qual não gostaria de passar e pela qual, alguns relatam que foram motivados a matar, ou seja em defesa de uma “óptica” de família perfeita que estava sendo ameaçada por suas companheiras, estes agiram lhes tirando a vida.

Além disto, pensar em separação é pensar em perder o controle sobre o corpo daquele que esta ao seu lado, mais especificamente o controle do corpo da mulher, o qual passaria assim a pertencer a outra pessoa. Pelo que estes homens narram de sua família de origem, os homens negam a capacidade de sua mãe de assumir a criação dos filhos sozinhas, há uma ausência de positividade para com esta mulher acabam a invisibilizando. (COSTA, 2002). A negativa do feminino como capaz de desenvolver todas as tarefas sem distinções entre o espaço público e doméstico de acordo com seu gênero acaba se relacionando com a masculinidade hegemônica, estes homens não só querem se sentir superiores em relação ao feminino, mas também como necessários em suas vidas e na família, o que e mais uma razão para defender o modelo da família antigo e que possuía um entendimento único, ao se remeter ao termo família se espera um homem, mulher e filhos. Famílias recompostas, formadas por relacionamentos homoafetivos ou pais sozinhos com seus filhos ou até mesmo mães não é mencionado como possibilidade para estes homens.

Para homens que compartilham de uma experiência de ser homem conivente com o que já foi chamado de masculinidade hegemônica, ceder o controle do corpo feminino de sua esposa para outra pessoa é completamente impensável. Se aquela companheira era

considerada por ele como a pessoa certa para construir uma família, deveria ela ser fiel, estar ao seu lado quando precisasse enfim cumprir a todos os preceitos imaginados ao gênero feminino submisso ao masculino. Estas noções de limites para o masculino e feminino são associadas ao aspecto de controle que estes homens querem ter sobre suas companheiras. O aspecto do controle e o medo de perder este lugar hierárquico que imaginam ter é representado também por homens que dialogam sobre episódios de violência doméstica, como Alvez e Diniz (2005) já refletiram. Nas justificativas dos sujeitos que os autores entrevistaram, ao agredir suas companheiras fizeram esta ação por medo de perderem seu status de homem da casa, e por necessidade de sentir-se superior à companheira. No caso dos homicidas que entrevistei vejo a mesma necessidade de poder sobre sua companheira, no entanto eles chegaram ao extremo e tiraram a vida de suas companheiras. Estas mulheres certamente não estavam contentes com o ideal de feminilidade que seus companheiros queriam que seguissem, ao apostar em agência e estratégias de enfrentamento acabaram sendo mortas.

Quando então esta companheira se torna a pessoa “errada” (expressão utilizada pelos entrevistados) os sujeitos sentem-se perdidos, a traição é dupla. Traição afetiva em relação aos sentimentos que sentiam anteriormente um pelo outro. Traição moral, pois se rompe com o que era esperado em relação a uma boa mulher, a mulher certa.

No entanto o que também se acende é toda a construção cultural patriarcal que dita as formas de agir para masculinos e femininos que ainda vogam nas maneiras de vivenciar as experiências em particular destes homens autores de homicídios contra suas companheiras ou ex. Construção cultural esta formada pelas repetições que estes tiveram ao longo da vida sobre os modos de ser homens, formando o sujeito gendrado. Segundo Butler (2006), o sujeito gendrado seria, antes, o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes. Com base nestas definições, a autora chega a afirmar que o gênero é ele próprio uma norma. (BUTLER, 2006, p. 58). Na construção subjetiva destes homens, esperam que suas companheiras tenham o mesmo engendramento compatível com seu modo de ser homem.

Desta forma a pressão que sentem ou sentiam para exercer um tipo de comportamento que lhes fosse mais adequado enquanto homens, maridos, pais; tanto para com si mesmos, tanto nos espaços pelos quais circulam, suas famílias, locais de trabalho os causa um sofrimento tão grande que chegam a explodir. Sendo que nestes casos a explosão ocorreu contra suas companheiras, o que resultou na morte destas.

Relacionando com minha proposta para esta dissertação, percebe-se que estes homens, se posicionam enquanto sujeitos que seguiram seu ideal de masculinidade o qual aproximava-se com o modelo que já foi chamado de hegemônico no início dos estudos de masculinidades. Ou seja, buscavam manter o controle sobre a situação de modo que suas vidas, de sua família e companheira seguissem o velho padrão de família patriarcal. Como subjetivaram ao longo de sua vida que este modelo seria o mais adequado, e que suas atitudes para manter este ideal são validas não percebem como prejudiciais suas resistências contra qualquer forma de mudança que suas companheiras desejassem.

A necessidade de ser um homem trabalhador para prover o lar e dar condições materiais necessárias para manutenção do casamento se encontra tão enraizada que qualquer outra necessidade ou vontade que possa ter sido questionada pelas companheiras não aparece ou lhes é nula. Os homens chegaram a mencionar por exemplo o desejo de sua companheira em permanecer mais tempo próximo aos seus genitores e de ter opções de lazer na qual seu companheiro não participe, no desejo/direito por manter sua própria atividade de trabalho, continuidade dos estudos. Reivindicações em relação a divisão dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, de ter relacionamentos extra conjugais quando seu companheiro já os mantém, ou manteve em outros relacionamentos com demais companheiras, ou ate mesmo a decisão desta companheiras pelo rompimento do relacionamento. Me parece que ao sujeitos desta pesquisa exerciam uma relação de poder dominante sobre esta companheira, pois a cerceavam de liberdade de agir, ficando submissa ao que este homem concebia enquanto correto.

Este comportamento masculino enraizado quanto aos valores de prover o lar e a pessoa hierárquica superior da relação já é percebido nos relacionamentos afetivos constituídos por estes sujeitos que são anteriores à vítima no qual José, Alessandro, Leandro, César, Mário, Altair, Gilson e Jeremias puderam vivenciar em outros relacionamentos.

Apenas Vilmar e Douglas tiveram um envolvimento amoroso que correspondeu á vítima. Vilmar relatou ter conhecido sua companheira ainda adolescente na cidade de interior na qual residiam e desde então ficaram juntos até a data do crime. Douglas ao contrário conheceu sua companheira no local de trabalho depois de adulto.

Os demais sujeitos já haviam constituído relacionamentos anteriores, sendo que também narraram esta experiência.

José teve seu primeiro envolvimento amoroso por volta dos 18 anos de idade, sua companheira tinha uma diferença de dez anos a mais que ele. Chegaram a morar juntos, no

entanto o relacionamento não deu certo pois o pai de sua companheira era contra, o que gerou alguns desentendimentos e acabaram por seguir suas vidas separadamente.

Em sua narrativa José ainda relata que teve vários envolvimento afetivos, inclusive alguns ao mesmo tempo. Conforme sua fala abaixo expressa:

[...] Sai hoje com uma [mulher] amanhã com outra e as vezes eu saia com todas e ia jantar. Era a coisa mais maravilhosa do mundo. Eu tinha minha motinha ia pra lá ia pra cá. Tava tudo bem, eu gostava de passear, visitar a Usina, visitar a serra do Rio do Rastro. Os passeios ecológicos assim eu adorava. (JOSE).

O sujeito narra nesta parte do texto uma expectativa depositada sobre os homens que seguem com a construção cultural de sexo e gênero. Uma das possibilidades e ao mesmo tempo obrigação para com estes homens é justamente mostrar sua virilidade, a conquista de corpos femininos. José reproduziu a experiência de um sujeito inteligível (BLUTER, 2003), o homicida possui valores introjetados em seu interior que do seu ponto de vista são os corretos. Mas isto ocorre por ser resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializados, no ambiente em que viveu internalizou estas práticas enquanto condizentes ao que se espera de um homem. E pelos crimes que ainda são cometidos contra as mulheres se percebe que concepções de sexo e gênero masculinos hierárquicos em relação ao feminino ainda estão muito fortes. Por ter sua experiência neste contexto alguns indivíduos acabam por engendrar valores de modo extremamente fixo, com pouca possibilidade de reflexão.

José, assim como os demais entrevistados mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Institui e reforça o binarismo entre o sexo e gênero masculino e feminino. É certo que as identidades de gênero podem ser construídas anteriormente ao sujeito através dos discursos produzidos ao longo dos anos, tomados como verdade através da repetição destes discursos tal como Foucault (2010) abordou na História da Sexualidade. Porém, não podemos perder de vista que este não é um processo fixo. Ele é uma relação de poder, que por ora o seguimos e constituímos como verdade, mas enquanto relacional este também pode ser resignificado ao longo do tempo.

A preocupação do Estado para com o sexo e a população e o que cada um faz com seu sexo já era presente a partir do século XVIII, a preocupação para com os nascimentos, a frequência das relações sexuais e se estas eram fecundas ou não, a conduta sexual das pessoas é tomada como intervenção. Há as regras no casamento, organização familiar de modo que cada qual possa controlar seu sexo. (WEEKS, 1999).

A igreja também entra neste rol na medida que faz parte dos mecanismos de produção dos gêneros, delimita quando é ou não pecado fazer sexo e quais relações afetivas se pode manter, como por exemplo afirmando que na bíblia consta que o correto é que as relações ocorram entre homens e mulheres. A igreja então como enunciado de verdade produz o que De Lauretis (1994) classifica como uma tecnologia social, produz discursos que agem sobre os corpos de indivíduos de modo que estes passam a reproduzir e agir de acordo com as pregações da igreja. É uma instituição com forte poder na relação que mantém com quem a frequenta. Um dos entrevistados narrou com bastante ênfase sua crença religiosa e como esta crença foi importante em sua decisão de permanecer casado e querer manter esta união, mesmo que não estivesse mais feliz com a companheira.

Conforme Louro, [...] todas essas práticas e linguagens constituem sujeitos femininos e masculinos; foram – e são – produtoras de “marcas”. Homens e mulheres adultos contam como determinados comportamentos ou modelos de ser, parecem ter sidos gravados em suas histórias pessoais. Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina nega ou recusa outras identidades e práticas [...]. (LOURO, 1999, p.25).

Mas para que o homem e nesta particularidade os homicidas de suas companheiras possam sentir-se completos não basta conquistar varias mulheres, mas também em um certo período de sua vida constituir uma família e ser assim seu provedor e cuidador. Esta necessidade é sentida por José (2014) quando afirma que precisa “seguir uma vida normal” ou seja constituir uma família com uma mulher certa para isto. Anexar outros dispositivos às práticas de liberdade, de sexualidade, (FOUCAULT, 1993).

Alessandro também é um dos sujeitos que relata episódios que envolveram mulheres que não se autorrepresentavam conforme o ideal de gênero que ele esperava delas, e por este motivo Alessandro as identifica como “mulheres erradas”.

A primeira experiência de relacionamento afetivo que relata foi de uma mulher com quem convivia a cerca de cinco anos quando se envolveu com outra pessoa, “errada” que acabou segundo ele motivando a separação. No entanto, sem dar muitos detalhes sobre o fato, Alessandro narra que aconteceu um “desacerto” com esta nova pessoa. O sujeito utiliza esta expressão para se referir ao homicídio da segunda companheira com quem conviveu por cerca de três anos.

[...] A gente ficou junto por uns 03 anos e era ótimo, eu sou uma pessoa assim, que gosta de tratar bem a pessoa do lado entendeu? Eu gosto de mandar flores, bombom. Agente gosta de tratar bem a pessoa, mas não sei te dizer assim o que aconteceu. Você faz e faz bem para a pessoa, e quando vê se sente enganado entendeu? Ai começa a dar discussão. E depois eu voltei para arrumar meu serviço entendeu, eu gostava muito de trabalhar com lavação, mexer com carros. (ALESSANDRO).

Alessandro não chega a se dar conta de que a atitude desta segunda companheira na verdade foi a atitude que ele mesmo teve com sua primeira esposa, pois também a enganou mantendo outro relacionamento afetivo ao mesmo tempo. Em nenhum momento questiona as atitudes dele próprio, pelo contrário, culpa apenas a outra pessoa, sua companheira e sua perspectiva de gênero feminino que para eles não é a ideal, pois compartilham da ideia de que a infidelidade é permitida apenas para o homem sua parceira mulher não poderia compartilhar de seu sexo com mais nenhum outro homem. Alessandro assim também transparece que em sua vida a experiência masculina por ele vivenciada compartilhava de padrões que antes eram chamados de hegemônicos. Exerce poder não como uma força negativa que atua com base na proibição ("não deverás"), mas como uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida ("você deve fazer isto ou aquilo"). (FOUCAULT, 1993). Pelo fato de terem mencionado com tanta ênfase seus envolvimento com mulheres erradas me proponho à pensar qual a concepção que estes mantêm sobre esta mulher.

O que me parece que estas divisões são feitas pelos homens para demarcar as mulheres que seguem a identidade de gênero por eles esperada e as que não o fazem. Assim, indicam que mulheres que tem comportamentos iguais aos permitidos aos homens não são vistas como as "certas", são as que autorepresentam-se de forma adequada dentro do seu ideal de gênero feminino de acordo com o que estes homens dela esperavam. Por outro lado, as mulheres que não compartilham desta padronização para do feminino são representadas então pelos homicidas enquanto "mulheres erradas". São aquelas que ingerem bebida alcoólica, que tem mais relacionamentos afetivos ou ainda as que traem aquelas que não assumem sozinhas o cuidado dos filhos e do lar. Desta forma percebe-se que os valores e ações delimitadas culturalmente a cada um dos gêneros ainda é bem forte nestes homens. A oposição binária sempre atende propósitos de hierarquia. (BUTLER, 2003).

Além desta divisão de gênero já ser por si só uma violência por privar o sujeito de sua liberdade de ser, aos que seguem fielmente esta construção podem acabar produzindo algumas situações de violência contra aqueles que não a seguem, tal qual é o caso dos homens que entrevistei.

A virilidade destes homens continua sendo demonstrada nas narrativas dos demais entrevistados. Leandro também teve relacionamentos anteriores, inclusive acredita que possa ter um filho que não reconheceu pois duvidou da paternidade.

César também teve outro relacionamento, foi casado por 10 anos, mas sua esposa faleceu vítima de câncer. Após constituiu outros relacionamentos, inclusive o que envolve a vítima. A sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade quem e o que é; e na relação com a sociedade, filhos, família, certezas, bem estar.

Mario também teve mais de um relacionamento amoroso. O primeiro deles inclusive acabou em homicídio onde a vítima foi sua companheira. Segundo ele a causa de sua ação foi por um aborto que a mesma cometeu sem ter conversado com ele previamente. Para ele foi inaceitável que ela tirasse a vida de seu filho. Após, ele teve outros envolvimento, sendo que no penúltimo a vítima também foi morta, hoje cumpre pena por este homicídio, no entanto ele o nega. Casou-se novamente um mês antes de ser preso.

Mario matou uma mulher pois não aceitou um aborto, mas cometeu o mesmo crime interrompendo a vida de um ser humano, seu argumento é contraditório. O sujeito sentiu-se um soberano com direito sobre a vida de corpos que lhes pertenciam pois pelo que relata percebe a situação da primeira vítima desta forma, ela fez com seu corpo e com o feto que gestava o que desejada e na oportunidade não consultou seu companheiro, que enfureceu-se com a situação, sentindo-se dono daquele corpo que tirou a vida. Este crime não ocorreu no momento exato de discussão, o sujeito teve tempo de reflexão sobre seus atos optando da mesma forma pela morte de sua companheira. A acusação do segundo homicídio também é desta forma, sendo acusado de ser mentor do assassinato de sua ex-companheira o qual já estava a um tempo separado.

Altair também teve outros relacionamentos, foi casado mas separou-se de sua companheira enquanto esta ainda estava grávida. O motivo que ele narra era por desavenças com o pai de sua companheira. Acredita que a filha do casal tenha 1 ano e dez meses, mas até a data de nossa conversa ainda não havia a conhecido. Jeremias casou-se com sua primeira namorada com a qual conviveu por onze anos. Após separou-se e migrou para Santa Catarina, desde então não teve envolvimento sério.

A sexualidade masculina não foi apresentada como uma questão problemática. Mas nos relacionamentos que envolvem a vítima do homicídio a sexualidade feminina foi citada como problema em todos os relatos. Sobre o envolvimento com a vítima delimitamos um espaço específico de discussão.

O que os sujeitos apresentaram até o momento sobre seus relacionamentos afetivos anteriores ao que constituíram com a vítima temos um ponto que já é perceptível. Os homens autores de homicídio percebem-se enquanto corretos, independente do que possa ter acontecido no relacionamento, a mulher é sempre vista como a pessoa que não teve boas atitudes, que não portou-se conforme era esperado ao seu gênero. Ao que me parece estes homens cobram muito mais de suas companheiras do que de si próprios, realmente os incomoda o fato destas mulheres não terem seguido um ideal de gênero feminino submisso.

Compreende-se que estes homens autores de homicídio estão subjetivados de modo que distinguem hierarquicamente os sexos. Como Nolasco (1995) já havia sinalizado, se trata de um princípio masculino, que é construído socialmente e que serve de base aos homens de modo que estes se guiam desta forma inclusive para gerenciar seus conflitos.

Estes homens são movidos pela crença da superioridade, pois passaram sua vida acreditando que assim o eram, superiores por serem homens. Esse entendimento que possuíam de si, refletiu em suas justificativas para a prática do crime inclusive, pois ao perceberem-se como superiores, também percebiam suas ações enquanto corretas, e a outra, a vítima do homicídio enquanto ser inferior, que toma atitudes inapropriadas. (NOLASCO, 1995). A percepção que estes possuem de si, enquanto pessoas que assumiam atitudes corretas, por exemplo, e o modo como levavam administravam o relacionamento que possuíam com a vítima, acabava de certa forma esbarrando contra demonstrações de afeto.

A partir das leituras de Nolasco percebo que esta dificuldade de lidar com sentimentos amorosos e com uma linguagem de afeto esta relacionada ao modo como foram socializados. Ao subjetivar-se enquanto ser hierárquico, percebo nestes homens certa resistência em entregar - se a experiências de relacionamentos no qual há uma cumplicidade entre os envolvidos.

[...] Por mais que hoje os homens desejam romper com o imobilismo afetivo que envolvem suas identidades, ainda vivem receosos de perder-se ao longo deste jogo que não há ganhador ou perdedor, mas somente o prazer de jogar. (NOLASCO, 1995, p.99).

O autor assim aponta que estes sujeitos até desejam mudar o modo como mantém suas relações afetivas, para que possam manter relacionamentos onde haja cumplicidade para os envolvidos mas, ao mesmo tempo como Oliveira (2004) também sinalizou o modelo de masculinidade no qual há a distinção hierárquica entre os sexos ainda funciona como bússola

orientativa para os homens como também lhes traz o privilégio de estar no topo desta hierarquia, e com isto pensam que possuem o controle da situação no relacionamento afetivo.

Embora tenha utilizado os estudos de masculinidade e Foucault como autor que me guia nesta discussão em sua concepção de poder, de construção do saber através dos discursos, suas reiteraões, repetições e institucionalizações, e até mesmo para compreender esta experiência de si dos homens atores de homicídio ou de tentativa de homicídio, vejo que preciso buscar outro autor para completar a análise e discussão sobre a problemática com estes aspectos interiorizados e no que tange a exteriorização da interiorização.

Digo isto, pois me baseio no pensamento crítico de Foucault, no entanto, estes homens não narraram nenhuma concepção de historicidade, de construção de discursos, de agencia e de perspectiva de mudança. Pelo contrário, estes homens narram sua experiência de si de tal forma que não visualizavam outra forma de agir, de pensar senão a que tiveram. Para Foucault assim se instituem. Compreendo contudo, que estes sujeitos possuem esta noção do que é ser homem já incorporada em seus corpos, agem de forma espontânea sem que precisem refletir sobre o que fazer nestas situações cotidianas, e fazem ou pensam poder fazer com que o outros assim se porte. Através de suas vivencias apreenderam que como o homem devem agir e é neste sentido que tentaram portar-se.

E aqui também me aproprio da discussão de Bourdieu (1999) especificamente do seu conceito de *habitus*⁴, no qual se pode pensar que o habitus dirige seus pensamentos e suas práticas, é uma força que impulsiona este homem, mas ao mesmo tempo não o obriga. O habitus como Bourdieu (2012) aponta, é a lei social incorporada na pessoa. São as praticas e os valores sociais engendrados. São estes aspectos que fazem os homens agirem desta forma. Estes homens estão inseridos em processos onde há as estruturas que os delimitam a agir de uma forma e não de outra, e da mesma forma também participam de relações dialéticas que ocorrem nas mesmas estruturas e nas quais estes homens podem atualizar-se. Há uma interiorização para estes sujeitos como também uma exteriorização que é vista através de suas práticas.

Neste sentido, percebo que em seu habitus, o agir destes homens tem como pilar três valores fundamentais que os governam para que se sinta um homem de honra: o trabalho, pelo

⁴ Conceito utilizado pelo autor para explicar o modo que os indivíduos agem, pensam, subjetivam-se. Para compreender o habitus Bourdieu também desenvolveu o conceito de poder simbólico que a força que impulsiona as pessoas a agir desta forma e não de outra, no qual as estruturas estruturantes (instrumentos do conhecimento e construção do mundo objetivo) e as estruturas estruturadas (meios de comunicação, çãlingua culturas, discurso cultura) são formas pelas quais o poder simbólico age. São sistemas simbólicos pelos quais o poder simbólico age para a construção de uma realidade, que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*. (BOURDIEU, 2012, p.7-16).

qual provem o sustento do lar; a constituição de uma família da qual fazem parte eles e seus filhos em conjunto com uma esposa, e, cujas decisões são tomadas pelos homens; e por ultimo garantir a sexualidade de sua companheira pertença apenas a ele. Estes três pilares que enumerado são narrados pelos sujeitos como inerentes ao seu ser enquanto homens, mesmo que os sujeitos não consigam identificar que os elegem, pois como parte do habitus vem os valores enquanto naturalizados aos homens.

Quando César expressa “eu venho de um lar destruído” deixa claro que seu entendimento de lar é formado por um casal em união. A possibilidade de um relacionamento não dar certo e por isso romper sendo que cada um siga sua vida não lhe cabe como um padrão normal a ser seguido. E assim também acontece com José e Douglas, que também manifestam o descontentamento para com os relacionamentos que são rompidos, me parece que quando isto ocorre, o fato é visto pelos homens enquanto uma falha sua, ou como a expressão que Bourdieu usou este homem renega-se. Este homem já se sente incomodado por não ter cumprido com sua honra, afinal ele já tinha internalizado para si que a família deveria ficar unida pelos laços do matrimônio.

O mesmo ocorre quando estes homens narram que desde cedo auxiliaram no sustento da casa, seja por conta de dificuldades financeiras que já ocorriam na família ou até mesmo pela perda de entes queridos o que acabou forçando-os a entrar ainda precocemente no mundo do trabalho. Quando narram que iniciaram suas atividades laborais ainda bem jovens não verbalizam com pesar, mesmo que esta experiência não tenha lhes permitido terminar os estudos, mas ao contrário referem-se orgulhosos. Em seu entendimento estavam cumprindo com o seu papel, agindo como o provedor da família. O modo como estes sujeitos expressam os valores e a experiência de ser homem é explorada de melhor forma no capítulo seguinte que é dedicado a experiência destes sujeitos com a vítima e o crime que cometeram.

5 EXPERIENCIA DOS HOMICIDAS EM RELAÇÃO A VIOLENCIA COMETIDA

Neste capítulo se concentram as narrativas sobre as experiências de si que estes homens tem, e, em especial as narrativas que envolvem sua percepção enquanto masculino em relação a violência cometida. O capítulo 5 juntamente com o anterior reúne a gama de motivações que é narrada por estes homens enquanto motivadores para a prática do crime. No capítulo anterior analisei a constituição deste homem enquanto masculino e as subjetivações que este foi construindo ao longo de sua vida a partir de suas interações com família, amigos, história de vida, conflitos e sua perspectiva sobre o futuro. Neste ponto da dissertação em específico analisarei os fundamentos simbólicos atribuídos a questões de gênero e de masculinidade que estes homens narram e como estes discursos estão relacionados ao crime que cometeram.

Em relação ao relacionamento com suas companheiras que acabaram por se tornar vítimas de tentativas de homicídios e de homicídios propriamente ditos, por parte destes homens, há um fato em comum nos seus relacionamentos, a desconfiança de que suas companheiras os traíram, ou a confirmação da traição. Apenas Mario e Hélio não narram esta situação de constatação ou de desconfiança. Os outros nove homens trazem este aspecto para sua narrativa.

Outros pontos em comum, entre as narrativas apresentadas, referem-se ao modo como descrevem o relacionamento com a vítima. Em relação ao relacionamento, sempre narram que no começo do mesmo, era tranquilo, as vezes com algum desentendimento mas nada que não tivesse sido resolvido com calma por estes. Com o passar do tempo começam a surgir algumas discussões, alguns dos homens entrevistados referiram-se à ciúmes por parte de suas companheiras, outros à mudança de comportamento destas sem nenhum razão que aparentemente se justificasse, uma vez que estes são bons provedores e faziam o possível segundo eles, para o bem estar do relacionamento.

O que diferencia um pouco o discurso destes homens é o fato de assumirem ou não a autoria do crime, fato que também repercute nos sentimentos e na visão que os mesmos possuem sobre o que narram. Assim, neste trabalho, estes homens aparecem dispostos em dois grupos: os que assumem a autoria do crime, ainda que sigam acreditando que suas companheiras foram responsáveis pelo acontecimento deste e os homens que negam seu envolvimento com o crime, mas já estão condenados por este, afinal faz parte da narrativa de como se percebem esta distinção entre quem assume que matou a companheira e quem nega.

5.1 OS HOMICIDAS RECONHECIDOS

Dentre os homicidas que assumem ter matado sua companheira ou ter atentado contra a vida dela estão: José, Alessandro, Leandro, Gilson, Jeremias, Douglas e Vilmar. Tanto estes como os demais sujeitos assumem um posicionamento em comum, atribuir à vítima a culpa do crime. Eles vêm na mulher a inadequação ao que esperam do feminino em um relacionamento conjugal.

Esta ideia de inadequação do feminino que os sujeitos atribuem às mulheres está presente nas concepções destes homens, pois, como levantei nas hipóteses, o feminino para eles é tomado como propriedade, objeto, alguém entendido como incapaz de pensar, como o sujeito de quem se fala, mas que não pode falar, alguém que não possui o direito de escolha entre permanecer ou romper com um relacionamento. Estas mulheres, na cabeça destes homens, são gendradas como o resultado de repetições constitutivas que impõem efeitos substancializantes e estes homens tentaram normatizar suas companheiras com base no ideal de feminilidade dele (BUTLER, 2006).

Assim, cada um dos sujeitos apresentou um pouco do relacionamento que mantiveram com suas companheiras vítimas do crime, conforme mostro na sequência.

José conheceu sua companheira na empresa de gráfica e propaganda no qual trabalhava. Segundo ele quando sua companheira iniciou as atividades de trabalho no local ele e outro colega fizeram uma aposta para ver quem conquistava sua atenção.

[...] E agente se conheceu lá e ate rolou a brincadeira entre um amigo e outro parceiro, ahn vamos ver quem é que conquista ela primeiro e coisa e tal, uma brincadeira de bobagem assim, besteira mas acabou rolando, e ai não chegamos a fazer uma aposta mas ficou aquela brincadeira e acabou rolando era saudável, e aconteceu que eu acabei ganhando dele. E ai deu certo tanto é que agente conviveu quase 08 ou 09 anos. (JOSÉ, 2014).

José acaba narrando uma situação típica de competição entre homens, a conquista do corpo feminino. Como vimos com o psicoterapeuta Nolasco (2001), os homens que acabam assumindo certa forma de vivenciar suas experiências vivem constantemente competindo uns contra os outros, em diversos cenários, seja no trânsito, nos locais de trabalho e até mesmo na conquista feminina. Isso para mostrar-se res enquanto vencedores, os verdadeiros homens.

A necessidade de provar constantemente que são superiores aos demais homens tem a ver com o que é associado à honra, e a necessidade de mantê-la intacta sentindo-se superior aos demais homens. Afinal como Rohden (2006) argumentou honra e vergonha seriam assim

duas extremidades de valorização social e obviamente aos homens entrevistados era mais interessante manter sua honra intacta do que passar por uma situação que poderiam considerar vergonhosa. As noções de masculinidade, virilidade e honra destes homens estão interligadas ao que consideram naturais dos homens, a prática de conquistar mulheres, de estar mais interligados ao espaço público, e as mulheres ao doméstico e cuidado dos filhos. Assim, estes homens assumem um posicionamento que os remete a pensamentos biologicistas, conforme Orter (1979). Eles acreditam que por ser homens devem agir desta forma, e a conquista de um corpo feminino é mais uma maneira de mostrar sua virilidade.

Nolasco (2001) adverte que estas situações podem fazer sofrer à estes sujeitos e em casos de competição extrema gerar situações de violência física e até mesmo ocasionar a morte de um deles. Apesar de assumir uma posição vítimista no campo dos estudos de masculinidade o psicoterapeuta adverte que os sujeitos que vivenciam suas experiências desta maneira o fazem pois estão imersos à concepções de formas de ser homem, que seriam as mesmas ações construídas em uma visão patriarcal. As formas mais conservadoras de construção de gênero possíveis e obviamente pautados nesta as que ocasionam mais situações de violência.

Dentre os sujeitos José foi o único que relatou esta competição ao conhecer sua companheira. Quanto ao relacionamento com a vítima descreveu como tranquilo. Esta é a narrativa do homem autor de homicídio em relação à sua companheira e o relacionamento que mantinha com a mesma. Ele a coloca em um lugar específico quando narra sobre sua experiência ao seu lado, a encaixa em um local que deveria ser de passividade. (COSTA,2002). Por um certo tempo me parece que ela ocupou este lugar ao seu lado, mas talvez a percepção que esta mulher que hoje se encontra morta tinha de si não condizia com este lugar de passividade, de dona de casa e responsável pelo cuidado dos filhos. Talvez ela quisesse mais em sua vida, exercer uma profissão, ter direito a lazer com suas amigas. A tranquilidade que José mencionou acima parece que não durou muito tempo após a mãe de seus filhos requerer outro espaço para si.

Segundo ele, estranhou que de uma hora para outra sua companheira tivesse deixado de se cuidar, não se alimentava mais direito, sendo que foi diagnosticada com depressão. Segundo ele, foi neste momento que começaram os problemas, pois sua companheira foi internada e neste local conheceu outra pessoa.

[...] Acabou que foi atestado que ela estava com depressão e levei para o hospital cuidei dela e tudo, ela ficou internada. Ficou 45 dias internada. E durante este internamento ela se relacionou com um rapaz, eu achei que isso não pudesse

acontecer dentro de uma entidade como o hospital né assim. Masculino e feminino ter contato direto assim. (JOSÉ).

Segundo as narrativas de José o envolvimento de sua companheira com outro homem e esta não estar mais integralmente cuidando de seus filhos estava deixando-o perturbado.

[...] Ela me mostrava mensagem o que ele falava a meu respeito tudo, ele me chamava de trouxa, olha uma coisa assim que a pessoa tem que tem muita paciência para escutar aquilo da pessoa que você ama, da pessoa com quem você tem filhos. Pessoa que você convive que luta pela saúde dela. E de repente você vê que é uma fantasia o que você constrói, porque você quer ver bem a pessoa, aí você constrói um castelo um prédio enorme por maior que seja e de repente você vê aquilo desmoronando. E as vezes tem como resolver só que por um motivo ou outro você fica cego, não quer ver não quer aceitar aquilo, e na verdade lá fora eu estava algemado estava sem saber o que fazer. (JOSE).

Como José relatou anteriormente, quando mencionou sua família e a infância, ele tinha um ideal de família, não queria que sua família se separasse como aconteceu com seus pais. Desejava estar presente na vida dos filhos e também que estes tivessem a figura da mãe e pai convivendo maritalmente. O lugar desta mulher enquanto sua esposa e mãe de sua família para ele era sagrado e queria preservar. Frente a ameaça de que isto não mais ocorreria pois sua companheira conheceu outra pessoa, seus sentimentos e suas expectativas ruíram. Vejo que José se sentiu ameaçado por outro homem e neste momento entraram em jogo alguns dos valores que enquanto defensor de uma masculinidade hierárquica sobre mulheres e depois homens acabaram lhe atordoando. José viu que estava perdendo sua companheira para outro homem e aí se afloram o sentimento de fracasso por ficar em uma situação de inferioridade em relação à outro homem. Os sentimentos negativos de José tornam-se ainda maiores porque seu acesso e domínio sobre o corpo feminino de sua companheira foi comprometido, além também de seu ideal de família formado pelo modelo patriarcal estar ameaçado. Os ideais de vida de masculinidade de José estavam ameaçados e não mais sobre seu controle, por este motivo quando narra o momento em que matou sua companheira argumenta que “perdeu a cabeça”. Ele não conseguiu mais lidar com seus sentimentos e emoções frente aos acontecimentos e viu sua honra masculina sendo destruída. (ROHEN, 2006).

Alessandro, ao narrar sua experiência de si, também diz que se esforçava para ser um bom homem e para prover a casa tal como ele idealizava para si e esperava atingir seus ideais. Alessandro narra seu primeiro envolvimento afetivo, com quem casou legalmente. Com sua primeira esposa residia no Estado de São Paulo. Somente ele provia o lar sendo que sua

companheira ficava responsável pelos cuidados da casa e do filho do casal que na época era um bebê. A experiência de si que ele narra em relação ao primeiro casamento, mostra que Alessandro gostaria que a vítima do homicídio fosse uma pessoa passiva assim como sua primeira companheira e principalmente que fosse fiel à ele. Mas da mesma forma ele aponta desqualificações em relação às atribuições femininas das duas companheiras.

Segundo Alessandro, ele não deixava faltar nada em casa, porém, ocorriam desentendimentos causados pelas divergências quanto ao cuidado do filho e os episódios em que ele fazia uso de bebidas alcoólicas em excesso. Pelo que conta sua primeira esposa tinha crises de ciúmes, pois em diversas ocasiões Alessandro chamava outras mulheres para beber com ele já que sua esposa não bebia. Nestes momentos ela cuidava do filho sozinha. Em nenhum momento da entrevista Alessandro relata que errou em suas atitudes durante o período de casamento, ao contrário identifica somente aspectos negativos em relação ao comportamento da companheira.

[...] A minha esposa em São Paulo só cuidava da casa. Só, eu trabalhava eu ganhava bem né. Mas mexia só com carro bom, trabalhava em uma revendedora da Mitsubishi. E ela ficava em casa cuidando do nenê. Ela era uma pessoa bem querida assim, mas não sabia fazer nada né, minha mãe e minha irmã que ensinaram ela a fazer alguma coisa, não sabia fazer um arroz, feijão assar um pão, não sabia fazer nada né. A mãe dela criou ela, mas só deu estudo para ela. [...] (ALESSANDRO).

Ela era muito apegada ao menino, muito não deixava o menino sair dentro de casa, brincar na terra. Mas eu discutia com ela também,- Olha deixa o menino revirar com a terra que pode. E eu chegava do serviço brabo e falava para ela poxa, deixa este menino brincar um pouco. Não deixa ele ir para fora, só dentro de casa e trancado. E eu levava ela no mercado e deixava escolher o que quisesse eu lembro que dava 400,00 reais só para mim ela e o bebê. Mas ela não comprava fruta, ela não gostava e eu falava mas dá fruta para o bebê, e isso aí que foi envolvendo as discussões também. Eu pedia para ela fazer um frango, mas estragava porque ela nunca comia e eu trazia da empresa. Eu falava para ela fazer, porque no mercado deixava ela levar o que queria. Mas eu ficava bebendo na chopperia e quando tivesse pronto ela podia me chamar. Assim eu não tinha controle era todo dia e se eu não tivesse trabalhando né, era depois do serviço tudo, eu ia com meus colegas de trabalho. (ALESSANDRO).

Alessandro traz alguns argumentos sobre sua percepção em relação ao primeiro relacionamento. Como se pode analisar na experiência que narra ele acredita que sua companheira estava ganhando o suficiente convivendo com ele, quando Alessandro tinha momentos de sociabilidade com os amigos e outras mulheres, enquanto ele exercia uma profissão no mercado de trabalho sua companheira era destinada ao trabalho doméstico e ao cuidado de seu filho. Nem à escolha dos pratos diários a serem cozinhados ela podia gerir, afinal como Alessandro narra o fato de ela não ter preparado o frango e ter usado isso para

desqualificar esta pessoa enquanto mulher. Alessandro invoca percepções que ligam os sexos a natureza, por ser mulher ela deveria saber cozinhar e cuidar adequadamente do filho, isto claro de acordo com o ideal de mãe que Alessandro dela esperava.

Como Alessandro explana por ter um bom rendimento, apenas ele provia o sustento do lar, o sexismo disfarçado de benovelente estava presente na vida do casal.

O sexismo benovelente aparece nas falas em que nas entrelinhas Alessandro mostra o seu entendimento de que cabe a mulher preparar as refeições, cuidar do lar mantendo-organizado, limpo e obviamente sendo responsável pelos cuidados com as crianças. Analiso que as narrativas de Alessandro pressupõe o sexismo benovelente pois como Becker e Swin (2012) discutem é uma maneira de mostrar suas concepções sobre os supostos deveres da mulheres mas que aparecem de forma gentil, maquiada. O homem que o pratica não grita: lugar de mulher é na cozinha, ou você tem que me obedecer ou vai apanhar, mas usa de argumentos sutis para mostrar o que pensa.

Ele aparece quando o entrevistado diz que deixava ela escolher o que quisesse no mercado, que as compras davam um valor alto, que esta não cuidava da alimentação do filho de forma adequada, ou ainda que não o deixava ter atividades lúdicas, de lazer apropriadas, ou seja, demonstra sua concepção de que ele é o detentor do conhecimento sobre a melhor forma de educar o filho. Com isto, obviamente para Alessandro suas atribuições enquanto homem estava sendo cumprida. O mesmo no entanto, procura demonstrar sua efetividade enquanto homem principalmente com o argumento de que ele é o provedor do lar. Assim, além do sexismo benovelente relaciono a narrativa de Alessandro com concepções de uma masculinidade que no início dos estudos sobre este tema foi chamada de hegemônica por Connel (2003).

No entanto para Alessandro os dois estavam dividindo os afazeres domésticos, e como este entrava com o dinheiro sentia-se a vontade para determinar o que ela deveria ou não fazer, se ele poderia ou não beber após o expediente todos os dias, mesmo que em companhia de outras mulheres. E sua esposa assim ficaria com a parte que ele talvez considerasse a mais leve, o cuidado da casa e lar, como não tinha a responsabilidade financeira deveria acatar o que este dizia, sendo que quando contrariado iniciava as discussões com sua companheira. Na concepção de Alessandro ele estava cuidando da família tanto por levar o dinheiro para casa quanto por delimitar o que seria melhor na educação do filho.

Quando lhe perguntei se em algum momento ocorreu alguma agressão contra sua esposa este relata:

[...] Só uma vez que eu empurrei ela dentro de casa. Eu cheguei estava alterado, tinha bebido o dia todo no sábado e pedi para ela fazer um peito de frango empanado para mim. E a mãe dela morava na parte de baixo de nós lá, e ela na parte de cima. E aí eu fui tomar banho e quando sai tinha na mesa dois bife frito acebolado, aí eu peguei e empurrei ela. Ela era bem clarinha assim né, aí segurei no braço dela e agente discutiu porque eu saía com o pessoal do trabalho e ela reclamou que tinha outras mulheres. Eu trazia minhas colegas ali, a gente ia para dentro da chácara e deixava ela dentro de casa. E ela não queria sair de dentro de casa era só cuidar no nenê, Aí eu gostava o dinheiro do salário em bagunça, aí ela quis se separar e pediu para o advogado e disse para deixarmos a casa para o bebe. Aí eu não mantive mais contato com ela. Mas a minha vida perante a sociedade é ótima. (ALESSANDRO).

Assim como na narrativa de José, Alessandro expressa outra característica de uma forma de vivenciar a experiência de ser homem baseada em padrões sexistas. Declara que possui um ótimo relacionamento com a sociedade, mesmo agindo da forma que agiu com sua primeira companheira. Considera aceitável que ele assuma um comportamento viril, conquistador e faça uso de substâncias alcoólicas como foi em seu primeiro relacionamento mas não considera aceitável que a vítima do homicídio tenha trabalhado em uma casa de massagem. Mostra assim que suas concepções de masculinidade e feminilidade são rígidas e com padrões definidos para cada um dos sexos.

O corpo feminino, nesta ordem simbólica, é para ser possuído, é uma espécie de propriedade que lhe deve fidelidade e necessita ter um bom comportamento perante a sociedade, mas o corpo masculino não precisaria assumir tal prerrogativa, pois o rol de comportamentos permitidos extrapola noções de fidelidade, na verdade o que nos parece é que esta não chega a existir para com o feminino. Estes homens mostram que acreditam que sua companheira deve ser a fêmea domesticada da espécie humana. Analisando através da lupa de Rubin (1975) o que José, Alessandro e os demais homens que participaram desta dissertação desejam é que o sexo feminino continue aprisionado e reforçando padrões de gênero femininos nas quais as mulheres são condicionadas a atender as necessidades que são ditadas pelo masculino e por isso o feminino é domesticado.

A voz e o lugar do feminino não tem espaço nas decisões que estes homens tomam. Gênero como forma de regulação social, pode se desenvolver deste modo desigual em muitas instâncias: legais, institucionais, militares, educacionais, sociais, psicológicas, psiquiátricas, no sentido mais amplo. Porém, neste nível das relações entre os sexos mais próximas ele é crucial. Tanto no que concerne a consciência das mulheres e as estratégias de relações entre os sexos, que tratam da feminilidade e da virilidade. Como no que se espera construir sobre como deve ser feminilidade e a masculinidade e o que resulta disso em termos de violência. O

uso de certas relações de gênero como a marca simbólica de uma diferença natural, opera uma lógica de poder de um sexo sobre o outro. (MATHIEU, 2005).

O que nos parece é que os limites assegurados para o masculino são sempre as atitudes que não lhe deixem duvidar de que realmente trata-se de um sujeito masculino em termos de correspondências as características desejáveis para um processo de gendrificação possível, que é aquele que na forma que estes sujeitos vivenciam. O masculino é aquele que sempre esta no controle da situação, ou seja é sempre aquele que esta transmitindo o poder. Estes homens não estão fazendo nada mais do que simplesmente “situando novamente a subjetividade feminina no sujeito masculino” (COSTA, 2002).

Em relação à vítima do homicídio, Alessandro conta que começou a se relacionar com ela após um convite desta para que ele residisse em sua casa. Ela se propôs a “cuidar dele”. No momento em que ela fez o convite ele já mantinha um relacionamento afetivo com outra companheira. Este era seu segundo casamento que durou cinco anos e meio. Frente ao convite resolveu deixar a mulher com quem estava casado e foi conviver com esta nova mulher, a qual ele acabou matando. Nas próprias palavras dele “Troquei o certo pelo duvidoso”. (ALESSANDRO, 2014).

Alessandro relata que a decepção começou quando descobriu que sua então companheira, mentia para ele enganando - o. Dizia trabalhar em uma empresa no período noturno, mas Alessandro descobriu que na verdade ela trabalhava em uma casa de massagem, o que para ele era inaceitável. As mulheres também precisam ocupar lugares morais. Tema recorrente nas denúncias feministas como aparece em Ismério (2007) que apesar de trazer um recorte histórico da cultura de gênero no Estado do Rio Grande do Sul de 1889 a 1930 onde as mulheres ao contrair matrimônio deveriam doar-se completamente ao casamento, sendo responsáveis pelos cuidados domésticos e pela educação dos filhos, bem como por resguardarem-se de aparecer em público sem a companhia de seu esposo, além de não poderem questionar qualquer atitude de seu marido. Enquanto aos homens, em troca desta companheira submissa cabia sustentar sua esposa. Embora o recorte histórico seja de mais de 85 anos os homens que entrevistei em 2014, condenados pela tentativa de homicídio ou homicídio de sua companheira trazem, carregam a mesma concepção de que a companheira deve cumprir o valor moral de fiel esposa, já que ele também cumpria a sua função de provedor. Estes valores morais sobre o modo de viver o masculino, o feminino e também o matrimônio ainda são muito fortes, ainda que disfarcem -se através do sexismo benovelente.

Há uma clara divisão de lugares, espaços, trabalho, estilos de vida que marcam o que é adequado para sua companheira. Eles desenvolvem uma pedagogia da moralidade para suas

esposas, mas como Alessandro relata, não via problema em fazer festas “gastar o dinheiro na bagunça” (sic), enquanto sua esposa cuidava do lar e do filho. Humilhar a mãe de seu filho não era problema, mas a atitude da então companheira em mentir sobre sua fonte de renda era inaceitável, não apenas pelo fato de ter mentido, mas também porque outros homens teriam acesso ao seu corpo.

Durante a entrevista disse que não gosta muito de lembrar de tudo o que aconteceu, sendo difícil para ele falar sobre este assunto. Ao retomar relatou que a companhia ao seu lado não auxiliava, pois sua ex-esposa não bebia e a atual sim, por isto também é considerada uma pessoa errada. “[...] Eu abandonei tudo, [...] Só que a bebida para mim, era eu bebia e quem estava do meu lado também bebia. Minha esposa não bebia, mas é esse envolvimento né com as pessoas erradas né” (ALESSANDRO).

O posicionamento de Alessandro indica o compartilhamento de uma posição em que o homem pensa-se julgado pelo comportamento de sua companheira, se esta se porta com padrões não aceitáveis pelos homicidas.

Com isto, na cabeça dele, não se constrói uma imagem negativa apenas para a mulher à qual deveria portar-se em um lugar moral de santa, mas ele entende que é ruim também para sua própria honra, e por causa de tal imaginário sentem-se envergonhados. Isto não ocorre só porque sua companheira rompe com a identidade de gênero que esperavam que ela assumisse mas também porque sentem que falham com a sua própria. Falham tanto no sentido de não conseguir conter a companheira, o que leva a um comportamento da parte dela, que eles consideram inadequado. Essas mulheres se tornaram mulheres erradas, quanto falham pelas ações que efetivaram, seja na tentativa de homicídio e na consumação deste.

Como se vê, Alessandro acaba fazendo uma separação entre as mulheres certas em sua vida e as mulheres erradas. Não reconhece seus erros em nenhum dos dois relacionamentos relatados, e no último relacionamento, ainda mata sua companheira. Ainda desqualifica sua companheira morta culpando-a pelo ocorrido, esta deveria ter comportado-se como sua ex-esposa, inclusive não ingerindo bebidas alcoólicas.

Para Alessandro, as mulheres certas seriam as que seguem suas expectativas de boas companheiras, cuidam da casa e dos filhos, conforme a educação que ele delimita, então ele atura todos os seus comportamentos sem questionar. Um típico padrão sexista.

Gilson, o terceiro sujeito mencionado neste tópico de discussão, assim como José se mostrou um conquistador. Relata que teve vários relacionamentos antes de conhecer sua companheira, mas nenhum sério. “Fica hoje e amanhã não vê mais né. É só passatempo né.” (GILSON). Relata que conheceu a vítima do homicídio há pouco tempo e que começaram a

dividir moradia, o casal estava junto fazia 05 meses. Na avaliação de Gilson os três primeiros meses de relacionamento foram muito bons, mas depois sentiu que sua companheira estava se afastando dele, embora não fizesse ideia, segundo diz, de qual era a razão.

Gilson afirma que não fazia uso de substâncias psicoativas ou de álcool, que não havia qualquer comportamento que justificasse a atitude de sua companheira. Segundo relata o casal gostava de passar os finais de semana na casa de um dos pais do casal, mas com o tempo ela foi deixando de querer acompanhá-lo em qualquer atividade. Passou assim a desconfiar do comportamento de sua companheira.

[...] Ela aprontava bastante pelo que eu fiquei sabendo né. Eu tava trabalhando, e ficava no sábado né, fazer umas horas, e ela saía de casa, quando eu sai ela saía. E aí eu fui deixando, fui deixando né. Daí ela pegou mais raiva de mim né. Eu não ergui um dedo nada para ela sabe. Eu sempre dizia para o meu pai, se for para eu bater em uma mulher, eu prefiro ficar sozinho o resto da vida. (GILSON).

Em outros momentos da narrativa o sujeito expressa ainda que sua companheira não ficava contente quando este trabalhava nos finais de semana, do mesmo modo sempre que possível para melhorar a renda do casal e que confiava em sua companheira, tanto que esta ficava responsável por administrar as contas financeiras com o rendimento de Gilson. Ela ficava encarregada de fazer as compras e pagar as contas. Sobre as mudanças que sentiu no comportamento da vítima relata que não conversou com ninguém, guardou para si os sentimentos e angústias sem compartilhar.

Vejo que o fato de Gilson não compartilhar com outras pessoas sobre seus sentimentos em relação ao casamento estar com problemas esta ligado com concepções sobre sua honra e vergonha (ROHDEN, 2006) afinal estes homens cobram a si mesmos um casamento duradouro com uma companheira que siga seus padrões de feminilidade que eles desejam.

Jeremias, assim como Gilson, também teve outros relacionamentos antes de conhecer a vítima da tentativa de homicídio. O primeiro relacionamento foi com a mãe de suas três filhas. Após onze anos de convívio separaram-se pelos conflitos motivados pelo pai dela que era alcoólatra e pelo vício alcoólico do sogra ocorriam muitos desentendimentos entre o casal, assim Jeremias decidiu terminar este primeiro relacionamento.

A narrativa de Jeremias em relação a seu relacionamento com a vítima e da tentativa de homicídio traz uma mistura de experiências sexuais com a vítima da tentativa de homicídio, a qual inclusive envolve o irmão de Jeremias, além de ser perceptível sexo, o sentimento de posse sobre o corpo desta mulher.

Seu irmão gêmeo é casado e sua esposa não sabe até hoje sobre suas traições. Segundo conta Jeremias seu irmão conheceu uma mulher com quem se envolveu por aproximadamente um mês, logo após o termino destes, quem se envolveu com a mesma mulher foi Jeremias.

Ao mesmo tempo em que ele mantinha um relacionamento com ela, desconfiava que a mesma se relacionasse com mais alguém, tanto que acreditava que ela colocava sonífero em sua comida para se encontrar com outro homem a noite, mesmo que sua companheira negasse. Ao mesmo tempo em que isto acontecia a filha desta mulher passou a se relacionar com o irmão de Jeremias.

Estes homens vivem a instabilidade como modo de vida, ele é capaz de adotar identidades que possam ser apagadas e reescritas conforme for preciso, mas para sustentar uma narrativa tradicional. Narram sua experiência do masculino antes do casamento com a vítima do homicídio antes do casamento onde narram atitudes mais liberais e modernas, na companhia de outras mulheres, mas depois forjam um discurso todo regrado e já não aceitam esta mesmo a instabilidade na relação atual. Eles querem dominar a situação seja qual for a identidade que apresentam. Este poder que se faz para reduzir as angustias de ser verem na instabilidade da relação. Projetam e introjetam fantasias sobre como as mulheres os traem. Vigiam e se auto convencem dos erros das mulheres.

Vilmar cujo primeiro envolvimento afetivo foi com a vítima do homicídio, isto já em sua adolescência, ao planejar o futuro com sua companheira, relatou a ansiedade desta em compartilhar sua vida com a dele. O casamento dos dois foi rápido, em um final de semana casaram e no outro já se mudaram para a cidade, na qual anos depois aconteceria o crime.

O entrevistado relatou a dificuldade enfrentada no início do relacionamento por questões de emprego e moradia própria que ainda não possuíam. Orgulha-se ao lembrar que as dificuldades foram superadas e que este conseguiu estabilizar-se como empresário, tendo a possibilidade inclusive de adquirir vários imóveis e terrenos, em sua narrativa menciona apenas seu esforço, não menciona sua companheira nestas conquistas.

Para Vilmar estava sendo uma vida dos seus sonhos, no entanto, estes começaram a desmoronar quando descobriu as traições de sua esposa.

[...] Nos éramos de uma família italiana e assim, conservadora né, a gente ia sempre conversando escondido tentando conversar, por causa das crianças, para não sofrer, e fomos levando. Mas eu sempre fui uma pessoa que eu gosto de quebrar tabus, então meu pai e minha mãe sempre brigavam, ele batia nela e era ciúmes e fofoca assim, e sempre vivi isso aí e coloquei na minha cabeça que minha vida jamais seria assim. Eu queria uma pessoa para não viver esta vida e realmente foi assim, não batia na minha esposa, jamais bati nos meus filhos. Sempre criei com educação, foi uma família unida, educada, o respeito com o próximo. Fui olhando os prós e contra

para melhorar né. Minha família estava bem financeiramente, mas aí começou a guardar muito rancor no meu coração, ódio. Muito engano, eu percebia isso mas guardava para mim entende, nem para minha mãe, irmã, eu não conseguia confiar em ninguém entende? (VILMAR).

Na fala de Vilmar aparecem dois pontos em comum com a fala de Gilson, ambos dizem que não se imaginavam agredindo fisicamente suas companheiras, tanto que afirmam que nunca o fizeram, no entanto foram capazes de tirar a vida de um ser humano, e vivenciaram a situação que antecedeu o crime do mesmo modo, sem comentar ou questionar algo com alguém, o modo de vivenciar o masculino destes sujeitos estava tão impregnado nestes, que compartilhar com alguém a hipótese de uma traição lhes traria uma sensação de fracasso, uma humilhação que não poderiam suportar, sua honra seria ferida e compartilhando com outras pessoas isto seria público. Ao mesmo tempo a modernidade das relações que hoje podem ser liquidas, se refazendo com outros companheiros quando o relacionamento atual já não dá mais certo ainda não está reflexionado para estes homens enquanto possível.

Vilmar narra que não conseguia conversar com alguma outra pessoa sobre o que estava acontecendo. Estes sujeitos constituíram sua forma de ser e vivenciar suas experiências de modo que enquanto homens deveriam ser fortes, não chorar ou sofrer perante situações difíceis, e foi justamente desta forma que procuravam representar-se.

Desta maneira se o sujeito se abrisse com outras pessoas e compartilhasse seus sentimentos e angustias estaria demonstrando fraqueza o que não seria típico dos homens de verdade.

Mesmo com todo sentimento negativo pelas traições Vilmar afirma que queria manter a aparência no casamento, investir no matrimônio, afinal era a mãe de seus filhos. Ele queria fazer diferente de seu pai, conversar com a companheira ao invés de agredi-la. Ao que indica faz uma distinção, não gostaria de ser aquele homem que durante a vida agride sua companheira, no entanto acabou fazendo pior, não só agrediu como lhe tirou a vida.

Contudo, Vilmar acredita que foi um episódio que ocorreu devido ao mal comportamento da vítima. Ele por si só, não é uma pessoa agressiva que agrediria sem nenhum motivo, o que gerou o episódio violento foi a situação. Esta interpretação que se faz, quando Vilmar afirma que jamais seria da mesma forma que o pai, batendo na esposa por ciúmes.

Segundo ele qualquer pessoa que visse de fora acreditava que viviam uma relação muito feliz sem nenhum problema “eu não deixava passar, quem nos conhecia não sabia que

tinha problemas, estávamos sempre rindo, feliz, alegre mais lá por dentro estava corroendo né” (VILMAR).

O sujeito se justifica, acionando o comportamento assumido por sua companheira, ele começou a frequentar casas de massagem, fazendo com ela, o mesmo que ela faria com ele, trair. No entanto “dar o troco” não foi o suficiente, seu ego masculino já havia sido ferido pela mentira de sua companheira, o que o levou a cometer o crime.

Douglas assim como os demais, matou sua companheira motivado pelos sentimentos de humilhação que sentiu após descobrir a traição da mesma.

Douglas conheceu a vítima na empresa onde trabalhava sendo o seu primeiro envolvimento afetivo. Em um ano e meio de namoro decidiram casar-se, depois do casamento mudaram-se para uma cidade maior, ficando longe de seus familiares que residiam no interior do estado de Santa Catarina.

Ele explanou sobre a vida dos dois na nova cidade, onde encontraram algumas dificuldades em relação ao emprego e para manter contato com seus familiares, o que teria deixado sua companheira um pouco insatisfeita. A situação agravou-se ainda mais quando ele trocou de emprego e em algumas ocasiões trabalhava aos sábados, o que dificultava ainda mais as visitas ao interior; este fato gerava alguns atritos entre o casal.

[...] E com isso deu vários conflitos, brigas normais nada de agressões físicas, só verbal. Só que com o passar do tempo eu troquei de empresa, e ela reclamava pelo horário era para pegar de segunda à sexta para facilitar as diversões e as saídas aí, ficava um clima ruim de convivência.
E não sei se estas discussões influenciou em alguma coisa. E aí ela telefonava para os pais dela e dizia que não estava muito bom.
Só que daí chegou em um ponto que eu pedi separação para ela porque não estava tão bom, e ela não quis, dizia que queria continuar como estávamos, queria que eu mudasse e ela continuasse a mesma, como se eu fosse o malvado da história.
(DOUGLAS).

Apesar dos atritos, Douglas relatou que tentaram dar mais uma chance ao relacionamento, sendo que a pedido de sua companheira contratou um plano de internet à ser instalado no computador que possuíam em casa. Segundo o entrevistado inicialmente a situação entre eles melhorou, mas com o passar do tempo a internet se transformou no foco de atenção de sua companheira.

Ela já chegava em casa antes do serviço e alguma coisa assim. E aí chegava e não dava beijo. Eu chegava e dava um beijo nela, estava fazendo a minha parte para segurar a situação

né. Estava tentando. Tanto que tudo que ela me pedia que tivesse ao meu alcance eu conseguia né. Então foi desenvolvendo a situação. (DOUGLAS).

Assim o entrevistado relata que foi desconfiando da situação, até que invadiu a privacidade de sua companheira e teve acesso às conversas trocadas com outras pessoas, confirmando assim suas suspeitas de traição. “E isso aí foi me amargurando, eu chegava a me esconder para chorar”. (DOUGLAS).

Fizemos uma pequena pausa na qual eu lhe entreguei um copo com água, pois Douglas se emocionou bastante. Diz: “Faz três anos que aconteceu mas o sofrimento ainda é o mesmo”. (DOUGLAS). Narrou que não conseguindo administrar a situação que estava vivenciando decidiu procurar um advogado para separar-se, chegou a iniciar o processo de separação. Instruído pelo advogado contou à sua esposa que tencionava separar-se, mas ela não aceitou bem a separação. “Eu tentei resolver da melhor forma, e ela não aceitava ameaçou botar fogo na casa, e destruir tudo, destruir minha vida. Ela tinha uma vida muito boa comigo, minha família tinha um financeiro muito bom, eu tirei ela da pobreza né”. (DOUGLAS).

Douglas aciona aqui uma mesma narrativa que Alessandro mencionou, o fato de acreditarem que as mulheres deveriam ser gratas a eles pela condição econômica em que vivem. Ao utilizarem este argumento não levam em consideração as contribuições destas mulheres, o trabalho doméstico que elas executam não é levado em consideração.

O entrevistado mais uma vez relata que sua companheira não agiu da forma esperada dificultando a situação entre o casal. Segundo os relatos dele, ela queria agir como se estivesse solteira, mas estava casada e se apoiava nele financeiramente para viver sua vida. Este mesmo argumento aparece também nas falas de sujeitos que não assumiram o homicídio ou tentativa de homicídio, a culpa seria das mulheres que não se portavam como casadas, como mulheres certas.

Leandro assim como Douglas acredita que se envolveu com a mulher errada. Depois de três anos de relacionamento ambos pensavam em dividir o mesmo espaço quando Leandro descobriu a traição.

[...] Eu gostava muito dela, que queria era conviver com ela não tem. Passar meus dias com ela, mas infelizmente acabou-se. Ela acabou me traindo e eu perdi a cabeça né do jeito que eu gostava dela. Eu amava ela e esse comportamento acabou provocando este desacerto né. (LEANDRO).

Leandro argumenta que mesmo demonstrando todo sentimento dele para com ela dedicando-se a construção da casa do casal para que pudessem morar juntos foi traído pela

companheira , o que acabou ocasionando um momento de fúria intenso e segundo ele não conseguiu pensar no que estava fazendo. Ele se coloca em uma posição de vítima, utiliza de argumentos para justificar sua atitude que já foram criticados por feministas já nos anos 70 quando Doca Street matou Angela de Diniz. (GROSSI, 1994).

A procura de mulheres por liberdade de vida sem aprisionamentos decorrentes de padrões de gênero que vinham sendo induzidos em favor de uma suposta moral já veio sendo vista no Brasil nos anos 60 onde Leila de Diniz rompia com algumas amarras na vida das mulheres. Algumas atitudes iniciaram uma grande revolução do comportamento feminino, como a escolha de não conviver maritalmente e ter sua filha fora do modelo de família tradicional com os pais morando sobre o mesmo lar. Um ato revolucionário que Leila teve foi fotografar de biquíni na praia quando estava grávida, o que na época as mulheres não faziam, ao contrário cobriam seu corpo e não deixavam a mostra sua barriga gestacional. (GOLDENBERG, 2015). As atitudes de Leila chocaram o Brasil nos anos 60. Mas a atriz brasileira nada mais estava fazendo do que manifestando sua vontade em ser uma pessoa livre de padrões de gênero. Leila foi uma manifestação do Giddens (1993) refletiu de que as mulheres já não querem mais estar propensas à dominação masculina e a normas fixas de gênero.

Estão abertas a modernidade das relações pessoais e ao seu corpo, controlando como desejarem sua sexualidade e também a liquidez dos relacionamentos, embora muitas ainda sejam desqualificadas por isso. E esta desqualificação moral ocorre grande parte por homens que não aceitam a modernidade com bons olhos e sentem-se ameaçados por perder alguns privilégios masculinos que forem lhes concedidos por meio do patriarcalismo.

A tentativa de desqualificar a mulher que se encontra morta ou sobreviveu por sorte alegando que não era uma pessoa decente que feriu os bons costumes que traiu o companheiro continua ainda sendo utilizada por muitos homens apesar de hoje nos tribunais este argumento não ser mais sinônimo de diminuição ou inexistência de pena, ao contrário com a lei do feminicídio a pena nestes casos se torna ainda maior.

Já nesta parte inicial em que os homens narram sua experiência enquanto sujeito o modo que percebem a situação vivenciada, vejo que apareceram nas narrativas dos homens autores de homicídio alguns pilares norteadores em suas vidas que são apontados por eles como indicio do desfecho de seu relacionamento com a vítima do crime pelo qual hoje se encontram presos. Aos poucos vão expondo a sua percepção sobre as experiências vivenciadas. Até aqui sua experiência enquanto sujeito masculino é narrada como homens que representam-se positivamente hierarquizados sobre suas companheiras.

Como Connell e Messerschmid (2013) apontam uma forma de exercer a masculinidade que é normativa, é apreendida pelos homens nas suas socializações que possuem ao longo da vida. Outras se reproduzem por reiteração ao longo de sua experiência. Oliveira (2011) também já tinha alertado que os aspectos da socialização dos homens, assim como das mulheres são caminhos longos e de reiterações de práticas e de percepções que lhes vão servir com frequência de bússola orientativa para o agir.

Percebo que a experiência destes homens ao longo da vida não só é orientativa como é compreendida por eles, como uma única maneira de ser homem.

Quando Alessandro relata que empurrou sua companheira porque ela preparou a refeição diferente do que o mesmo queria, desenvolve-se aí uma forma que ele encontra para reforçar seu lugar de superioridade e de posse no relacionamento que ele vê como hierárquico e não no mesmo nível que sua companheira.

Estes homens homicidas ainda narram de forma contraditória que não gostariam de vivenciar um relacionamento no qual houvesse agressões físicas e para justificar narram que no relacionamento de seus genitores esta prática de agressão física era frequente. Mesmo manifestando este desejo de não agredir fisicamente sua companheira estes sujeitos fizeram pior, foram capazes de atentar contra a vida de suas companheiras, o que os levou a matá-las. De certa forma narram uma reflexividade em suas ações. (GIDDENS, 1993). Estes sujeitos tentaram realizar sua agência de modo positivo, porém, vinculada a valores tradicionais, e de uma masculinidade que lava sua honra.

Presenciavam a violência física de seu genitor para com sua genitora enquanto residiam com estes, refletiram sobre a situação de modo a desejar não praticar os mesmos atos de violência física não viram esta atitude enquanto correta. No entanto, de forma contraditória acabaram por fazer pior, tiram a vida de sua companheira. Isto pois apesar narrarem que as agressões físicas não ocorriam no cotidiano da vida diária com suas companheiras os valores de sobre a masculinidade permanecem os mesmos. Em comparação com os genitores houve ainda um agravante em relação a análise da violência cometida contra a mulher, de agressões físicas estas passaram ao homicídio.

Estes homens também ainda estão muito presos a ideia de amor romântico e principalmente de que este seria para sempre associando assim também o casamento. Embora Giddens (1993) discuta de que esta ideia possa ter aprisionado muitas pessoas em um relacionamento infeliz, embora acreditassem de que o casamento poderia ser eficaz se o casal dividisse as atividades, cabendo ao homem o sustento do ar e a mulher as atividades domésticas. Baseados neste modelo, os homicidas procuraram uma pessoa especial e não um

relacionamento especial. Acreditaram que encontraram esta pessoa em suas companheiras que foram vítimas do crime, depositando nestas a expectativa de um amor romântico. No entanto, vejo que estas mulheres que foram vítimas dos crimes perpetrados por seus companheiros não compartilhavam do mesmo ideal de amor romântico, ao contrário, de um relacionamento mais igualitário e que não as aprisionasse, buscavam um amor confluyente onde no relacionamento há a cumplicidade entre os envolvidos para tornar este relacionamento especial. (GIDDENS, 1993).

Além dos valores do amor romântico que analiso que estes homens seguem, também é presente as concepções de uma masculinidade que reforça sua hierarquia sobre as mulheres.

Assim, pelo fato desta masculinidade hegemônica estar introjetada tão fortemente em suas seus corpos, pensamentos e agencia não conseguiram administrar a situação. Os homens interiorizam padrões culturais e exteriorizam estas concepções através de suas ações. É por meio desta forma que entram em contato com a violência simbólica que opera em alguns ambientes e discursos, é o poder simbólico formando o habitus destes homens.

Este modo de ser homem é parte de uma construção de gênero que envolveu rituais, linguagens, representações, símbolos, convenções, códigos, condutas e fantasias. São relações em processos culturais complexos. Trata-se de seres históricos. A inscrição dos gêneros feminino e masculino nos seus corpos é feita sempre no contexto de uma determinada cultura, assim como os desejos e prazeres que também são estabelecidos e codificados socialmente. Agem assim, portanto, porque também encontram-se inseridos em valores sobre trair, sobre a honra e sobre o masculino que se convencionam socialmente. (FAUSTO-STERLING, 2000). Esta posição relativa a socialização contudo, nesta forma de ver, não deixa espaço para outro tipo de relação. Este poder se engendra como uma interação vinculada a valores tradicionais, como ausência de abertura para a mudança.

Embora eu concorde com Foucault (1995) e De Lauretis (1994) em relação ao poder que é relacional e a possibilidade de agencia do sujeito, concorde que os sujeitos são formados pelo discurso presente, ou estrategicamente construído nas relações de poder.

Na narrativa destes homens eles se constroem enquanto pessoas que são diferentes de criminosos. Constroem um discurso (FOUCAULT, 2008) coercitivo que reitera ideais de masculinidade hegemônica e vitimária. Analiso que se apresentam das duas formas pois se narram enquanto hegemônicos quando mostram sua virilidade em relação aos relacionamentos que tiveram antes de conhecer a companheira que sofreu o crime pelo qual cumprem pena. Ou ainda quando narram sua experiência enquanto trabalhador e homem que sustenta a casa. No entanto, ao falar sobre sua experiência com o crime que envolve a

companheira narram um discurso vitimário ao atribuírem sua ação de atentar contra a vida de outrem à própria vítima que perdeu sua vida. Estes homens neste sentido estão reiterando um discurso patriarcal que há muito vem sendo combatido por feministas. Sua interdição é neste sentido em produzir e convencer de que a verdade sobre a morte ou tentativa destas mulheres é esta que eles apresentam.

Porém, ao mesmo tempo estes homens desenvolvem maior poder sobre suas companheiras na medida em que as culpabilizam, e tem por objetivo as fazer sentir exatamente desta forma, enquanto a pessoa que esta agindo de forma errada no relacionamento.

Os homens introjetaram esta verdade para si, narram que suas companheiras foram infiéis, talvez tenha acontecido, ou talvez seja apenas o imaginário destes homens justificando o seu ato, mas é a verdade que eles anunciam para si, que narram e defendem durante a entrevista e trata-se de um discurso que usam para convencer o outro. Estes homens estão produzindo uma tecnologia social, e de poder na medida em que narram sua experiência em relação à sua companheira e passam a acreditar que é realmente desta forma que ocorre. Estes homens em certa medida estão criando através de seu discurso uma tecnologia social do gênero. (LAURETIS, 1994). Afinal em sua narrativa representam as atribuições femininas e as masculinas, e ainda procuram mostrar o que este feminino fez de errado contrariando as representações esperadas deste e com isto reforçando seu lugar masculino e mostrando o que pode acontecer com o feminino desregrado. Afinal atribuíram o crime ao comportamento inadequado da vítima do homicídio ou tentativa de homicídio.

Por meio destas entrevistas, estes homens estão produzindo discursos, seja para me convencer como pesquisadora, para a justiça quando deram seu depoimento, para os familiares quando falam sobre o crime, ou para achar algo convincente à si mesmos. Neste sentido vejo que em suas vivências estes homens tentaram tomar privilégio das relações de poder, embora Foucault tenha refletido que o poder não é propriedade de ninguém mas esta em todas as relações, percebo que os homicidas tentaram manter o controle sobre todas as relações, eles estão empoderados em suas falas sobre o correto o esperado a cada um dos gêneros em suas relações.

Mas, como o poder não pertence a uma pessoa ou instituição, mas é exercido em determinados momentos por estes com maior intensidade, seja através de discursos disciplinadores para suas companheiras ou quando este já não surte o efeito desejado partem para mecanismos que utilizam também de força física. Suas companheiras no entanto resistiram a este poder.

Butler (2010) afirma que, se alguém “é” mulher, isso não é tudo que esta pessoa é; o termo não é exaustivo, não porque uma “pessoa” pré - gendrada ultrapassa os limites que são firmados por seu sexo e gênero. O seu gênero não é sempre constituído de forma coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais e de classe das identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o “gênero” das intersecções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido.

É neste sentido que os homens autores de homicídio tem uma visão fechada sobre a mulher que escolheram para ser sua companheira. Não reconhecem que ela é um ser humano com desejos, sentimentos, idéias e valores de feminilidade e relacionamento que me parecem ser diferentes das que foram incompatíveis neste relacionamento.

As mulheres enfrentaram esta dominação masculina, pois elas estavam ao mesmo tempo dentro e fora da representação de gênero que os seus companheiros delas esperavam. (LAURETIS, 1994)

Estavam dentro da representação de gênero quando cuidavam do lar, quando eram mães quando não questionavam as ações de seus companheiros, mas ao mesmo tempo estavam fora desta representação de gênero, autorrepresentando-se quando buscavam um atividade laboral no mercado de trabalho, quando opinavam sobre o trabalho de do companheiro, pois também tinham vontade de ter atividades de lazer, e por meio da constituição de outro relacionamento. As vítimas do crime tiveram uma agencia sua, construção subjetiva a partir das representações de gênero, que estava relacionada com a igualdade de gênero, e porque não dizer com a busca de um amor no qual há a troca de respeito e intimidade entre os parceiros, e não o sufocamento do feminino. Estas mulheres resignificaram a representação do gênero feminino para um gênero de luta que não aceita a opressão do masculino, afinal como De Lauretis (1994) já analisava o gênero é resultado de uma representação, que é formada pelas tecnologias sociais, mas também em sua autorrepresentação onde o sujeito pode fazer sua agencia. Já autorrepresentação dos entrevistados para com seus gênero é de reforçar ainda mais uma masculinidade com traços violentos, embora eles mesmo não percebam desta maneira, mas ao contrário sua percepção de si é que agem e carregam os valores que um homem deve carregar.

Mesmo produzindo estes discursos narrando sua experiência de si enquanto homens honrados e suas companheiras como mulheres que agiram fora de seu ideal de feminilidade, os entrevistados tem dificuldade em administrar as emoções e vergonha em demonstrar seu sofrimento para demais pessoas. Por isso que Douglas narrou que se escondeu para chorar,

que Leandro perdeu a cabeça, que Vilmar me confidenciou que sentia que a situação estava corroendo-o por dentro, que guardava sua vivência para si e que não compartilhava nem com sua genitora. Estes homens realmente narram que passaram por uma situação de sofrimento interno, conflito com seus valores. Seu sofrimento porque sua companheira não estava agindo conforme o ideal de feminilidade que esperavam dela; sofrimento porque eles não estavam conseguindo reverter a situação, sentiam que estavam falhando e culpam sua companheira por tal. Sua honra estaria sendo ameaçada.

Sendo que a honra “é o valor que uma pessoa tem aos seus olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação a determinadas formas de conduta,” (ROHDEN, 2006, p.105), estes homens prezavam sua imagem, queriam continuar com sua imagem de provedor, viril, esposo e pai de família como idealizou. Como nas falas de Douglas e José narrou “[...] E foi indo e eu não aguentando a situação humilhante, eu não conseguia trabalhar, dormir.” (DOUGLAS.) Na outra narrativa; “[...] Estava difícil a convivência, não por ela, mas pelas atitudes dela, que eu estava fracassando naquilo que eu tinha planejado para mim entende?” (JOSÉ).

Ambos demonstram que sentiam que estavam perdendo seu valor perante seus olhos e perante os olhos das pessoas ao seu redor, e assim viam sua honra sendo ameaçada, o que como uma bola de neve trouxe a tona uma série de emoções negativas.

As emoções são carregadas de significação própria produzida pelos sujeitos, o que também é reflexo do modo como foram socializados e a partir disto bem como o modo como aprenderam a relacionar-se com as pessoas a sua volta. Ou seja, as “emoções estão no horizonte de uma racionalidade histórico e socialmente construída.” (MAHEIRIE, 2002, p.38).

A doutora em psicologia Kátia Maheirie, afirma que as emoções devem ser analisadas “no contexto psicossocial de cada um, pois podem fazer transcender ou aprisionar os sujeitos possibilitando reflexões libertadoras ou cerceadoras da existência humana”. (MAHEIRIE, 2002, p.38). Como a autora coloca, as emoções que os sujeitos produzem são condizentes com a realidade na qual estão, e ou estavam inseridos, caso estes sujeitos já tenham reflexionado sobre si, para uma nova perspectiva de pensamentos e representações. No caso dos homens autores de homicídio contra suas companheiras, ou tentativa de homicídio, estes narraram sentimentos negativos às suas companheiras, por estes representarem-se enquanto homens que assumem princípios de uma masculinidade violenta.

Embora estes homens não se percebam que assumiram um modelo de masculinidade violenta, estes sujeitos posicionam-se ao contrário, enquanto pessoas que sofreram com o

relacionamento. Assumem uma posição de vítimas no relacionamento, expressam sentimentos negativos, tais como dor, desespero e angústia porque eles tem a impressão que não estavam cumprindo com seu papel.

Estes homens estavam sofrendo internamente, ao mesmo tempo em que se esforçavam para cumprir seu ideal de gênero e masculinidade não possuíam o controle sobre toda a situação porque, as mulheres hoje já reflexionaram a subordinação feminina e a violência contra elas é discutida, e estas reivindicam relacionamento igualitários.

Infelizmente estes homens com os quais conversei não estavam prontos para mudanças no relacionamento, e para “posicionamentos mais modernos” por parte de suas companheiras, como a decisão de separar-se ou de constituir outro relacionamento afetivo ou até mesmo viver outras experiências amorosas. Estas mudanças são demais para um sujeito que possui a masculinidade com traços patriarcais enquanto o modelo fixo e correto a ser seguido. Com isto, como Maheirie (2002) já havia alertado, as emoções acabaram por aprisionar estes sujeitos, tanto que eles relatam que não viram outra alternativa, ou que perderam a cabeça e com isto praticaram o crime.

Ao mesmo tempo, homens que foram socializados em padrões conservadores e significaram-se enquanto sujeitos que precisam representar uma masculinidade hegemônica, podem, se houver investimento para isto, resignificar suas ações, suas concepções seu modo de perceberem-se, bem como suas emoções afinal;

[...] Todo homem, no sentido genérico, tem a capacidade de se emocionar, mas nem todo homem se emociona pelos mesmos motivos ou objetos. Em contextos sociais diferenciados, as motivações emocionais também são diferenciadas. Em um mesmo contexto, dois sujeitos podem não se emocionar pelas mesmas coisas. Portanto, as significações, compreendidas como superações concretas da objetividade, é o que garante a diversidade das possibilidades do emocionar-se. Tornando singulares os objetos coletivos, as significações expressam a subjetividade objetivando-se, espalhando-se e fixando-se nas coisas, nos objetos, no mundo. As significações estão em cada ato humano e estão presentes na totalização histórica, transformando-se ao longo dela, sendo superadas por outras significações que vão surgindo. As significações traduzem os acontecimentos históricos e, com isso, devemos entender que elas traduzem a história passada, as expectativas futuras, mas também o cotidiano [...](MAHEIRIE, 2002, p. 38-39).

Assim como Maheirie, a feminista Jaggard que já foi citada anteriormente nos proporciona um olhar sobre as emoções destes homens. Vejo que as áreas de discussão se complementam. Ambas refletem sobre a capacidade do ambiente no qual fomos e continuamos nos socializando influenciar em nossa produção de emoções, mas da mesma forma temos a capacidade de refletir sobre nossas emoções e tentar escolher como reagimos.

Da mesma forma, sobre uma mesma situação pessoas podem agir de formas diferentes. Como Jaggar apontou as emoções e avaliações estão logicamente ligadas “De fato, muitos termos avaliatórios derivam diretamente de palavras que exprimem emoções: "desejável", "admirável", "desprezível", "indigno", "respeitável" e assim por diante.” (JAGGAR, 1998, p. 167).

Neste sentido reflete que a uma avaliação sobre uma situação pode diferir de sujeito para sujeito, uma situação que é avaliada por meu colega enquanto perigosa não é vista da mesma forma por mim. As situações que ocorrem não são avaliadas de forma universal pelas pessoas. Conforme a autora “[...] Emoções distintivamente humanas não são simples respostas instintivas a situações ou eventos; em vez disso, dependem essencialmente dos modos como percebemos essas situações e eventos e aprendemos ou decidimos responder aos mesmos.” (JAGGAR, 1998, p. 167).

Com estes homens que entrevistei infelizmente tiveram esta emoção e sentimentos negativos e com isto acabaram praticando o crime. Mas outros homens que não estão engendrados tão fixamente em valores de uma masculinidade com traços violentos podem agir de forma diferente, controlando suas emoções de modo que não chega a tirar a vida de outra pessoa.

Assim como os homens podem agir de maneira diferente sobre um determinado fato dependendo dos engendramentos que tiver ao longo de sua vida, como interioriza e as emoções que produz e consegue controlar a partir disso, durante a coleta de dados alguns homens apresentaram narrativas diferentes em relação a assumirem a autoria do crime. Com isto, há ainda os entrevistados que decidi separar em outra dimensão pois estes cumprem pena pelo crime iguais aos que aqui se encontram e da mesma forma que os demais projetam sentimentos negativos sobre suas vivências em relação as companheiras e o relacionamento. No entanto o que diferencia os que estão nesta dimensão dos que se encontram abaixo é o fato destes não assumirem sua autoria do crime.

Neste sentido, que mais uma vez reforço a importância da intervenção junto aos homens que se encontravam em situação de violência e especificamente na qualidade de agressor. Para tal intervenção seria necessário que lhes sejam proporcionados espaços nos quais possam refletir suas práticas, o que é mais que um presídio onde cumprem pena. Investir em trabalhos interventivos com estes homens, é prevenir uma nova violência contra mulher.

Afinal se este sujeito cumprir sua pena e voltar a liberdade acreditando que a culpa do crime foi da mulher errada que apareceu em sua vida, este sujeito pode continuar encontrando

mais mulheres erradas, que questionam suas práticas que querem um relacionamento igualitário, o que gerará novos episódios de violência na relação afetiva.

5.2 DUPLA CULPABILIZAÇÃO DAS MULHERES: QUANDO AUTORES NÃO ASSUMEM O CRIME

Nesta dimensão se encontram o rol de sujeitos que não assumiram a autoria dos crimes, apesar de condenados por ele, se trata de: César⁵, Mario⁶ e Altair.

Eles alegam que a situação vivenciada durante o relacionamento no qual houve desentendimentos, traições e até mesmo dissolução da união foi provocada por suas companheiras, culpabilizando-as. Eles assumem a culpa somente porque teriam “escolhido a pessoa errada”.

Esta estratégia de atribuir a culpa a suas companheiras, ou melhor a mulher do relacionamento já vem acontecendo nos processos que são julgados diariamente relacionados a violência de gênero na qual envolvem casais. Izumino (2004) ao estudar o papel do judiciário na solução dos conflitos de gênero teve acesso aos arquivos processuais desde o quais pôde analisar a fala dos sujeitos envolvidos, seja as vítimas no caso de lesão corporal, ou tentativa de homicídio, as testemunhas que emitiram depoimentos tanto em relação ao dia do crime quando estavam presentes e também em relação ao convívio do casal. A cientista social ainda teve a oportunidade de analisar as falas dos autores das agressões e homicídios, pelos depoimentos colhidos ela achou uma série de justificativas como alegação de legítima defesa, acidente, negação da agressão por parte destes.

A autora ainda verificou que em diversas fases da investigação houve contradição na fala dos réus sendo que quando pegos em flagrante até chegaram a assumir o crime, mas depois modificaram sua versão conforme o interesse da defesa.

Em meu caso, não tive acesso ao inquérito policial, pois o foco foi discutir a experiência vivida por estes sujeitos e a relação desta com a prática do crime, estou me baseando apenas em suas narrativas, mas acho importante mencionar que seus relatos diferem das publicações lançadas em mídia local sobre o crime. Sobre estas, as procurei colocar de forma sintetizada em nota de rodapé. São de caráter ilustrativo e não se encontram

⁵ A notícia local César ameaçou atear fogo na residência, com os três filhos do casal dentro. A companheira tentou impedir e foi molhada com combustível. Após ele teria acendido o fogo contra ela com um isqueiro.

⁶ Notícias em mídia apontaram que Mário teria contratado um amigo para atirar na ex-companheira pois não aceitava o fim do relacionamento. Além de terem lembrado que ele já foi condenado pelo assassinato de outra companheira em 1983.

referenciadas para preservar a identidade dos sujeitos. Embora notícias de homicídio de mulheres sejam divulgados em jornais impressos ou por meio televisivo, não reportarei aqui as matérias para que não sejam identificados quais os homens que participaram deste estudo.

Além da negativa das agressões que é comum entre estes três entrevistados, um deles manifestou concepções que estão relacionadas a crenças religiosas, desde as quais o matrimônio seria sagrado e perpétuo até a morte de um dos sujeitos.

De fato ao analisar o código canônico da Igreja Católica em seu cânone 1.141 (1995), por exemplo, este prega que o casamento não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, apenas a partir da morte.

Com este texto interpreta-se que o divórcio por meio da requisição de um dos envolvidos não seria bem visto, ou até mesmo aceito, embora se legalmente fosse possível. Desta maneira, pessoas que frequentam com maior assiduidade o ambiente religioso acabam por serem mais influenciadas a construir seus preceitos baseados nestes valores.

Mario, como havia internalizado estas concepções preocupava-se em fazer o que era correto perante a doutrina religiosa, mesmo sabendo que este havia pecado, pois além de trair sua esposa, ainda pecava em mais uma norma doutrinária, o fato de não ser permitido práticas sexuais fora do casamento e quando este ocorre no casamento deveria ocorrer apenas para procriação, conforme o catecismo da mesma igreja. (LEAL; CABRAL, 2010).

Partindo da concepção de poder de Foucault (2010) fica evidente o poder de discurso jurídico que esta instituição possui, por meio de seus rituais e discursos estabelece a relação negativa entre o sexo fora do matrimônio e como formas que lhes gerem prazer. A interdição e a lógica da censura todas girando em torno do discurso sobre o sagrado do matrimônio. O poder que a igreja acaba exercendo sobre aqueles que crêem estabelece uma forma jurídica definindo os efeitos como obediência.

Em relação as narrativas trazidas pelos homicidas surge outro fator novo que são descontentamentos para com a justiça. Acreditam que foram condenados injustamente sem as devidas provas condenatórias pelo fato da justiça proteger somente a mulher. Não entraremos em discussões que envolvem a credibilidade das condenações, mas apontaremos as narrativas elencadas pelos sujeitos e suas críticas quanto ao sistema judiciário brasileiro.

Desta forma, César defende ter sido condenado injustamente. Segundo ele não foi o responsável pela tentativa de homicídio de sua ex-companheira. Ela é que teria tentado suicídio ateando fogo contra si mesma.

Esta pessoa que teve seu corpo coberto por chamas após, segundo a Justiça, César ter ateado fogo contra ela, foi a segunda companheira do entrevistado. O sujeito conheceu-a logo

após a morte de sua primeira esposa. Ambos pertenciam a uma determinada crença religiosa. Nesta igreja, conforme o sujeito narrou, os casamentos são eternos tanto que a separação e viver maritalmente com alguém sem que sejam casados é considerado pecado e estes apenas estariam livres para viver outros relacionamentos a partir da morte de um deles.

A primeira companheira de Cesar era da mesma igreja, como esta faleceu vítima de câncer, o sujeito conheceu outra pessoa na igreja. Assim, logo depois de se conhecerem casaram e passaram a viver juntos. Segundo seus relatos o relacionamento “Era meio conturbado, mas tinha uma vida boa, dava de tudo para ela. Tinha carro tinha moto, agente saia bastante com as crianças.” (CESAR).

Observa-se que, mesmo se o relacionamento possa ter apresentado alguns desentendimentos e talvez vontade de não mais conviverem ao lado um do outro. Ele enquanto masculino estava cumprindo seu papel de ser provedor e deixa isso claro quando afirma que tinham uma boa vida pois garantia uma estabilidade econômica à sua esposa, no entanto se desentendimentos ocorriam era porque esta não cumpria com sua identidade de gênero sendo submissa a ele no que concerne as questões do matrimônio, onde o macho toma as decisões da casa.

Desta maneira pelos desentendimentos que ocorriam decidiram separar-se, mas esta decisão não foi oficializada legalmente, até porque para eles o casamento era para a vida toda, assim passaram a viver em casas separadas. Com isto ficaram cerca de três anos separados e neste período César conheceu outra pessoa com quem teve um filho.

[...] E nestes três anos eu conheci uma nova pessoa entende, na igreja também. Ai eu tive um filho fora do casamento e depois agente voltou. Ai eu voltei para o meu casamento e ela não aceitava que eu tinha um filho fora do casamento.

- Porque você tem um filho fora do casamento e o teu filho vem te visitar, e cada vez que eu vejo o teu filho eu lembro da traição.

Mas eu conheci ela quando eu estava sozinho. Ela não aceitou e ai ela tentou suicídio. Por isso que eu estou preso. (CESAR).

César atribui toda culpa da tentativa de homicídio a sua companheira porque ela tinha ciúmes ou por não aceitar que este tenha vivido “em fornicção” pecando em desfavor da união que assumiram perante o altar e concebendo um filho deste pecado, tal qual, ambos acreditavam que o era. Pelo que César narrou tanto ele como sua companheira acreditavam que ele estava pecando convivendo com a pessoa com quem teve um filho, afinal acreditavam que o casamento era para a vida, até que a morte acometesse um deles, e isto ainda não tinha acontecido. Mas o entrevistado se contradiz se posiciona enquanto uma pessoa que estava

preocupada em não pecar tendo em vista sua situação de matrimônio. Tentava corrigir seu pecado voltando à sua esposa legal, porém, hoje se encontra condenado pela tentativa de homicídio. Assim me pergunto se tirar a vida de alguém também não é um pecado? Este fato não foi relatado. Quer dizer existe uma profunda incoerência entre o princípio religioso alegado e a prática.

Mario, tem um diferencial em comparação à César, cumpre pena pela segunda vez por conta do homicídio de sua companheira. A primeira foi morta cruelmente após segundo ele esta ter abortado o filho do casal. Mais de trinta anos depois Mario se encontra mais uma vez atrás das grades acusado de ter sido o mentor do assassinato de sua ex-esposa. Mario não deu detalhes sobre como conheceu a vítima do homicídio.

Ao relatar o relacionamento que manteve com ela ao longo de quinze anos menciona que a convivência com ela foi muito boa e nunca permitiu que lhe faltasse nada. Mas em certo período de sua vida teve que trabalhar com viagens e passou muito tempo fora de casa, o que era motivo de reclamações por parte dela.

[...] A gente tinha quatro carros, casa com piscina, minha casa era uma das melhores da cidade, eu moro em uma região muito boa, mas agora eu moro em um cubículo. Duas vezes por ano era sagrado viajar, ficar 15 dias em Fortaleza, Paris, Nova York, quando eu não ia eu mandava eles. (MARIO).

Segundo os relatos sua ex- companheira pediu a separação e desde então constituiu outro relacionamento afetivo. Alega que foi condenado injustamente. E que a justiça é falha.

Altair também argumenta neste sentido. Acredita que a vítima da história seja ele, pois sua ex-companheira o teria acusado injustamente pela tentativa de homicídio em seu desfavor. Desde então foi julgado e condenado injustamente. Esta pessoa a quem se refere teria sido um relacionamento rápido que havia constituído, no qual dividir moradia com a então vítima do crime.

Desconfia que em uma noite em que teve que aumentar o expediente trabalhando até depois do horário sua companheira recebeu outro homem na casa em que os dois moravam. Não aceitando a atitude deixou a residência rompendo o relacionamento com ela. Após o termino, soube que sua ex- companheira sofreu uma tentativa de homicídio sendo atingida com 11 facadas durante a noite quando esta dormia. Acredita que sua ex- companheira o acusou como vingança por este tê-la deixado.

Estas são as narrativas que estes homens produziram em relação ao fato de estarem presos pelo crime contra suas companheiras ou ex-companheiras. Como se pode ver, eles produzem narrativas que os favorecem, cada um apresenta sua verdade sobre a experiência que tiveram com esta companheira e sua experiência em relação ao crime e a acusação deste. É neste sentido que gostaria de aprofundar mais no próximo item, onde me dedico a compreender os sentimentos e argumentos que produzem em relação ao homicídio ou a tentativa deste homicídio.

5.3 A VERDADE DE SI EM CONTEXTO DE PRÁTICA DO CRIME

Como vimos, quando os sujeitos pensam no que aconteceu e procuram uma explicação para toda a série de fatos e sentimentos que os levaram a cometerem tal crime relacionam os fatos ao comportamento feminino. Tanto que para se justificarem posicionam-se na defensiva, nunca agrediram fisicamente sua companheira ou lhes deixaram faltar algum item que envolvesse a questão financeira, mostrando assim, cumprirem com seu papel de bom marido, conforme assim pensam.

Quanto ao momento exato em que o crime ocorreu alguns dos sujeitos ainda alegam que suas companheiras iniciaram a discussão, ou que haviam agredido estes verbalmente ou até fisicamente sendo que a agressão que levou a morte seria uma espécie de defesa destes sujeitos.

José por exemplo conta que em certa ocasião a ex- companheira, vítima do homicídio tentou sufocar a filha mais nova do casal quando ela tinha sete meses de idade. Desde aquele momento temia pela vida dos filhos. Ao mesmo tempo relatou que nunca a denunciou porque a menina estava bem, nada de grave tinha acontecido. Mesmo relatando este acontecimento durante a entrevista o sujeito dá mais ênfase ao fato de a vítima ter constituído outro relacionamento. Este fato o perturbou muito, pois do seu ponto de vista se esforçou durante todo o relacionamento para garantir uma boa condição de vida a sua esposa e a seus filhos, José estava cumprindo com sua parte, mas via a situação como se em algum momento não teria feito o suficiente.

[...] Mas eu andava assim, andava nervoso já. Estava difícil a convivência, não por ela, mas pelas atitudes dela, que eu estava fracassando naquilo que eu tinha planejado para mim entende? (JOSE)”.

José levava junto consigo a vontade de formar uma família tradicional formada por mãe, pai e filhos, tanto que quando fala de sua infância sente muito por não ter seu pai biológico próximo dele. Também mostrou seu descontentamento para com sua companheira que não estava cumprindo com o que ele imagina ser uma boa mãe, considerou inaceitável sua companheira ter saído durante o final de semana não dormido em casa sem se importar com os filhos. Segundo a narrativa no final de semana do crime, José estava sozinho em casa cuidando dos filhos, sendo que um deles estava doente.

[...] E naquele final de semana eu me senti muito sozinho, eu estava com uma criança doente eu tinha compromisso com meu trabalho eu estava perdendo a pessoa que eu amava e me senti muito sozinho.

Poxa para uma mãe, ela já tinha ido lá, já tinha se divertido então, o mínimo que ela podia fazer era ir lá ver como é que ele tava, ate para ele assim, porque para ele eles eram muito apegados, quem levava na creche era eu no medico era eu, mas boa parte da vida deles ela também participou entende? E era isso que eu não queria sabe, o que eu vivi tendo pais afastados de ter convivido longe do meu pai, da minha mãe, eu não queria isso para os meus filhos. E foi justo isso que acidentalmente ou propositalmente eu causei para eles.

Mas ai acabo que em um momento de fraqueza, pensamento leve, algo assim, coisa que eu nunca fui na vida agressivo, só que hoje em dia eu vejo que o ser humano tem limites, têm, só que tem uma hora que este limite estoura né. Eu joguei ela no chão, segurei pelo pescoço e uma hora eu acabei matando ela. E olha eu tenho que te dizer que senti uma tranquilidade tão grande depois daquilo. (JOSE).

Apesar de dizer que sentiu tranquilo após ter matado sua companheira também reconhece em outra fala que foi um erro que cometeu pois “Jamais se deve tirar a vida de outra pessoa” (JOSE). Ele analisou a situação que vivenciou e naquela hora viu como uma forma de acabar com o “problema” que estava vivenciando. Construiu uma imagem de família perfeita, típica de um padrão tradicional que ele gostaria de seguir, sentindo-se acuado quando esta forma de vivenciar sua experiência de marido, pai de família já não estava mais funcionando como gostaria.

Quando o sujeito relata “senti uma tranquilidade tão grande depois daquilo” (JOSÉ) demonstra o quanto sentia-se constrangido pela situação, os sentimentos e emoções que estava produzindo em desfavor da experiência vivenciada naquele momento foram muito negativos pois acreditava que ele estava falhando em seu projeto de construir família e viver o relacionamento eterno. Assim quando relata que sentiu tranquilidade após ter matado sua companheira avalio que seja pelo fato da situação de apreensão que vivenciava por narrar que estava sentindo-se fracassado.

Embora verificamos que este estava preocupado em não falhar com aquilo que construiu como prerrogativa de sua vida, ele acabou falhando de uma forma ou outra, pois não

convive mais com sua família, que era, o que segundo ele mais pregava, e da pior forma agora pois cometeu um crime e esta privado de liberdade.

Alessandro, ao contrario de José relata que se sentiu arrependido após cometer o crime, embora não mencione desta forma usando esta categoria. “Eu me arrependo muito do que aconteceu, porque é uma coisa assim né que se eu tivesse contado ate 10 não tinha acontecido. É uma coisa assim que eu tava com o sangue quente”. (ALESSANDRO).

Conforme sua narrativa o sujeito encontrava-se decepcionado pelo fato de sua companheira ter mentido para ele sobre seu trabalho, o enganou. Algo que ele também relata não se conformar foi por ter trocado a pessoa certa pela errada, pois se ela fosse uma mulher correta não teria feito isto com ele, e consequentemente não estaria morta, sendo que este não estaria arrependido de seu ato. Após descobrir a mentira Alessandro teria tentado deixar a residência, no entanto esta não teria aceitado, iniciando assim uma discussão maior, inclusive agredindo-o fisicamente. Parece até que tenta alegar uma espécie de legítima defesa.

[...] Mas assim doutora o que aconteceu aqui não foi por causa de ... (pausa) o que aconteceu por causa de ela mentir para mim. E agente se envolveu ela veio para cima de mim, com uma faca e tentou me agredir.”

Porque assim doutora, se eu vim para morar com ela é porque eu quero saber o que estava acontecendo. E eu queria saber do seu trabalho. Ai ela chegou as 05 horas da manha. Deste dia que eu cheguei doutora eu tinha trabalhado 23 dias e só dormi duas noites. Ela saia 09:30 da noite e só voltava as 5 horas da manhã. Ai eu puxava ela assim pra sentir o cheiro e vi que ela não bebia. Sentir o cheiro de cigarro, ai eu perguntei assim para ela, o que é isso daqui?

Ela disse assim, vou te contar. É que eu trabalho na noite. Eu disse, como assim, você disse que era pra mim vir aqui que você ia cuidar de mim. Eu tinha dado geladeira pra ela, fogão de seis boca, mesa de vidro, eu sempre gostei de uma mesa bem arrumada. [...] Eu botei o meu dinheiro sempre na conta dela. Ai eu disse que ia pegar meu dinheiro lá e voltar pro Paraná, ai ela tentou me agredir por causa disso. Ai ela veio para cima de mim com uma faca que estava em cima da mesa. Eu não saí do local, eu liguei pra minha irmã e disse o aconteceu uma tragédia aqui. E eu não conhecia ninguém aqui. Ai eu liguei para policia aqui. Liguei pro 190. Ai eu chamei eles. Me arrependo muito, de vez em quando sonho muito. Mas eu só quero voltar para sociedade de novo. (ALESSANDRO).

Alessandro não narra exatamente o momento em que matou sua companheira, passa diretamente entre o momento dela ter alcançado uma faca para agredi-lo e ao fato de em virtude disto a ter matado, na sequencia este chamou as unidades policiais para confessar o crime. Ele apresenta assim duas situações que o levaram a cometer tal ato.

A mentira em relação a fonte de renda de sua companheira que envolvia o acesso ao seu corpo que passa a ser permitido a outros homens e a ameaça com objeto cortante que sua companheira fez contra ele.

Leandro assim como José e Alessandro passa pela mesma situação de ser traído. O sujeito se vê como uma pessoa esforçada e que trabalha arduamente na construção civil. Diz que sempre que tinha algum tempo livre se dedicava à construção da casa do casal. Como ainda não moravam juntos, cada hora que conseguia destinar na obra da residência do casal era um passo a mais para uma vida a dois.

Quando o sujeito conta porque este se encontra cumprindo pena ele não diz que matou uma pessoa, em especial sua companheira, mas descreve como um desacerto.

[...] Porque foi devido um desacerto que eu tive com a minha mulher. Eu gostava muito dela não tem, só que ela acabou me traindo, colocando coisa na cabeça e daí acabou em desacerto e eu vim para cá. (LEANDRO).

Ao que me parece Leandro não chega a levar tão a sério o crime que cometeu, afinal matar alguém é muito mais que um desacerto, já não há mais a possibilidade de ambos acertarem-se, pois a mesma se encontra morta, perdeu seu maior direito, à vida.

O termo desacerto no dicionário Michaelis (2015) significa “falta de acerto, erro por ignorância ou inadvertência, tolice”. Levando em consideração a designação do dicionário e o modo como o sujeito se expressou nos parece que não quis dizer exatamente como um erro que aconteceu entre os dois, mas como um desentendimento, no sentido de discussão e brigas que acabou gerando uma situação de agressão onde um dos sujeitos envolvidos perdeu a vida. Claro que este desentendimento ocorreu por um erro de um dos envolvidos, que na avaliação de Leandro cometido pela companheira ao mentir e trabalhar em uma casa de massagem.

Quando fala do então “desacerto” expressa que amava sua companheira e a culpa pelo homicídio, do modo que coloca este só perdeu a cabeça pois tinha sentimentos de afeto pela vítima.

[...] Eu gostava muito dela, que queria era conviver com ela não tem. Passar meus dias com ela, mas infelizmente acabou-se. Ela acabou me traindo e eu perdi a cabeça né do jeito que eu gostava dela. Eu amava ela e esse comportamento acabou provocando este desacerto né. (...) Porque se ela não quisesse nada com o cara não força a nada, por exemplo se eu chegar aqui e te cantar a cantada é livre não têm? Cantada aceita quem quer né! Mas as vezes ela chegou e não me conhecia não sabia. Mas a culpada nesta situação é ela na verdade né. Porque ela estava comigo, e se não quiser ficar comigo não é obrigada não tem. Porque se ela quiser pega e termina não tem, eu sigo a minha vida e ela segue a dela. Mas aí ela quis sair como espertinha queria me enganar e achou que eu não ia descobrir nada né. E eu acabei descobrindo mas devido o amor que eu sentia por ela eu acabei perdendo a cabeça. (LEANDRO).

A confirmação da traição foi feita pela confissão da própria companheira após as suspeitas de Leandro e foi neste momento que perdeu a cabeça. Sem tempo para pensar em alternativas a não ser aquela.

A narrativa que Leandro faz em relação ao seu sentimento para com a vítima do homicídio, e que também é repetida por outros entrevistados deixa evidente o quanto o ideal de masculinidade que estes homens representam também está relacionado com a idéia de amor, mas não um amor qualquer, sim o amor romântico, no qual o matrimônio deveria durar para a vida toda.

Para compreender a identificação destes homens com sua experiência de si em relação aos sentimentos de amor que sentiram me aproprio do pensamento de Giddens (1993) o qual diferencia o amor romântico do amor confluyente. A noção de amor romântico remete primeiramente a um ideal de eternidade, os casais uma vez unidos permanecem nesta união pela vida. E neste há uma divisão entre os afazeres dos sexos, sendo que aos homens compete o sustento do lar, enquanto que as mulheres ao contrario limitam ao ambiente doméstico. Neste relacionamento uma pessoa especial é buscada e idealizada, sendo que ao ser encontrada a união eterna é formalizada, ao mesmo tempo há a exclusividade da sexualidade dos envolvidos, sendo preferencialmente uma união heterossexual.

No entanto ao contrário também há o amor confluyente, neste o que predomina é a busca por uma relação especial, uma pessoa não é mais idealizada. No amor confluyente a relação entre as pessoas que compõe o relacionamento é baseada na igualdade, a preocupação que os parceiros têm uns para com os outros é fundamental, e a sexualidade é algo negociado entre o casal sendo que as práticas sexuais não necessariamente devam ser eternas com a mesma pessoa.

A primeira forma de amor que o sociólogo descreve esta mais relacionada com uma ligação emocional entre os envolvidos. Estes homens ao longo de suas narrativas deixam evidente que suas concepções de sentimento e relacionamentos esta bem ligada ao que Giddens chama de amor romântico.

Eles narram sua dependência com a vítima do homicídio na forma como se esforçaram para manter a relação, quando narram que “gostavam dela” e este sentimento os fez perder a cabeça”. De certa forma quando dizem que ela “era uma mulher errada” estes homens estão querendo expressar que esta pessoa que buscavam enquanto especial que escolheram para viver um relacionamento romântico, na verdade estava em busca de um amor confluyente, um relacionamento onde sentissem igualdade entre si e seu companheiro. Nas narrativas destes sujeitos eles fizeram tudo que deles era esperado, estava naturalizado em sua subjetividade,

garantiram um lar, mantimentos para casa, que sua companheira não trabalhasse, mas esperavam desta sua submissão, que cuidasse da casa, dos filhos e lhes fosse fiel.

Parece-me que a experiência de si que estes homens apresentam invocando sentimento de amor e carinho para com a vítima é uma forma mais sutil que encontram para exercer o que Bourdieu (1999) chamou de a dominação masculina. Embora o sociólogo tenha refletido se o amor seria uma exceção a esta violência simbólica que hierarquiza os homens sobre as mulheres, ou se o amor ao contrário seria forma mais sutil e camuflada ela qual ela se exerce, analiso que nestas experiências de si aqui narradas, os homens evocaram a dominação masculina em seus relacionamentos.

Analiso assim, que os homicidas possuem concepções bem engendradas de uma masculinidade que limita os direitos de suas companheiras e os posiciona em um nível superior ao de sua companheira, bem como depositam nesta relação expectativas de uma mor romântico, e esperam que suas companheiras também o sigam. Obviamente que quando isto não acontece sentimentos negativos para com este relacionamento e em especial a companheira começam a aparecer nestes homens. E com isto iniciam-se as narrativas de perda de controle, de argumentos para suas ações, e neste caso que se relacionam com a morte desta companheira, ou com a tentativa de tirar-lhe a vida.

Como Leandro narra “É que nem bomba acaba explodindo na hora né. Se eu tivesse pensado eu jamais teria feito uma besteira dessas não tem” (LEANDRO). Pelo que o autor coloca no momento da fúria não pensou em nada, talvez nem tivesse se dado conta que estaria matando a vítima e nas conseqüências que isso traria a sua vida e dos familiares.

Hoje Leandro relatou que se arrepende bastante do crime cometido, principalmente porque perdeu sua liberdade. Preso a cinco anos e meio, lamenta o tempo restante que terá que continuar na penitenciária, ao total eram 18 anos de pena.

Perguntei a Leandro se este já havia traído alguma de suas companheiras, o mesmo responde “Isso daí é normal né. Assim as vezes se acontecia algum desacerto né. Ai as vezes para desabafar como se diz né, as vezes acontecia.” (LEANDRO). O entrevistado assim apresenta um típico discurso sexista, o homem pode trair, a mulher não, o homem pode reagir a uma traição como quiser inclusive matando uma pessoa, mas caso a mulher reaja da mesma forma quando esta é traída se não tiver muita sorte pode acabar do mesmo modo, morta.

Porque o homem nunca pode ser atingido, ainda mais por uma pessoa do outro sexo, pela companheira do relacionamento, para eles seria humilhante, isto porque estes sujeitos ainda vivenciam suas experiências baseados nesta bússola hegemônica, pois homens que são

homens não podem levar desaforo para casa e se mostrar fraco, caso aconteça decaem entre as hierarquias de vivências masculinas.

Porém, como Leandro afirma que não traiu a companheira atual, não teria motivo algum para que ela o fizesse. Ela era a pessoa escolhida por Leandro para passar sua vida, logo em sua concepção deveria agir como a mulher certa, de acordo com os padrões de uma feminilidade que este imaginava para o gênero feminino.

O modo como os homens se apresentam enquanto viris traindo suas companheiras com relacionamentos sexuais ocasionais apareceu também em depoimentos sobre representações acerca sexualidade e gênero, em um estudo realizado pela antropóloga Tania Salem. O foco da pesquisadora foram trajetórias de vidas de homens de classe média popular. Nas 41 entrevistas a maioria dos homens afirmou que faz sexo ocasionalmente com outra pessoa, mesmo que tenha uma companheira fixa, isto pois na concepção destes os homens sentiriam uma necessidade natural de ter mais sexo que as mulheres, sua vontade seria quase que incontrolável, e quando tem a oportunidade porque “*mulheres fáceis dão mole*” não negam, afinal precisam mostrar que são homens, e negando sexo deixariam dúvidas sobre isto, mesmo que na situação nem ele nem a parceira tenham preservativo. (SALEM, 2004).

No estudo apresentado pela antropóloga, os homens participantes ainda deixaram evidente que acreditam que a mulher não teria a mesma natureza do que o homem, ela consegue se conter. O sexo não seria assim uma necessidade da qual a mulher não tivesse controle, logo se alguma mulher trai é porque quis, diferente do caso deles.

Com vemos, estes sujeitos da pesquisa de Salem estão presos a discursos de cunho biologistas já desconstruídos criticamente pela teoria feminista de gênero, no entanto continuam servindo de bússola orientativa para seus modos de vivenciar experiências masculinas.

Embora Leandro não tenha mencionado diretamente que é “de sua natureza masculina” ter outros envolvimento afetivos, ele relata ser natural que isto ocorra, mas só para os homens, não admitiu a traição de sua companheira, pois em sua concepção a traição feminina não é natural.

Situação parecida ocorre com Vilmar que também relata ter perdido a cabeça no dia em que o homicídio ocorreu. Como já vinha discutindo com a esposa sobre as traições desta o clima entre os dois estava tenso há alguns dias. Segundo a narrativa o crime ocorreu no domingo dia dos pais, data em que foram convidados por seus sogros a passar o dia no sítio para que a família ficasse reunida. O dia foi de descontração e regado a bebidas de teor alcoólico pelo que Vilmar contou.

[...] Acabei exagerando lá na bebida e ela também bebeu, e acabei saindo umas horas a tarde porque meu filho estava lá treinando laço em uma chácara próxima e fomos lá. Mas daí um pouco voltei e minha esposa estava nervosa. Queria ir para casa e eu não quis ir. Dava um Km ali. E eu dizia que queria ficar. E ela queria ir, pego os pequenos e foi para casa. Ai depois eu fui, e quando cheguei em casa começamos a discutir por causa de traição, e agente nunca tinha falado isso né, ela me chamou de chifruto e ai me deu um branco e não vi mais nada. E sou sei que o meu genro falou que eu peguei uma faca e fiquei correndo atrás dela e na estrada eu alcancei ela e o primeiro golpe pegou assim no ombro dela ela se desviou e não pegou. E ai eu fui atrás dela e quando ela se desviou eu cai dentro do valo assim. E disse que ela foi dar a mão para me ajudar, e quando ela me deu a mão eu puxei ela para cima de mim e eu matei ela, o golpe foi fatal”. (VILMAR).

Vilmar é um dos poucos que dá detalhes sobre como ocorreu o homicídio, fora ele também José descreve como matou sua companheira. Narra que não se deu conta da gravidade da situação e do que realmente tinha feito, segundo ele não se lembra de nada, saiu normalmente, tanto que não acreditou que realmente sua esposa havia entrado em óbito quando os policiais vieram prendê-lo, segundo seu relato, duvidou ate o ultimo instante que tinha feito isto.

Neste ponto Vilmar e Leandro apresentam a mesma fala de não terem percebido a real proporção de seus atos, tanto que Vilmar acreditava que foi um momento de fúria, explosão em que se vingou agredindo sua companheira, mas que estaria bem. Apesar da brutalidade e ter tido a chance de não desferir o golpe que tirou a vida de outro ser humano o sujeito deixa a transparecer que não teve a intenção de matar. Isto mesmo sabendo que faca é uma arma branca que causa ferimentos e dependendo de onde é feito o perfuramento tira sim a vida de outra pessoa.

Seus argumentos não o levam para uma atitude fria, calculista que planeja as ações podendo estar baseadas em concepções do tipo “esta pessoa/ corpo me pertence e se não estiver comigo não estará com mais ninguém”. Entretanto, sua ação parece ter sido motivada como uma maneira de fazer-se entender: você esta agindo errado me traindo, me humilhando, não esta se comportando como deveria agora você vai ver.

Parece que se trata de uma atitude corretiva, possessiva e cercada de valores morais internalizados pelos sujeitos, pois apesar de toda situação vivenciada, com traições constantes de sua companheira, frequentes visitas a casas de massagem e desentendimentos constantes viam a necessidade de permanecerem casados, mantendo as aparências. Seguir a um padrão de uma heterossexualidade compulsória sem romper com a imagem de família perfeita, afinal o “homem” deve controlar as fêmeas de sua família, principalmente no que concerne a sua sexualidade.

O controle da sexualidade de suas companheiras consentia em fazer com que estas mantivessem o comportamento correto de mulheres casadas, o fato de ocorrer deste modo, fez com que Douglas tomasse a decisão de separar-se. Explana que tentou contornar a situação e que pedia para sua companheira concordar com isto mas ela não desejava terminar o relacionamento com ele e ao mesmo tempo não deixava de sair com outras pessoas . Além da necessidade de não demonstrarem que seu relacionamento estava ameaçado, ao mesmo tempo estes homens não queriam demonstrar sua fraqueza quanto ao controle do lar e de sua companheira, talvez a ultima tentativa que tiveram para resgatar o controle da situação foi através da pratica de tirara a vida da companheira.

[...] E vários casais passam por esta situação, em um momento de desafeto vão lá e fazem né. Mas eu tinha decidido colocar um ponto final nesta situação. Mas ela não. Ela continuava da mesma forma. Se produzia da mesma forma, saía e voltava só no domingo a tarde, e foi, foi naquela situação não tinha como sair de casa. Eu disse que vendia a casa, dividia as coisas certinho. Disse que a situação não estava mais me agradando ela estava se fazendo de menina solteira, o que bem entendesse que eu estando ali do lado dela todos os dias né. (DOUGLAS).

Ao narrar sua história e relembrar as experiências vivenciadas em sua vida, principalmente ao falar de como foi difícil para ele seu relacionamento nos ultimo dias, e o quanto sofreu com isto chegou a emocionar-se. Fizemos uma pausa onde lhe ofereci água e aguardamos que este se recompusesse para continuarmos a entrevista.

[...] E sei lá discutimos varias vezes, e queria que ela se afastasse e tomasse uma decisão de uma vez por todas. Eu queria que ela saísse de uma vez por todas e me deixasse viver a minha vida. E ela dizia que aquela situação para ela estava boa. E eu gostando dela e a situação era triste. Quando uma pessoa gosta de mais de uma pessoa fica assim. E foi indo e eu não agüentando a situação humilhante, eu não conseguia trabalhar, dormir.

Ate que chegou um ponto que eu não agüentei. Eu tava no mesmo teto e ai. E chegou uma situação que eu não queria ter passado. Uma situação que ninguém deseja. Quando a pessoa ama mesmo e chega em uma situação dessa. E por isso que estou aqui nesta situação. São 03 anos já. [...]. Mas eu nunca esperei passar por uma situação tão constrangedora, humilhante e fiz uma coisa horrível na minha vida que destruiu uma parte da minha vida. Agora estou morto vivo. Eu fiz um crime gravíssimo. E ninguém espera esta situação. (DOUGLAS)

Da mesma forma que Douglas, Gilson sofreu com a traição da companheira e em um momento de discussão lhe tirou a vida, mas como relata que perdeu a cabeça, lhe deu um branco e este não se recorda de mais nada.

[...] Ela aí me deu uns tapas. Mas eu não agredi ela. Eu fiquei chorando no sofá. Aí eu fui fumar um cigarro na janela, aí ela veio para cima de mim e disse. _vou te matar seu corno, filho da puta, aí eu fui me defender e o que pegou assim aqui na mão, ela me derrubou no chão, e eu não lembro, deu um branco, não lembro nem como eu cheguei na casa dos meus pais naquele dia. (GILSON).

A vítima o teria ofendido também no início da discussão o chamando de vagabundo. Sobre a situação que estavam vivenciando relatou que pensou em separar-se no entanto seu patrão o teria aconselhado a permanecer com o relacionamento pois tratava-se de crises pelas quais todo casal passa.

Já Jeremias conta que no dia em que agrediu a companheira o que teria motivado tal prática foi uma discussão entre os dois que surgiu após ele ter acordado durante a noite e ter visto um homem dentro de casa que fugiu assim que o viu.

Com este fato, ele queria deixá-la, pois afirmou que não manteria um relacionamento em que havia traição, mas sua companheira não concordou os dois discutiram, ela lhe deu um tapa na cara e ele pegou uma faca que estava na cozinha e proferiu contra ela os golpes com a arma branca.

[...] Ela veio, e batei na minha cara, aí eu fiquei quieto, e fui para o quarto e comecei a arrumar minha mala, aí ela perguntou para onde tu vai? Vou para casa do meu irmão. Aí ela disse que não saía dali. Eu disse “você me trai, me dá tapa na cara e eu ainda tenho que ficar?” Aí meu irmão pegou a chave tomou a chave e disse, vai mesmo não fica aqui não. Aí eu peguei a sacola fui descendo a escada, e ali ela me deu outro tapa. Aí foi quando eu fiquei sem paciência, peguei a faca e furei ela. (JEREMIAS).

Analisando a experiência de si que estes homens narram em relação ao homicídio busco mais uma vez Foucault para me auxiliar na análise dos dados coletados destes homens. Os homicidas possuem uma verdade de si muito clara, entendendo-a enquanto interligada com o conhecimento que possuem de si e seu cuidado.

A verdade que estes sujeitos possuem de si tem a ver com o modo ao qual se conhecem. Neste sentido pensando na constituição da subjetividade destes homens. Eles narram sua produção do saber sobre si através das experiências que tiveram ao longo de sua vida e com isto narram sua experiência de si enquanto uma pessoa correta, honrada e que cumpriu com o que era deles esperado. É nisso que acreditam. É a verdade que estes homens tem de si.

Nolasco (2001) já relacionava a socialização dos sujeitos com os padrões de relações sociais que criam. Estes homens pensam, falam, sentem e expressam um conjunto de emoções

que os identificam socialmente como homem. Assim, estes entrevistados não só narram sua experiência de si enquanto verdade, também acreditam que a sociedade os veja dessa forma, já que eles estão agindo de modo correto. Este é o modelo que consideram de uma masculinidade hegemônica, acreditam que é realmente o padrão de masculinidade que vigora e deve ser seguido.

Mas uma vez para lembrar Connell e Messerschmidt (2013) já haviam refletido sobre os modelos de masculinidade e até da possibilidade do modelo hegemônico não ser exatamente um que se apóie na diferença entre os gêneros, mas ao contrário, que pregue a igualdade e respeito com mulheres.

Obviamente o primeiro modelo de masculinidade hegemônica traz benefícios aos homens e o principal seria a hierarquia deles sobre as mulheres, mas ao mesmo tempo lhes traz sofrimento quando não conseguem sustentar a relação deste modo. Oliveira (2004) já havia sinalizado que também trazem benefícios e talvez as tecnologias de produção não estejam necessariamente interessadas em mudar seus discursos por mais que sejam violentos e acabam por reforçar a violência de gênero que tanto se luta para eliminar.

Como a feminista De Lauretis (1994) já havia indicado as tecnologias sociais de produção auxiliam nesta marcação e definição sobre os gêneros. Sendo que as leis também compõem estas tecnologias. Analiso que não seja interesse para boa parte da sociedade constituir uma possibilidade de convivência igualitária, onde as pessoas não sejam introjetadas em gêneros de modo fixo e dual, e ainda coagidas para que estabeleçam praticas sexuais heterossexuais.

Entro nesta discussão pois, no mês de outubro de 2015 no Plenário na Câmara dos Deputados foi aprovado em caráter conclusivo o Estatuto da Família⁷, no qual se reconhece enquanto família a União formada por um homem e uma mulher, excluindo assim as pessoas que mantêm um relacionamento afetivo homossexual, o pior é que 17 deputados foram a favor da aprovação do Estatuto e apenas 05 contra, por isso compreendo que infelizmente grande parte da sociedade ainda reafirma padrões excludentes, e reforça modelos fixos de ser homem e de ser mulher.

E ai que reflito, onde começa a violência, se mais da metade de nossos deputados aprovam um Estatuto que reforça que a família para ser considerada família deve ser composta por um único padrão, homem+mulher e filhos, e ainda querem que este modelo seja

⁷ O projeto de Lei que Dispõe sobre o Estatuto da Família é de autoria de Anderson Ferreira e tramitava na câmara dos deputados desde 2013. Após a aprovação Os deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Erika Kokay (PT-DF) entraram com dois recursos no dia 26/10 para suspender a tramitação do projeto de lei. (G1, GLOBO; TERRA NOTÍCIAS).

trabalho em diversas políticas, como saúde, educação e assistência social. É sem dúvida um grande retrocesso em nossa sociedade, e em meu ponto de vista reafirmará ainda mais os valores para os homens que se identificam com o primeiro modelo de masculinidade hegemônica.

Recorrendo mais uma vez ao pensamento de Bourdieu (1999), De Lauretis (1994) e Foucault (1986) para pensar este engendramento que grande parte dos deputados esta tentando reafirmar enquanto natural, a concepção de família.

A partir de De Lauretis e Foucault compreendo que os gêneros são moldados através de praticas discursivas que engendram os corpos dos sujeitos e suas ações. Mas que ao mesmo tempo este sujeito se auto-representa, pois a relação de poder que age sobre seus corpos para engendrar padrões de gênero ao mesmo tempo lhe permite um conhecimento de si, e uma agência. Ainda que não me parece ser nesta linha que algumas tecnologias sociais pregam seu discurso, mas por meio de uma concepção de uma ordem natural dada, e não produzida discursivamente e passível de alterações.

Penso que o objetivo é agir por meio do poder simbólico sobre a comunidade delimitando sua forma de agir, de formar família de relacionar-se sexualmente, e também de ser homem e mulher. Por esse sentido me parece que a dominação masculina dos homens sobre mulheres continua sendo reproduzida e em especial pelos informantes com quem conversei, esta bem naturalizada, como se realmente esta fosse a ordem de como as coisas devem ser. Tal como Bourdieu refletiu;

[...] A divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que é normal, natural a ponto de ser inevitável: ela esta presente ao mesmo tempo em estado objetivado das coisas (na casa, por exemplo, cuja as partes são todas “sexuadas”) em todo mundo social e em, estado incorporado nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p.17).

Como o sociólogo continua em sua obra esta ordem social é incorporada sobre os gêneros de tal forma exclui as mulheres das tarefas mais nobres e as colocam em lugares inferiores. As mais prejudicadas são as mulheres as quais domesticam de tal forma que lhe ensinam a forma de portar-se a postura correta do corpo. Esta ordem simbólica que distingue o masculino do feminino, instituem os gêneros em duas classes de hábitos diferentes opostos e que se complementam. (BOURDIEU,1999).

Ao mesmo tempo Bourdieu (1999) já analisava que incorporar este hábito do agir masculino é também uma cilada, pois impõe aos homens afirmar em toda e qualquer

circunstancia sua virilidade, sua hierarquia, a dureza quando deveriam importar-se com sentimentos dos outros. Através das narrativas destes homens entendo que estes mesmos se cobravam sobre a situação, e suas ações, se estavam sendo coniventes com o que um homem honrado faria, e a conclusão que estes mesmo chegam ao conhecer-se e narrar sua experiência de si é de que sim, suas ações estavam corretas, sua imagem de homem estava sendo honrada, sendo que um dos principais argumentos que utilizam para tal é por meio de suas narrativas em relação as atividades laborativas que desenvolviam e os bens adquiridos.

Como Medrado e Lyra (2014) argumentam, precisamos compreender que os homens também são forjados por construções culturais de masculinidade que são sustentadas por praticas violentas. Os homens estão subjetivados desta forma por meio da subjetivação construída que tiveram em sua vida, e compreendendo que suas concepções são resultado de um projeto de formação compreende-se também que podem ser resignificadas.

Os homens autores de homicídio ou de tentativa de homicídio, apresentam narrativas nas quais expressam uma avaliação sobre a vítima, e esta deriva das emoções ao lembrar da vítima e do relacionamento que teve com esta. Como Jaggar (1998) apontava, a avaliação que os sujeitos fazem é de acordo com o que julgam correto naquela situação, como por exemplo, quando defino uma pessoa como perigosa, é porque esta foge aos meus padrões de pessoa confiável.

Com os homens que entrevistei isto ocorre quando identificam suas companheiras como mulheres que não se adequaram ao ideal de feminilidade que delas aguardavam, por isso a percebem enquanto “mulheres erradas”. O fato da maioria destes sujeitos culpabilizarem a vítima pelo homicídio, representa que estes sujeitos compartilham de uma mesma avaliação e de uma “resposta emocional previsível para a situação”. (JAGGAR, 1998 p. 167). Por isto, estes “perderam a cabeça” frente as atitudes que julgaram incorretas da companheira, mas claro já há toda uma subjetividade que influencia nesta reação, conforme já refleti anteriormente.

Os sujeitos encontram-se presos a socialização que tiveram e aos ideais que subjetivaram para sua vida. Esta prisão em que se encontram é muito rígida, pois não permitiu uma reflexividade de suas ações aceitando o rompimento do relacionamento com vítima, ou procurando auxílio profissional para lidar com as situações pelas quais estavam passando. Estes sujeitos tinham seu ideal de vida, que imaginavam cumprir ao lado da vítima do crime, mas quando esta ameaça o caminho que os homens traçaram, este homem fica assustado sente medo, e sensação de fracasso. O psicólogo Frederico Mattos analisa que homens tem procurado seu consultório para terapia na qual se queixam por sentirem-se vazios, como se

lhes faltasse algo. O psicólogo atribui este vazio também as idealizações que estes sujeitos tinham para com sua vida.

[...] A identidade masculina está fragmentada em múltiplos referenciais para um homem acostumado a assumir papéis mais simples. O medo é fruto da sensação de impotência frente a novas ameaças físicas, psicológicas e sociais.

Como os papéis não estão claros e a realidade se mostra paradoxal, esse homem está sempre se sentindo ameaçado por imagens contraditórias de si mesmo. Essa solidão masculina representa o desenraizamento de si mesmo e de suas origens. Abrir um espaço em que a tristeza, a angústia, o fracasso e o desânimo tenham o seu lugar é essencial para ampliar o repertório de ação do homem. (MATTOS, 2011, p.1).

Embora Mattos (2011) não faça uma ponte com a sociologia, o autor de certa forma relaciona os aspectos que afligem este homem, algo que sai de seu controle, como as mudanças que ocorrem na sociedade e o modelo padrão que este possuía como ideal para o homem, bem como que idealizava a companheira.

Assim, este homem possui uma subjetivação, que lhe produz emoções como Maheirie (2002) e Jaggar (1998) já haviam apontado. Os sujeitos sentem-se perdidos. No caso dos homens que procuram Mattos, e que buscam auxílio na terapia para resignificar seu modo de ser masculino, eles também tem novos anseios sem que para isto machuquem o outro, procuraram resolver suas angustias internas, reconheceram seu sofrimento, e compartilharam isto com outra pessoa. Talvez seja isto que falta aos homens que entrevistei, perceber que podem procurar auxílio para lidar com os conflitos, e também espaços que atendam estes homens, como já discuti anteriormente.

Os homens e as mulheres não precisam responder a um ideal que a sociedade espera deles, mas ser felizes, encontrar atividades que gostem sem se preocupar se esta é coisa de menino ou menina. E principalmente perceber seu parceiro enquanto um sujeito livre, que não carece da tutela masculina, mas que tem vontades, sentimentos e desejos e que precisam ser respeitados.

Não é vergonha procurar auxílio profissional para lidar com suas emoções, seus medos, assim como também não o é quando um homem o faz, embora nas entrevistas que tive com os homicidas, estes relataram que nunca procuraram auxílio profissional para falar de como se sentiam. Ao contrário, não conversavam com ninguém, guardavam suas angustias só para si. E aí, como Maheirie (2002) já havia frisado, a emoção pode liberar ou aprisionar ainda mais o sujeito, bem, foi justamente o que ocorreu, sem conseguir com quem compartilhar suas experiências, emoções, sem a possibilidade de diálogo com outra pessoa

que não compartilhe de um ideal patriarcal de masculinidade para quem sabe resignificar algumas de suas concepções procurando uma alternativa de lidar com seu problema sem o uso da violência estes sujeitos acabaram aprisionando-se em seu ideal rígido.

Com isto, não vendo alternativas, acabaram por matar, ou tentar matar suas companheiras se compreende que a perspectiva de futuro destes sujeitos ainda é limitada, digo isto, pois narram que não conseguiam ver outra alternativa para situação que estavam vivenciando, seu sentimento de fracasso e angústia motivou a prática do crime.

Além das narrativas em relação as emoções que sentiram e os motivaram para a prática do crime, há ainda a narrativa dos reeducandos que verbalizaram que estão cumprindo pena injustamente, não concordando com sua prisão e pena. Para analisar estas experiências de si que foram narradas deixei uma nova dimensão onde serão assim analisados.

5.4 O SENTIMENTO DE SER CONDENADO INJUSTAMENTE PELA PRÁTICA DO CRIME.

Dentre os sujeitos que afirmam sentirem-se injustiçados porque segundo eles terem sido condenados injustamente encontram-se Altair, Mario, César e Hélio. Destes, apenas Hélio foi inocentado no dia do Juri Popular. A história de Hélio veremos separadamente, neste mesmo tópico de discussão, por ter esta singularidade.

Para esclarecer, os crimes que vão à julgamento no Juri Popular são crimes contra vida, consumados, tentados e os crimes conexos, sendo estes: Homicídio; Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; infanticídio e aborto. (CÓDIGO PENAL, 1940).

Todos estes crimes estão prescritos no Código Penal, instrumento do direito no qual estão especificadas um conjunto de normas, leis, que são aplicadas a todos os membros da sociedade. Este instrumental serve para prevenir, punir e com isto manter a ordem social e a segurança social. Como já era discutido por Foucault, através do Direito são produzidas normas à serem seguidas, isto tanto implica em como a sociedade deve agir para que não transgridam regras, bem como, os executores de direito devem agir frente a situações na qual as regras são transgredidas.

[...] O direito é, sem dúvida, a forma por excelência do poder simbólico de nomeação que cria as coisas nomeadas e, em particular, os grupos; ele confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação toda a permanência, a das coisas, que uma instituição histórica é capaz de conferir a instituições históricas. O direito é a forma por excelência do discurso atuante, capaz, por sua própria força,

de produzir efeitos. Não é demais dizer que ele faz o mundo social, mas com a condição de se não esquecer que ele é feito por este. (BOURDIEU, 2011, p.237).

Desta forma, o direito é uma expressão de como age o poder simbólico, conforme Bourdieu (2011) apontou, isto pois há certo consentimento entre a sociedade que permite que o Estado e executores do direito formulem normas a serem seguidas, e assim, moldando os corpos de acordo com o que se é permitido fazer e o que não é. A medida que pessoas transgridem estas normas de boa convivência, são julgadas, e quando isto ocorre estas pessoas compõem um grupo de criminosos também chamados de reeducando dentro do sistema prisional, no entanto a sociedade civil quando fala destes sujeitos utiliza a expressão criminosos, que foi usada até mesmo pelos homens autores de homicídio com quem conversamos.

Assim, os juízes por outro lado compõem outro grupo, são aqueles que conhecem as normas, as punições e aplicam as medidas necessárias, estão em um patamar no qual o “humano” representa o Estado, as normas, e assim exerce o poder simbólico, logo suas medidas são vistas como algo incontestável, sábio pois é um Julgamento Oficial. E desta forma que ocorre também com o Juri Popular, embora não necessariamente tratem-se de pessoas que tenham formação em direito, mas estes naquele momento estão representando-o e sob a luz das normas e provas que lhes são apresentadas, julgam o sujeito como culpado ou inocente da acusação.

[...] ele representa a forma por excelência da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos: estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que atuam como mandatários autorizados de uma coletividade e constituídos assim em modelos de todos os atos de categorização [...], são atos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem. (BOURDIEU, 2011, p 236,237).

Como é visto através do poder simbólico que é exercido pelo direito, os executores da lei possuem a palavra oficial, e são autorizados coletivamente para agir da forma que agem, ou seja, no caso dos homicídios, por meio de provas apresentadas, testemunhas e pelo inquérito policial o júri, como executores da lei, poderão emitir seu julgamento em favor ou desfavor do réu. É a dominação simbólica sendo exercida sobre o que é certo e errado, tanto para aquele que praticou, tanto para o que está julgando seu semelhante.

Os homens que entrevistamos, e que foram julgados em Juri Popular por se tratar de crime contra vida, sentem-se injustiçados. Este sentimento que relatam ocorre não somente por “sua palavra não ser válida” mas também porque a experiência que estes homens tem de si é de ser um verdadeiro homem, na qualidade de trabalhador, honesto, frequentador de igreja; aspectos que para eles não foram levadas em consideração, ou melhor não foram suficientes para evitar uma condenação. Cabe lembrar que os sujeitos deste rol de virtudes, afirmam sua inocência, estão convictos que agiram pelo Bem. Para tal ou acusam a vítima de atentar contra si mesma, ou alegam não saber nada sobre o ocorrido. Para Izumino (2004) esta pode justamente ser uma estratégia da defesa utilizada pelo sujeito acusado.

Entre os sujeitos que argumentam terem sido condenados injustamente dois cumprem pena pela tentativa de homicídio e outro pelo ato consumado.

Altair é condenado pela tentativa de homicídio de sua companheira, no qual este afirma que não teve nenhum envolvimento. Conforme relata sua ex- companheira foi esfaqueada, sendo atingida com onze golpes, segundo alega neste momento ele estava trabalhando, sabendo apenas do crime no dia seguinte.

[...]Mas no dia que eu tava trabalhando ela foi esfaqueada, levou 11 facadas e não morreu. Daí estão dizendo que fui eu. Mas não tenho como provar, peguei um advogado do Estado e ele não fez nada. E um mês depois que foram me ligar para ir na delegacia e que tinha acontecido uma coisa. Fui lá falei meu depoimento, fui lá duas vezes e na terceira vez eu recebi um mandato de prisão. (ALTAIR).

Durante a entrevista relatou que após descobrir a traição de sua ex-companheira optou por deixar a residência e não manter mais contato com a mesma. Argumentando assim que não teria nenhum envolvimento com o crime que ocorreu cerca de uma semana após ter terminado o relacionamento. “Eu fui a júri popular. Era a favor meu, e dela. Porque daí ela foi e deu aquela chorada. Daí eles se comoveram e me condenaram. Queriam me dar 12 anos mas como não tinha prova a juíza me deu 08”. (ALTAIR).

Mesmo alegando que estava trabalhando no momento em que a tentativa de homicídio aconteceu Altair lamenta que não tenha como provar seu álibi e manifesta indignação pelo fato do advogado dativo não ter conseguido provar sua inocência. Como não tive acesso ao processo e este também não foi o foco e objetivo desta dissertação, não avalio e argumento se esta situação realmente aconteceu, mas expresso aqui o posicionamento que este sujeito narrou.

Mario, o sujeito que assume apenas o homicídio praticado contra a primeira companheira, mas sobre a morte da mãe de seus filhos nega ser o mentor do crime, também

argumenta estar preso injustamente. A vítima foi morta com tiros quando chegava no trabalho pela manhã, o autor dos disparos foi um homem que a abordou em uma moto, e estava de capacete. Ele praticou o crime contratado por outra pessoa, sendo que Mario afirma que não houve nenhuma espécie de envolvimento no fato. Ele acredita que o novo companheiro com quem a vítima se envolveu possa ter participação no crime.

Após a acusação e a condenação de Mário houve atritos na família dele. Os filhos de Mario com a vítima romperam relações com a avó materna, pois defendem o pai e acreditam que o sujeito tenha sido condenado injustamente. O entrevistado também sente falta do convívio com a ex-sogra, pois segundo ele se davam muito bem. O entrevistado relata que seus filhos o apóiam e acreditam na sua inocência, inclusive a filha mais nova tem dificuldades em conversar com a avó materna, pois desconfia que esta possa ter denunciado o pai.

Já na situação de César, o argumento que este utiliza para justificar que esta pagando por um crime que não cometeu engloba não só a negação sobre o ato de tirar a vida de outra pessoa, mas em sua narrativa sobre como os fatos ocorreram afirma que ela mesma ateou fogo em si, atentando contra a própria vida.

As experiências vivenciadas por Cesar trazem um fator a mais, que é a crença religiosa, o medo do pecado e o objetivo de fazer o que seria certo perante Deus para este sujeito foi fundamental quando a suas escolhas e definição de relacionamentos afetivos.

Como ele mesmo relata suas companheiras também pertenciam a mesma igreja que ele, logo possuíam o mesmo entendimento sobre o que é certo e errado, já que estes personagens fazem esta distinção. Como o próprio Cesar narrou, quando se envolvem em outros relacionamentos afetivos mesmo tendo assumido uma união por meio do matrimônio estava pecando, como este era o ponto principal das discussões entre César e sua companheira percebe-se que preocupavam – se com os preceitos religiosos, mas certamente a idéia de pecado não estava apenas relacionada a traições matrimoniais mas também com o fato de tirar a vida de outrem ou até mesmo a própria.

Com isso se analisa que não somente o medo de praticar o pecado afrontava estes sujeitos, como também o receio de julgamentos morais da sociedade, nos círculos de amizade onde estes perpassavam. Enfrentavam uma cobrança interna para com si mesmo, por ter agido desta forma, e pelo outro ter agido daquela ambos praticando pecados.

Segundo César o que mais incomodava sua ex- companheira era o fato de seu filho, fruto do outro relacionamento vir visitá-lo constantemente e assim lembrava do pecado cometido.

[...] Mas ela voltou comigo nesta condição, ela sabia que eu tinha tido um filho. Ela disse quero que ela deixe o filho lá, e depois você pega, eu disse não senhora, o filho é meu, a responsabilidade esta comigo, o filho é meu, e vou pagar pensão e eu vou querer visitar o menino, e inclusive a visitação dele é guarda compartilhada. Então era assim, ela se sentia com ciúmes mesmo.(CESAR).

[...] Mas assim ela começou com estas picuinhas sabe, e ela fica nervosa sabe. E aí ela chegou do meu lado e disse, porque tu não me mata então? Aí ela pegou e jogou gasolina nela, jogou fogo assim na minha frente e começou a queimar a camisa dela assim, tirei aí eu coloquei uma camisa minha por cima assim, social assim né de botão que eu usava para ir para igreja, aí – chamo o SAMU, aí eu disse não, não, vai demorar. Aí eu peguei ela no carro assim e levei para o Regional. (CESAR).

O segundo relato expressa justamente um dos momentos em que sua companheira teria provocado discussões e tentado impor sua vontade. César, mesmo afirmando ter errado e praticado pecado não admitia que ela o cobrasse desta forma e decidisse por si as atitudes que ele deveria tomar.

A acusação contra ele pela tentativa de homicídio veio logo após sua companheira ter sido internada, e segundo o mesmo foi a própria que o culpou.

[...] Ela acusou mas não fui eu. Não fui eu. Até eu sempre converso quando eu falo com o psiquiatra psicólogo ali, que eu não tenho motivos para estar mentindo. Não fui eu. A lei é cega entende. Eu devia estar pagando por algo que eu fiz entende, e não por uma coisa que eu não fiz. Aí ela foi visitada no hospital pela delegada, pegou o depoimento dela e eu não sei o que eles falaram para ela, se ela ia perder a guarda das crianças, e se ela podia ser internada em psiquiatria. Para uma pessoa querer tirar a própria vida entende e aí ela ficou com medo e me acusou. Não sei o que se passou pela cabeça dela. (CESAR).

O sujeito relata até que ficou surpreso com a acusação, segundo ele o seu advogado ainda tentou amenizar a pena pedindo que este fosse condenado pelo crime de lesão corporal, no entanto, o pedido não foi aceito sendo condenado pela tentativa de homicídio, Art 121do Código Penal. Cesar acredita que a composição do Juri também pesou contra ele pois eram dois homens e cinco mulheres, este também menciona. “E a doutora que me condenou foi mulher”. (CÉSAR, 2014). Desta forma traz uma forte crítica ao Sistema Judiciário quanto a sua investigação e privilégio das mulheres enquanto vítimas.

Quando o sujeito avalia a situação por ele vivenciada, conclui que seu erro foi ter voltado para seu casamento, mas que o fez porque de acordo com sua religião eles estavam pecando. O casamento para eles é um só.

[...] Eu vivia muito bem com ela, eu fiz errado de ter largado dela para voltar, tentar de novo. Só que eu pensava assim, poxa eu sempre temi a Deus entende. E eu sabia que eu tava vivendo em fornicção entende, porque eu não era casado legalmente com ela na igreja entendeu? Mas casamento é um só, e precisa do casamento pra nos fazer a obra junto na igreja. Eu louvava na igreja, cumpria a palavra. Então eu voltei para minha esposa, minha família, aí eu deixei dela, para voltar com essa mulher. E a partir daí foi só cobrança, qualquer coisa jogava na minha cara entende? (CESAR).

Como vemos na concepção do sujeito este deveria fazer o que seria certo perante os mandamentos da igreja, mas desde então a situação do casal apenas piorou iniciaram ainda mais as cobranças. E como César já havia demonstrado anteriormente seguia um padrão de forma à vivenciar suas experiências mostrando-se como provedor do lar, trabalhador e correto, também aquele que tomava as decisões do lar. Com as cobranças rotineiras de sua companheira ela estava passando dos limites que lhe eram permitidos, pois no entender destes sujeitos a mulher que preencheria a outra metade é aquela que cumpriria seu papel ao seu lado na igreja, seria boa esposa cuidando do lar e filhos e principalmente não questionasse suas atitudes. César, possuía subjetivações de masculinidade e religiosas bastante rígidas, e pelo seus relatos sua companheira também cobrava-lhe pelo fato de não ter seguido fielmente os preceitos da igreja.

Como se percebe os sujeitos defendem que foram condenados injustamente pelo tribunal do júri. No entanto, como Izumino (2004) já apontou o fato de negar seu envolvimento no crime, seja ele de homicídio ou da tentativa pode ser por si só uma estratégia de defesa adotada por estes homens. Além disto, assim como os demais sujeitos que assumem a autoria do crime, procuram se apresentar como bons sujeitos, sendo que um dos pontos positivos é o fato de sempre se mostrarem honestos e trabalhadores.

Quanto ao modo com funcionam os julgamentos de crimes contra a vida, estes contam com apoio do conselho de sentença. Izumino (2004) explica que este conselho é composto previamente por uma lista de 300 nomes escolhidos através de sorteio. Esta relação de nomes é obtida através da listagem de eleitores, funcionários de repartições públicas e pessoas que se inscrevem voluntariamente para participar do júri. Para cada sessão serão sorteados 21 nomes desta lista.

No momento da composição do Juri ocorre mais um sorteio, neste são escolhidos mais sete nomes, sendo que a cada bilhete sorteado a defesa ou acusação podem recusar o então candidato a júri. Quando o então Conselho é composto inicia-se o processo de análise e julgamento. Defesa e Acusação mostram as evidências e argumentos que conseguiram reunir. Além disso, o réu também é convocado para prestar seu depoimento.

Durante este processo também são chamados testemunhas que são elencadas tanto pela defesa quanto pela acusação, se em algum momento o Conselho de sentença apresentar alguma dúvida ou tiver algo que não foi esclarecido, podem fazer perguntas que geralmente ocorrem através de escritos que são entregues ao juiz para que este faça a leitura. Em nenhum momento do julgamento podem haver conversas entre os jurados, cada um deles deve concentrar-se apenas na sua análise das evidências apresentadas.

Estas pessoas não podem ter nenhuma ligação com o caso a ser julgado, ou seja, não conhecer nem o acusado ou vítima.

[...]A função deste corpo de jurados que compõe o chamado conselho de sentença é democratizar a atuação da justiça no julgamento dos crimes contra vida. Sua decisão enquanto representantes da sociedade, é soberana a cada julgamento, isto é, a ela não cabe qualquer recurso, salvo se houve irregularidades constatadas que ensejem o cancelamento do processo a partir da sentença de pronúncia. (IZUMINO, 2004, p. 227).

Como a própria autora explica sobre como ocorrem os processos de júri popular no qual são julgado os crimes contra a vida, a presença de um Conselho de Sentença garante a democratização da justiça que não permite que as decisões fiquem apenas atreladas a interpretação que um único juiz faz das leis e dos bons costumes vigentes na sociedade.

A autora ainda aponta que ocorrem sim críticas quanto ao modo que são julgados, se esta seria a maneira mais adequada e se os participantes teriam capacidade suficiente para tal responsabilidade, no entanto, avalia que a defesa ou apoio a esta prática depende muito dos interesses políticos dos envolvidos e da visão de mundo que estes debatedores apresentam. No caso destes sujeitos por exemplo, não creem que foi justo, alguns acreditam que os júris possam ter sido manipulados pelo fato de se tratar de um crime contra mulher e haver mulheres presentes no corpo do Conselho.

Como se pode analisar através das contribuições de Izumino (2004) o Sistema Judiciário tem se guiado por um caminho que parece o mais justo. As pessoas acusadas tem o direito de constituir defesa, o julgamento acontece por meio de apresentações de provas, a pessoa é considerada inocente até que se prove ao contrário. Nos casos em que se trata de crime contra vida, os réus são submetidos ao julgamento de um júri popular o qual não deve ter ligação alguma com o crime, o réu ou a vítima. Como até já foi sinalizado anteriormente com o auxílio de Bourdieu o direito e as leis são as formas por excelência de poder simbólico cujo objetivo principalmente é manter a ordem entre a sociedade.

Foucault em *Vigiar e Punir* (1977) reflete que as práticas punitivas para manter a ordem na sociedade já são antigas, mas inicialmente aconteciam através de torturas em praça pública, mortes cruéis que eram expostas para mostrar ao público este exemplo, os que se desviavam do que era permitido eram punidos em praça pública. Estas práticas de mortes cruéis tinham principalmente o corpo como foco, mas ao final do século XVIII as práticas de tortura foram denunciadas como bárbaras e deixaram de acontecer. Deu-se ênfase a produção da verdade penal, onde as provas recebiam maior ênfase, somadas a confissão do acusado. O sistema penal então conforme a análise de Foucault passa a atuar sobre a alma dos sujeitos, não mais sobre o castigo de seu corpo, o condenado então é isolado da sociedade. O carrasco que antes executa as penas foi substituído por profissionais como: guardas, médicos, psiquiatras, psicólogos, educadores, enfermeiros, assistentes sociais e outras possíveis especialidades. Lendo Foucault percebo que do século XVIII para o XXI houve grandes mudanças sob a forma dos julgamentos e condenações para aqueles que ultrapassam os limites da convivência comunitária e ferem o direito de seu próximo.

Ao mesmo tempo me preocupo em pensar, a respeito de qual ordem simbólica ainda vigora e age com força na sociedade. Minha análise vai neste sentido porque vejo que a preocupação está em punir quem ultrapassa os limites do que é permitido. Tirar a vida de outrem merece a punição sim. Mas ao mesmo tempo os homens que hoje cumprem pena pelo homicídio de suas companheiras seja os que se reconhecem enquanto autores do crime ou não, narram uma experiência de si que mostra que estavam mais preocupados em seguir uma ordem simbólica que os apresenta em uma masculinidade dura, fixa e hierárquica e que lhes dá poder, do que a ordem simbólica que os coage a cumprir o código penal.

Vejo que chega a ser contraditório, temos a Lei Maria da Penha que coíbe as formas de violência contra mulher, a lei do feminicídio onde a morte de mulheres é considerada um crime hediondo e ao mesmo tempo homens ainda são socializados e acreditam que uma masculinidade com traços patriarcais seja a mais correta a ser seguida. Grupos feministas, movimentos de mulheres, gays, lésbicas transexuais vão às ruas, fazem campanhas em busca da igualdade e fim da violência entre os gêneros e por outro lado políticos aprovam estatuto da família que é carregado de violência de gênero por compreender apenas a família formada por heterossexuais enquanto.

Atualmente também está sendo proposto o projeto de Lei 5069, que Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. O qual dificulta o aborto legal em caso de estupro e que tem gerado manifestações de mulheres em todo o Brasil. O que me chama atenção é o fato de tanto o estatuto da família quanto este projeto de

Lei são de autoria de homens, o que me preocupa, pois me parece que estão invocando mais uma vez padrões de masculinidade hegemônica para a sociedade. Invocando a submissão da mulher dificultando que sua decisão de abortar em caso de estupro.

Vejo que há um retrocesso na igualdade de gênero e que este retrocesso está sendo construído e sendo invocado, e mais uma vez a estão tentando domesticar as mulheres, tentando deixá-las em uma posição de inferioridade na sociedade. Os homens que já simpatizavam com concepções patriarcais para exercer sua masculinidade tem reforçado suas concepções por meio deste novo projeto de Lei, isto fica evidente nos comentários masculinos que aparecem abaixo as reportagens que cobrem estas notícias. Como este comentário entre tantos outros que aparecem em diversas páginas. “Sergio: Direito soberano nada! Isso é papo de homem frouxo, que não assume suas responsabilidades e direitos de macho. Mulher tem que obedecer.” (G1. Notícias, 2015).

Com isto a reflexão que procuro fazer neste ponto sobre as condenações onde os sujeitos alegam que não são os autores e os processos de julgamento e prisão, seria se realmente a solução estaria na prisão destes homens. Eles devem cumprir pena sim, afinal cometeram um crime. Mas estes últimos projetos, tanto do estatuto da família, quanto o projeto de Lei 5069 acabam indo de encontro com valores que os próprios homicidas descreveram que eram fundamentais em sua vida e o fato de não estarem alcançando e conseguindo manter seu ideal de família de submissão e fidelidade feminina em sua narrativa desencadearam o crime através das emoções que ocasionaram a perda de controle de si em uma tentativa desesperada de manter sua honra de um “homem de verdade”.

Ao mesmo tempo que Altair, Mario, César narraram o sentimento de ser condenado injustamente pela prática do crime, Hélio também narrou este mesmo sentimento, no entanto sua experiência compõe narrativas diferentes de Hélio por isto o deixei em uma segunda dimensão em relação ao sentimento de injustiça sobre a prisão. sendo assim, este segue abaixo.

5.4.1 Hélio, espera de três anos pela absolvição do crime.

Quando conheci Hélio no presídio este me disse “ este não é o tipo de história comum que você vai ouvir sobre homens que matam suas companheiras”. O informante que mesmo aguardando julgamento concordou em participar da pesquisa, já no início me disse que não seria uma história parecida com as quais havia tomado conhecimento até o momento, não

ouviria sobre ciúmes, traições, neste sentido. Surpresa com o que me disse, liguei o gravador e iniciamos a entrevista narrativa.

Hélio, possui ensino superior, sua formação são nas áreas: engenharia elétrica, administração de empresas, engenharia do trabalho, e pós graduação em engenharia de produção. Possui três empresas na cidade onde morava.

O sujeito já era viúvo do primeiro relacionamento, sua primeira esposa faleceu de câncer há 05 anos, possui uma filha que adotou junto a primeira esposa, sendo que a menina estaria completando 10 anos ainda no ano de nossa conversa. A perda de sua esposa foi um momento muito difícil, segundo relata.

[...] E aí foi um baque né, fiquei tentando tocar três empresas e dava aula na [...] também para o pessoal da engenharia, e tentando cuidar de uma criança. Foi complicado. Momentos difíceis. Mas a família ajudou bastante. E numa destas empresas que era uma cooperativa, foi sócio fundador. Empresa vinculada a UNIMED (HÉLIO).

Como se vê, Hélio sempre foi um homem bastante ocupado e envolvido com várias atividades ao mesmo tempo. Com o passar do tempo, o sujeito iniciou outro relacionamento, no entanto a pessoa com quem se envolveu trabalhava com ele e possuía um bom cargo na empresa no qual ele era presidente.

[...] Nós tínhamos uma gerente que já estava a muito tempo conosco né, que também era divorciada e na verdade trata-se da vítima né. E como ela era divorciada acabamos mantendo um relacionamento né. Mas assim bem tranquilo, ela morava na casa dela eu na minha, ela tinha o filho dela eu a minha. A gente saía, final de semana, viajava. (HÉLIO).

Apesar da ligação direta no ambiente de trabalho o casal procura manter certa discrição. No entanto, a chegada de uma terceira pessoa a empresa que Hélio presidia acabou finalizando o relacionamento da maneira trágica, com a morte de sua companheira atual.

[...] Esta empresa começou a crescer, trazer rendimentos muito bons para os associados, então vimos a necessidade de colocar uma gerente financeira dentro desta empresa, e foi onde foi feita uma contratação, uma menina nova, e esta menina começou a desviar recursos da empresa. E provavelmente a Cristina⁸ descobriu isto né. E neste meio tempo ela conseguiu se tornar a melhor amiga da Cristina. Eram muito amigas. E eu desconfio né, vendo os julgamentos dos outros, que em determinado momento a Cristina descobriu isto. Este desvio de recursos. E pela amizade que mantia com ela deveria ter tentado conversar e reverter a situação né.

⁸ Nome fictício para a vítima do homicídio.

Eu não fiquei sabendo disso. Fiquei sabendo depois que estava preso que a empresa fez uma auditoria interna, e foi descoberto que todos os recursos foram desviados para parentes dela né. Enfim esta pessoa contratou um amigo dela, e de forma brutal e animalasca mataram a Cristina. Foi um crime que comoveu a sociedade, e mesmo não tendo um envolvimento direto eu fui envolvido por estar mantendo um relacionamento com a Cristina e por ser o presidente da empresa é claro. (HÉLIO).

Como o sujeito narra, a acusação pela morte de sua companheira, realmente é diferente das demais. Hélio que apresentou-se indignado por estar aguardando julgamento por tanto tempo, também carrega dentro de si sentimento de injustiça para com a mídia que o teria condenado previamente sem saber da realidade dos fatos. Segundo Hélio argumenta, após a explosão na mídia do crime, e das suspeitas lançadas sobre ele, toda comunidade local o via como assassino, sendo que muitos acreditaram em seu envolvimento com a morte de Cristina.

[...] Ai Alexandre José e Companhia contam a história e você não consegue reverter isto. E ai dia 23 vai ser o meu Juri né, e eu sou um dos poucos casos assim que a sociedade condenou precocemente sem qualquer tipo de prova. (HÉLIO).

O nome citado por Hélio é de um apresentador de programa local, especificamente que traz as notícias da região do Vale do Itajaí, Médio Vale, ou demais localidades próximas pertencentes ao Estado de Santa Catarina. Como Hélio relata, por meio deste programa já houve uma pré-condenação dele como sendo mentor do crime.

A primeira pessoa que envolveu o nome de Hélio como participante do crime foi a amiga de Cristina, que hoje cumpre pena pelo homicídio do qual foi autora, (condenada a 28 anos de prisão) sendo que o motivo que a levou a cometer tal ato foi justamente o desvio de dinheiro do qual Cristina tomou conhecimento.

A questão que maior intriga Hélio e sentimento que este carrega de injustiça dentro de si, envolve a morosidade do julgamento, a versão que foi lançada na mídia, o que teria, segundo ele pressionado o Judiciário para que este fosse preso preventivamente, o que se alastrou por três anos e meio.

[...] Estou aqui a três anos e meio. Muito tempo. Absurdo, eu fico revoltado com esta situação toda, porque aquilo que você aprende na escola que você é inocente até que se prove ao contrário é utópico tá. Isso não existe, você é culpado até que se prove inocência. Você precisa provar que você é inocente. Desculpa como é teu nome? Rafaela. Se alguém disser oh a Rafaela jogou pedra na casa lá. Você vai preso e você precisa provar que você não é o culpado. O Judiciário infelizmente não tem aquela liberdade de julgo. Infelizmete ele é influenciado pela sociedade e por aqueles programas da mídia sensacionalistas. Onde o pessoal conta uma história, aquilo passa a ser verdade a comunidade se movimenta.

Você pede o abeas corpus. Onde você diz que você trabalha, que você tem família. Que nunca entrou em uma delegacia, e tudo isso não vale. Esquece! Tudo isso não vale, tua vida regressa. O que vale é o que dizem que aconteceu. (HÉLIO).

Como os professores de física já nos ensinaram, toda ação causa uma reação, e isto não foi diferente com Hélio. Ao aguardar mais de três anos para ir ao banco dos réus e provar sua inocência, momentos junto a sua filha e família lhe foram roubados. Por escolha decidiu não contar o que realmente estava acontecendo à sua filha para preservá-la por ter apenas 10 anos.

[...]Ela não sabe dos fatos. Ela sabe que eu to aqui, que não posso sair daqui, ela agora vê isso com certa naturalidade né. Ela não sabe da realidade toda. Vou contar isto para ela mais para frente de uma forma mais tranqüila né. Embora que uma criança com dez anos já é muito esperta né. (HÉLIO).

A revolta que Hélio manifesta em relação ao tempo que levou para que fosse à julgamento, se torna ainda maior quando pensa em sua filha, nas datas comemorativas em que não pôde estar presente, nos momentos em que ela ficou doente, ou que teve experiências novas na escola e não conseguiu compartilhar com o pai. Ao mesmo tempo estava tranqüilo por saber que a menina estava sob os cuidados da avó paterna e seus familiares.

A situação que foi vivenciada por Hélio é diferente das demais que aqui apresentei. Como o sujeito foi selecionado pelo agente penitenciário não deixei de entrevistá-lo, até porque ele quis participar, falar sobre sua experiência de si e expor também sua angústia. Optei por manter a narrativa deste sujeito até para dar visibilidade a demais situações que podem motivar o homicídio de mulheres praticadas por seus companheiros ou ex-companheiros, que é quando o dinheiro entra em jogo.

Mas também para dar voz a este sujeito que ficou preso por três anos e meio por um crime que não cometeu. E aí entra em jogo uma série de discussões que me renderiam uma nova dissertação e por isso não serão aqui problematizadas, somente citadas: A influência da mídia sobre estes crimes, jornais impressos jornais locais, o aspecto jurídico em relação as medidas protetivas de prisão, o afastamento dos familiares e amigos, os sentimentos deste sujeito, entre diversos outros aspectos.

Do mesmo modo que os demais sujeitos, Hélio também explanou ao longo da entrevista os desejos e anseios que este possui para o futuro. Assim no próximo item dar-se-á ênfase as expectativas que os sujeitos possuem para o futuro.

5.5 A PERCEPÇÃO DE SI HOJE E AS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO

Todos os sujeitos se justificam como corretos a partir do trabalho mostrando o quanto são dignos, e construindo uma expectativa de futuro de que quando terminarem de cumprir sua pena voltarão ao mercado de trabalho. Esta narrativa de que sempre se empenharam e que mantiveram vínculos empregatícios ao longo de sua vida, faz com que acreditem ser homens distintos das outras pessoas que estão presas por outros crimes como tráfico de drogas, roubos e assaltos, isto é, não fazem do crime seu trabalho, não estão vivendo disto. Assim em sua justificativa não seriam criminosos, mas pessoas que tiveram um deslize.

Como não viviam do crime se consideram mais dignos de que estas outras pessoas. Afinal na avaliação destes, eles se encontram cumprindo pena pois perderam a cabeça em um determinado momento de sua vida. E ainda, atribuem este fato ao comportamento da vítima, sem perceber que seus construtos, suas subjetivações que o engendraram desta forma se relacionam sim com o crime. Afinal, se “perco a cabeça” não é por nada, mas por razões das quais discordo que o outro pratique, e nestes casos em específico, porque não estavam de acordo com o comportamento de suas companheiras, esperando que estas portem-se de outra forma, que seus construtos de feminilidade sejam submissos a masculinidade que estes vivenciavam e me parece que continuam vivenciando, pois narram os mesmos valores que tinham no momento em que viviam com a vítima do homicídio.

Suas expectativas de futuro, continuam direcionadas principalmente para suas atividades laborais. Assim as subjetivações de homens trabalhadores, honrados e provedores continuam fortes nestes homens.. Conforme ilustram as narrativas que se seguem.

José pretende continuar na mesma área de atuação que trabalhava anteriormente.

[...] Eu espero que quando eu sair daqui possa continuar trabalhando, e tocando minha vida normal, espero que....eu perca contato, mas quando você saiu na rua, o mundo é bem diferente, mas eu estou com meu serviço garantido sou marceneiro profissional e espero continuar nisso. Mas como eu disse para vocês a tentação é muito grande.se vocês imaginarem a fortuna que tem lá fora, vocês não tem idéia. (JOSE).

José ao longo da entrevista narrou que recebe convites de pessoas que estão presas por atividades corruptas e por agirem com o tráfico de drogas, para atuar com eles quando saírem da unidade prisional. Relatou que estes companheiros de pena haviam lhe oferecido um bom rendimento nesta área. Além disso, relata que sente muita falta dos filhos e que pretende se reaproximar deles, de sua família. Quer reconstruir sua vida trabalhando, apesar de relatar que

há muitas tentações no presídio e que facilmente poderia ter dinheiro por outros meios, mas ao mesmo tempo pensa que pode ser perigoso pois corre o risco de voltar ao presídio caso decida seguir este caminho. Pretende pensar bem, principalmente nos filhos que tem para criar, e também se optar por estas atividades, ele passaria a integrar o “rol dos criminosos.”

José enviou uma carta à mãe da vítima do homicídio pedindo perdão por ter matado sua filha, ele ainda a chama de sogra. No final da entrevista disse que acreditava que iria para casa, pois ele não é um criminoso, os criminosos são os que vivem do crime, como não é o caso dele e a morte de sua companheira aconteceu devido as suas subjetivações, o que acabou considerando o comportamento de sua companheira inadequado, culpando-a pelo ato. Por tal, acreditava que poderia ter uma pena mais branda.

[...] Mas eu achava que eu ia embora no júri, porque eu sou réu primário, deveria ter uma anistia. Eu nunca me envolvi com BO assim que pudesse dar grandes proporções sabe. E esse foi o meu primeiro boletim de ocorrência que eu fui lá expliquei, contei tudo certo sabe, então infelizmente aqui dá errado [...]Por isso que a cadeia esta lotada desse jeito. (JOSE).

José acredita que seu crime não foi tão grave, isto é preocupante, afinal quer dizer que ele não compreendeu a gravidade de seus atos e as conseqüências que causou. Ele matou a mãe de seus três filhos mais novos e acha injusto estar cumprindo pena. Esta narrativa mostra que a Unidade Prisional não esta lhe proporcionando uma resignificação de seus valores e responsabilizando-o de fato pelo crime cometido. A reflexão sobre o que ocorreu, o fato desta morte que poderia ter sido evitada não ocorre.

Alessandro ao narrar sobre suas perspectivas para o futuro também pretende dar ênfase em suas atividades laborais e ainda tentar se recuperar do vício alcoólico.

[...] E não quer mais saber de beber para mim. Porque bebida só trás coisas ruins e agente só vai ver isso ai quando esta lá no final do poço. Mas graças a Deus estou trabalhando, estudando, meu irmão esta contente de saber disso. To trabalhando desde dezembro ai, e estudando também. Inclusive aqui o pessoal me chama de Durval, eles ate brincam que precisam mudar meu nome para Trabalhador e sobrenome Hora extra. Eu gosto de trabalhar meu. (ALESSANDRO).

Já Leandro quando avalia sua vida e seu futuro pretende ir mais longe além do trabalho quer constituir família, e se aproximar da igreja.

[...] Eu vou arrumar um trampo quero encontrar um emprego para continuar trabalhando né, conseguir minha vida de volta. Porque o que passou é passado e quem gosta de passado é museu né. E quero arrumar uma esposa para construir uma

família e seguir em frente né. Quero parar de freqüentar lanchonete quero tentar freqüentar mais igrejas né. Porque a cadeia esta me ensinando muita coisa né, então eu quero freqüentar mais a igreja e arrumar uma mulher certa para mim. Porque tem esse ditado quem nunca cair não aprende a levantar né. Então eu tive que cair para aprender a levantar. (LEANDRO).

Vilmar também traz um diferencial, além de focar no trabalho pretende ministrar palestras de cunho social.

[...] Olha a minha vida é saudade da minha família. Quero ficar com minha família e começar uma vida nova, tocar a empresa, a visão que eu tenho a empresa vai ser transformada, vai ser uma empresa em prol da comunidade, quero uma cooperativa para ajudar mais pessoas.

Porque eu passei por dificuldade. Quero dar oportunidade para aqueles que tem vontade. E já tenho mais parceiros para ajudar nisso. A construção civil abrange muita coisa. Então quero aproveitar oportunidade. Quero ajudar na área social, em palestras sobre alcoolismo e drogas.

Conversei com muitos drogados, e como surgiu e como a família esta e a maioria é porque a família abandona. E através disso começa a droga, roubo, prostituição e para mim tudo começa por causa da família e muitos abandonam quando tem problema e por isso tenho desejo de sair la fora e fazer um projeto para direcionar esta iniciação e dar palestra sobre isso. (VILMAR).

Jeremias ainda relata que pretende se desculpar com a família da vítima de tentativa de homicídio. “Quando eu sair daqui vou pedir perdão para família dela por um folheto, quero voltar a trabalhar e montar uma banda evangélica”. (JEREMIAS).

Hélio que na época aguardava por seu julgamento, na incerteza de saber se seria ou não absolvido, tinha os planos de em liberdade seguir na direção de suas empresas e ao lado de sua família. O sujeito acredita que carregara junto de si o estigma por já ter sido preso.

[...] Eu tenho os meus negócios, tenho as minhas empresas que estão ativas né. Tocando minhas empresas, embora este estigma eu vou carregar para o resto da vida, seja absolvido ou condenado eu sei disso.

Eu vou passar na rua, e oh lá aquele cara, sempre vou ficar vinculado né, não vai ter como desvincular, é o que o pessoal fala, que uma vez preso, sempre preso, vais carregar isto para o resto da vida. Mas psicologicamente estou pronto para isto. Vou tentar levar minha vida normal na cidade. (HÉLIO).

Como vemos os sujeitos pretendem investir sobretudo em atividades laborais, em ações pelo fim do vício em álcool, e ate mesmo em pedido de desculpas a família da vítima. Mas em suas concepções e no modo como vivenciam a masculinidade não pretendem investir até porque em sua experiência de si aqui narrada, acreditam que não cometeram nenhum erro, suas atribuições masculinas estavam sendo cumpridas. Nenhum deles mencionou procurar

auxílio para compreender o que ocorreu e o porque, ou serviços para pessoas em situação de violência que possam auxiliar com atendimentos e discussões focados em gênero.

Estes sujeitos não foram tocados por mudanças, como os próprios homens me relataram durante as entrevistas, não conversam com ninguém sobre o crime, dentro da unidade prisional na qual cumprem pena. O fato de calarem-se frente aos conflitos que tiveram no relacionamento amoroso permanece. Com isto, ao serem privados de liberdade e encontrarem – se recolhidos pelo crime, apenas deixaram de circular na sociedade, mas suas concepções e representações de como o homem deve portar-se o que lhe é tolerado ou não, bem como o ideal de feminilidade que sua companheira deve ter infelizmente seguem as mesmos.

Assim, compreende-se que estes sujeitos pouco serão resignificados em suas internalizações, até porque este não há espaço que lhes propicie esta reflexão.

Os homens que cumprem pena pela morte de sua companheira ou ex companheira são responsabilizados a medida que são presos e privados de liberdade pelo crime que cometeram, no entanto não é desta forma que se percebem. Talvez seja o momento de a sociedade pensar como ocorre a responsabilização da pessoa pelo crime que cometeu, se esta não se sente responsável e ainda culpa a vítima. A ausência de intervenção com estes homens não permite que eles possam de fato perceber-se enquanto responsáveis por suas ações, enquanto sujeitos que não conseguiram lidar com os conflitos que vivenciaram no relacionamento e antes disso, que estes conflitos ocorriam por uma rigidez no padrão de masculinidade no qual este se autorepresentava, e ainda mais que esta masculinidade possui traços violentos.

Assim, quando Leandro, por exemplo, reflete que deseja cumprir a pena e futuramente encontrar “uma mulher certa” me preocupa, pois mantendo um posicionamento fixo sobre sua masculinidade, se esta próxima companheira não atender ao que ele espera dela enquanto mulher, ele poderá também ser alvo da violência de gênero cometida pelo companheiro.

Assim caminha-se para as considerações desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas dos homens autores de homicídio ou tentativa de homicídio contra suas companheiras ou ex-companheiras me permitiu elencar uma série de justificativas, percepções e modos de representarem-se que estes sujeitos possuem em relação a sua experiência enquanto masculino e sobre sua percepção quanto à prática do crime.

Este estudo me possibilitou uma experiência única pois de certa forma consegui vencer alguns desafios. O primeiro deles foi justamente conseguir executar esta proposta de investigação que hoje é um estudo real e foi aqui apresentado, o que foi possível pelo ingresso no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Acredito que o que foi determinante para realização deste estudo foi a confiança que minha orientadora depositou em mim, e minha persistência em entrevistar os homens autores do homicídio ou tentativa de homicídio uma vez que ouvira preocupações de pessoas ao meu redor de que este estudo não seria possível tanto por ter de adentrar nas unidades prisionais quanto pelo fato da incerteza de que estes homens se disponibilizariam a conversar comigo.

Com esta aproximação tive que tentar dar conta de meus objetivos e questionamentos que envolvem as percepções e as subjetividades destes homens que foram autores de crimes de atentado a vida de alguém ou ate mesmo de sua morte, embora nem sempre se percebam desta forma.

Ao longo desta pesquisa pode-se compreender que estes homens foram formados discursivamente em padrões rígidos de gênero, e especificamente em uma masculinidade com traços violentos. Esta é uma análise que eu faço, mas no entendimento dos entrevistados estes não foram violentos ao longo de seu relacionamento com a vítima, ao contrário, em sua percepção de si cumpriram com o ideal de masculinidade, ou melhor com as atitudes que estes esperam de um homem, seus valores enquanto homem foram alcançados. No entanto em determinado momento da relação também foram ameaçados por mulheres que não se adequaram ao seu ideal de feminilidade que os entrevistados esperavam que seguissem.

Na construção de sua experiência de si que fizeram através de suas narrativas verifiquei que os homicidas com os quais conversei utilizam também de um discurso sexismo benovelente. Onde suas ideias de binariedade para com os ideais de gênero são reforçados por meio de discursos mais singelos, mas que da mesma forma são carregados de subjetividades sobre o lugar da mulher no relacionamento e as atribuições que delas esperam, como o cuidado da casa e também dos filhos.

A desidentificação com este padrão binário que tanto repercute em violência entre homens e mulheres ainda é pobre ou não ocorre. As normas regulatórias pelas quais as diferenças sexuais são materializadas estão presentes no discurso destes homens, que as defendem enquanto corretas. Eles o fazem, seja no momento que afirmam que cumpriam com seu papel, pois assumiram a função de provedor, trabalhador, ou quando eles se mostram competitivos em relação à outros homens. Também aparecem quando procuram manter sua família de forma que esta seja construída pelo ideal que soma a companheira que escolheu e os filhos. Mantêm ideais contraditórios também, sobretudo, quando assumem suas experiências extra conjugais, mas não aceitam a mesma ação da companheira ou quando são capazes de matar pelo que consideram correto.

Estas percepções trazidas pelos sujeitos através de sua narrativa demonstram as posições que assumem em relação as representações sobre o que é ser um homem, o que seria ou não aceitável em sua vida. Trazem aspectos que mais os afetam emocionalmente onde dão ênfase ao comportamento da companheira antes de a matarem e ainda quando narram o seu presente, sua condição de um homem preso, cumprindo pena pelo crime que cometeu. Estes homens percebem a situação enquanto injusta pois a morte de suas companheiras foi um acontecimento isolado e que justificam que ocorreu pela inadequação da vítima ao padrão de feminilidade que dela aguardavam.

Estes sujeitos procuraram expressar como é visto o mundo em sua perspectiva e como lidaram com as situações vivenciadas com suas companheiras.

Além disso, entram em jogo a percepção que estes constroem frente ao sistema criminal que os institui enquanto pessoas que cometeram um homicídio, e claro, como estes se veem frente ao crime que cometeram, que como pode-se verificar ao longo da dissertação os homens não se percebem enquanto criminosos, ao contrário, trata-se de um momento em que não conseguiram responder por seus atos.

Estes homens que participaram das entrevistas eram pessoas comuns que transitavam em diversos espaços e que possuíam o desejo de corresponder a um ideal de masculinidade por eles idealizado como certo. Tratava-se de ser o homem da casa, a pessoa provedora e cuidadora de sua esposa e de seus filhos e que tem ai ao seu lado uma companheira que entende seu jeito de ser homem, que não questiona sua conduta, que não se impõe quando não esta satisfeita com algo e, principalmente que não decide romper com o relacionamento, este direito não parece que cabe a mulher, mas apenas aos homens. Através das narrativas destes sujeitos pude analisar que em sua concepção são os homens que escolhe quem são as mulheres que devem seguir ao ideal de feminilidade que esperam. Eles que decidem com

quem querem construir sua família e completar-se enquanto homem, tendo um lar, esposa e posteriormente filhos.

Eles se valem de um discurso fechado, no qual se apoiam em concepções sobre família e honra tais, que eles se tornam defensores de posições morais e éticas de si, capazes de matar pelo que consideram o dever da esposa, ou por sua incapacidade de lidar com os valores ambíguos e múltiplos, por causa da pobre flexibilidade em relação ao conteúdo normativo compartilhado e que envolve o afeto e a sexualidade, ou quando não, esta objetivação que fazem, tem a ver com o trabalho, a renda e o cuidado dos filhos. Eles se pautam no fazer valer um modelo que é tradicional no sentido Giddeano, não tendo aberto espaço para a reflexividade de novas práticas e da resignificação destas, não estão abertos a mudanças e novos modelos mais modernos e igualitários entre homens e mulheres. Esta relação que se estabelece neste contexto de violência de gênero não é um futuro aberto é um presente fechado. Tampouco, são relações líquidas, conforme pensadas por Bauman.

São relações em que não há abertura para a diferença, nem para contradições no processo, no que diz respeito a forma sobre como se pensam. Se pautam na exigência de fidelidade, se direcionam pela posse, família e filhos que é própria de sociedades de tradição patriarcal, e o fazem sob o imperativo da obediência. Não cabem, portanto, conteúdos que se pautem em aspectos do risco emocional e afetivo. Evidentemente, estes pontos se conflitam com as novas experiências vividas pelo feminino.

Ao mesmo tempo em que os sujeitos narram a superação que tiveram ao conseguir cumprir o que vêem enquanto atribuições do masculino, estes homens também falam de seus sofrimentos, e se emocionam quando se lembram de certos fatos que para eles são uma superação, ou uma reflexividade nova, se comparado ao comportamento que seu genitor teve para com sua genitora, sobretudo, quando afirmam que não agrediram fisicamente suas companheiras durante o relacionamento, ou quando consideram que possuem uma vida economicamente ativa melhor do que a de seus genitores. O fato de não agredirem com socos, tapas ou pontapés suas companheiras enquanto conviviam é verbalizado por estes enquanto positivo, e até enquanto um ponto favorável em sua argumentação quanto ao não entendimento do porque seu relacionamento com a vítima do crime tomou este rumo. Afinal em suas percepção sobre a experiência deste relacionamento, estavam tendo atitudes condizentes com seu ideal de masculinidade. Já em relação às suas companheiras, julgam que estas não conseguiram alcançar os ideias de feminilidade, ou na linguagem que é por eles utilizada “não se comportaram enquanto mulheres corretas”.

As mulheres já não se conformam ao tradicional, já não existe a possibilidade da passividade, já não querem viver as regras do passado. E isto não significa descompromisso, significa mudança, embora nem sempre tenha sido reconhecida. As relações e as possibilidades para elas são outras. A maior parte das razões de conflitos observados nos campos de pesquisa com o tema da violência de gênero passa por estes conteúdos. É de um lugar de narrativa coerente com a insegurança ontológica dentro de valores tradicionais, e com o direito repressivo, que este homem bate, mata, ou te coloca o dedo na cara. Ou te chama de imoral e de mentirosa. É deste lugar de bom moço, pai zeloso que ele pensa poder corrigir e é este conteúdo que o leva ao extremo, que o leva a defender sua honra masculina.

A lógica da violência de gênero se apresenta pautada em valores tradicionais e em modelos de masculinidade e de feminilidade desencontrados, compartilhados no desencontro, na ambiguidade e que fazem os jogos deste conteúdo das agressões, que ora é apropriado no conjunto dos valores considerados antigos no conjunto de um mundo em mudança e ora é ressignificado de modo misógino, mas que mantêm-se dentro de estruturas violentas. Saberes, amores e suas práticas convivem em contextos de famílias, escola, círculo de amigos, bares, lazeres, de modo que seus conteúdos reforçam posições violentas ou não.

Os valores que estes elegem em sua vida acabam influenciando também nas motivações que estes homens narram sobre a prática do homicídio ou tentativa deste, pois acabam refletindo um entendimento a respeito do espaço familiar da sexualidade, a heteronormatividade, e/ou da educação dos filhos, as questões econômicas, sentimento de provedor do lar, o que por outra lado é sentido também na incapacidade deste homem de gerenciar os conflitos, e é neste ponto também, que fica evidente a concepção que possuem do feminino enquanto subordinado, e estes enquanto superiores, principalmente por serem responsáveis por grande parte do sustento do lar, se não por sua totalidade.

A aproximação com as teorias feministas e de masculinidades me permitiu refletir sobre o modo como estes homens se representam e como pensarmos uma maneira interventiva para tentar romper com a opressão da mulher. O que é inerente ao rompimento da violência de gênero e principalmente da violência doméstica e familiar contra mulher é a necessidade de uma mudança cultural, pois os crimes de assassinato cometidos contra mulheres e narrados na maioria, para não se afirmar em sua totalidade, possuíam como motivador principalmente a traição feminina, ou a suspeita desta, o que remete a concepção de mulher como propriedade, tutelada, encontrada na perspectiva patriarcal; e a própria competição entre homens, o que não os permite perder para outro homem quando há a possibilidade ou confirmação de uma traição.

Desta forma, por meio deste estudo, se pode constatar, que estes homens presos pela morte de suas companheiras, ou tentativa de matá-las não estão tendo uma reflexividade muito ampla de suas representações enquanto homens, mas continuam reforçando a desigualdade de gênero. Permanecem gendrados em valores tradicionais de masculinidade, honra e família que já foram combatidos principalmente pelo feminismo e que hoje apresentam configurações muito mais amplas e modernas buscando a liberdade das pessoas para a constituição de seus relacionamentos e de seu gênero.

Neste sentido, ao que se pode perceber o que ocorre com os sujeitos é uma reflexividade ao contrário, o que quero dizer com isto é que ao invés de aderirem a modernização das relações sociais e aspectos que estão mais relacionados à resignificação de sua masculinidade e como consequência praticas igualitárias entre os gêneros, estes homens reafirmam preceitos sexistas e patriarcais.

A maneira mais clara pelo qual o fazem seria justamente esta idéia de honesto e injustiçado, colocando-se como vítima de mulheres que lhes traíram, que não se comportaram como estas esperavam, ou seja atendendo aos seus preceitos machistas.

Deste modo, tenho a impressão que ainda carece de ações interventivas para que estes sujeitos, homens que estão presos pelo crime contra suas companheiras, reflexionem seus conhecimentos de modo que compreendam que agiram de maneira violenta, agressiva que cometeram sim um crime, e que haviam outras formas de lidar com a situação. Para isso, precisam reflexionar suas representações de tal forma que não atribuam mais unicamente a culpa do crime a suas companheiras, mas que seja analisado em que valores e expectativas estes relacionamentos foram construídos, se faziam uso do dialogo, ou se apenas os homens ditavam o que era certo, correto e lei a ser seguida pela companheira.

Afinal, há uma situação que se perdurou por algum tempo antes da data do crime, sendo que esta foi mantida e conduzida com base em alguns padrões de representação de gênero que os sujeitos possuíam. Resignificando estes padrões para um modelo não tão rígido, aberto a mudanças que espelham a igualdade entre os gêneros pode-se constituir relacionamentos mais saudáveis.

O que se percebe então é que falta este espaço, de local, e ações interventivas com homens e mulheres. E sobre os sujeitos entrevistados, principalmente com eles, pois pelo que relataram esperam encontrar a “mulher certa”, e não se vêem enquanto responsáveis pelo caminhar e fim de seus relacionamentos, e inclusive pela morte de outro ser humano.

A falta destes espaços e a ausência ou pouca ação interventiva principalmente com homens que vem mantendo relacionamentos não saudáveis, e que por vezes suas

companheiras procuram apoio junto a unidades de atendimento à pessoas em situação de violência ou à Unidades Policiais também nos faz refletir o quanto o Estado vê a morte de mulheres enquanto problema e o quanto intervém para mudar esta realidade.

Como foi apresentado o Estado tem tomado algumas atitudes interventivas no que tange ao aspecto jurídico, prevendo principalmente a punição dos sujeitos que tiram a vida de mulheres, e recentemente tornando até o crime hediondo. O modo pelo qual o Estado procura intervir sobre esta violência é agindo com maior rigor quanto a condenação de pessoas que praticam tal crime, tal como se esta fosse uma boa alternativa, de maneira que o exemplo de punição servisse para impedir que tal crime ocorra.

Não quero questionar a responsabilização destes homens pelos seus atos, mas meu intuito é provocar, mostrando que em minha compreensão, e aí também entra o olhar interventivo do serviço social, expresso a opinião de que é preciso mais. Responsabilizar é importante, mas investir na reflexividade destes sujeitos também é, afinal, acredito que é desta forma que se evita ou minimiza a reincidência desta prática de um crime tão cruel que é tirar a vida de ouro ser humano.

Como se trata da morte de mulheres que perdem sua vida pelas mãos de seus companheiros ou ex-companheiros, ou seja são crimes passionais, no qual há uma carga que antecede a data do crime, não necessariamente estes homens pensariam na punição que receberão ao matarem suas companheiras.

Como foi visto nas narrativas destes sujeitos, o relacionamento que mantiveram com suas companheiras e a maneira de lidarem com ele que resultou na morte destas mulheres. Se a família não fosse vista como tão sagrada a ponto da idéia de um casamento formado por mãe, pai e filhos não pudesse ser violado pelo feminino quando há o descontentamento para com o relacionamento, se a idéia de posse sobre o corpo da mulher não estivesse tão enraizada e até mesmo o binarismo presente na construção dos corpos com ideais fixos para os gêneros, talvez, estes sujeitos tivessem procurado alguma outra alternativa para enfrentar estas situação. A morte de suas companheiras que ameaçavam seus idéias de vida, a concepção do casamento sagrado, não teria sido a única saída possível.

Hoje estes homens não percebem a gravidade do crime que cometeram, justamente porque a representação de sujeitos homens que carregam ainda está muito sexista e patriarcal. O que choca, é que vê-se notícias diárias sobre a morte de mulheres provocadas por seus companheiros, o que mostra que a lógica patriarcal ainda é circula na sociedade na qual vivemos.

REFERENCIAS

ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. Eu digo não, ela diz sim: a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n4/a02v58n4.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.

ARAÚJO. Eronides Câmara de. “**Fazer de algumas passagens, quadros e quem sabe um dia, você possa Assinar**”: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor. 292f. Tese de doutorado. UFCG. Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/10/tese-ERONIDES-C%C3%82MARA-ARRUDA-PDF.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

BAUER, Martin. W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro 2004. p.190.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, 2001. 258 p

BELO, Raquel Pereira. et al. Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. [online]. 2005, vol.18, n.1, pp. 7-15. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/188/18818103.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

BEIRAS, Adriano; et al. Políticas e leis sobre violência de gênero - reflexões críticas. **Psicologia e Sociedade**. [online]. 2012, vol.24, n.1, pp. 36-45. ISSN 0102-7182.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison, M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-41.

BORELLI, Andrea. Da privação dos sentidos a legítima defesa da honra: considerações sobre o direito e a violência contra as mulheres. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 54, 2005, p. 9-42.

BORTOLI, Ricardo. **O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressões nos contextos da violência de gênero**. 142 f .*Dissertação* (Mestrado em Sociologia.- Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/31742>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**.15. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2011. 311 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU; Pierre; CHAMBOREDON; Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude.. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do do art. 226 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. 7 de ago. 2006.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ. 7 dez. 1940. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro. RJ. 03 de out. 1941. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 03 mai. 2015.

_____. **Juizados/Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**.

Consulta online: Disponível em:

<https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca_subservico.php?uf=SC&cod_subs=13>. Acesso em: 03 mai. 2015.

_____. Lei nº 13.104. De 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário oficial da União**. Brasília. 09.mar.2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 03 mai. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em:

<<https://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Coleção Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em:

<<http://www.mulheres.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Conselho Nacional de Direitos da Mulher**. Brasília, 2015. Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho>. Acesso em: 25 de out. 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Decreto 8.202. de 06 de março de 2014. Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM**. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011014/2014/Decreto/D8202.htm> Acesso em: 25 de out de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Delegacias especializadas de Atendimento à Mulher. Norma Técnica de Padronização. 2006**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/normas-deams.pdf>>. Acesso em 15 de out de 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. **Norma técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres - DEAMS Edição Atualizada, 2010**. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/lei-maria-da-penha/lei-maria-da-penha/norma-tecnica-de-padronizacao-das-deams-.pdf>> Acesso em 15 de out de 2015.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Quatro modelos de integração de Técnicas Qualitativas e Quantitativas de Investigação nas Ciências Sociais. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa. **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. p.157-183.

BUTLER, Judith . **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. 236p.

_____. **Mecanismos psíquicos del poder: Teorías sobre la sujeción**. 2 ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2010.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília.DF.set/out;57(5):611-614. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis. SC.. Out-Dez; 15(4): 2006, p.679-84.

CARNEIRO, Alessandra Acosta; FRAGA, Cristina Kologeski. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social e Sociedade**. [online]. n.110, 2012.p. 369-397. ISSN 0101-6628. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n110/a08n110.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

CELMER, Elisa Girotti; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de “**Violência de gênero, produção legislativa e discurso punitivo: uma análise da Lei n.11.340/2006**”. Boletim IBCCRIM, ano 14 (170): 16-17. 2007. Disponível em:

<http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Boletim-170_Azevedo.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering**. Berkeley: University of California Press, 1978.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em Pesquisa de campo. In: GUIMARAES, Alba Zaluvar (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: livraria Francisco Alves Editora S. A . 1980. p. 87-121.

CONNEL. Robert William. **Masculinidades**. México: Universidad Nacional Autonoma de México, 2003.

_____. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.185 – 206 jul. / dez. 1995.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica:repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, UFSC, v. 21, n.1, p.241-282, janeiro/abril, 2013.

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Estudos Feministas**. Universidade Estadual de Campinas. Ano 10. 2002.

COSTA Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP, v.19, p.59-90, 2002.

CUNHA Eduardo. **Projeto de Lei 5069/2013 Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em 03 nov 2015.

DEBERT, Guita Grin and GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2008, vol.23, n.66, pp. 165-185. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

DURKHEIM, Emile. Determinação do fato moral. In: DURKHEIM, Emile. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004, p.47-78.

FAUSTO – STERLING. Anne. **Sexing the Body: Gender Politics the construction of Sexuality**. New York: Basic Books, 2000.

FERREIRA Anderson. **Projeto de Lei. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/images/PL%206583-2013.pdf>>. Acesso em 29 out 2015.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência Doméstica**. Capítulo V. São Paulo. 2010. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/7244>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1986. 239p.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 2010.

_____. **História da Sexualidade – A Vontade de Saber**, Vol. I, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

_____. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: **Ditos e Escritos vol. V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2004.

_____. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e ". In: **Ditos e Escritos vol. I**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1999.

_____. O sujeito e o poder. In: DEYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michael Foucault uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica**. –Rio de Janeiro. Forence Universitária. 1995.p.231-245.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008. 79 p.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro : Graal, 2006. 295 p.

FURLIN, Neiva. **Relações de Gênero, subjetividades e docência feminina: Um estudo a partir do ensino superior em teologia católica**. 345f. Tese (Doutorado em Sociologia) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2014/05/R-T-NEIVA-FURLIN-2010-2014.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petropolis : Vozes, 1999. 731 p.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas on line – Análise do Discurso** –Programa de Pós Graduação em Lingüística. UFJF – Juiz de Fora -2010 p. 119-129 Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo : UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo. UNESP, 1991. 177 p.

GOLDENBERG, Mirian. **Leila Diniz (1945-1972)**. Artigo online. 2015. Disponível em: <http://miriangoldenberg.com.br/content.php?option=com_content&task=view&id=29&Itemid=95>. Acesso em: 21 dez. 2015.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**. Mulheres e relações violentas. Ensaio Cebrap/Vitae. 1995 Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/5foucault7/20080623_cenas_e_queixas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em primeira mão** Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 1995. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1265/masculinidades.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

_____. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Segundo semestre de 1994. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-113921grossi.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

GROSSI, Patrícia Krieger. Avanços e desafios da lei maria da penha na garantia dos direitos das mulheres no RS. **Fazendo Gênero 10**. Desafios Atuais do Feminismo. Florianópolis. 2013.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes. 4ª edição. 1996.

G1, GLOBO. **Deputados recorrem para suspender tramitação do Estatuto da Família**. 26/10/2015 15h13 - Atualizado em 26/10/2015 15h32. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/deputados-recorrem-para-suspender-tramitacao-do-estatuto-da-familia.html>>. Acesso em 29 out 2015.

G1, GLOBO. **Mulheres voltam a protestar contra projeto de Lei de Eduardo Cunha**. 31/10/2015 19h38 - Atualizado em 31/10/2015 19h38. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/mulheres-voltam-protestar-contraprojeto-de-lei-de-eduardo-cunha.html>>. Acesso em 02 nov 2015.

HERITIER, Françoise. De Aristóteles aos Inuit – A construção provada do gênero; O sangue do guerreiro e o sangue das mulheres – controle e apropriação da fecundidade. In: **Masculino Feminino: O pensamento da diferença**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p.181-222.

IDECRIN, Instituto Jurídico Roberto Parentoni. **Lei de Crimes Hediondos**. Página Online. 2011. Disponível em: <http://www.idecrim.com.br/index.php/direito/29-lei-de-crimes-hediondos>. Acesso em 03 de maio de 2015.

IGREJA CATÓLICA. Código De Direito Canônico. Promulgado por João Paulo II Papa: Trad. Conferencia Nacional Dos Bispos Do Brasil Notas, Comentários E Índice Analítico Pe. Jesus Hortal. Sj. 4 ed. São Paulo: Loyola. 1995. P.445. Disponível em:

<http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

INSTITUTO AVON. Pesquisa. **Percepções dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher**. Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.institutoavon.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Pesquisa-Avon-Instituto-Ipsos-2013.pdf>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

INSTITUTO PAPAI; NUCLEO DE ESTUDOS EM GENERO. **Gênero.org.br**. Pernambuco. 2015. Disponível em: <<http://generoorgrbr.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

IZUMINO, Wânia Pasinato;. SANTOS, Cecília MacDowell. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **E.I.A.L. Estudos Interdisciplinares de América Latina y El Caribe**. Universidade de Tel Aviv. 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e Violência contra Mulher**. O papel do Judiciário na solução dos conflitos de gênero. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: A emoção na Epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison, M.; BORDO, Susan. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-185. Disponível em: <<https://crabgrass.riseup.net/assets/127594/versions/1/Jaggar,%20Alis%20%26%20Bordo,%20Susan%20G%C3%AAnero,%20Corpo,%20Sexualidade.pdf>>. Acesso em: 20.jul.2015.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 90-136

KAUFMAN, Michael. The Construction of Masculinity and the Triad of Men's Violence. In: KIMMEL Michael S.; MESSNER, Michael A. **Men's Live**. New York; Macmilian. 1997.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242. 1994

LEAL, Raphael Barros. CABRAL, Flavio José Gomes. Religião e sexo: do controle na idade média e sua herança na contemporaneidade. In: IV COLÓQUIO DE HISTÓRIA. ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES SOBRE HISTÓRIA DA SEXUALIDADE UNICAMP. **Anais...** Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.572.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. **Physis** [online]. vol.21, n.2, 2011 p. 721-743. ISSN 0103-7331. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n2/a20v21n2.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**. Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.42-55, jul./dez. 2011.

MANSANO Sonia Regina Vagas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na Contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2). 2009. p 110-117. Disponível em:

<<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/139/172>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, vol. Vii, nº 13, p. 31-44 ,jan/jun.2002. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

MATHIEU, Nicole-Claude. ¿Identidad sexual/sexuada/de sexo¿ Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género. In: GILLAUMIN, Collete;

TABET, Paola; MATHIEU, Nicole-Claude. **El Patriarcado al desnudo: três feministas materialistas**. CURIEL;FALQUET,Jules (compiladoras). Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005, p. 130-175.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos – As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 –1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 107-127.

MATTOS, Frederico. Solidão Masculina. **Papo de Homem**. 2011. Conteúdo Online. Disponível em: <<http://www.papodehomem.com.br/solidao-masculina>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em:<<https://www.metodista.br/revistas/revistasms/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>

. Acesso em: 05 mai. 2015.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p.809-840, set. 2008. Semestral. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9918>>. Acesso em: 20 mai. 2014

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: BLAY, Eva Alterman. (Org.). **Feminismos e Masculinidades:novos caminhos para enfrentar a violência contra mulher**. 1 Ed. São Paulo: Cultura acadêmica. 2014. p. 55-75.

MICHAELIS. Dicionário UOL online. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portuguesportugues&pala_vra=desacerto>. Acesso em: 03 fev. 2015.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Hermenêutica - Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza de; DESLANDES, Suely FERREIRA (orga). **Caminhos do pensamento epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.p. 83-107.

Mulher é espancada pelo marido até a morte após chamá-lo de 'corno'. **Jornal O Tempo**. Triângulo Mineiro, 2014. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/mulher-é-espancada-pelo-marido-até-a-morte-após-chamá-lo-de-corno-1.776615>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro : Rocco, 2001. 318p. (Gênero plural).

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. 2. ed. Rio de Janeiro :Rocco, 1995. 187p.

OLIVEIRA, Greciane Martins de. **A expertise em gênero: análise etnográfica da (re)produção Dos saberes/poderes no enfrentamento às violências contra as Mulheres no MS**. 156 f. Dissertação. Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Grande Dourados.- Dourados. 2015.

OLIVEIRA, Márcio. O conceito de representações coletivas: uma trajetória da divisão do trabalho às formas elementares. **Debates do NER**. v.13, n.22, 2012, p.67-94.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. "Discursos sobre a masculinidade". **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ,2004. 347p.

ORTER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. **A mulher a cultura a sociedade**.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

PITANGUY Jacqueline. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM. 2002. Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/documentos/jpitanguy.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: VVAA. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215 -253

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. **Estudos feministas**, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.19, n.1, p. 11-20,2011.

RECORD, Ric Tv. Corpo da mulher morta pelo marido é encontrado em Balneário Piçarras. **Notícias do Dia**. 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/vale/noticias/173926-corpo-da-mulher-morta-pelo-marido-e-encontrado-em-balneario-picarras.html>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RIBEIRO,Luciano. **A masculinidade não é algo a se definir**.2015. Disponível em:

<<http://www.papodehomem.com.br/18-a-masculinidade-nao-e-algo-a-se-definir>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). **Qué son los Estudios de mujeres?** México / Argentina / Brasil / Colombia / Chile / España / EUA / Peru / Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.

SACKS, Karen. **Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada**. In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. A mulher a cultura a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185 -231.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani e ALMEIDA, Suely de Souza. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero. **Cadernos Pagu**. (16) 2001. p. 115-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SALEM, Tania. Homem...Já viu, né? Representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 15-62, 2004.

SCHWANDT, Thomas A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª edição. São Paulo: Artmed/ Bookman, 2006. p. 193 - 217.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo. UNESP, 1992. p. 62 -95.

SILVA, Luzia Gomes da. Violência doméstica à luz da Lei Maria da Penha. **Conteúdo Jurídico**. Pagina online. 2015. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,violencia-domestica-a-luz-da-lei-maria-da-penha,42738.html>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

TABET, Paola. **Las manos, los instrumentos, las armas**. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (orga). El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.129.

TAMANINI, Marlene. **Algumas bases da violência de gênero: Como pensar a instituição do masculino em seu sentido subjetivo e estruturante na cultura?** UFPR. Curitiba. Junho. 2014. 80 slides.

TERRA NOTÍCIAS. **Veja quem votou pela exclusão de gays do Estatuto da Família**. 25/09/2015 8:30, atualizada às 25/09/2015 11:17. Disponível em:

<http://brasileiros.com.br/2015/09/veja-quem-votou-pela-exclusao-de-gays-estatuto-da-familia/>
Acesso em: 29 out 2015.

UWE, Flick,. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. p. 89-143.

WASELFISZ. Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014. Os jovens do Brasil**.Flasco. Rio de Janeiro 2014. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf.>
Acesso em: 14.ago.2015.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**.3. ed. São Paulo : Cortez; [Campinas] : UNICAMP, 1999. 2v

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (orga). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo horizonte: Autentica,1999. p. 35-82

ANEXOS

ANEXO A

MODELO DE CARTA 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e Fax: 3360-5173

Curitiba, 3 de abril de 2014

Da: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e da
 Profª Drª Marlene Tamanini (orientadora).

Para: Sr.

Responsável pelo Presídio de

Caro Senhor!

O motivo de nosso contato é um pedido de colaboração para o desenvolvimento de pesquisa da aluna RAFAELA WESTPHAL, mestranda em nosso programa de pós-graduação em sociologia. Rafaela fará seu trabalho de mestrado, focado na percepção que os homens autores de homicídio contra mulheres, tem do que realizaram. Busca contato com estas narrativas dos homens, para identificar os conteúdos do que se passou no ato de violência/homicídio e compreender os contextos onde ocorreram estes homicídios. Para que esta pesquisa encontre viabilidade estamos lhe pedindo ajuda a fim de podermos colher os primeiros dados e, também gostaríamos de contar com sua colaboração para uma conversa com estes homens em momento posterior, a fim de entender questões relativas ao agressor e a masculinidade. Neste momento precisamos de duas questões. **A primeira**, - que nos parece a mais simples - é a de saber sobre quantos são os homens que estão cumprindo pena acusados da morte de sua companheira, ou ex-companheira em sua unidade. **Segundo**, - para a etapa posterior da pesquisa, precisamos de ajuda para conversar com estes homens sobre o ocorrido. Nossa experiência tem mostrado como é importante a intermediação institucional para o bom êxito desta parte do trabalho relativa a conversa/entrevista, nos contextos prisionais. Por isso, estamos recorrendo ao senhor e contamos com sua facilitação e/ou intermediação para outro facilitador. Precisamos conhecer as histórias desses homens por eles mesmos. De nossa parte,

respeitaremos os critérios do anonimato e da ética necessária em pesquisa. Aguardamos uma resposta que esperamos seja positiva. Se assim o for, faremos novos contatos com o senhor, ou com quem, o senhor indicar, com a finalidade de organizar a forma de fazer o trabalho de campo. Contamos com sua resposta o mais brevemente possível - porque o tempo do mestrado é restrito a 24 meses, que já foram iniciados em março de 2014. Para firmar nosso compromisso e nossa responsabilidade frente ao que pedimos, seguem os dados pessoais e o endereço da orientadora, da orientanda. Também assinam este documento a orientadora, a orientanda e o coordenador do programa de pós-graduação em sociologia da UFPR.

Atenciosamente

Prof. Dr. Alfio Brandenburg- Coordenador do Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPR.

Prof^a Dr^a Marlene Tamanini- Orientadora

Rafaela Westphal
Mestranda

ANEXO B**MODELO DE CARTA 2****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ****SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e Fax: 3360-5173

Curitiba, 3 de abril de 2014

Da: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e da
Profª Drª Marlene Tamanini (orientadora).

Para: Sr.

Responsável pela Unidade Prisional

Caro Senhor!

O motivo de nosso contato é um pedido de colaboração para o desenvolvimento de pesquisa da aluna RAFAELA WESTPHAL, mestranda em nosso programa de pós-graduação em sociologia. Rafaela fará seu trabalho de mestrado, focado na percepção que os homens autores de homicídio contra mulheres, tem do que realizaram. Neste momento realiza um levantamento sobre o número de homens condenados acusados por matar suas companheiras ou ex-companheiras. Para que esta pesquisa seja possível estamos lhe pedindo ajuda a fim de podermos colher os primeiros dados. Para tanto precisamos saber sobre quantos são os homens que estão cumprindo pena acusados da morte de sua companheira, ou ex-companheira em sua unidade. De nossa parte, respeitaremos os critérios do anonimato e da ética necessária em pesquisa. Aguardamos uma resposta que esperamos seja positiva. Se assim o for, faremos novos contatos com o senhor, ou com quem, o senhor indicar, com a finalidade de organizar a forma de fazer o trabalho de campo. Contamos com sua resposta o mais brevemente possível - porque o tempo do mestrado é restrito a 24 meses, que já foram iniciados em março de 2014. Para firmar nosso compromisso e nossa responsabilidade frente ao que pedimos, seguem os dados pessoais e o endereço da orientadora, da orientanda. Também assinam este documento a orientadora, a orientanda e o coordenador do programa de pós-graduação em sociologia da UFPR.

Atenciosamente

Prof^a Dra Marlene Tamanini
Orientadora

Prof. Dr. Alfio Brandenburg
Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da UFPR

Rafaela Westphal
Mestranda

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO PARA ADULTOS

1. Identificação do Projeto de Pesquisa
Título do Projeto: A percepção das masculinidades de homens autores de homicídios contra mulheres em Santa Catarina
Área do Conhecimento: Sociologia
Curso: Sociologia
Patrocinador da pesquisa: CAPES
Instituição onde será realizado: Presídios e Penitenciárias do Estado

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima identificado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir, a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você.

2. Identificação do Sujeito da Pesquisa	
Nome:	
Data de Nascimento:	Nacionalidade:
Estado Civil:	Profissão:
CPF/MF:	RG:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

3. Identificação do Pesquisador Responsável

Nome: Rafaela Westphal

Profissão: Estudante de Pós Graduação

Email: rafaelawestphal@hotmail.com

1. O(s) benefício(s) esperado(s) é(são): Compreender o contexto da violência de gênero na perspectiva dos sujeitos, a fim de futuras contribuições para políticas e ações de enfrentamento à violência.
2. O(s) desconforto(s) e o(s) risco(s) esperado(s) é(são) a princípio não estão previstos, mas os sujeitos podem sentir-se desconfortáveis ao tocar em um assunto que possa ser doloroso para ele.
3. A minha participação é isenta de despesas .

4. Tenho a liberdade de desistir ou de interromper a colaboração nesta pesquisa no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação.
5. A minha desistência não causará nenhum prejuízo á mim.
6. Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados;
7. Poderei consultar o pesquisador responsável (acima identificado), sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo.
8. Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente, do(s) resultado(s) parcial(is) e final(is) desta pesquisa.

Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.

Curitiba (PR), _____ de _____ de _____.

Pesquisador Responsável pelo Projeto

Sujeito da pesquisa e/ou responsável

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG: